

ISSN 0103 8117

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Salvador SEI v. 18 n. 3 p. 331-514 out./dez. 2008



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento – Seplan
Walter Pinheiro

**Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia – SEI**
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Indicadores e Estatísticas – Distat
Gustavo Casseb Pessoti

Coordenação de Acompanhamento Conjuntural – CAC
Luiz Mário Ribeiro Vieira

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. Disponível para consultas e download no site <http://www.sei.ba.gov.br>. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress* no sistema *Qualis* da Capes.

Conselho Editorial

André Garcez Ghirardi, Ângela Borges, Ângela Franco, Antônio Wilson Ferreira Menezes, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Guaraci Adeodato Alves de Souza, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Jair Sampaio Soares Junior, José Eli da Veiga, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Lino Mosquera Navarro, Luiz Antônio Pinto de Oliveira, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renata Prosério, Renato Leone Miranda Léda, Ricardo Abramovay, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto.

Coordenação Editorial

Jorge Tadeu Dantas Caffé
Joseanie Mendonça

Revisão de Linguagem

Christiane Eide June (ing.), Luis Fernando Sarno (port.)

Coordenação de Documentação e Biblioteca – Cobi

Ana Paula Sampaio

Normalização

Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações – Codin

Márcia Santos

Editoria de Arte e de Estilo

Elisabete Cristina Teixeira Barretto, Aline Santana (estag.)

Produção Executiva

Mariana Brito

Capa

Julio Vilela

Editoração

A Cor da Voz

Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia, 2008.
v.18
n.3
Trimestral
ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar – CAB
CEP: 41.745-002 Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 3116-1781
sei@sei.ba.gov.br
www.sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação	335	A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX <i>Luiz Ricardo Cavalcante</i>	433
Retrospectiva 2008 e perspectivas: em tempo de crise <i>Carla do Nascimento, João Paulo Caetano Santos, Joseanie Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosangela Conceição</i>	337	Apesar de você amanhã há de ser outro dia! Um balanço das economias brasileira e baiana no ano da crise econômica mundial <i>Bruno Casseb Pessoti, Denílson Lima Santos, Gustavo Casseb Pessoti</i>	451
Argentina, Brasil e México face à crise internacional <i>Pierre Salama</i>	351	Ruptura ou turbulência? Reflexões acerca da crise dos subprimes sobre o sistema capitalista <i>André Silva Pomponet</i>	465
Ciclo e crise na economia de hoje <i>Fernando Pedrão</i>	367	O contexto institucional da economia global e a financeirização das relações econômicas <i>Cleiton Silva de Jesus</i>	477
As crises, suas interpretações no pensamento econômico e seus desdobramentos no sistema capitalista <i>Amílcar Baiardi, Dermeval Passos da Hora</i>	377	Fundamentos teóricos da crise americana: uma interpretação baseada na literatura pós-keynesiana <i>Thiago Reis Góes, Urandi Roberto Paiva Freitas</i>	489
As (ir)regularidades do ciclo econômico de Tugan-Baranovsky, o capital fictício e a economia política da financeirização nos Estados Unidos <i>Antonio Ricardo Dantas Caffé</i>	391	Crise de 1929 e em 2009: 80 anos de (in)evoluções da economia mundial <i>João Teixeira dos Santos</i>	499
Crise financeira e agronegócio: repercussões para o Oeste Baiano <i>Alynson dos Santos Rocha, Ana Paula Alcântara dos Anjos</i>	407	Reflexão: o dinheiro a crise de civilização <i>Charles Eisenstein</i>	509
A acumulação capitalista sobre a ótica da escola francesa da regulação <i>Carlos Eduardo Iwai Drumond</i>	419		



APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) leva a público a sua revista de final de ano, Bahia Análise & Dados, Retrospectiva 2008 e Perspectivas 2009, contendo artigos que expõem a crise internacional da economia, dentro da sua missão de colocar a informação a serviço da sociedade.

Parece ser consenso que a crise do capital nas economias centrais com espraiamento para as economias emergentes decorreu da criação de formas artificiais de ampliação da demanda efetiva adicionada a outras formas de criação de capital fictício.

O conjunto de países, incluindo o Brasil, encontra-se agora confrontado com uma inevitável retração econômica, com possíveis desdobramentos em diversas outras áreas da sociedade ainda não devidamente dimensionados, abrindo assim os debates para os variados argumentos econômicos e ideológicos.

Diante dessas considerações, a revista Análise e Dados, nesta presente edição, reuniu 14 artigos de autores nacionais e internacionais que reflexionam, analisam e procuram explicar teoricamente a crise internacional recente sob diversas abordagens, com rebatimentos no mundo, América Latina, no Brasil e na Bahia.

Mais uma vez, a SEI agradece de público a relevante contribuição de todos os autores que colaboraram com seus prestigiosos artigos, que enriquecem o conhecimento, alimentam o debate e esclarecem a sociedade.

Retrospectiva 2008 e perspectivas: em tempo de crise

Carla do Nascimento^A
João Paulo Caetano Santos^B
Joseanie Mendonça^C
Patrícia Cerqueira^D
Rosângela Conceição^E *

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar o desempenho das economias brasileira e baiana em 2008, com base nos indicadores oficiais, e prospectar o futuro próximo, vislumbrando o atual ambiente econômico em crise. Inicialmente, são analisados, setorialmente, os principais fatores que influenciaram a performance da atividade econômica do país e do estado durante o ano em tela. E, em seguida, são colocadas as previsões relativas ao Produto Interno Bruto da Bahia (PIB) de 2008, assim como são delineadas algumas expectativas para 2009.

Palavras-chave: Economia baiana. PIB. Indústria. Agricultura. Varejo.

Abstract

The paper aims to describe and analyze the economy performances of Brazil and the state of Bahia in 2008 based on the official statistics available and to prospect the near future envisioning the current economic environment in crisis. Initially, the major factors that influence the performance are analyzed by sector according to the economic activity of the country and the state during the year of study. After that, forecasts relative to the Gross Domestic Product of Bahia (GDP) of 2008 will be displayed as well as the expectations for 2009.

Keywords: Economy of the State of Bahia. GDP. Industry. Agriculture. Retail.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar o desempenho das economias brasileira e baiana durante os dez primeiros meses do ano de 2008, com base nas estatísticas oficiais disponíveis. Ao mesmo tempo, enfoca as primeiras expectativas para o ano de 2009.

O desempenho da economia brasileira, observado pela leitura de seus principais indicadores, revelou dinamismo em vários setores, principalmente na indústria e no comércio varejista.

Dois aspectos são relevantes neste período para os analistas conjunturais da economia brasileira. O primeiro, positivo, lastreado nos excelentes funda-

^A Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@uol.com.br

^B Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Economia pela UFBA; técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). jpcmsp@yahoo.com.br

^C Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs); graduada em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joseaniem@hotmail.com

^D Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela Unifacs; graduada em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). patricia_cerq@yahoo.com.br

^E Especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

* Os autores agradecem a Jorge Tadeu Dantas Caffé por seus comentários e sugestões.

mentos da economia brasileira; e o segundo, negativo, condicionado pela crise financeira internacional.

Entre os indicadores que garantiram excelentes fundamentos na economia ao longo do ano de 2008 tem-se o crescimento das importações de bens de capital e de bens intermediários, que contribuiu para ampliar o nível de investimento no país; o aumento do nível de atividade da indústria, do comércio varejista e da construção civil; e os satisfatórios resultados da safra agrícola de 2008.

Dentre estes indicadores, vale ressaltar as elevadas taxas de crescimento da produção interna industrial de bens de capital. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o referido setor apresentou taxas consecutivas de crescimento nos dez primeiros meses do ano de 2008. Estes acréscimos tornam-se mais expressivos à medida que se considera a expansão de bens de capital importados, podendo-se concluir que há mercado ascendente tanto para produtos importados como para os produzidos internamente, assim como sinalizam a ocorrência de um aumento da capacidade produtiva interna, que tem como intenção atender à demanda futura.

Ressalta-se que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter importante participação da produção agropecuária e, principalmente, do setor de serviços. Os resultados satisfatórios do setor industrial de transformação foram somados aos desses dois setores, como também aos de outros que compõem o setor industrial, a exemplo da construção civil e a indústria extrativa.

Apesar desses indicadores mostrarem-se significativos, as taxas de juros mantiveram-se elevadas e os níveis de preços mostraram sinais de aceleração, principalmente nos itens alimentícios, exercendo alguma ameaça à estabilidade econômica.

No entanto, o aspecto mais relevante que se apresentou a partir de setembro do ano em curso, causando expectativas negativas entre os agentes econômicos, foi a crise financeira internacio-

nal. Originada no mercado imobiliário americano e alastrada para todo sistema financeiro internacional, o evento ameaça toda a economia mundial e já contribuiu para restrição do crédito internacional; queda no nível de atividade de indústrias (automobilística, siderúrgicas, etc.);

desvalorização de moedas nacionais em relação ao dólar; contração das exportações e importações (setor externo); redução nos preços das *commodities*. Esses elementos conduzem a um ambiente de incerteza dentro país, propiciando a redução de confiança de empresários e consumidores; redefinição

dos investimentos; desaceleração econômica e queda no nível de emprego.

Frente a esse quadro, o governo brasileiro adotou um conjunto de medidas de curto prazo para atenuar problemas de liquidez dos setores mais intensivos em crédito: agricultura, exportações, construção civil, bens de consumo duráveis (automóveis, principalmente), bens de capital e infraestrutura, como também estabeleceu medidas de médio prazo dirigidas para uma política anticíclica, de natureza monetária e fiscal, com o intuito de viabilizar a manutenção do crescimento e a redução da inflação em 2009.

Como se sabe, a política anticíclica foi adotada pelo governo federal tendo em vista os efeitos já provocados pelo contágio da crise internacional em alguns setores e/ou atividades da economia nacional, sendo observada uma redução da oferta de crédito e manutenção de taxas de juros elevadas, engendrando problemas de capital de giro, depreciação da taxa de câmbio e aumento da incerteza sobre o desempenho macroeconômico. Assim, estas medidas visaram sustentar a oferta de crédito e manter os investimentos.

Todos esses aspectos, por certo, irão repercutir diretamente nas economias subnacionais, no caso, a se destacar, a economia baiana. Os indicadores que mostram a *performance* das economias nacional e baiana em 2008 estão apresentados nas seções seguintes.

Dois aspectos são relevantes neste período para os analistas conjunturais da economia brasileira. O primeiro, positivo, lastreado nos excelentes fundamentos da economia brasileira; e o segundo, negativo, condicionado pela crise financeira internacional

INDÚSTRIA

O comportamento registrado nos primeiros dez meses de 2008 na indústria foi positivo para a economia brasileira, como pode ser verificado nos dados referentes ao mês de outubro da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2008) do IBGE.

A taxa da indústria geral (extrativa e transformação) de 5,8%, no período de janeiro a outubro de 2008, frente à igual período de 2007, resultou do desempenho satisfatório na maioria dos segmentos pesquisados.

Considerando-se as categorias de uso, o setor de *bens de capital* foi o que expressou maior dinamismo, com taxa de 18,4%. Entre as subcategorias que o compõe, os maiores acréscimos vieram de *peças agrícolas* (71,9%), *agrícolas* (41,7%) e *equipamentos de transporte* (31,3%).

A categoria de *bens de consumo duráveis* registrou taxa de 10,5%, com acréscimo de 18,1% na fabricação de *outros equipamentos de transporte* e de 15,9% na de *veículos automotores para passageiros*.

A produção de *bens intermediários* apresentou acréscimo de 4,4%, com relevo para a subcategoria de *peças e acessórios para bens de capital* (5,0%). O grupamento de *peças e acessórios para equipamentos de transporte industrial*, que acumulou acréscimo de 9,2% no período, também contribuiu para a *performance* positiva dessa categoria.

A indústria de *bens de consumo semi e não-duráveis* (2,1%) teve seu resultado influenciado, sobretudo, por *alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico* (1,9%).

O comportamento registrado nos primeiros dez meses de 2008 na indústria baiana foi positivo para a economia. Como pode ser verificado nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2008) do IBGE, o desempenho da atividade na Bahia foi bastante significativo, mas situou-se abaixo da média nacional. Enquanto a indústria do país apresentou taxa de 5,8%, a indústria baiana acumulou o percentual de

Enquanto a indústria do país apresentou taxa de 5,8%, a indústria baiana acumulou o percentual de 4,5% no período. Comparada às demais unidades federativas pesquisadas, a indústria da Bahia encontra-se na décima posição com resultado positivo, acima apenas das indústrias do Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina

4,5% no período. Comparada às demais unidades federativas pesquisadas, a indústria da Bahia encontra-se na décima posição com resultado positivo, acima apenas das indústrias do Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina que apresentaram, respectivamente, taxas de 3,8%, 3,0%, 1,2% no período. O resultado da indústria baiana foi superior ao da região Nordeste, que registrou incremento de 3,1% no período.

Tal desempenho resultou principalmente da característica da indústria baiana, concentrada na produção de bens intermediários. Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (2006), realizada pelo IBGE, a indústria extrativa mineral representava apenas 5,5% do valor da transformação industrial, enquanto que a indústria de transformação participava com os demais 94,5%. Os segmentos que concentraram a maior participação, totalizando 70,6% no valor da transformação industrial baiana, foram: refino de petróleo e produção de álcool, produtos químicos, alimentos e bebidas e veículos automotores.

O perfil da indústria de transformação caracteriza-se por ser mais concentrada em segmentos produtores de bens de consumo intermediário, com preços determinados no mercado internacional. A participação do setor automobilístico (6,5%) ainda é bem reduzida, quando comparada a de setores como refino de petróleo (37,6%) e de produtos químicos (19,9%), sendo insuficiente para modificar o perfil prevaemente na matriz da indústria baiana.

Por ser produtora de bens intermediários, o desempenho da indústria baiana torna-se fortemente correlacionado ao da economia nacional. Ademais, os setores que compõem esta indústria são intensivos em capital e têm aumentado de forma expressiva e crescente seus níveis de produtividade, traduzindo-se em baixas taxas de emprego industrial. O crescimento substancial da produtividade é reflexo das novas condições de mercado impostas à indústria baiana, a partir da segunda metade dos anos 1990, sobretudo aos setores de produtos químicos e de refino de petróleo.

De acordo com os dados do IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2008), nos primeiros dez meses do ano, a indústria baiana apresentou variação positiva de 4,5%, com resultados afirmativos em oito das nove atividades investigadas. Os maiores impactos foram assinalados por *celulose, papel e produtos de papel* (34,8%), *borracha e plástico* (17,0%) e *minerais não-metálicos* (17,1%). Em sentido oposto, a única expressão negativa veio de *produtos químicos* (-1,0%).

A indústria de *celulose, papel e produtos de papel* apresentou o resultado mais significativo no período, principalmente em razão do aumento na produção de celulose e de papel revestido. Tal evento, originou-se em parte da utilização plena da capacidade instalada e, também, por conta do processo de otimização em algumas plantas no estado durante o ano de 2007. Dentre os aspectos positivos para o setor, ressaltam-se os elevados preços internacionais do papel que estimularam o aumento da oferta do produto, graças ao crescimento da demanda externa, principalmente na América do Sul. No entanto, a crise econômica internacional criou expectativas negativas quanto ao resultado para os dois últimos meses do ano de 2008, uma vez que os preços internacionais da celulose caíram, em razão da queda na demanda pelo produto por parte da China, obrigando algumas indústrias nacionais a realizarem paradas no processo produtivo ainda em 2008.

O aumento na produção do segmento de *borracha e plástico* deveu-se ao incremento na produção de embalagens plásticas para produtos alimentícios ou bebidas e tubos, canos e mangueiras plásticas. O desempenho do segmento de embalagens plásticas esteve fortemente associado à estabilidade econômica, que tem contribuído para o aumento do consumo de alimentos e bebidas, em especial entre as classes de mais baixa renda. Considerando-se o segmento de tubos, canos e mangueiras plásticas, o mesmo está fortemente influenciado pelo setor da construção civil, que figurou crescimento significativo durante todo o ano de 2008.

A indústria de *minerais não-metálicos* apresentou crescimento em virtude do aumento na produção de concreto usinado e ladrilho e placa de cerâmica. A *performance* desse segmento está fortemente

associada à construção civil, que se encontra em expansão, particularmente nas atividades imobiliárias e na construção civil pesada relacionada aos investimentos em infraestrutura, como já destacado no parágrafo anterior.

O desempenho da indústria de *metalurgia básica* continua sendo influenciado pela forte volatilidade do preço do cobre e do aço no mercado internacional, produtos estes que têm contribuído para a dinâmica do setor nos últimos anos. Este comportamento decorreu de uma maior demanda advinda dos setores da construção civil e do setor automobilístico estimulados pelo aumento no crédito imobiliário e pelo aumento das operações de financiamento de automóveis, respectivamente. As oscilações no volume de produção, ao longo de 2008, tanto no segmento de cobre como no siderúrgico, decorreram de paradas programadas para manutenção e instalação de unidades produtivas.

Com relação ao *refino de petróleo e produção de álcool*, o crescimento no setor deveu-se ao acréscimo na produção de óleo diesel e outros óleos combustíveis e de asfalto de petróleo. As oscilações no processamento de derivados de petróleo na refinadora baiana estão associadas às manutenções técnicas no processo produtivo. Com base nas estatísticas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), constatou-se um acréscimo de 0,9% no acumulado do ano até outubro, comparado ao mesmo período de 2007 na produção de derivados de petróleo da Refinaria Landulpho Alves, atingindo, em 2008, o patamar de 12 milhões m³.

Entre os produtos que influenciaram positivamente o resultado do segmento de refino de petróleo, destaca-se a produção de óleo diesel, para a qual verificou-se produção de 4,059 milhões m³, com acréscimo de 9,5%. A produção de óleo combustível, outro importante produto no *mix* do setor, apresentou crescimento de 2,1% para o mesmo período, atingindo o processamento de 3,387 milhões m³. Porém, na produção de gasolina registrou-se queda de 14,4%, atingindo um total de 1,828 milhão m³, e para nafta para petroquímicas observou-se também recuo na produção de 0,8%, alcançando 1,602 milhão m³, sendo, sobretudo, estes dois produtos responsáveis pelo baixo desempenho do segmento durante o período em análise.

O segmento de *alimentos e bebidas* (2,3%) expressou resultado positivo no período, principalmente em razão da maior produção de cervejas, chopes e refrigerantes. Este resultado refletiu o aumento do poder aquisitivo da população, fato que propiciou o consumo de bebidas entre as classes mais baixas de renda. Outros produtos que têm se destacado no setor são os derivados de soja. O referido grão (matéria-prima), além de apresentar estimativas favoráveis na produção agrícola do estado, obteve elevadas cotações no mercado internacional.

No setor de *veículos automotores* ocorreu aumento na fabricação de automóveis nos primeiros dez meses de 2008, em que foram produzidas cerca de 180 mil unidades, sendo que desse total foram exportadas aproximadamente 70 mil unidades. A empresa automotiva tem capacidade produtiva instalada de cerca de 250 mil veículos/ano.

No setor de *produtos químicos*, único a registrar resultado negativo (-1,0%), foi determinante para isso o recuo na produção de polietileno de alta densidade (Pead) e etileno não-saturado. Vale ressaltar, também, as paradas não programadas em unidades de produção de outros segmentos, em razão do aumento dos preços de matérias-primas e de redução na demanda por produtos petroquímicos.

No que se refere à *extração mineral*, o setor está concentrado sobretudo em óleos brutos de petróleo, gás natural, além de minérios de cobre, magnésitas e pedras britadas. O desempenho do setor extrativo, portanto, é fortemente influenciado pela extração de petróleo, que, segundo os dados da Pesquisa Industrial Anual (2006) do IBGE, concentra 65,2% da extração mineral. Segundo dados da PIM, o setor apresentou aumento na extração de 1,7% no período, como resultado do acréscimo na extração de gás natural e magnésia e outros óxidos de magnésia. Com base nas estatísticas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de petróleo caiu 0,6%, no período de janeiro a outubro de 2008, comparado ao mesmo período de 2007, alcançando 2,045 milhões m³. Já a produção de gás natural teve aumento de 34,9%, atingindo 2,851 milhões 10³ m³. No que diz respeito à produção de biodiesel, esta já alcançou mais de 50 mil m³ em 2008.

Alusivo ao *emprego industrial*, de acordo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, a indústria baiana aumentou em 1,9% o nível de pessoal ocupado assalariado, para o acumulado do ano até outubro, em confronto com igual período de 2007. No Brasil, por sua vez, observou-se aumento de 2,6% para este indicador. Entre as regiões brasileiras pesquisadas pelo IBGE, o Sudeste foi a que apresentou a maior taxa de ocupação na indústria (3,5%). E a região Sul a menor taxa (1,1%). A região Nordeste registrou aumento de 1,2% no total de ocupados assalariados na indústria. A *performance* da indústria baiana neste indicador reflete o dinamismo da produção industrial no período.

Em termos setoriais, no total do país, entre os segmentos que apresentaram incremento no total de pessoal assalariado destacaram-se: *máquinas e equipamentos* (11,6%), *meios de transporte* (9,7%), *máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações* (12,0%) e *alimentos e bebidas* (2,6%). Em contraposição, as pressões negativas na composição da taxa geral foram exercidas, sobretudo, por *calçados e artigos de couro* (-8,7%), *vestuário* (-5,5%) e *madeira* (-8,3%).

Na Bahia, os ramos que figuraram os maiores aumentos no total de pessoas ocupadas assalariadas foram: *alimentos e bebidas* (6,5%), *extrativa* (10,2%), *calçados e couro* (3,5%) e *máquinas e equipamentos* (11,0%). Negativamente destacaram-se os segmentos *produtos químicos* (-21,4%) e *têxtil* (-8,3%).

Constata-se que durante a maior parte do ano de 2008 vislumbrou-se um cenário conveniente à *performance* positiva do setor industrial, caracterizado por demanda interna aquecida, preços elevados de *commodities*, aumento da massa salarial, do consumo das famílias e dos investimentos para diversificação da matriz industrial e da pauta de exportações. A esse cenário se agregam ainda a realização dos investimentos públicos anunciados no Programa de Aceleração Econômica do Crescimento (PAC) e a dinamização do setor da construção civil.

Diante do exposto, na atividade industrial brasileira os resultados para o indicador acumulado nos últimos 12 meses (PEQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2008) evidenciaram desaceleração no ritmo de atividade industrial entre setembro e ou-

tubro (6,4% e 6,8%, respectivamente). Segundo o IBGE, a redução no ritmo de atividade industrial “está marcada por quedas importantes em setores que concederam férias coletivas não planejadas ou efetuaram paralisações técnicas não programadas, num contexto de aumento da incerteza no ambiente econômico internacional”.

Do mesmo modo, segundo dados do IBGE, na indústria baiana os resultados da produção física também se mostraram deteriorados na comparação com o mês exatamente anterior, quando ocorreu retração de 3,9% no mês de outubro em relação ao mês de setembro. E a taxa anualizada entre setembro e outubro passou de 5,1% para 4,6% no período, indicando desaceleração na produção da indústria baiana. Entre os segmentos que registraram queda no ritmo de atividade, na taxa anualizada, entre setembro e outubro, destacaram-se: produtos químicos (de 1,4% para 0,0%), borracha e plástico (de 19,7% para 17,2%) e veículos (de 1,3% para 0,4%).

As expectativas para a indústria baiana nos últimos meses de 2008 mostram-se favoráveis ao bom desempenho econômico com crescimento positivo em 2008, independentemente da ameaça do ambiente turbulento da crise internacional, ainda que o último bimestre apresente resultado negativo. No entanto, as perspectivas para 2009 são de que as capacidades de consumo e de financiamento da economia brasileira declinem devido ao adverso ambiente externo. Já é possível observar nos indicadores recentes uma leve desaceleração no crescimento de algumas atividades, principalmente aquelas relacionadas à indústria de transformação.

Portanto, as expectativas de impacto da crise internacional sobre a indústria brasileira e, por extensão, para a baiana, em 2009, ainda dependem muito do grau de instabilidade alcançado pelo mercado internacional, das ações governamentais a serem definidas e monitoradas pelas autoridades brasileiras e das reações dos agentes econômicos frente ao ambiente externo e interno.

COMÉRCIO EXTERIOR

O acirramento da crise financeira internacional e a redução da demanda, sobretudo nas economias centrais, sinalizam para uma provável redução no ritmo de expansão das exportações brasileira e baiana, com reflexos também sobre as importações. No entanto, apesar da vigência desse quadro desde julho de 2008, os indicadores de comércio exterior brasileiro e baiano mantiveram o mesmo nível de expansão verificado no ano. Considerando-se a manutenção do nível de ex-

pansão, é importante destacar que esta decorre do fato de os contratos de exportações serem firmados antecipadamente, ou seja, o volume que se exporta hoje foi contratado há seis meses. Dessa forma, os efeitos da crise só poderão ser quantificados objetivamente nas exportações do próximo ano que se avizinha.

Com relação aos resultados do comércio exterior, entre janeiro e outubro de 2008, enquanto as exportações brasileiras registraram crescimento em volume de 28,0%, totalizando US\$ 169,3 bilhões, as importações expandiram relativamente 51,6%, chegando a US\$ 148,5 bilhões. Esses resultados determinaram um saldo comercial de US\$ 20,8 bilhões. Do volume exportado, destacaram-se as exportações de produtos básicos que cresceram 49,0% em relação ao mesmo período de 2007. Considerando-se as importações, observou-se maior incremento na categoria de bens intermediários (42,7%), sobressaindo os insumos industriais com a taxa de 32,2%. Nesse mesmo período, as importações de bens de capital cresceram 26,8%.

A dinâmica no comércio exterior baiano teve uma magnitude diversa da verificada no Brasil, pois o crescimento das importações foi superior no Brasil comparado ao assinalado no estado.

As exportações baianas registraram crescimento acima das importações no período de janeiro e outubro de 2008, com valor total de US\$ 7,6 bilhões – crescimento de 28,6%. No contexto das exportações, os produtos manufaturados responderam por

A dinâmica no comércio exterior baiano teve uma magnitude diversa da verificada no Brasil, pois o crescimento das importações foi superior no Brasil comparado ao assinalado no estado

49,7% de tudo o que foi vendido em 2008, ao passo que, no mesmo período de 2007, esse percentual havia sido de 57,2%. Já os produtos básicos, que responderam por 14,7% das exportações em 2007, passaram a responder por 16,6%; nesse mesmo período o crescimento das exportações de produtos básicos foi de 49,8%.

A Tabela 1 exhibe as exportações baianas de acordo com os principais segmentos. Nela pode-se observar que, dentre eles, os que apresentaram as maiores variações foram os classificados como *commodities*, fato esse que reflete a elevação dos preços destas no mercado internacional, particularmente no primeiro semestre de 2008.

(16,6%), papel e celulose (16,3%), químicos e petroquímicos (16,1%), metalúrgicos (14,3%) e soja e derivados (8,7%). Os principais destinos das exportações baianas foram: Estados Unidos (19,2%), Países Baixos (14,0%), Argentina (12,6%), Alemanha (7,0%) e China (6,9%).

Por sua vez, as importações figuraram com crescimento abaixo do registrado nas exportações (26,3%), totalizando US\$ 5,7 bilhões, apesar de manterem a tendência de crescimento verificada desde 2006. Em geral, esse crescimento foi favorecido pela desvalorização do Dólar frente o Real, e, em grande parte, pelo crescimento da renda e da demanda interna.

Tabela 1
Exportações principais segmentos
Bahia – jan.-out. 2007/2008

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. %	Part. %
	2007	2008		
Petróleo e derivados	702,068	1,263,923	80.03	16.60
Papel e celulose	686,250	1,237,791	80.37	16.26
Químicos e petroquímicos	1,304,657	1,227,194	-5.94	16.12
Metalúrgicos	887,821	1,087,278	22.47	14.28
Soja e derivados	348,443	660,761	89.63	8.68
Automotivo	620,511	565,327	-8.89	7.42
Minerais	191,889	244,741	27.54	3.21
Cacau e derivados	187,706	222,932	18.77	2.93
Borracha e suas obras	192,715	200,385	3.98	2.63
Frutas e suas preparações	111,574	124,010	11.15	1.63
Algodão e seus subprodutos	101,283	120,194	18.67	1.58
Café e especiarias	92,880	102,826	10.71	1.35
Couros e peles	89,816	88,208	-1.79	1.16
Calçados e suas partes	68,403	79,257	15.87	1.04
Sisal e derivados	71,467	79,240	10.88	1.04
Máqs., apars. e mat. elétricos	62,019	73,244	18.10	0.96
Móveis e semelhantes	54,055	38,090	-29.53	0.50
Fumo e derivados	18,023	21,546	19.55	0.28
Pesca e aquicultura	6,239	6,898	10.56	0.09
Demais segmentos	121,327	170,416	40.46	2.24
Total	5,919,146	7,614,261	28.64	100.00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 13/11/2008.

Elaboração: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo).

Em 2008, as vendas externas da Bahia se concentraram em cinco segmentos, os quais responderam em conjunto por 72,0% do valor total das exportações. Estes principais segmentos da pauta de exportações baiana são: petróleo e derivados

Quando se avalia as importações a partir das categorias de uso, percebe-se que, entre janeiro e outubro, as importações de bens de capital, na Bahia, registraram variação negativa de 22,2%, enquanto as de bens intermediários cresceram 34,4% e as de

bens de consumo expandiram 36,5%. Ao contrário do que ocorreu em 2007, quando as importações de bens de capital tiveram a maior variação, em 2008, foram os bens de consumo final e os intermediários que mais se expandiram, tendo basicamente como fatores influenciadores aqueles citados acima. No período em análise, os produtos importados que registraram as maiores participações na pauta foram: Sulfetos de minérios de cobre (17,0%), Naftas para petroquímica (14,6%) e Automóveis com motor explosão, 1500<cm3<=3000 (7,4%).

Os dados recentes do comércio exterior brasileiro e baiano apontam que a crise financeira não trará grandes impactos para os saldos comerciais em 2008. No entanto, essa perspectiva não é a mesma para 2009, visto que, para esse ano, espera-se uma redução significativa das exportações brasileiras e baianas por conta dos indícios de recessão porque passa as principais economias mundiais. Na medida em que se tem recessão nessas economias centrais, depara-se, de um lado, com redução da demanda (*quantum* exportado) e, de outro, com queda no preço das *commodities* (valor exportado).

Paralelamente, espera-se também um menor crescimento da atividade econômica no Brasil e na Bahia, fato este que tende a reduzir o ritmo de importações, e assim contrabalançar o efeito da queda das exportações. Na medida em que os eventos gerados pela crise não forem totalmente absorvidos pela economia mundial, não se pode pressagiar exatamente qual será o valor das exportações, das importações e do saldo comercial para 2009. Mas, o que se pode prever é que, em 2009, o fluxo comercial sofrerá redução significativa.

COMÉRCIO VAREJISTA

O volume de vendas do comércio varejista nacional, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (2008) divulgada pelo IBGE, registrou crescimento significativo nos dez primeiros meses do ano de 2008, atingindo a taxa de 10,4%, comparado ao mesmo período de 2007. Esse resultado expressivo pôde ser observado em todas as regiões do país. Entre as unidades da federação que apresentaram as maiores taxas de crescimento destacaram-se: Paraíba (14,4%), São Paulo (13,9%), Rondônia

(13,5%), Rio Grande do Norte (13,0%), Mato Grosso (12,2%) e Mato Grosso do Sul (12,2%).

Todos os ramos do varejo apresentaram variação positiva no período, sendo que os que mais contribuíram para o desempenho foram: hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,7%), móveis e eletrodomésticos (18,0%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (19,4%) e combustíveis e lubrificantes (10,0%).

O volume de vendas no varejo baiano também figurou com *performance* positiva no acumulado do ano de 2008 até outubro, registrando taxa de 8,4% no período. Entre os ramos que mais influenciaram esse resultado destacaram-se: móveis e eletrodomésticos (20,6%), combustíveis e lubrificantes (11,0%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (25,5%).

O desempenho do segmento de *móveis e eletrodomésticos* pode estar refletindo antecipações de compra no último trimestre do ano, principalmente de eletroeletrônicos, diante das expectativas de aumentos de preços motivadas pelo movimento da desvalorização do Real frente ao Dólar.

A segunda maior contribuição veio de *combustíveis e lubrificantes*, refletindo a estabilização dos preços dos combustíveis e a melhoria do poder de compra dos consumidores e da oferta de crédito que permitiram o aumento da frota de automóveis do país.

A atividade de *outros artigos de uso pessoal e doméstico*, com o terceiro maior impacto na formação da taxa do varejo, teve seu desempenho influenciado pela melhoria das condições de renda da população.

Por outro lado, os segmentos que registraram as menores taxas no período foram *tecidos, vestuário e calçados* (0,8%) e *hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (1,1%). Este último refletiu, principalmente, o aumento dos preços dos alimentos que apresentou taxa anualizada de 11,9% em novembro, segundo o IPC/SEI.

De um modo geral, as taxas de crescimento mais baixas no varejo baiano refletiram os aumentos nos preços dos produtos sobre a renda disponível dos consumidores com rendimento mais baixo, preços estes que registraram um aumento de 5,8% na taxa anualizada até novembro, observado pelo IPC/SEI.

Considerando-se o setor de veículos, motos e peças, no mês de outubro destacou-se a redução no volume de vendas (-8,1%); no Brasil essa taxa registrou queda de 7,3%. Esse movimento já reflete os efeitos da crise econômica internacional sobre as expectativas dos consumidores e sobre as condições de crédito e financiamentos desses produtos. O governo federal implementou propostas que podem estimular as vendas do setor nos próximos meses, evitando assim quedas mais intensas. No ano, o setor acumulou taxa de 14,8% em relação ao mesmo período anterior.

Apesar do ambiente de crise, as perspectivas para o varejo no Brasil e na Bahia, são de continuidade de crescimento nas vendas, ainda que o volume apresente taxas decrescentes de crescimento em razão das incertezas dos agentes econômicos. No entanto, os dois últimos meses do ano são caracterizados por ampliação das vendas do varejo, que podem de certa forma contrabalançar com a situação da economia atual. Como também as medidas implementadas pelos agentes econômicos podem atenuar os efeitos da crise.

AGRICULTURA

O desempenho da agricultura nacional com base nos dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, realizado em novembro de 2008, expressou um crescimento da produção da safra de grãos da ordem de 9,4%, em relação à safra do país do ano passado.

Considerando-se as cinco principais culturas (algodão, arroz, feijão, milho e soja), apenas o algodão e o feijão 1ª safra apresentaram queda em relação ao ano anterior, de 2,4% e 8,8%, respectivamente. A soja teve incremento em sua produção da ordem de 3,4%, chegando a 59,9 milhões de toneladas. O milho apresentou crescimento significativo nas suas duas safras, chegando a 10,6% na 1ª (39,95 milhões de toneladas) e 19,3% na 2ª (18,74 milhões de toneladas).

Apesar do ambiente de crise, as perspectivas para o varejo no Brasil e na Bahia, são de continuidade de crescimento nas vendas, ainda que o volume apresente taxas decrescentes de crescimento em razão das incertezas dos agentes econômicos

O arroz expressou crescimento de 9,7%, alcançando 12,12 milhões de toneladas. O feijão teve crescimento de 32,1% (1,42 milhão de toneladas) na 2ª safra e 5,2% (415 mil toneladas) na 3ª safra. O trigo foi o produto, dentre os grãos, com a maior taxa de crescimento (43,4%), chegando em novembro a 5,86 milhões de toneladas.

O cenário positivo do ano de 2008 poderá não ser observado em 2009. As incertezas geradas pela crise econômica e a diminuição do crédito estão afetando as estimativas de safra para o próximo ano. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em seu último levantamento da safra de 2008/2009, aponta redução de 2,5% na safra de grãos do país, chegando a 140,28 milhões de toneladas, contra os 143,86 milhões de toneladas da safra anterior (ACOMPANHAMENTO ..., 2008).

O milho será um dos produtos mais afetados com a crise. As estimativas desfavoráveis para o milho são decorrentes dos elevados custos de produção e da baixa cotação do produto no mercado.

A despeito da normalidade climática e do aumento de área plantada, a produção tende a ser menor devido ao baixo rendimento médio por hectare. A desaceleração econômica, a elevação dos preços dos insumos à produção, a redução da demanda e as incertezas do mercado internacional em relação à comercialização dos produtos contribuem para este cenário (EM NOVEMBRO..., 2008).

O cenário agrícola também é positivo em 2008 para o estado da Bahia. As estimativas do LSPA apontam para um crescimento de 15,6% na produção de grãos, sendo o milho e a soja os principais produtos a sustentar este resultado.

Em novembro, os dados do LSPA indicaram que a produção de soja, em relação ao ano passado, foi maior em 19,6%, chegando a 2,75 milhões de toneladas, e a de milho em 19%, alcançando 1,94 milhão de toneladas. As boas condições climáticas, preços e o aumento da demanda são as justificativas deste bom desempenho em relação ao ano passado.

No caso específico da soja, a ampliação das áreas plantada e colhida teve influência direta neste resultado. O aumento de quase 6,4% nestas áreas fez com que em 2008 o resultado fosse positivo. Além disso, a melhoria nas técnicas de produção serviu também como justificativa para o bom desempenho do setor. O aumento (14,7%) no rendimento médio por hectare reforçou as boas estimativas.

Dentre os produtos pesquisados apenas a cana-de-açúcar apresentou estimativa inferior ao alcançado no ano passado, caindo aproximadamente 2%. O cacau permaneceu estável e o café teve crescimento de produção de aproximadamente 10%.

Para 2009, têm-se perspectivas negativas de mercado, que devem contribuir para o desempenho pouco significativo tanto da agricultura nacional como da baiana. Entre os fatores que influenciam as expectativas para 2009 tem-se as baixas cotações para o mercado interno e externo, o crédito escasso aliado ao custo elevado de produção e as adversidades climáticas, principalmente para as culturas de soja e milho.

EMPREGO

No mês de outubro foi verificado um aumento do desemprego, constatado em todas as pesquisas que analisaram o mercado de trabalho no total das regiões metropolitanas brasileiras e, em particular, na Região Metropolitana de Salvador.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação registrada para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), em outubro de 2008, foi de 10,7%, superior, portanto, à registrada na média do Brasil (7,5%).

Apesar da alta taxa de desocupação quando comparada à taxa global das regiões metropolitanas que compõem a pesquisa, verificou-se contudo estabilidade no nível de desocupação no período. Ou seja, das 3.028 mil pessoas em idade ativa contabilizadas pela PME, cerca de 6% encontravam-se desocupadas, contra 50,6% de ocupados e 43,3% não economicamente ativos.

[...] nos dez primeiros meses de 2008 foram gerados cerca de 56 mil postos com carteira de trabalho assinada na Bahia, um incremento de 4,65% comparando-se com o mesmo período de 2007

O contingente de desocupados (184 mil pessoas) permaneceu estável em relação a setembro de 2008, mas caiu 18,6% frente a outubro de 2007, significando que 42 mil pessoas saíram da condição de desempregadas no período. Ainda conforme a PME, o rendimento médio habitualmente recebido por mês pelo total das pessoas ocupadas (R\$1.045,70) apresentou queda de 1,2% quando comparado a setembro de 2008, porém cresceu 11,1% na comparação com outubro de 2007.

A massa de rendimento real efetivo da população ocupada foi estimada em R\$1.586 milhões em setembro de 2008, uma variação de 0,8% em relação a setembro de 2008 e de 11,4% comparando-se com setembro de 2007 (1.424 milhões).

Os resultados da PME permitem inferir que o desemprego caiu e a renda aumentou, obtendo as mesmas conclusões a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), calculada pela SEI, UFBA e Dieese, indica que a taxa de desocupação elevou-se para 3,6% em outubro de 2008, comparando-se com setembro do mesmo ano. Em outubro de 2008, essa taxa alcançou 20,4% da População Economicamente Ativa, contra 19,7% de setembro do mesmo ano. Apesar da elevação, essa foi a menor taxa de desemprego total para o mês de outubro desde o início da pesquisa (dezembro/1996).

Entretanto, quando comparada à taxa de outubro de 2007 (21,5%), essa taxa sofreu uma redução de 5,1%. A criação de postos de trabalho no Setor de Serviços, e no agregado Outros Serviços (que inclui Construção Civil, Serviços Domésticos e Outros) contribuiu para esse resultado, uma vez que aumentou o nível de ocupação em 2,6% no período.

O rendimento real médio cresceu 12,4% entre os ocupados. Além disso, observou-se elevação na massa de rendimentos médios reais dos ocupados (17,1%), reflexo do bom desempenho do nível de ocupação.

Considerando-se apenas o setor formal de emprego, com base nos dados do Caged do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos dez primeiros meses de 2008 foram gerados cerca de 56 mil pos-

tos com carteira de trabalho assinada na Bahia, um incremento de 4,65% comparando-se com o mesmo período de 2007. Essa expansão segue o movimento de geração de postos de trabalho verificado em âmbito nacional, sendo que no Brasil obteve-se um saldo de mais de dois milhões de postos gerados nos dez primeiros meses do ano.

Apesar disso, o estado da Bahia perdeu posição no ranking dos maiores geradores de empregos formais, isso porque, em outubro de 2008, o saldo apurado pelo Caged para o estado foi negativo (-6.446 postos). Ou seja, houve uma redução de 0,5%, enquanto o conjunto do país apresentou expansão de 0,2% e a região Nordeste 0,37%.

Setorialmente, em outubro de 2008, o setor de Comércio registrou o maior saldo de emprego no estado da Bahia com 2.140 vagas, seguido por Administração Pública (102). Os demais setores apresentaram saldo negativo, a saber: Construção Civil (-3.834) possivelmente devido à conclusão de empreendimentos habitacionais e o adiamento de novos investimentos devido à crise financeira internacional. Agropecuária (-2.899) o que pode ser explicado pela seca em vários municípios e a entressafra. Serviços (-1.317), resultado fortemente amparado no baixo desempenho do segmento de Alojamento e alimentação.

No acumulado do ano até outubro, o setor de Serviços apresentou saldo de 17.668 empregos, o Comércio 10.963 vagas, Indústria de Transformação 10.242 postos de trabalho e nenhum outro setor apresentou saldo negativo.

ESTIMATIVAS PARA O PIB 2008

Com base nos resultados das Contas Nacionais Trimestrais (2008), referentes aos três primeiros trimestres de 2008, a economia brasileira registrou uma expansão de 6,4%, em face do bom desempenho registrado em todos os setores produtivos. A agropecuária cresceu 6,7%, influenciada pelo resultado positivo alcançado nas principais lavou-

ras dessa época do ano, e pelo desempenho da pecuária, com o aumento da demanda da agroindústria (principalmente abate de carne). Estes fatores, associados aos elevados preços, levarão por tendência a uma trajetória favorável ao crescimento continuado do setor no último trimestre do ano, apesar da crise econômica instalada.

Por sua vez, a indústria obteve um incremento de 6,5% nos três primeiros trimestres, se comparado com o mesmo período do ano passado, impulsionada principalmente pelo setor da construção civil que teve seu

desempenho influenciado por obras públicas e pelo aumento das operações de crédito direcionado à habitação. A indústria de transformação apresentou incremento de 6,1% no seu nível de atividade, em que se destacou o crescimento da produção de bens de capital, mesmo dentro de um contexto de crescente concorrência de máquinas importadas. Os serviços tiveram uma expansão de 5,5% no mesmo período em análise, alavancados pelo forte crescimento registrado no comércio (8,6%). Assim, o binômio indústria de transformação e comércio se responsabilizou pelo bom desempenho econômico nos 3/4 do ano civil de 2008.

Pelo lado da demanda, o crescimento no período da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), em 17,3%, e do consumo das famílias, em 6,5%, exprimiu o relevante papel do mercado interno. Com relação aos investimentos, os elementos mais importantes foram as perspectivas de crescimento da economia que influenciaram nas intenções de ampliação da capacidade produtiva das empresas, assim como no menor custo dos bens de capital. O aumento do consumo das famílias esteve atrelado à elevação da massa salarial, refletindo as boas condições do mercado de trabalho, tanto no que se refere aos níveis de rendimento quanto aos de ocupação, e também à manutenção do crédito ao longo do ano.

Diante desse ambiente propício ao crescimento, a expectativa de analistas é de que em 2008 o país cresça em torno de 5,5%. Este incremento é cre-

Diante desse ambiente propício ao crescimento, a expectativa de analistas é de que em 2008 o país cresça em torno de 5,5%. Este incremento é creditado às estimativas apresentadas pelos setores produtivos ao longo do ano em tela

ditado às estimativas apresentadas pelos setores produtivos ao longo do ano em tela.

Com base em estimativas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o PIB da Bahia, no acumulado dos três trimestres de 2008, apresentou crescimento real de 6,0%, na comparação com o resultado do ano anterior, acompanhando a mesma trajetória do desempenho da economia brasileira.

A *performance* do setor de serviços foi o principal fator de influência para o resultado do PIB baiano, dada a sua importância na geração de valor adicionado. A estimativa para esse setor indica um acréscimo de 5,7% no período, traduzido pelo excelente desempenho do comércio (9,2%). Os bons resultados das vendas no comércio, assim como na economia nacional, têm refletido a continuidade do crescimento da massa salarial, as melhores condições de crédito, os impactos dos programas de transferência de renda, além dos efeitos da recuperação do setor agrícola.

O desempenho do setor industrial está fortemente sustentado no crescimento da construção civil, que cresceu 8,7% nos três trimestres de 2008. A estimativa para a indústria de transformação evidenciou um acréscimo de aproximadamente 6,4%. Tal expectativa encontra-se sustentada pelo bom desempenho dos segmentos de celulose e papel, borracha e plástico e minerais não-metálicos, como foi destacado em seção anterior.

Para a agropecuária, as estimativas da safra 2008 são positivas, com resultado superior ao observado na safra 2007, fortemente influenciado pela safra de grãos. O incremento estimado para o setor é de 5,1% no acumulado do ano até setembro. Estes resultados refletem os elevados preços das *commodities* e o aumento do consumo por alimentos mundialmente, que estimularam os agricultores a ampliarem as áreas de cultivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço econômico do ano de 2008 é bastante positivo tanto na economia nacional quanto no estado da Bahia. No entanto, as expectativas de trajetória de crescimento sustentável para o ano de 2009 ainda dependem muito do grau de estabi-

lidade alcançado pelo mercado internacional, das ações governamentais definidas pelas autoridades brasileiras e das expectativas dos agentes econômicos frente ao ambiente externo e interno.

Apenas após a divulgação dos resultados dos indicadores para o último trimestre de 2008 é que poder-se-á perceber efetivamente os efeitos da crise financeira internacional sobre a atividade econômica. Entretanto, diante das expectativas negativas dos agentes econômicos frente à restrição do crédito e à redução da demanda industrial por produtos nacionais, já se vislumbra desajustes significativos em determinados setores da economia, principalmente do setor industrial, mais especificamente na indústria de transformação.

O desenrolar dos acontecimentos devem afetar principalmente o nível de emprego, uma vez que o impacto da crise sobre as expectativas dos agentes econômicos, conduzem a que estes façam ajustes no sentido de reduzir a produção e cortar custos, mais especificamente o variável (empregos).

Portanto, para o ano de 2009, mesmo com os fundamentos consistentes da economia brasileira, o ambiente é repleto de incertezas, com expectativas de desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho, diante da deterioração nos níveis de confiança dos empresários e dos consumidores, restrições ao crédito, e recuos na demanda global e dos preços de *commodities*.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, out. 2008. Disponível em: <<http://www.fieb.ba.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3graos_08.09.pdf>. Acesso em 12 dez. 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (Brasil). Petróleo e derivados: dados estatísticos. Disponível em: <<http://anp.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, set. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Indicadores e estatística. AliceWeb. Brasília: MDIC, 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008.

CADASTRO DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, out. 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. Informativo do comércio exterior. Salvador: PROMO, 2008. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

CONTAS Nacionais Trimestrais. Resultados do 3º trimestre de 2008 – Indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

EM NOVEMBRO o IBGE estima aumento de 9,4% na safra de grãos de 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

INFORMATIVO AGROMENSAL DO CEPEA-ESALQ. São Paulo, Dezembro de 2008. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/agromensa>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

MOVIMENTO nos aeroportos. Brasília: Infraero, 2008. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, out. 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Índices especiais de categoria de uso por atividade. Bens de capital. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2008.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

PREÇO de grão sobe com a alta do petróleo. Valor Econômico, São Paulo. p.C1, 19 ago. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso: em 11 dez. 2008.

VENDAS do comércio aumentam 9,1% em setembro. Salvador: SEI, out. 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

Argentina, Brasil e México face à crise internacional

Pierre Salama^{A*}

Resumo

A crise não deveria chegar à América Latina segundo a maioria dos economistas e governantes: o conjunto de indicadores de vulnerabilidade teria melhorado em grande parte dessas economias. Todavia, a crise veio a instalar-se e, com o passar do tempo, se anuncia cada vez mais severa. Os indicadores de vulnerabilidade são insuficientes, contudo, para estabelecer prognósticos confiáveis. Torna-se necessário acrescentar-lhes indicadores de fragilidade mais fidedignos, tais como a apreciação da taxa de câmbio e outros que revelem as desigualdades. Quanto piores são estes indicadores, mais difícil se torna a resistência aos efeitos da crise e inversamente. Como a crise nos países desenvolvidos adquiriu um caráter sistêmico e seus indicadores de fragilidade encontram-se deteriorados, suas repercussões serão importantes nas economias emergentes, a despeito da melhora em seus indicadores de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Fragilidade. Taxa de câmbio. Desigualdades. Especialização internacional. Contágio.

APRESENTAÇÃO

Desde que a crise dos créditos hipotecários explodiu e que a recessão começou a ser percebida com maior clareza nas economias desenvolvidas, muitos economistas consideraram que as economias emergentes não seriam ou seriam pouco afetadas. A melhora da maior parte dos indicadores de vulnerabilidade, bem como o bom nível dos fundamentos (excedentes da balança comercial, retomada do crescimento e manutenção de uma taxa de inflação em nível pouco elevado, diminuição mais ou menos pronunciada da pobreza) deveria preservar as economias latino-americanas dos efeitos nocivos

Abstract

According to most economists and those in power in Latin America the crisis was not going to happen: all the indicators of vulnerability had improved in most of these economies. However it did happen and day by day looked more and more severe. So indicators of vulnerability are not enough to establish reliable forecasts. More reliable indicators of weakness such as the estimation of the exchange rate and other very high equalities must also be taken into account. The worse these indicators are, the more difficult it is to stand up to the crisis and vice versa. Since the crisis in developed countries has taken on a systematic character and the signs of weakness are not very good, its repercussions will be high in emerging economies in spite of improved signs of vulnerability.

Keywords: Vulnerability. Fragility. Exchange rate. Inequalities. International specialisation. Contagion.

de um possível contágio. Alguns economistas consideraram que as economias emergentes de uma maneira geral, a China e a Índia mais particularmente, poderiam constituir uma “oportunidade” para as economias desenvolvidas e as ajudar a sair de suas respectivas crises. Tal era, por exemplo, a posição defendida pelos economistas da Goldman Sachs: a China, a Índia, “motores” do crescimento mundial, ofereciam mercados suficientes para compensar os efeitos negativos da crise financeira sobre a rentabilidade das empresas dos países desenvolvidos.

Assim, as economias emergentes, estando mais “sólidas” que antes e, portanto, menos vulneráveis,

^A Doutor em Economia pela Universidade Paris-Sorbonne; doutor honoris causa pela Universidade de Guadalajara (UDG) e pela Universidade Autónoma Metropolitana do México (UAM); professor de Economia Internacional na Universidade Paris 13 (Paris-Nord); pesquisador de problemas econômicos e sociais da América Latina; diretor científico da Revue Tiers Monde e do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Internacionalização de Técnicas e Desenvolvimento (GREITD). fpierre.salama@univ-paris13.fr

^{*} Agradeço aos comentários de: Fabio Erber, Sonia Rocha, Carlos Nelson dos Reis, Fernando Francis, Emilio Taddéi, Marcelo Antinori, Jaime Marques Pereira e Thierry Deffarges. Versão revisada no final de dezembro de 2008.

sendo “motores” do crescimento, não somente não deveriam sofrer, ou pouco sofreriam a crise financeira; pelo contrário, essas economias poderiam “ajudar” os países desenvolvidos a ultrapassar os feitos negativos de suas crises financeiras sobre suas taxas de crescimento.

Outros economistas, ainda que muito raros, apresentavam essas proposições com maiores *nuanças*: todos os países não se encontrariam exatamente na mesma situação e, para ficarmos na América Latina, alguns deles estariam mais vulneráveis que outros, e para os mais prudentes, a amplitude da crise financeira atual se constitui em uma variável importante a ser levada em conta. Uma crise financeira “crescente” como aquela que afetou as bolsas ocidentais até a falência de Lehman Brothers (setembro de 2008) poderia não provocar efeitos de contágio, enquanto uma crise aberta, prevista por poucos economistas, pode ter “efeitos *tsunamis*” e, se transformando em crise sistêmica, pode afetar economias aparentemente saudáveis.

Desde então, revelando a arrogância da Finança e de seus teóricos (BOUQUINAT; BRIYS, 2009) que pensavam que poderíamos indefinidamente “produzir dinheiro a partir de dinheiro” com taxas extremamente elevadas, a História decidiu. Antes latente, a crise financeira explodiu e gerou uma crise econômica, uma montada na outra, se inserindo em um círculo que se tornou “vicioso”. Busca de liquidez e “*crédit crunch*” precipitam a crise; inversamente, as intervenções massivas dos bancos centrais, em seguida as dos Estados, procuraram quebrar o círculo vicioso de um endividamento insustentável com a baixa drástica das capitalizações das empresas.

A desaceleração da atividade econômica é agora admitida até mesmo pelas autoridades governamentais. O crescimento deveria ser ao menos a metade daquele de 2008 nas três economias analisadas. Esse crescimento deverá ser mais fraco se, de um lado, a crise econômica nos países desenvolvidos se acentuar e a necessidade de liquidez aumentar, e de outro, se as medidas governamentais tomadas para facilitar o acesso ao crédito se mostrarem insuficientes.

Quanto melhores os níveis dos indicadores, mais fácil será resistir à crise e inversamente

Apresentaremos sucessivamente “porque a crise não deveria acontecer”, em seguida, “porque ela aconteceu”. Ela não deveria acontecer dado que o conjunto de indicadores de vulnerabilidade tinha melhorado na maior parte das economias latino-americanas.

Ela aconteceu e com o passar dos dias ela se mostra cada vez mais severa. É a prova de que esses indicadores não são suficientes para que se possam estabelecer prog-

nósticos fiáveis. É necessário acrescentar indicadores de fragilidade. Para um dado nível de intensidade de crise nos países desenvolvidos, as fragilidades das principais economias latino-americanas dependem de suas respectivas políticas de taxa de câmbio passadas (quanto mais eles deixaram essas taxas apreciadas, mais eles se tornaram frágeis face à adversidade), de suas inserções na economia mundial (quanto menos elas se baseiam em produtos de alta e média tecnologia, mais suas capacidades de resistência são fracas), enfim, das desigualdades de renda (quanto mais elas são bipolarizadas, menos facilidade para substituir mercados externos em crise por um dinamismo de mercado interno). Quanto melhores os níveis dos indicadores, mais fácil será resistir à crise e inversamente. Como a crise nos países desenvolvidos adquiriu um caráter sistêmico e os indicadores de fragilidade não são muito bons, as suas repercussões serão importantes para essas economias emergentes, apesar de os indicadores de vulnerabilidade terem melhorado. As medidas contra cíclicas tomadas pelos governos, por mais necessárias que sejam, apenas poderão atenuar os efeitos de contágio e limitar os custos sociais sobre as categorias mais vulneráveis às crises, a saber, os pobres.

PORQUE A CRISE NÃO DEVERIA ACONTECER...

Um novo contexto: a globalização

Quando se evoca a globalização, em geral cometem-se dois erros. O primeiro consiste em confundir a globalização comercial com a globalização financeira. As duas são bem distintas. A primeira é

na maior parte dos casos muito menos avançada que a segunda. O segundo erro decorre do esquecimento de que se trata de um processo.

Isso que se chama globalização resulta de um longo processo de abertura que tocou o conjunto das economias do planeta². A internacionalização crescente das atividades se traduz por uma expansão generalizada das trocas, mais ou menos viva e regular segundo os países. Esta tendência se reforça desde os anos 1980. Assim, por exemplo, a percentagem de exportações e importações globais em relação ao PIB mundial que era de 27%, em 1986, passou a 36%, em 1996, depois a 50%, em 2006 (fonte: BIS e FMI). A globalização comercial não é, portanto, a livre troca cara aos economistas liberais. Ela se situa entre a abertura total das trocas comerciais e o isolamento. Ela não designa o fim do processo que seria esta abertura total³, ela é um momento de um processo. Dito isso, o que caracteriza a globalização após algumas décadas é sua avançada rapidez, já que o ritmo das trocas é próximo do dobro daquele do PIB, nesses 25 últimos anos.

Apesar do aumento substancial no grau de abertura do Brasil entre 1990 (11,7%) e 2004 (26,9%), seu peso no comércio internacional ainda se encontra em um nível marginal e relativamente estável entre 1975 (1,1%) e 2005 (1,1%)⁴. Esse peso cresce em seguida graças, sobretudo, ao importante aumento do curso para as matérias-primas até meados de 2008. O crescimento das exportações da China é muito mais rápido que a média mundial. Sua participação no comércio internacional, mais ou menos equivalente àquela do Brasil em 1975 (0,9%), se elevou fortemente para 1,9% em 1990, 3,9% em 2000 e alcançou 7,4% em 1995 (fonte: carta IEDI, 2006). A globalização comercial é, por-

tanto, mais rápida que a do Brasil. O Brasil se abre à economia mundial ao ritmo médio observado para o conjunto dos países, diferentemente da China. Tal foi o caso para a maior parte dos países, mesmo com exceções notáveis: o México, onde as exportações cresceram mais rapidamente que a média dos países latino-americanos graças à performance das indústrias de montagem⁵.

A globalização não é apenas comercial, ela é também financeira. O crescimento da globalização financeira é mais elevado. Limitando-se às trocas financeiras e as relacionando às trocas comerciais, pode-se observar que os fluxos de capitais tornam-se em média cada vez mais importantes que os fluxos comerciais. Em 1986, o estoque de títulos emitidos representava apenas 23% do valor dos fluxos comerciais, mas em 2002 esse estoque alcançou e depois ultrapassou 2/3 do valor das trocas comerciais, tendo alcançado 71% no fim do período. No caso do Brasil, comparado à evolução mundial, esse processo foi ainda mais rápido. Paralelamente à abertura das trocas comerciais internacionais, assiste-se a uma elevação dos valores dos títulos com características exclusivamente financeiras, principalmente a partir de 1994, ano em que o governo lançou o Plano Real e estabeleceu um acordo com o FMI para uma renegociação da dívida externa do país. Dessa forma, essa mesma taxa passou de uma média de 8%, antes de 1994, para uma média anual de 60%, no período seguinte, em parte devido ao aumento do preço desses ativos. Dito de outra forma, uma globalização comercial mais pronunciada foi acompanhada de uma globalização financeira ainda mais forte (fonte BIS e FMI).

A globalização financeira é mais volátil que a globalização comercial, sobretudo no que concerne

² Com exceção de algumas economias, como é o caso da Birmânia.

³ A abertura completa não deve ser confundida com a livre troca. A abertura, seja qual for sua importância, é com efeito compatível com uma intervenção do Estado, enquanto que o segundo faz do mercado o único regulador. Uma economia pode então ser muito aberta: como o são algumas economias asiáticas, e conhecer um forte crescimento sem que por isso se possa dizer que ele resulta da livre troca. O forte crescimento é nesse caso o resultado de uma intervenção consequente do Estado, sobretudo no setor de exportação. Sobre esta distinção importante ver AKKERMAN, A.; TEUNISSEN, J. J. (Eds.) *Diversity in development, Reconsidering the Washington Consensus*, Fondad, La Hague e mais particularmente: Wing Thie Woo: "Serious Inadequacies of the Washington Consensus, Misunderstanding the Poor by Brightnest". 2005, no mesmo livro.

⁴ Nós desenvolvemos esse ponto com KLIAS, P. (2007): "A globalização no Brasil: responsável ou *bouc émissaire*?", *Lusotopie*, n. 14, publicado em português na *Revista de Economia Política*, n. 34, 2008.

⁵ Taxa de crescimento médio das exportações.

País	1975-1984	1985-1994	1995-2005
México	28,5	8,4	12,4
Argentina	9,3	8,1	8,9
Brasil	13,7	5,6	8,8
China	14,9	16,8	17,9

Fonte: World Development Indicators, 2007.

aos investimentos em *portfolio*, e dentro dele mais particularmente os bônus e títulos de curto prazo, quer sejam privados ou públicos. Certos países procuram frear esta volatilidade, e ao fazerem isso os efeitos desestabilizadores impõem saídas de capitais no curto prazo. Outros dificultam as saídas de capitais domésticos⁶, mantendo a permissão para a saída de capitais estrangeiros para atraí-los.

É nesse contexto que se devem situar os indicadores de vulnerabilidade e os fundamentais. Concentramos aqui a análise sobre o Brasil. Com efeito, o Brasil parece menos vulnerável que o México ou a Argentina. O primeiro concentra o essencial de seu comércio com os outros países da América do Norte e, por esse fato, encontra-se particularmente sensível às respectivas conjunturas desses países, sobretudo porque uma parte importante das exportações mexicanas é composta de produtos de montagem. Além do mais, as receitas orçamentárias mexicanas encontram-se fortemente dependentes do preço do petróleo que ele exporta. A queda desses preços, no quarto trimestre de 2008, tornou esse país particularmente vulnerável, limitando suas capacidades orçamentárias para relançar a atividade econômica. Enfim, o México não conseguiu restabelecer um saldo positivo de sua balança comercial, apesar da alta do preço do petróleo, e se ele conseguiu limitar o déficit de sua balança de contas correntes isso decorre, parcialmente, do saldo positivo de sua balança de turismo, e essencialmente graças às remessas de trabalhadores mexicanos residentes nos Estados Unidos. Ora, a recessão nesse país diminui as rendas familiares e afeta as despesas de turismo e as transferências de mexicanos.

A Argentina tem um comércio mais diversificado, um ritmo de crescimento muito elevado há alguns

anos e um serviço da dívida externa restritivo: reembolso massivo de bônus creditados quando da gestão de sua dívida externa, substituindo antigos créditos, impossíveis de serem pagos por meio de empréstimos externos. Esse serviço da dívida, mais difícil de ser liquidado em decorrência de importantes vencimentos em 2009, somente pode ser efetuado a partir das reservas acumuladas após 2003 e do saldo positivo de sua balança comercial. Ora,

esse último encontra-se em via de redução rápida com a redução dos preços das matérias-primas e da recessão mundial, o que torna difícil aumentar as exportações de produtos industriais⁷. Inversamente, pode-se acrescentar que a fraca inserção financeira da Argentina deveria protegê-la da especulação internacional. Em realidade, a situação é mais complexa. Herdeira de um liberalismo escorchantes sob os governos Menem e De La Rúa, a internacionalização de sua economia é importante, sobretudo no que concerne aos investimentos estrangeiros diretos. Contrariamente ao que se poderia pensar, essa internacionalização se acentuou⁸, apesar dos conflitos com as transnacionais quando do lançamento do Plano de Convertibilidade.

Uma melhora dos indicadores de vulnerabilidade

Nesse ponto iremos centrar a análise sobre o Brasil. Os indicadores de vulnerabilidade externa levam em consideração diferentes linhas da balança de pagamentos. Três indicadores são em geral privilegiados: o primeiro é um indicador de fluxo, que procura medir as necessidades de financiamento externo; o segundo coloca em relação às reservas com

Os indicadores de vulnerabilidade externa levam em consideração diferentes linhas da balança de pagamentos

⁶ Diante das crescentes dificuldades em transferir capitais ao estrangeiro, os especuladores usaram uma medida original, que consiste em comprar títulos nas bolsas estrangeiras, mesmo quando essas bolsas entraram em uma crise profunda, para revendê-los imediatamente. Dessa forma, os pesos argentinos foram convertidos em dólar. A reação do governo foi, de um lado, fornecer dólares a fim de evitar uma forte depreciação do peso e, de outro, impor aos adquirentes um congelamento de muitos dias para os títulos comprados, antes de revendê-los, esperando que a elevação do custo, decorrente da queda das bolsas estrangeiras somada à depressão provável do peso, iria frear as saídas de capitais... (BC argentino tenta conter fuga de capitais, 2008).

⁷ Acrescente-se que o abandono por lei do sistema de aposentadoria por capitalização (em crise) e sua substituição pelo sistema de repartição na Argentina, a fim de manter o nível de aposentadorias, deveria "ajudar" transitatoriamente os poderes públicos argentinos a encontrar fontes de financiamento complementares para assegurar o serviço da dívida externa "esgotando" no capital das sociedades de capitalização.

⁸ Segundo Lozano e outros sobre as duzentas maiores empresas produzindo bens e serviços, 64% delas eram estrangeiras em 2005 contra 52,5% em 1997. O *chiffre d'affaires* (montante das transações) das empresas estrangeiras em relação àquelas das duzentas maiores empresas aumentou de 64,1% para 75,8%, no mesmo período considerado. (LOZANO; RAMERI; RAFFO, 2007): "A cúpula empresarial argentina quando da crise: câmbio em 1997-2005" (documento CTA).

os fluxos; e o terceiro estabelece uma relação entre o passivo externo e seus componentes com o PIB⁹.

O primeiro indicador considera as necessidades de financiamento externo relativamente ao PIB. São levados em consideração o saldo da balança de contas correntes e o amortecimento da dívida externa no numerador e o PIB no denominador. No caso do Brasil, por exemplo, esse indicador foi, no período 1998-2002, em média, de 9% do PIB. Ele passa a 3,7% do PIB em média no período 2006-2007¹⁰. Existe, portanto, uma nítida melhora segundo esse indicador. Isso se explica fundamentalmente pelo aparecimento de um saldo positivo na balança comercial, após anos de déficit, uma diminuição do pagamento líquido dos juros da dívida externa, um aumento de dividendos pagos¹¹.

De 2004 a 2007, o saldo da balança de contas correntes é positivo e as necessidades de financiamento externo se explicam pelo amortecimento da dívida em via de diminuição. Somente em 2008 o saldo se torna negativo e se soma aos amortecimentos em nítida diminuição.

O segundo indicador estabelece uma relação das reservas sobre o PIB, depois sobre as importações, em seguida sobre a dívida externa bruta, enfim, sobre o serviço da dívida. O valor das reservas em relação ao PIB era de 5,28%, em 1998, e alcançou 13,73%, em 2007. O valor das reservas sobre as importações passou de 0,70 para 1,50 no mesmo período considerado. As reservas sobre a dívida bruta (estando excluídos os empréstimos intercompanhias) passaram de 0,20 a 0,93 nesse mesmo período. Enfim, o valor das reservas em relação ao serviço da dívida conheceu uma evolução semelhante, passando de 0,99 para 3,50 também

em igual período. Essa relação alcançou 5,0 em 2008. E se considerarmos a relação das reservas sobre a dívida a curto prazo, se perceberá uma deterioração entre 1995 e 2000, quando ela se situava, em cada um desses anos, respectivamente, em 123,4% e 60,4%, se estabilizando em seguida em 64,6% até 2002, quando, a partir daí, passa a evoluir de forma positiva, já que ela sobe para 289% em 2007 e, graças à forte alta dos preços das matérias-primas, alcança 326% em junho de 2008. Todos os componentes desse indicador mostram uma nítida melhora da vulnerabilidade externa.

O terceiro indicador coloca em relação o passivo externo e o PIB. O passivo externo é composto de investimentos diretos, investimentos em *portfolio*, da dívida externa bruta – sem os empréstimos intercompanhias – e outros passivos. Esse indicador, medido de maneira bruta e relacionado ao PIB, passa de 67,2% para 71,5% entre 2001 e 2007, ou seja, aparentemente com leve deterioração. Essa deterioração, no entanto, não é confirmada quando esse indicador leva em consideração o passivo externo líquido e inclui, desde então, os investimentos realizados por residentes brasileiros no estrangeiro. O valor desse indicador foi de 47,9%, em 2001, baixando em seguida, sensivelmente, para 35,8%, em 2006, e se elevando novamente em 2007 (43,7%). A melhora desse indicador de vulnerabilidade é menos pronunciada que o observado com os outros indicadores.

Como se irá observar, esse indicador (bruto e líquido) é, ainda que de maneira insuficientemente pertinente, provavelmente melhor que os precedentes para medir a vulnerabilidade externa. A decomposição do indicador bruto supre em parte a insuficiência do indicador tomado em sua totalidade. A porção dos investimentos diretos é de 32,8% do passivo externo bruto e a porção da dívida externa bruta é de 56,4%. Em 2007, a porção dos investimentos em *portfolio* – mais voláteis que os investimentos estrangeiros diretos – foi de 9,9%, enquanto a dos outros passivos é negligenciável. Em 2001, a composição é diferente: os investimentos em *portfolio* se elevam para 38,8% em lugar de 9,9% do total de passivos; de maneira inversa, a dívida externa bruta diminui em termos relativos, passando a 20,6% em lugar de 56,4% e os outros passivos se

⁹ Para uma análise aprofundada, ver Ribeiro e Markwald (2008): Balança comercial e os déficits em transações correntes: de volta a vulnerabilidade externa? Em *Fórum Nacional*; Fórum especial: como ser o melhor dos BRICS. Estudos e pesquisas no 250. Igualmente De Paula, Castro Pires e Meyer (2008): Regime cambial, taxa de câmbio e estabilidade macroeconômica do Brasil, V Fórum da Fundação Getúlio Vargas, mimeo. Gonçalves (2008): Crise econômica: radiografia e soluções para o Brasil, mimeo, e (2008): A crise internacional e a América Latina, com referência ao caso do Brasil, mimeo. Pode-se igualmente ver A. Moreira, K. Rocha e R. Siqueira (2008): "O papel dos fundamentos domésticos na vulnerabilidade econômica dos emergentes", IPEA, Texto para discussão 1358, para uma análise comparativa de algumas economias latino-americanas com outras economias emergentes asiáticas e europeias.

¹⁰ Esses dados, bem como aqueles que se seguem, foram obtidos no Banco Central, salvo indicações contrárias.

¹¹ Em 1998, o pagamento dos juros da dívida externa, a transferência de dividendos ao estrangeiro e, enfim, os lucros repatriados correspondiam a 2,2% do PIB. Após ter aumentado sensivelmente, esse percentual diminuiu em seguida para alcançar em 2007 o mesmo nível de 1998. Mas em relação ao valor das exportações, a baixa é nítida, passando de 35,6% em 1998 para 18,2% em 2007; essa relação é ainda muito pronunciada quando se relaciona os pagamentos às reservas: 40,8% e 16,2%, nas mesmas datas.

elevam a 5,6%. A estrutura do passivo externo bruto revela uma vulnerabilidade mais elevada: tradução da elevação das bolsas ditas emergentes, os componentes mais voláteis são mais importantes.

Nos 25 últimos anos, o PIB *per capita* aumentou muito pouco e muitos economistas se interrogaram sobre as razões dessa tendência à estagnação econômica¹². Desde o início dos anos 2000, observa-se uma aceleração do crescimento, importante na Argentina, modesta no México e no Brasil, como se pode ver no quadro abaixo. Não entra em nosso propósito aqui analisar se se trata simplesmente de uma fase de crescimento mais sustentável em uma tendência de fraco crescimento, ou se se trata do início de uma nova tendência, superando a fase antecedente. Esta discussão, ainda que interessante, provavelmente ficou obsoleta, isso porque a crise apresenta uma natureza que pode provocar mudanças importantes no futuro.

ele foi acompanhado de um saldo positivo da balança comercial e de uma redução da dívida externa. Esses dados são conhecidos e disponíveis em todos os bancos de dados.

O conjunto desses dados, bem como a melhora dos indicadores de vulnerabilidade, parecem indicar uma capacidade de resistência maior que no passado em relação às crises internacionais. Essas previsões se revelaram equivocadas.

PORQUE A CRISE ACONTECE

Muito já se escreveu sobre as origens e causas da crise financeira nos países desenvolvidos. Esse não é o objetivo desse artigo¹⁴. Sublinhemos, entretanto, três pontos que facilitaram o desenvolvimento das bolhas especulativas e suas explosões: a adoção de regras contábeis valorizando os ativos a partir de seus preços de mercado (mark to mar-

Tabela 1
Taxas de crescimento – Argentina, Brasil e México
2003-2009

Pais	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	8,8	9	9,2	8,5	8,7	7	4,5
Brasil	1,1	5,7	2,9	3,7	5,4	4,8	2,29
México	1,4	4	3,2	4,9	3,8	2	2,3

Fonte: Estúdio econômico de América Latina y El Caribe, Política macroeconômica y volatilidade, Cepal (2008), para 2008, estimativas FMI, Perspectivas de economia mundial e 2009, estimativas Bradesco (19/12/2008) para o Brasil, FMI (WEO, abril) para o México e Argentina.

Perspectivas de crescimento cada vez mais sombrias.

A data das previsões feitas por instituições é importante, pois à medida que o tempo passa elas se tornam mais pessimistas e são corrigidas para baixo: para o Brasil, por exemplo, o Bradesco previa em 20/6/2008, 4,11% de crescimento para 2009, essa percentagem passou a 3,83% em 1/8/2008, 3,70% em 12/9/2008, 3,41% em 17/10/2008, 3,3% em 21/11/2008, 2,5% em 12/12/2008 e 2,29 em 19/12. No início de dezembro (18/12), a Cepal igualmente modificou suas previsões de crescimento: a Argentina deveria ter um crescimento limitado a 2,6% em 2009, o Brasil 2,1% e o México 0,5% (isto é, um crescimento *per capita* negativo). Segundo outros institutos, a Argentina deverá ter um crescimento próximo de zero (de 1,5 a 3% segundo os dados oficiais, mas de 0 a 1% segundo a fundação mediterrânea), o Brasil deve enfrentar um crescimento de 0% segundo a Morgan Stanley.

Exceto para a Argentina¹³, este crescimento se fez com uma fraca alta dos preços, um maior controle do déficit público, e, com exceção do México,

ket), a possibilidade para os bancos de vender de maneira muito lucrativa os riscos tomados graças à concepção e à emissão de produtos financeiros cada vez mais sofisticados e os colocar fora de suas avaliações e, enfim, as formas para os menos “desonestos”, retomando uma expressão de Bourgui-

¹² Apresentamos os debates e nossa contribuição própria a esta questão no primeiro capítulo de nosso livro de 2006: *Le Défi des Inégalités, [Une Comparaison Économique] Amérique Latine/Asie*, publicado pela La Découverte e traduzido em espanhol pela Siglo XXI em 2008.

¹³ O índice de preços elaborado pelo Indec na Argentina subestima sistematicamente e fortemente a inflação, a ponto de necessitar a construção de um novo índice. A razão oficial apresentada é que o indicador foi construído quando o peso valia um dólar na época da convertibilidade e que não foi modificado desde então. Isso significa que o valor dos bens foi mensurado a uma taxa de câmbio de um peso em lugar de três, aproximadamente.

¹⁴ Sugerimos os livros de Bourguinat e Bryis já citados, bem como o livro de Lordon (2008): *Jusqu'à Quand ? Pour en Finir Avec les Crises Financières*, editado pela Raison d'agir; e, sobretudo, o livro de Aglietta e Berrebi (2007): *Désordre Dans le Capitalisme Mondial*, editado pela Odile Jacob, escrito antes da explosão da crise.

nat e Bryis, de avaliar os riscos. Assim concebida, a engenharia financeira adquire uma lógica própria de entusiasmo: “[...] o crédito não é mais fundado nas perspectivas de rendas dos que se endividam, mas nas expectativas de valor de sua riqueza”, observa Aglietta (2008). A razão da dívida sobre a renda infla, quando deveria baixar em relação ao valor de mercado. Para retomar uma expressão de Mynski, chega-se muito rapidamente a um financiamento de tipo Ponzi e a instabilidade se mostra e se impõe brutalmente. O sistema implode: a explosão da bolha conduz a uma desvalorização brutal dos ativos e aquilo que favorecia ontem sua formação (a *equity value*, isto é, a diferença positiva entre o valor de mercado e o crédito acordado) se transforma em seu contrário (o valor de mercado desaba e se situa a partir de então abaixo do valor dos créditos a serem reembolsados). O retorno do ciclo provoca um ressecamento brutal da liquidez: as empresas financeiras buscam liquidez para financiar um risco que ontem, transferido e disseminado, encontrava-se fortemente reavaliado; as empresas não financeiras, com a desvalorização de suas capitalizações, veem toda uma série de taxas “passar ao vermelho”, e se confrontam com uma falta crescente de liquidez. Os bancos cessam os empréstimos entre eles mesmos e a *fortiori* freiam brutalmente seus empréstimos às empresas. O *crédit crunch* transforma a crise financeira em uma crise econômica. A crise torna-se sistêmica, ela afeta até mesmo as empresas que tiveram uma gestão prudente, longe da manipulação, antes lucrativa, dos produtos financeiros. Ela se propaga com força além das fronteiras, por canais forjados pela globalização financeira.

Não está em nosso propósito aqui retomar e discutir esta teorização da crise financeira¹⁵, mas de deduzir dela uma abordagem diferente da fragilidade das economias latino-americanas.

¹⁵ Notemos assim mesmo que esta maneira de conceber a crise financeira difere profundamente da abordagem dos mercados eficientes e da (não) transparência da origem da crise, tal como define a corrente neoclássica. Retomando A. Orléan (2008): “Au-delà de la transparence de l’information, contrôler la liquidité”, revista *Esprit*: “Para o paradigma da eficiência, a crise é antes de tudo questão de opacidade... Esta concepção é contestável. A transparência não é jamais suficiente para assegurar a estabilidade financeira, pois o mecanismo financeiro é por si mesmo produtor de instabilidades”.

[...] o crédito não é mais fundado nas perspectivas de rendas dos que se endividam, mas nas expectativas de valor de sua riqueza

Todas as economias são afetadas pela crise, mesmo a China e a Índia. As bolsas latino-americanas conheceram quedas importantes e brutais e sua volatilidade aumentou fortemente, antes mesmo que as bolsas dos países desenvolvidos tivessem submergido. Alguns analistas financeiros consideram que essas reversões importantes de tendência constituem um sinal prenunciador das dificuldades futuras para as bolsas dos

países desenvolvidos. Desde junho de 2008 o índice Bovespa cai, passando de 74000 a menos de 30000 ao longo do mês de outubro. O Mexbol, no México, passa do índice 32000 a menos de 17000 no mesmo período. Enfim, o Merval, na Argentina, após alcançar um pico de 2355 em novembro de 2007, mergulha e passa a 810 em outubro de 2008, e desde então, como as demais bolsas latino-americanas, conhece uma leve retomada e uma volatilidade elevada. Pouco tempo depois as taxas de câmbio conhecem evoluções similares¹⁶. Após anos de apreciação das moedas desses países, o real brasileiro conhece uma depreciação face ao dólar desde agosto (com uma baixa para 1,55 reais por um dólar), que se acelera em outubro (com um pico de mais de 2,5 reais por um dólar), passando depois por uma volatilidade muito forte, produzida em parte por intervenções consequentes do Banco Central. No México, por sua vez, a depreciação do peso face ao dólar aconteceu no início de agosto (caindo a menos de 9,85 por um dólar), se acelerou em outubro (pico a 14,30), para depois uma forte volatilidade (para o conjunto desses dados, fonte: BBSP). As reservas do Banco Central diminuem, sendo elas utilizadas para financiar a deterioração da situação externa (balança comercial negativa no México, balança de contas correntes tornando-se levemente negativa no Brasil, saída de capitais de títulos de investimentos diretos desses países para o estrangeiro), mas também para evitar a continuidade da depreciação das moedas nacionais face ao dólar.

¹⁶ Na Argentina, as evoluções são menos pronunciadas. O peso argentino foi mantido em um nível relativamente depreciado, diferentemente das outras moedas latino-americanas, e a depreciação foi mais fraca.

A sequência é então a seguinte: queda pronunciada das bolsas, precedendo as quedas das bolsas dos países desenvolvidos, depois, retardada depreciação forte das moedas face ao dólar, sobretudo quando a crise financeira explode. A originalidade da crise financeira vem ao mesmo tempo de seu caráter anunciador para os países desenvolvidos e de sua aceleração quando a crise explode. Estamos, portanto, longe dos esquemas previstos pela maior parte dos economistas.

Os indicadores de vulnerabilidade que expomos são pouco pertinentes para medir a fragilidade dessas economias quando explode uma crise sistêmica. Eles têm utilidade, sobretudo, nos períodos de não crise internacional. Assim, é preciso que se desenvolva de maneira complementar novos indicadores de fragilidade. É sobre isso que iremos expor. Esses indicadores traduzem a fragilidade dos novos regimes de crescimento adotados com a ação – com mais ou menos intensidade segundo os países – e “recomendações” do Consenso de Washington, nos anos 1990, visando liberar os mercados. As novas fragilidades têm a ver, de um lado, com os efeitos combinados de uma apreciação das taxas de câmbio e de uma retração relativa do Estado em matéria de política industrial, e, de outro, com as restrições decorrentes dos movimentos de liberalização das trocas comerciais e financeiras; enfim, as muito fortes desigualdades de rendimentos. Para um dado nível de crise internacional e de relativamente bons indicadores de vulnerabilidade, quanto piores são os indicadores de fragilidade, mais fortes serão as repercussões da crise dos países desenvolvidos sobre as principais economias latino-americanas e mais difícil será colocar em prática políticas contra cíclicas eficazes.

Os indicadores de fragilidade se reportam às taxas de câmbio, à estrutura das exportações (conteúdo tecnológico, valor agregado) e à importância das desigualdades na distribuição dos rendimentos.

Os efeitos perniciosos de uma valorização da taxa de câmbio

A tendência à apreciação da taxa de câmbio fora dos períodos de crise torna mais difícil uma inserção auspiciosa das economias na economia mundial.

[...] quanto piores são os indicadores de fragilidade, mais fortes serão as repercussões da crise dos países desenvolvidos sobre as principais economias latino-americanas

1. Com a aplicação das principais recomendações do Consenso de Washington, a economia torna-se fortemente e subitamente liberalizada nos anos 1990. As economias, fortemente fragilizadas

por anos de hiperinflação e de redução às vezes massiva de seus fluxos de investimento nos anos 1980, vão, desde então e ao mesmo tempo, sofrer destruição de partes de seu aparelho produtivo, importação massiva de segmentos antes produzidos localmente, déficit considerável de sua balança comercial, uma modernização enfim em uma segunda etapa de certas franjas de seu tecido industrial. O serviço da dívida, não podendo ser efetuado a partir de um excedente da balança comercial, vai depender da entrada de capitais. Nos anos 1990, a taxa de juros vai se tornar assim a verdadeira “variável de controle” e o regime de crescimento instituído com a liberalização tenderá a funcionar como uma economia cassino (para retomar uma expressão de Keynes) na origem de uma grande volatilidade do PIB e de uma incapacidade de reduzir a pobreza. A taxa de câmbio conhece uma grande volatilidade. Fixa nominalmente, ela tende a se valorizar em termos reais e conhece profundas desvalorizações quando das crises financeiras.

Nos anos 2000, a situação tende a se inverter, o crescimento é mais elevado e a volatilidade mais fraca (com exceção da Argentina no início do milênio). Os efeitos positivos da liberalização aparecem com a modernização do tecido industrial e a balança comercial torna-se positiva (com exceção do México). A taxa de câmbio, tornada flexível, tanto nominal quanto real, se valoriza novamente para o conjunto de países. Esta valorização é mais ou menos contida na Argentina e muito menos no México e no Brasil. Ela não é compensada por uma elevação das taxas de importação e das subvenções às exportações, como foi o caso no passado, quando,

graças à substituição das importações, o crescimento foi particularmente elevado e durável¹⁷.

2. Numerosos estudos mostram os efeitos negativos de uma apreciação da taxa de câmbio sobre a rentabilidade do capital e o crescimento (IBARRA, 2008). A tese central é a seguinte: a apreciação da taxa de câmbio torna difíceis as exportações, exceto as de matérias-primas, e somente uma maior competitividade pode compensar

essa desvantagem. Afora as matérias-primas, as exportações aumentam, mas o ritmo é moderado se comparado àquele das economias asiáticas. As importações, facilitadas por esta apreciação da moeda nacional e pela redução massiva dos direitos de importação, aumentam igualmente.

Duas constatações se destacam desse duplo processo. A primeira concerne ao valor agregado das exportações. Sem ir até o caso extremo do México e de suas indústrias de montagem, o valor agregado diminui em razão do aumento dos *inputs* e dos bens de equipamentos importados mais do que eram antes. Mais grave é a incapacidade de desenvolver produtos de alta tecnologia. Ora, como observava Lall (2004), a impulsão das exportações de produtos de alta tecnologia é bem mais rápida que a média das exportações de produtos industriais: 7,3% nos países industriais contra 16,5% nos países em desenvolvimento, entre 1980 e 2000. Nem todos os países em desenvolvimento conhecem essas evoluções, longe disso. Elas são concentradas em alguns países, quase que exclusivamente os asiáticos¹⁸. São as exportações desse tipo que permitem uma inserção sólida na economia mundial e diminuem a vulnerabilidade externa dos países que as podem desenvolver. Com efeito, as exportações

Como aponta a experiência das economias asiáticas, sua elevação não decorre do livre jogo de mercado, mas da intervenção indireta do Estado

com conteúdo tecnológico elevado se caracterizam por uma elasticidade da demanda em relação à renda elevada em um plano mundial e são suscetíveis de provocar importantes efeitos de estímulo sobre os ramos industriais (*backward effect linkage*).

Como aponta a experiência das economias asiáticas, sua elevação não decorre do livre jogo de mercado, mas da intervenção indireta do Estado, tanto no plano da política industrial (política considerada

de vigilância de nichos acompanhada de taxa de juros preferencial, subvenções temporais e seletivas, etc.) como de seu acompanhamento no plano das infraestruturas físicas (transporte, energia, etc.) e das humanas (educação, saúde). Em tal caso, o crescimento é chamado de “vão dos gansos selvagens”. De forma inversa, a dificuldade em favorecer a elevação das exportações com conteúdo tecnológico elevado caracteriza os modos de crescimento do tipo *canards sauvages* (NdT: “empresas pouco eficientes”). Os efeitos sobre o crescimento das exportações são então fracos, a relação entre o grau de abertura mais elevado e o forte crescimento não se verifica¹⁹.

3. Se tomarmos o caso do Brasil, país cuja economia é a mais avançada em termos de tecnologia, a maior parte das exportações encontra-se ainda centrada em produtos com fraco, ou médio, grau tecnológico. A grande elevação das exportações brasileiras após o ano 2000 é devida, principalmente, a bens manufaturados que incorporam um nível tecnológico baixo ou “médio-baixo” e a bens não industriais (*agrobusiness*) com fraco valor agregado e com nível tecnológico também fraco²⁰.

¹⁷ Como sublinha Bresser Pereira (2009) em seu livro *Mondialisation et Compétition, Pourquoi Quelques Pays Émergents Réussissent Alors Que d'Autres Non*, editado pela La Découverte. Assim sendo, a prática das subvenções e das taxas de importações mostrou igualmente seus limites em certos momentos, quando essa prática permitiu o nascimento de um desperdício de recursos e suscitou uma fraca eficácia. Em vez de colocar em ação uma “aposta sobre estruturas novas”, esta política pôde então se transformar em seu contrário e favorecer comportamentos rentistas.

¹⁸ O México parece exportar produtos classificados como de alta tecnologia, mas se trata mais de uma ilusão estatística que de uma realidade: o valor agregado é extremamente fraco, os produtos são, sobretudo, montados. É para evitar esse gênero de ilusão que novos indicadores são construídos. Ver por exemplo S. Lall, J. Weiss e J. Zhang (2005): *The Sophistication of Exports, a New Measure of Product Characteristic*, no QEH, Working paper no. 123, Li Cui (2007): “Is China changing its stripes? The shifting structure of China’s external trade is implications”, FMI.

¹⁹ Sobre essas questões, ver Lall, 2004, op. cit., Palma, 2006, Palma, G. (2004), “Flying – geese na lame-ducks: regional powers and the different capabilities of Latin America and East Asia to demand – adapt and supply-upgrade their export productive capacity », Oxford University, mimeo, Oxford, publicado em parte na Revista *Tiers Monde* (2006, n°186): “Stratégies actives et stratégies passives d’exportation en Amérique latine et en Asie orientale” et P.Salama, 2006, *Le défi des inégalités...op.cit.*

²⁰ A estrutura das exportações em 2007 é a seguinte:

Estrutura das Exportações		
Setor	Crescimento 2000-2007	Part. %
Base	48,8	37,1
Semimanufaturados	27,0	13,7
Manufaturados	13,2	46,6
Outros	66,3	2,6

Fonte: World Development Indicators, 2007.

País essencialmente urbano, a Argentina possui um tecido industrial relativamente complexo. Contrariamente ao que muitas vezes é afirmado, a economia argentina não é “primarizada”²¹ e suas exportações industriais são consequentes. O saldo positivo de sua balança comercial não se explica apenas pelo vigor de suas exportações de produtos primários e de produtos manufaturados de origem agrícola, mesmo se esses contribuem fortemente para tanto. A estrutura e evolução de suas exportações testemunham isso. Em 1997, à véspera da grande crise (1998-2002) que conduziria ao abandono do plano de convertibilidade (fim de 2001) e, portanto, ao fim da paridade dólar-peso, as exportações de produtos manufaturados de origem industrial correspondiam a 31% do total das exportações, as de produtos primários, excetuado combustíveis, a 24% e as de produtos manufaturados de origem agrícola entre 34 e 35%, o restante representando combustíveis. Dez anos mais tarde, as exportações totais mais que dobraram em valor, passando de 26,4 bilhões de pesos, em 1997, para 55,7 bilhões, em 2007. A composição dessas exportações ficou relativamente estável: 31% para os produtos manufaturados de origem industrial, 22% para os produtos primários, exceto combustíveis, e 34 a 35% para os produtos manufaturados de origem agrícola. Isso ocorreu apesar da forte alta do preço das matérias-primas de origem agrícola²².

Se é, portanto, um pouco redutor caracterizar a Argentina de hoje como uma economia “primarizada”, não se pode esquecer que as exportações manufaturadas desse país não são compostas de produtos de alta tecnologia. A Argentina paga o preço de uma política de sobreapreciação da taxa de câmbio real durante o plano de convertibilidade ao longo dos anos 1990, que enfraqueceu um setor

industrial já debilitado por anos de hiperinflação e pela política ultraliberal da ditadura. Após a muito forte desvalorização, no início dos anos 2000 e no fim do plano de convertibilidade, a manutenção de uma taxa de câmbio relativamente depreciada não foi suficiente para modificar qualitativamente a estrutura das exportações industriais, sobretudo face à ausência de uma política industrial consequente.

O México alterou profundamente a estrutura de suas exportações em poucas décadas, mas se o peso dos produtos energéticos (petróleo) é fraco, a estrutura de suas exportações de produtos industriais se caracteriza por uma parte importante de produtos montados com baixo valor agregado. Ibarra (op. cit.) mostra, a partir de uma abordagem em termos de multiplicador da demanda, que a contribuição do crescimento do PIB se explica essencialmente pelas exportações potencializadas pelo multiplicador e muito pouco pelo investimento potencializado por esse mesmo multiplicador. Em outros termos, isso significa que o arranque das exportações não gerou um aumento da taxa de investimento, na ausência de uma política industrial, nem tampouco um aumento da taxa de crescimento.

Uma taxa de câmbio depreciada estimula o crescimento e, se essa taxa é acompanhada de uma política industrial, permite uma melhor inserção na economia mundial, ao contrário de uma taxa de câmbio apreciada e de uma retração do Estado na economia. A relação parece *bijetive* e pode-se considerar que as fortes depreciações provocadas pela crise atual, bem como o retorno anunciado do Estado na economia, poderiam estimular o crescimento. Esse não é o caso. Os dois primeiros indicadores, um sobre a taxa de câmbio e outro sobre a estrutura das exportações e seu grau de integração, não são suficientemente bons para permitir uma melhor resistência à crise internacional.

Para esses três países, a depreciação da taxa de câmbio tem pouca chance de estimular o arranque das exportações manufatureiras, de modificar seu conteúdo aumentando seu valor agregado, e provocar o crescimento, em razão da crise econômica que alcançou os países que comercializam com eles²³. Entretanto, o retorno do Estado na economia e a depreciação da taxa de câmbio limitarão os efeitos negativos da crise. Esses países encon-

²¹ Não existe uma definição científica da “primarização”. Pode-se considerar, no entanto, que uma economia é “primarizada” se a parte de suas exportações de produtos primários nas exportações totais é predominante, e que ela está em curso de “primarização” se esta parte tende a aumentar de maneira significativa.

²² De maneira geral, no período 2002-2007, observa-se que 40% da alta das exportações deveu-se a um efeito preço, cerca de 40% a um efeito quantidade e 20% à combinação desses dois efeitos. O efeito preço encontra-se, sobretudo, concentrado nos produtos primários (+21%) e nos produtos manufaturados de origem agrícola (+24%). Esse percentual é menor nos produtos manufaturados de origem industrial (+3% de 2006 a 2007, por exemplo). Com base nessas estatísticas, pode-se então concluir que a parte em volume dos produtos manufaturados de origem industrial teria aumentado e aquela das outras exportações diminuído. Esta progressão relativa corresponde igualmente a um forte crescimento em termos absolutos, isso porque as exportações totais foram fortemente aumentadas, tal como já indicamos. (O conjunto desses dados vem de um estudo elaborado por J. Scharzer e sua equipe do DESOA da UBA a partir de estatísticas do Indec).

tram-se submetidos a uma “dupla pena”²⁴: eles sofrem com a crise internacional porque a economia é crescentemente globalizada e eles sofrem tanto mais por terem aceito, com exceção da Argentina nos anos 2000, que sua taxa de câmbio se apreciasse e por terem atribuído, em graus diversos – o Brasil menos que os outros países –, cada vez menos interesse por uma política industrial.

É possível remediar a falta de vitalidade da demanda internacional por um dinamismo maior do mercado interno?

Novas “regras do jogo” e seus efeitos sobre a distribuição dos rendimentos

É possível remediar a falta de vitalidade da demanda internacional por um dinamismo maior do mercado interno? As muito fortes desigualdades de rendimentos, dentre os mais elevados do mundo, a fraca redistribuição, se comparada àquela dos países desenvolvidos, e os efeitos da mundialização, tal como a que foi praticada sobre a relação salário/lucro, tornam difícil essa possibilidade, a menos que seja engajada uma verdadeira política redistributiva, sobretudo em favor das categorias mais vulneráveis às crises, a saber, os mais desprovidos.

1. As novas “regras do jogo” que regem a economia mundial são relativamente conhecidas. Com a liberalização comercial, a restrição de preço exerce efeito mais fortemente que no passado, quando era possível compensar uma insuficiente competitividade por um protecionismo e/ou por subvenções consequentes, ou ainda por manipulações da taxa de câmbio. Estas políticas são mais difíceis de ser postas em ação. O preço internacional sobre tal ou qual produto é o objetivo a ser alcançado, e talvez ultrapassado. É isso que explica fundamentalmente a desaceleração da alta dos preços, a busca de bolsos de produtividade por meio de uma diminuição

dos tempos mortos e uma reorganização do trabalho com maior flexibilidade, além de uma utilização de bens de equipamento de melhor desempenho, no mais das vezes importados. É isso que, em parte, explica o recuo dos salários em relação ao aumento da produtividade e a concorrência com países de baixos salários²⁵ utilizando tecnologias mais sofisticadas que no passado e impulsionados a reduzir a alta do custo unitário do trabalho, ao exercer pressões sobre a progressão dos salários.

Com a liberalização financeira, essas restrições sobre os custos do trabalho exercem seus efeitos mais fortemente. A “voracidade” das finanças favorece a busca de taxas de rentabilidade extremamente elevadas. Quando se analisa a repartição do valor agregado das empresas não financeiras, observa-se, em graus mais ou menos pronunciados, tanto nos países desenvolvidos como nas economias latino-americanas, uma redução da parte dos salários e um aumento da parte dos lucros no último quarto do século XX. No interior dos lucros, os dividendos e os juros pagos ocupam uma parte crescente. O resultado é que muitas vezes, ainda que aumente a parte dos lucros, aquela reservada aos lucros que serão reinvestidos fica estável ou aumenta muito pouco, revelando-se insuficiente para produzir uma taxa de crescimento elevada e durável.

2. O aumento do crédito destinado às famílias pode suprir a insuficiência dos salários? Sabe-se que nos países desenvolvidos, e mais particularmente nos Estados Unidos, a tendência à estagnação econômica que teria resultado da insuficiência da demanda de bens de consumo, pela ausência de aumentos dos salários no ritmo da produtividade e da incapacidade em aumentar os mercados externos, foi contrabalançada pela alta muito forte do crédito e pelo desaparecimento da poupança familiar. A alta do crédito (“a todo preço” e graças à

²³ Sobre esse ponto ver D.Azpiazu e M. Schorr na página 12 de 10/12/2008: “Debate sobre o dólar alto”. Trata-se de um ponto importante que não poderemos desenvolver aqui. A relação taxa de câmbio – exportação (quantidade, qualidade) não é reversível. Uma taxa de câmbio apreciada limita o avanço das exportações e, sobretudo apresenta uma tendência a reduzir seus valores agregados. Como já vimos uma depreciação não provoca necessariamente o efeito inverso e na mesma altura, os resultados dependem da dinâmica da demanda mundial, mais fraca em período de crise internacional. Ela, entretanto permite que a taxa de crescimento das exportações baixe menos.

²⁴ Esta expressão é utilizada na França para designar a segunda sanção (expulsão do território), que sofrem os trabalhadores imigrados condenados a uma pena de prisão.

²⁵ Dados recentes, elaborados pelo Bureau of Labor Statistics (maio de 2004), mostram que as diferenças de salário são importantes mesmo no México: o custo hora na indústria manufatureira é de 0,6 dólares na China, contra 21,37 nos Estados Unidos, 19,02 no Japão, 2,61 no México e 0,3 na Índia em 2002. É isso que explica que para produtos não ponderados assiste-se à transferência de usinas instaladas no México para a China ou Vietnam, o peso dos custos de transportes sendo mais que compensados pela diminuição dos custos unitários do trabalho, combinando salário e produtividade.

montagem de produtos financeiros cada vez mais sofisticados, que ao transferir riscos de *default* tornam esses produtos ainda mais lucrativos) permitiu que a rentabilidade do capital pudesse crescer e financiar a alta dos lucros financeiros, e aumentar a taxa de investimento.

Isso certamente favoreceu o crescimento por algum tempo, até que a crise dos *subprimes* se traduzisse em uma desconfiança generalizada em relação ao

conjunto dos produtos sofisticados, e em um *crédit crunch*, responsável pela mutação da crise financeira em uma crise no setor real da economia.

Esse não é o caso na América Latina: o crédito às famílias é muito fraco, sobretudo quando se compara àquele prevalente nos países desenvolvidos e nas economias asiáticas e àquele concedido às empresas²⁶; mesma coisa quanto ao financiamento a partir de bônus emitidos no mercado financeiro²⁷. A partir de um nível pouco elevado, o crédito aumentou fortemente no Brasil esses últimos anos e, levando em consideração a desaceleração recente, ele alcançou 40% do PIB em novembro de 2008 (fonte: Bradesco), mas ainda é fraco. O custo do crédito é em geral elevado, principalmente no Brasil. Ele serve, sobretudo, para financiar no curto prazo a demanda das famílias e o capital circulante das empresas. O financiamento do investimento, fora o autofinanciamento, é feito pelos bancos do Estado (BNDES no Brasil) a uma taxa mais ou menos reduzida em relação àquela oferecida pelos bancos. Esta via abre a possibilidade de colocar em ação uma política industrial, quando o banco de Estado é importante, como é o caso no Brasil. Para as grandes empresas pode-se dispor do acesso aos finan-

A alta recente da razão entre o crédito e o PIB compensou em parte o recuo da alta dos salários em relação à produtividade

ciamentos nos mercados financeiros estrangeiros. A expressividade do sistema financeiro latino-americano (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela) é da ordem de 133% do PIB, de 405% nos Estados Unidos e de 208% nas economias asiáticas emergentes (Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia). O que particulariza os mercados financeiros

latino-americanos é sua composição: os títulos da dívida pública representam 42% do PIB, ou seja, um terço do conjunto dos produtos financeiros, as ações representam 46%, os títulos da dívida privada 13%, ficando o restante representado pelos depósitos bancários (fonte: Mc Kinsey).

A alta recente da razão entre o crédito e o PIB compensou em parte o recuo da alta dos salários em relação à produtividade. Mas, sendo fraca a razão crédito-PIB, seus efeitos foram limitados. A demanda doméstica por inúmeros produtos é relativamente insuficiente, em razão das desigualdades particularmente elevadas²⁸ e de uma incapacidade em desenvolver exportações de produtos industriais em um ritmo suficientemente elevado. É isso que explica, em parte, a fraca taxa de investimento²⁹ e

²⁶ Enquanto as empresas dos países desenvolvidos financiam seus ativos em 70% por autofinanciamento, 20% por endividamento e 10% por emissão de ação, na América Latina dos anos 1990 esses números são 80% por autofinanciamento e 20% para as demais formas. Para uma análise detalhada feita no que concerne ao conjunto dos créditos (tanto para o capital fixo, isto é, o investimento, quanto para o capital circulante) feitos pelos bancos às empresas privadas veja Peltier (2005), onde são sublinhadas as diferenças entre as economias asiáticas e latino-americanas: em média, créditos ao setor privado em porcentagem do PIB são estimados em 72% em 2004 na Ásia (considerando China e Índia) e em 30% na América Latina na mesma data.

²⁷ A razão entre títulos das empresas não financeiras captados no mercado financeiro e o PIB em 2005 era de 42,2% na Malásia, 27,4% na Coreia, 11,4% no Chile, 3,3% no México e 2,6% no Brasil (fonte Época Negócios). Esta fraqueza das taxas latino-americanas se explica principalmente pela preferência dos bancos pelo financiamento da dívida pública, mais lucrativo e menos arriscado. Na Argentina, no Brasil e no México mais da metade do conjunto dos empréstimos bancários é destinada ao setor público entre 2001 e 2003 (10% na China, Malásia, Tailândia, 1,5% no Chile, mas de 26% na Colômbia), fonte: The McKinsey Quarterly (julho de 2007): "Desarrollo del potencial de los sistemas financieros de América Latina".

²⁸ Lembremos que os coeficientes de Gini são muito elevados na América Latina, como se pode ver na Tabela abaixo. Além das desigualdades, é preciso levar em conta a dimensão absoluta das demandas para analisar a rentabilidade dos capitais. Um país como o Brasil, fortemente povoado, tem mais vantagem, em possibilidade, de captar economias de escala que um país como a Argentina, menos povoado, embora seja menos que a China, mais povoado e tornado profundamente desigual em poucos anos.

Desigualdades na distribuição dos rendimentos			
País	1990-1995	2000-2005	Varição em %
México	0,527	0,510	-3
Argentina	0,444	0,501	11
Brasil	0,604	0,564	-7
China	0,300	0,469	36

Fonte: World Income Inequalities, Data base/UN-Wider.

²⁹ A taxa de formação bruta de capital fixo ainda é fraca, como se pode ver abaixo:

Taxa de formação bruta de capital fixo		
País	1985-1994	1995-2005
México	21,7	22,5
Argentina	17,3	17,0
Brasil	21,2	17,1
China	38,7	38,8

Fonte: World Development Indicators, 2007.

a dificuldade em obter uma alta durável do crescimento em um nível comparável àquele dos países asiáticos. O crescimento mais importante se choça então com capacidades ociosas de produção, uma insuficiência de infraestruturas energéticas e de transporte, resultado dos fracos investimentos efetuados no passado.

3. Poder-se-ia pensar que o aspecto positivo da fraqueza relativa dos créditos e dos títulos emitidos seria uma menor permeabilidade à crise financeira internacional. De fato, isso é esquecer dois pontos importantes. O primeiro é o acesso das grandes empresas aos mercados financeiros internacionais e aos produtos sofisticados, que aí são desenvolvidos. Para se cobrirem, as empresas fazem, por exemplo, operações de *swap*, quando não fazem compra e venda de produtos derivados. À véspera da explosão da crise de câmbio no Brasil, e na linha da apreciação do real face ao dólar, as empresas, tais como Sadia, Aracruz e Votorantim, tinham apostado em 1,70 reais por um dólar; ora, o dólar ultrapassou 2,30 ou mesmo 2,5 reais. Elas perderam somas consideráveis: 750 milhões de reais, 1,95 bilhões de reais e 2,02 bilhões, respectivamente. O segundo ponto, mais importante, concerne à relação estoque-fluxo. O estoque dos títulos estrangeiros não se limita aos créditos, mas aos investimentos passados, tanto diretos quando os de *portfolio* (ações, bônus públicos e privados). Nesse contexto de ressecamento da liquidez provocado pela crise, as empresas multinacionais vão privilegiar a venda de certos ativos nos mercados financeiros emergentes, o repatriamento de seus lucros em lugar do reinvestimento, e/ou a compra de ações e bônus a fim de fornecer a suas matrizes a liquidez que lhes falta. O estoque de ativos se transforma, em parte, em fluxo de capitais. Entre janeiro e outubro de 2008, as saídas de capitais do setor privado não financeiro na Argentina teriam sido de US\$ 7.786 bilhões (fonte: Indec) e, segundo La Nación de 19/12/2008, ao se levar em conta os efeitos da falência de Lehman Brothers e as reações provocadas pela nacionalização do sistema de capitalização das aposentadorias ainda não contabilizadas pelo Indec, é preciso acrescentar a esse número US\$ 5 bilhões em outubro. Para o conjunto do ano, a avaliação prevista pelos analistas finan-

ceiros argentinos é que saídas de capital se elevariam a US\$ 20 bilhões na Argentina, o que, ainda que provavelmente exagerado, dá uma ideia da amplitude das fugas de capitais e das consequências sobre o crescimento para 2009 na Argentina. Segundo o Banco Central do Brasil, os investidores retiraram US\$ 6,05 bilhões da bolsa em outubro de 2007, aos quais convém acrescentar a retração de US\$ 1,7 bilhão em títulos de renda fixa. A magnitude dessas retiradas diminuiu em novembro, mas não se pode deduzir daí um retorno a uma situação saneada³⁰. Trata-se de somas consideráveis que explicam, ao mesmo tempo, a queda da capitalização da bolsa, a forte depreciação das moedas face ao dólar que indicamos para os três países analisados, o desenvolvimento do *crédit crunch*.

As desigualdades de rendimentos são fortes. A dinamização de uma demanda sem vitalidade através do crédito, limitada ontem, também não é possível hoje, dado o ressecamento da liquidez. A eficácia da política redistributiva, tal como é aplicada na América Latina, é relativa. Em trabalho recente, a OCDE constata que os coeficientes de Gini antes e depois das transferências sociais e impostos ficam muito próximos um do outro, diferentemente do que se observa nos países europeus³¹: a diferença entre os coeficientes de Gini (antes e depois das transferências e impostos) é de 2 pontos na América Latina contra 15 pontos na Europa. O conjunto desses fatores explica que sem política redistributiva consequente, que diminua sensivelmente as desigualdades, torna-se difícil imaginar que a perda de dinamismo dos mercados externos possa ser compensada por um crescimento do dinamismo de seus mercados internos.

³⁰ É difícil de ler nos balanços de pagamento com precisão o que são os movimentos de capitais no ano em curso, a fortiori nos últimos meses, principalmente para tudo o que concerne a não renovação de bônus vencidos e os movimentos decorrentes de produtos derivados, que se encontram, às vezes, na linha "erros e omissões" que inflam subitamente. Muitas vezes os números são dados de forma líquida, mas seria mais interessante tê-los de forma bruta; por outro lado, a evolução das reservas do Banco Central não é suficiente se o balanço de contas correntes é deficitário. Além disso, a volatilidade da taxa de câmbio não traduz necessariamente aquela dos movimentos de capitais, em razão da intervenção do Banco Central para defender a taxa de câmbio de sua moeda. Esta intervenção pode ser forte em certos momentos, moderada em outros, sem que isso tenha uma relação constante com a volatilidade da bolsa.

³¹ A diferença entre os coeficientes de Gini (antes e depois das transferências e impostos) é de 2 pontos na América Latina contra 15 pontos na Europa. Essa diferença é, por exemplo, de 1,5 pontos na Argentina. Os dados são de 2005. Ver Latin American Economic Outlook, OECD, 2007. Paris, p.31 d 53. É isso que explica que, contrariamente a uma ideia difundida, a redução relativa das desigualdades que se pode observar, por exemplo, no Brasil nos anos 2000, seja devida muito mais aos mecanismos de trabalho e ao aumento do salário mínimo que a uma política redistributiva do tipo Bolsa família.

CONCLUSÃO

Se é exato que todas as economias, quer sejam desenvolvidas ou emergentes, conheceram fortes quedas das cotações das ações em seus mercados financeiros respectivos e uma depreciação mais ou menos elevada de sua moeda face ao dólar, seria errôneo concluir que o conjunto dessas economias tenha que fazer face a uma crise sistêmica da mesma maneira. Bons indicadores de vulnerabilidade não permitem prognosticar um descolamento da conjuntura de um país em relação aos demais países em crise, quando eles são alcançados por uma crise sistêmica. Os efeitos de um contágio serão tão mais elevados quanto mais as economias sejam frágeis. Nesse sentido, a crise internacional é um revelador das diferentes capacidades de resistência desses países. É por isso que a construção de indicadores de fragilidade é necessária.

A crise não é unicamente atribuível aos fatores externos, em um ambiente econômico não controlável por esses países, como buscam fazer pensar os diferentes governos. Os efeitos da crise internacional sobre as economias latino-americanas são ressentidos tanto mais duramente quanto mais frágeis sejam elas, e essa fragilidade é o resultado das políticas econômicas conduzidas por diferentes governos no passado recente. Dessa forma, os diferentes governos têm uma responsabilidade, variável segundo o caso. Os indicadores de fragilidade fundados nas especificidades dos regimes de crescimento e as particularidades de suas inserções na economia mundial revelam as capacidades de resistência fracas (ou fortes) dessas economias à crise mundial.

A capacidade de resistência dessas economias à crise internacional será reforçada se a intervenção do Estado é ou vier a ser consequente. Uma verdadeira ruptura com o passado deve, portanto, acontecer para limitar os efeitos negativos do contágio, tanto ao nível da política monetária (a fim de aumentar a liquidez e limitar o *crédito crunch*) quanto no nível de uma política industrial e de uma política redistributiva de rendimentos, visando diminuir as desigualdades. Na Argentina e no Brasil, com a ação dos “megaplanos”, essa ruptura parece se desenharem com mais ou menos coerência. Essa nova

política pode reduzir mais ou menos o impacto da crise internacional, que ela não pode, entretanto, evitar. Seria um erro deixar crer o contrário. As economias latino-americanas sairão modificadas da crise: o regime de crescimento será diferente, as relações com as economias desenvolvidas serão igualmente diferentes, as desigualdades regionais também serão modificadas.

Uma política voluntarista pode ser a ocasião de mudar as regras do jogo e de favorecer a introdução de regimes de crescimento menos excludentes, reforçando assim a coesão social. Essa política é difícil de ser posta em prática por uma série de razões³²: ela não pode ser a reprodução idêntica das políticas intervencionistas passadas, o tecido industrial tendo sido profundamente mudado; ela deve assegurar uma redistribuição mais ampla e mais eficaz, em um contexto de conflitos distributivos agudos e de restrições externas elevadas; ela deve conciliar política monetária e política orçamentária, mas as experiências passadas mostram o quanto isso é difícil, após anos de hegemonia das políticas liberais; enfim, ela não deve se limitar às políticas reativas pouco refletidas, mas é difícil imaginar e colocar em prática políticas industriais coerentes, quando o essencial dos trabalhos acadêmicos privilegia os paradigmas da corrente liberal em economia. Certo, ela é difícil de ser posta em ação, entretanto ela é hoje mais que necessária. Nesse sentido, pode-se dizer que a crise constitui uma oportunidade: se for controlada, ela pode permitir ultrapassar as fraquezas desses países e, com um menor custo social, conduzir a um reforço de suas economias; mas se ela não for controlada e, portanto, o mercado desenvolver seus efeitos livremente, então o risco é grande de que elas saiam mais fracas dessa crise.

REFERÊNCIAS

AGLIENTA M.L. Les crises financières: plus ça change, plus c'est la même chose, chose, *Revue d'économie financière*, 2008.

AGLIENTA M., BERREBI L. *Désordres dans le capitalisme mondial*. Paris: Odile Jacob, 2007, 445 p.

³² Ver sobre esta questão o muito interessante artigo de Erber (2008): “As convenções de desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política”, apresentado no seminário da Fundação Getúlio Vargas, mimeo.

- BC ARGENTINO tenta conter fuga de capitais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 nov. 2008.
- BOURGUINAT H., BRIYS E. *L'arrogance de la finance, aux sources du krach: errements des marchés, myopie de la théorie et carences de la régulation*. Paris: La Découverte, 2009.
- ERBER F. As convenções de desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política, Séminaire de La Fondation Getúlio Vargas, 2008.
- GONÇALVES R. A crise internacional e a América, com referência ao caso do Brasil, in *Forum Nacional: Fórum especial: como ser o melhor dos Brics*. Estudos e pesquisas n° 250, 2008a.
- GONÇALVES R. Crise econômica: radiografia e soluções para o Brasil, in *Forum Nacional: Fórum especial: como ser o melhor dos Brics*. Estudos e pesquisas n° 250, 2008b.
- IBARRA C. La pradoja Del crecimiento lento de México, in *La pradoja Del crecimiento lento de México*, in *Revista de la Cepal*, n° 95, pp. 83-102, 2008.
- KLIASS, Paulo; SALAMA, Pierre. A globalização no Brasil: Responsável ou bode expiatório?. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 28, n. 3, p. 371-391, out./dez. 2008.
- LALL S. Reinventing Industrial Strategy: The Role of Government Policy in Building Competitiveness, *G24 Discussion Paper Series*, United Nations, New York, 2004.
- LALL S., WEISS J. ZHANG J. The Sophistication of Exports, a New Measure of Product Characteristics, in QEH, Working paper n° 123, 2005.
- LI CUI. Is China changing its stripes? The shifting structure of China's external trade and its implications, FMI, 2007.
- LORDON F. *Jusqu'a quand ? Pour en finir avec les crises financières*, Paris: Raison d'agir, 2008.
- LOZANO C., RAMERI A., RAFFO T. La cupula empresaria argentina luego de la crisis: cambios en la recorrido 1997-2005, *Document CTA*, 2007.
- MOREIRA A., ROCHA K., SIQUEIRA R. O papel dos fundamentos domésticos na vulnerabilidade econômica dos emergentes, Rio de Janeiro: *IPEA 2008. (Texto para discussão, n° 1358)*.
- PAIMA G. Flying – geese and lame-ducks: regional powers and the different capabilities of Latin America and East Asia to demand – adapt and supply-upgrade their export productive capacity, *Working Paper, Cambridge University*, 2004.
- DE PAULA L. F., DE CASTRO PIRES M. C., MEYER T. R. Regime cambial, taxa de cambio e estabilidade macroeconômica do Brasil, *V Forum de la foundation Getulio Vargas*, 2008.
- RIBEIRO F. J., MAREWAID R. Balança comercial e déficits em transações correntes: de volta a vulnerabilidade externa? In *Fórum Nacional: Fórum especial: como ser o melhor dos Brics*. Estudos e pesquisas n° 250, 2008.
- SALAMA P. *Le défi des inégalités. Amérique latine/Asie: une comparaison économique*. Paris: La Découverte, 2006.

Ciclo e crise na economia de hoje

Fernando Pedrão^A

Resumo

O debate sobre a crise em curso na economia mundial requer uma recuperação sistemática da teoria dos ciclos econômicos e das transformações da economia capitalista em seu conjunto. Uma leitura histórica crítica do processo do alto capitalismo leva a focalizar nas inter-relações entre as transformações na composição do capital e na progressão da demanda, inclusive mostrando o crescente papel da demanda de bens intermediários. A experiência de países emergentes como o Brasil mostra, por contraste, o papel central do realinhamento do poder econômico na escala da economia mundial.

Palavras-chave: Ciclos econômicos. Alto capitalismo. Composição do capital.

Abstract

The debate over nowadays crisis at world scale requires a systematic rekindling of economic cycle theories and on the changes of high capitalism. An historical view of such process tends to focus on the relationships between capital composition and the texture of demand. The role of intermediate goods is also stressed in this context. The role of emerging countries like Brazil shows, by contrast, the meaning of the distribution of power at world economy scale.

Keywords: *Economic cycles. High capitalism. Capital composition.*

ATUALIDADE DA MEMÓRIA

Este ensaio reflete uma resposta preliminar, entretanto coerente com uma reivindicação da importância de uma visão histórica crítica da economia mundial, em um ambiente intelectual marcado por uma opção ideológica sutil, por um discurso unificado. O autoritarismo lógico denunciado por Theodor Adorno converteu-se em cristalização de uma visão positivizada da realidade social, onde o expurgo ou a desqualificação de dissidências tornou-se uma prática tacitamente aceita na ordem do poder mundializado. A ascensão de governos progressistas que absorveram os preceitos de discursos únicos tornou-se parte do conflito ideológico entre subsunção formal e subsunção real na acumulação de hoje. Por isso, é preciso começar este trabalho com o sentimento de que a análise da crise é um

modo de entrada da análise do capitalismo, em que a memória do percurso da formação da teoria é essencial para que se entenda seu poder explicativo de hoje. Por isto, cabe começar este livro com uma citação de Elmar Altvater (1987), que situa este questionamento:

Na teoria marxista dos anos 20 desenvolvem-se dois paradigmas que se excluem reciprocamente, apesar de se basearem em fundamentos análogos: a estabilidade substancial do desenvolvimento capitalista e a desestabilização da economia na fase da crise geral do capitalismo.

Houve uma opção da teoria econômica por ignorar esta contradição e converter a análise do processo do capital em mero registro de operações. Isto fez com que a representação dos grandes interesses pudesse alegar que foi surpreendida por uma crise que vem se formando desde a década de

^ADoutor e livre-docente em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); diretor-geral do Instituto de Pesquisas Sociais e professor do Departamento de Economia da Universidade Salvador (Unifacs). fcpedrao@terra.com.br

1980 e que foi anunciada por uma sucessão de crises parciais ocorridas desde 1986, ostensivamente, com a quebra do banco Baring. As crises localizadas ou controladas do sistema financeiro e monetário logicamente não ficaram restritas à esfera financeira, mas estiveram relacionadas com as modificações no modo de produzir da indústria e com as transformações do consumo de massa, especialmente com o aumento do uso de combustíveis.

Em outras abordagens, no campo da filosofia, da ciência política e da história, houve importantes sinalizações, cuja lembrança ajuda a ler o presente. Afinal, a crise não é propriedade exclusiva dos economistas. Os presságios do inesperado estão, por exemplo, em Freyer (1926) e em Harold Laski (*Reflexões sobre a revolução de nossa época*, 1938), assim como visões premonitórias do retrocesso ideológico da política se encontram em Vacca (1978) e Minc (1983). Assim como visões premonitórias do retrocesso ideológico da política se encontram em Roberto Vacca (1978) e Alain Minc (1983). O suposto esvaziamento ideológico da economia oficial na realidade é a imposição de um discurso compatível com a acumulação conduzida pelo grande capital. Os termos do conflito de interesses aparecem no pós-guerra na dissonância entre os objetivos das multinacionais, os objetivos supranacionais dos Estados hegemônicos e os objetivos das nações periféricas da acumulação mundial. O campo de análise aparece como o da metamorfose política do capital, que está subjacente na Guerra Fria, que se entrevê das leituras de Hobsbawm e de Arrighi (1996), mas deve ser adequadamente fundamentado numa análise dos efeitos da concentração de capital nas relações de classe.

Assim, a crise se configura como e enquanto frustração de objetivos do grande capital, que se materializa no descolamento dos processos de financiamento e de controle monetário. O substrato ideológico da crise inclui os sintomas de declínio do poder de algumas nações, de recomposição de blocos de poder e de esferas de influência, novas tendências de subdesenvolvimento de países ricos, com as consequências inevitáveis de perdas de posição de grupos sociais acostumados a participar

favoravelmente de relações colonialistas. Toda crise deixa ganhadores e perdedores, e os que perdem reagem como se não tivessem tido uma perna amputada.

[...] a crise se configura como e enquanto frustração de objetivos do grande capital

No desenrolar do processo da crise, surge como referência necessária a recuperação do controle do processo nacional de poder, através de um novo diálogo entre os interesses nacionais e os supranacionais, que serve como base de novas alianças internacionais restauradoras do poder nacional. Assim, há elementos de sobra para fundamentar a necessidade de trabalhar sobre os elementos estáveis e os instáveis da nova ordem internacional. Sem dúvida, o sistema tornou-se mais instável para as nações integrantes do bloco hegemônico, mas não há porque pensar que tenha se tornado igualmente instável para todos. Nesta reflexão, que se coloca em termos da perspectiva da economia brasileira, é preciso considerar que há duas condições de instabilidade, em que uma delas provém da propagação de elementos de instabilidade do centro hegemônico e a outra resulta do perfil exportador do Brasil, cujo crescimento depende de exportação de matérias primas e de produtos de baixo valor adicionado. Será preciso considerar quanto o ciclo no Brasil é um efeito dos movimentos que acontecem no centro e quanto a economia brasileira pode gerar ciclos próprios. Não se pode ignorar que no ambiente do capitalismo avançado, ou do alto capitalismo como parece mais adequado chamar, o movimento dos ciclos é uma espiral que acompanha as diferenças de dinamismo entre os circuitos de produção de grande capital e de pequeno capital, e não um movimento ondulatório, como se poderia inferir da ortodoxia marginalista. O verdadeiro problema enunciado pelo aparecimento de uma depressão não está no perfil do ciclo, senão nas relações de causalidade que determinaram seu aparecimento.

O REPERTÓRIO DA TEORIA ECONÔMICA

Neste ensaio defendo a tese de que a atual crise mundial impõe que se recuperem os elementos de análise das tendências do sistema de produção, já

seja ela definida como teoria da crise ou como teoria dos ciclos econômicos, que foram descartados pela análise econômica hoje considerada ortodoxa. A crise é parte do dinamismo do sistema e só pode ser explicada por uma análise com fundamento histórico, não se dobrando aos argumentos de uma análise atemporal. O tempo aqui é uma composição de processos de diferente duração e velocidade, que aparece de diferentes modos para os diversos participantes da vida econômica. Ciclos da atividade econômica e crises descartam a análise estática como instrumento idôneo de análise para trabalhar com processos econômicos que se realizam em tempo real. A percepção estática da teoria econômica, que em sua essência é a da teoria marginalista, a nosso ver representa um notável empobrecimento conceitual da análise social, determinado por ter se organizado a partir de uma visão imóvel da economia comparada com uma abordagem focalizada em suas transformações.

No mundo da teoria econômica há uma contradição entre a necessidade de explicar a realidade da economia e a opção por uma abordagem que organiza o raciocínio analítico a partir de uma situação hipotética de ausência de tempo, onde se vive sempre em condições de escassez relativa. A opção por uma análise estática pode ter um fundamento técnico, uma raiz ideológica, ou pode, simplesmente, resultar da dificuldade em conceber e usar uma análise dinâmica¹. Pode decorrer da dificuldade de combinar conjuntos de séries representativas da mudança em suas diversas manifestações, mas não se pode descartar que essa opção corresponda a uma leitura do processo do capital, em que o modo ideal de funcionamento do sistema já é o do capital avançado de hoje. O fim da história não foi inventado por Fukuyama: já era um preceito vitoriano, representativo da eternidade de um poder próximo de seu declínio. Em suas últimas obras, Marshall defende expressamente o uso da teoria para defender os interesses do Império Britânico (MARSHALL, 1963, p. 1). A história parece ter chegado ao fim para os pensadores que

representam as nações hegemônicas, que apenas pretendem manter suas posições, mas não tem fim algum para os que veem processos contraditórios e condições transitórias de poder². No sentido contrário ao de Fukuyama, vale citar a apresentação da perspectiva marxista da história por Fleischer (1969), que vai buscar a força motriz da história no movimento dialético dos sujeitos dos processos e numa totalidade que se move sobre as transformações do conjunto social.

A exclusão do tempo como categoria explicativa de processos sociais impede que se percebam a complexidade e os desdobramentos da crise. Os simulacros de dinâmica introduzidos como análises intertemporais não vão muito mais longe que a análise estática comparativa de Marshall. A mesma estratégia de tratamento do tempo foi adotada por Hicks (1965), que ofereceu uma leitura comparativa de alternativas de deslocamento da abordagem estática. O desafio, já incontestável, de produzir uma política econômica adequada à luta contra a crise, que expresse as necessidades e os pontos de vista dos países periféricos, obriga a recompor os alicerces da análise econômica e sacudir de uma vez por todas os fantasmas da teoria econômica construída a serviço do grande capital.

A noção de crise ocupa um lugar central na teoria econômica, porque é parte da própria concepção do sistema produtivo enquanto processo que combina temporalidade com territorialidade. Os economistas denominados Clássicos, que fizeram a ponte entre o Iluminismo de Smith e o liberalismo de Stuart Mill, ligaram essa ordem do tempo e da formação dos territórios ao desenvolvimento da capacidade de produzir, que presumiram ser um processo universalizante, oscilando entre condições de excelência no centro social da formação do capital e condições de subalternidade em sua periferia. Vemos que a linha de crítica histórica, de Sismondi a Marx, representa uma recuperação de um tempo histórico concreto, incompatível com generalizações que não explicitem sua base factual.

¹ Esta última possibilidade foi expressamente reconhecida por Hicks (1954) em seu famoso *Valor e Capital*.

² A alegação de que a ideia paradigmática de fim da história venha de Hegel não parece ter fundamento algum, se observada a obra dele em seu conjunto. *As Lições de Filosofia da História Universal* apontam no sentido oposto, quando Hegel vê o mundo moderno como algo que tem um começo conhecido, mas não tem um fim conhecido.

Este controle histórico das generalizações seria um dos principais argumentos da crítica de Dobb (1973) à crítica da teoria que se forma no ambiente keynesiano³.

A relação entre o sistema produtivo e o sistema de recursos naturais foi primeiro apresentada como uma articulação de fatores de produção – terra, capital e trabalho –, passando por cima do fato que se trata de uma inter-relação dinâmica entre o capital, o trabalho e os usos dos sistemas de recursos naturais. Na verdade, o conceito de capital com que trabalhou Ricardo (1967) é incompatível com essa visão positivizada estática. O valor constitutivo do capital se mantém tanto como acompanha as modificações na estruturação técnica e na qualificação do trabalho. Noutras palavras, o valor incorporado no capital depende da relação entre a composição do capital e a composição da demanda. Na visão marxiana de uma reprodução ampliada do capital, a continuidade do valor incorporado depende de que se sustentem os níveis de aproveitamento efetivo das tecnologias disponíveis, o que no fundo significa a preservação das condições de qualificação dos trabalhadores.

A suposição de continuidade do processo de produção e de crescimento do produto tinha sido objetada pela doutrina de Ricardo (1967), mas seria posta de lado pelo marginalismo de Jevons e Menger, que restringia o escopo da análise econômica a um jogo de relações imediatas em que os ajustes dos fatores de produção não dependiam de restrições de oferta. Ideologicamente, o marginalismo austríaco bebe na fonte da doutrina da racionalidade do kantismo e o marginalismo inglês no individualismo de Hume e Bentham. Mas, em sua construção de um aparelho de análise, converge em uma resposta à análise estrutural histórica e oferece uma linha de explicação do funcionamento do sistema em que não se diz, mas se presume

A reprodução ampliada envolve mudanças nas correlações políticas de forças, junto com a transformação tecnológica

a velha tese da harmonia social apadrinhada pelo conservadorismo francês de Bastiat e outros. Em suas origens, inglesa e austríaca, o marginalismo é uma proposta de análise que pressupõe uma racionalidade uniforme de todos participantes da atividade econômica, que vê como eventos isolados⁴. Por seus fundamentos categoriais, a análise marginalista não está qualificada para analisar processos, senão para explicar mecanismos que descrevem situações.

O mecanicismo marginalista está antecipadamente desqualificado pela análise de Marx (2007), mas a linha de análise burguesa perseveraria com pressupostos de escassez relativa, concorrência perfeita e demais artefatos de uma microeconomia insensível às reais condições de diversidade do mercado de capital e do mercado de trabalho. Quanto falta para que se perceba a inutilidade desses argumentos? O fantasma da análise do equilíbrio continuava a assombrar a academia e encontraria suas expressões mais sofisticadas no reducionismo da análise estática de Walras e no reducionismo microeconômico de Schumpeter. A questão relativa a um equilíbrio dinâmico, isto é, onde as relações entre variáveis resultam em crescimento do produto, dependeria, em última análise, da explicação de como o crescimento do produto resulta em expansão do capital que sustente a continuidade do crescimento do produto social. Esta é a luva recolhida por Harrod de um duelo cujos termos foram estabelecidos por Marx.

A visão de Marx, de um sistema que progressivamente se amplia e se torna mais instável, contempla um aspecto interno do desenvolvimento do sistema produtivo e um aspecto externo, das inter-relações entre a produção e o consumo, que estão na raiz da crise de superprodução. A reprodução ampliada envolve mudanças nas correlações políticas de forças, junto com a transformação tecnológica. A grande novidade dessa abordagem é que nela o fundamental é a interação entre os movimentos interno e externo. Nessa perspectiva, a ex-

³ O foco da crítica de Dobb (1973) é à fundamentação de modelos sintéticos de crescimento que tomam como consensual a fundamentação prática da análise. A construção de modelos leva subsumidas polémicas sobre conceitos e modos sociais de usos de conceitos. No ambiente da corrente keynesiana houve uma desqualificação de problemas ontológicos que permitiu ao próprio Keynes reduzir os trabalhadores à condição de consumidores. A premissa teórica que sustenta a propensão a consumir consiste em igualar todos que não são capitalistas e em presumir que todos eles são membros de uma classe média plástica que envolve a todos.

⁴ Esses eventos isolados correspondem aos “fatos atômicos” de Wittgenstein. O fio condutor da afinidade entre esses autores é uma ontologia burguesa, cujo projeto de poder justifica o grande esforço feito por Lukács em mapear a ontologia de Hegel de Marx.

pansão da esfera financeira e o aumento do capital fictício acentuarão essa instabilidade, que passará a ser um aspecto da transformação qualitativa do sistema.

A reprodução ampliada do sistema produtivo está condicionada por uma lei geral do capital, que consiste, precisamente, em acumular concentrando e desvalorizando. A argumentação de Tugan-Baranovsky de que a produção capitalista se enfrenta, necessariamente, com falta de mercado focaliza em um aspecto da doutrina de Marx sobre a crise, em que as crises resultam de movimentos temporariamente situados do capital, pelo que não podem ser descritos por uma mecânica do processo. A crise de superprodução no sentido dado por Marx resulta da tentativa de os capitalistas individuais aumentarem sua taxa de lucro e não se confunde com falta de mercado, que significa apenas que não há quem compre o que alguns desejam vender. Os capitalistas tentam impor produtos que querem vender e que não necessariamente correspondem às necessidades ou aos desejos dos que podem comprar.

A teoria da expansão em espiral do capitalismo foi substituída pela abordagem de Leontief, que apesar de trabalhar com coeficientes de tecnologia que indicam densidade de capital, substituiu a análise estrutural histórica de Marx pela análise estrutural estática de Walras. A opção teórica de Walras se coloca explicitamente como de uma teoria econômica a serviço dos interesses do grande capital. A identificação de ciclos de longo prazo à *la Kondratieff*, ou as análises empíricas sobre longo prazo como a de Kuznets, correspondem a uma clivagem ideológica que é incompatível com a análise neoclássica que é aceita como corrente principal. Somente uma leitura superficial pode descartar esse fundamento ideológico, que está claro no trabalho de Kuznets, cujo objetivo declarado foi de verificar o desempenho do capital como força produtiva e não por sua eficiência financeira como apareceria com Keynes.

Obviamente, ao circunscrever o horizonte da análise à esfera de relações instantâneas perdia-se a possibilidade de tratar com a crise. Nesse aspecto, a análise de Keynes não difere muito da tradição marginalista, no que ela se fixa no horizonte de possibilidades de aplicações do capital num dado mo-

mento, com uma composição de capital e com uma estrutura de mercado. A suposta heterodoxia keynesiana não passaria de uma briga de família, onde a maioria neoclássica ficaria com a representação dos interesses do grande capital internacionalizado. Daí a importância de alguns desdobramentos do corpo teórico da corrente keynesiana, representados, principalmente, por Roy Harrod, Nicholas Kaldor e Joan Robinson⁵.

A teoria marginalista, especialmente a versão austríaca de Böhm-Bawerk (1986), surgiu como um movimento anti Marx, do mesmo modo como a sociologia de Max Weber, se bem que de modo mais estruturado e explícito. A mecânica do sistema segundo a perspectiva de Böhm-Bawerk (1986) está na teoria dos juros, por onde pode ser considerada hoje. Mas é uma análise dos dados imediatos da realidade. Por isso, é uma tautologia dizer que há uma objeção insuperável da análise histórica ao marginalismo. No campo da economia ortodoxa, as objeções ao estreitamento conceitual surgiram logo na década de 1950, com os trabalhos de autores como Harrod, Domar, Myrdal, Lindahl, Kalecki, numa macroeconomia sintética e com autores como André Marchal, que ligou a bifurcação entre macro e microeconomia à análise de sistemas dinâmicos. O menosprezo dos saxões pela teoria das demais nações, que foi ambígua em relação aos russos, mas que revelou sempre um atraso na leitura da teoria⁶, é outro fator que tem pesado como um modo de alienação da teoria dominante⁷. O argumento de empobrecimento cultural revela-se aqui em toda sua força. Salvo melhor juízo, a corrente central neoclássica é praticada por pessoas de pouco conhecimento teórico e grande destreza matemática. Esse é um modo e um caminho de alienação que deve ser sopesado quando está em pauta a consistência material da teoria em vez da consistência formal dos modelos.

⁵ Em vez da opinião de Shackle, de que esses autores levaram o quadro keynesiano de análise ao limite, entendo que eles romperam com os preceitos de Keynes sem jamais terem admitido essa cisão. A busca de uma teoria da acumulação de capital destoa dos objetivos de uma teoria geral focalizada no curto prazo; e os princípios de uma economia dinâmica nada teriam em comum com uma teoria baseada em condições de equilíbrio.

⁶ Considerar, por exemplo, as histórias de que Joan Robinson teria sido a primeira a valorizar o trabalho de Wicksell e de Kalecki e o mal disfarçado menosprezo dos acadêmicos brasileiros treinados nos EUA pelo trabalho teórico que se faz fora de seu horizonte imediato de leitura.

⁷ A leitura da teoria econômica na perspectiva da teoria da alienação ganha um significado especial porque representa um questionamento dos fundamentos conceituais da teoria e não de sua instrumentalidade.

Teremos que ser muito cuidadosos em nossa leitura do processo geral de alienação no capitalismo tardio, porque estamos diante de um processo que atinge a sociedade do capital em seu conjunto, envolvendo diferentes condições de subalternização, começando por aquelas que envolvem as nações sócias menores da hegemonia e estendendo-se à alienação das elites dos países periféricos. A alienação não se explica em sistemas nacionais fechados porque se realiza em relação com movimentos previstos dos capitais específicos com sua internacionalidade, pelo que ela se torna sócia do capital financeiro, tal como já foi sócia dos interesses industriais. Observando o processo na perspectiva do Brasil, é inevitável reconhecer que o modo de acumulação prevalecente tem levado a um crescente distanciamento entre os grupos mais ricos e a maioria da população, mesmo entre esses grupos mais ricos e os apenas ricos, por não dizer os grupos médios de renda. No que parecem ser semelhanças entre o Brasil e a Índia, as maiores fortunas ficaram escandalosamente longe do resto da população, do mesmo modo como os maiores bancos privados do Brasil estão entre os mais lucrativos do mundo. Assim, como há uma concentração de capital, há uma concentração da desigualdade, que dá lugar a novos modos de populismo e de corrupção.

A alienação é o movimento que dá início à subalternidade. A subalternidade da análise econômica brasileira aos preceitos das grandes universidades norte-americanas revela outra dimensão desse problema, onde o empobrecimento teórico vem de mãos dadas com uma manifestação de alienação. A aliança de classes é claramente internacional. A desconstrução da esquerda no Brasil certamente se apoia na justificativa do discurso único na política econômica⁸. Na prática, hoje se vê à exaustão que a política contra a crise, tanto na esfera nacional como na internacional, se organiza como uma política de defesa do sistema financeiro internacionalizado, principalmente mediante apoio ao sistema bancário. O estoque de mágicas que ela tem a oferecer é pequeno e muito repetitivo.

Na teoria em seu conjunto já estava estabelecida a fratura entre os que veem a atividade econômica como um processo que tende à crise e os que veem as crises como eventos incidentais ou como desvios no funcionamento do sistema capitalista de produção. A grande crise de 1929 abalou a confiança na análise econômica e abriu caminho para a aceitação dos preceitos keynesianos. Mas a história econômica e política escrita depois dela contribuiu para um reducionismo financeiro que passou para um segundo plano a problemática da articulação entre o sistema de produção e o sistema do financiamento.

Essa grande crise econômica, que marca uma mudança no modo de acumulação na economia mundial com uma mudança no perfil da hegemonia norte-americana e do bloco hegemônico liderado pelos EUA, surge como uma crise interna do sistema financeiro, mas se alastra ao sistema produtivo e passa a modificar as condições de formação de capital e de distribuição da renda. Em sua progressão, a crise torna necessário reavaliar os mecanismos de produção social da crise, os mecanismos de difusão e os da política econômica. Ao situar historicamente o conjunto dos processos que configuram o processo da crise, encontramos a necessidade de retomar os fundamentos conceituais e de método da teoria dos ciclos econômicos e rever os fundamentos conceituais e analíticos da explicação da crise. Há condições para aceitar que esta crise é um incidente ou uma perturbação do sistema produtivo, ou será preciso tratá-la como parte de uma inflexão do sistema mundial de poder?

As crises econômicas aparecem como eventos que alteram as relações de produção e de consumo e que modificam as relações políticas e institucionais em geral. As crises são rupturas de modos habituais de reprodução do sistema de produção que deslocam expectativas, esgotam possibilidades e abrem novas oportunidades de formação de capital e de distribuição da renda. A crise que inspirou todo este trabalho e que não sabemos como terminará é a que está associada ao declínio da hegemonia dos EUA, interposta entre os custos de sua sustentação e os da aliança básica que a sustenta. Os mecanismos da hegemonia não são somente financeiros, mas englobam as diversas relações de poder que

⁸ A desconstrução tem bases históricas concretas e cabe ver a argumentação de Fernando Cardim de Carvalho (2005) quando contrasta os efeitos da corrupção em larga escala – diremos institucionalizada – e as prioridades de investimento.

ganham visibilidade através da emergência da esfera financeira. O poder ganho pelo sistema financeiro depende de sua aliança com o poder político; e essa aliança realizou uma operação fundamental de descaracterização dos papéis tradicionais das classes na acumulação industrial.

A crise revelou um limite interno no funcionamento do capital financeiro, que é dado por diferenças de comportamento dos detentores individuais de capital. As ações individuais refletem condições concretas de participação no mercado e condições de perceber o funcionamento do mercado. Logicamente, convivem percepções diferentes das condições de comercialização que prevalecem na esfera globalizada da economia de hoje.

Tudo isso envolve um problema de método. Se vamos dar um tratamento científico à temática da crise, teremos que rever os fundamentos da teoria dos ciclos, que tratou as oscilações da atividade econômica como uma decorrência das condições da formação de capital André Marchal (1955) cita duas classificações propostas por Ernest Wagemann para as indústrias, segundo sua densidade de capital e segundo a organização do sistema produtivo. Na prática, isto significa eliminar ou superar a divisão entre as abordagens de macro e microeconomia, passando a focalizar nas conexões entre esses dois níveis. Está claro que teremos que considerar a ligação entre as abordagens macro e microeconômica e com a composição de curto e longo prazo, portanto, de como as ações individuais das empresas se convertem em tendências gerais. A densidade de capital de que nos fala Wagemann não é outra coisa senão a composição atual do capital de Marx, que logicamente terá que ser vista como em situações diferentes de um país a outro. Para nós, a questão da densidade de capital se coloca em termos da composição orgânica do capital considerado setor por setor, dadas as características limitativas do aumento da densidade de capital segundo as condições sociais e técnicas requeridas para incorporar tecnologia. Esta será, em todo caso, uma definição das condições de sensibilidade das diferentes economias nacionais à formação

e ao desenvolvimento de movimentos cíclicos.

O reconhecimento de que as diferenças estruturais entre economias nacionais são essenciais aos movimentos gerais dos ciclos obriga a rever a leitura monetário-financeira hoje prevalecente. Essa

tem sido uma leitura formalista da forma financeira do capital, que abstrai seus aspectos culturais e institucionais, isto é, que não considera, por exemplo, o papel

da especulação financeira que, a rigor, é a compra e venda de produtos que não foram produzidos, ou de formação de preços mediante falsas sinalizações de compra.

Não se trata apenas de uma quantidade de capital fictício, senão do modo como a formação de operações sobre bases fictícias passa a representar as sinalizações de preços com que opera o sistema produtivo. Vemos que essa contaminação da produção pela não produção se torna a mola propulsora dos investimentos em atividades novas, em que é preciso desviar demanda de certa composição de consumo e onde não há criação de demanda. Pelo contrário, no ambiente da concentração de capital e desemprego tecnológico não há como pensar que o mercado se desloque através de ampliações de demanda na base do consumo. O sistema tende a operar segundo as pautas de demanda dos grupos de altas rendas⁹ e com a temporalidade do mercado financeiro integrado (BRAGA, 2000), que não necessariamente é percebida pela maior parte dos investidores individuais. Visões em falso da realidade do mercado levam a comportamentos essencialmente irracionais. O quesito da racionalidade é fundamental na determinação do comportamento do mercado, onde se combinam ações planejadas com ações intempestivas e onde a erraticidade de fato está sempre ligada a previsões sujeitas a margens de erro variáveis.

A crise ressalta a polaridade entre a esfera dos interesses individuais e a dos interesses coletivos, e com ela dá novo significado à distinção entre a esfera pública e a esfera privada. Os interesses co-

⁹ Por contraposição às pautas de demanda dos grupos de renda média, deste modo inserindo rupturas na composição da demanda que terão repercussões finais na composição da produção segundo essa demanda das altas rendas é mais garantida que a dos grupos médios de renda.

letivos ficam identificados com a política econômica nacional, que finalmente se revela como representativa de interesses de classe. Mas a necessidade de radicalizar na defesa de interesses nacionais leva a propostas radicalmente inovadoras, como a da China, de que sejam criadas reservas internacionais. Com a ascensão do capital financeiro à posição de protagonista principal do poder econômico, configura-se um quadro de conflito em que Estados militantemente capitalistas, apesar de suas convicções, operam no sentido de desprivatizar, ou mesmo de estatizar instituições financeiras¹⁰. Assim, em vez de focalizar na distinção entre público e privado, se passa a apontar as interpenetrações dos interesses da esfera pública e da esfera privada. As alterações na relação entre a esfera pública e a privada revelam-se em sua real complexidade, que transcende a esfera das receitas e das despesas e mesmo a do poder de regular o mercado. O verdadeiro poder do Estado na economia está em sua capacidade de escolher seu papel. Este, hoje, é o real fundamento da questão em torno da possibilidade de seguir uma política neoliberal ou de reconhecer quando e como o Estado escolhe um modo de intervenção na economia, que pode ir desde o financiamento de empresas deficitárias, o estabelecimento de prioridades de financiamento, o controle de instituições financeiras o controle de operações de monopolização de determinados mercados, ou mesmo a decisão de intervir para proteger os setores sociais mais desfavorecidos. A oportunidade da crise mundial mostra como os diversos governos nacionais escolhem políticas econômicas que correspondem à composição de forças políticas que representam.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista da teoria da crise, In: HOBSBAWN, Eric (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 18.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.
- BÖHM-BAWERK, Eugen Von. *Capital e interés*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- BRAGA, José Carlos Souza. *Temporalidade da riqueza*. Campinas: Unicamp, 2000.
- COLETTI, Lucio. *Marx y el derrumbe del capitalismo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- DOBB, Maurice. *Theories of value and distribution since Adam Smith*. Cambridge: Cambridge Press, 1973.
- _____. *Papers on capitalism, development and planning*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1968.
- FLEISCHER, Helmut. *Concepção marxista da história*. Lisboa:Edições 70, 1969.
- FREYER, Hans. *La crisis de la época actual*. México: Breviarios Fondo de Cultura Económica, 1966.
- HABERLER, Gottfried. *Prosperidad y depresión*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.
- HICKS, John. *Una aportación a la teoría del ciclo económico*. Madrid: Aguilar, 1954.
- _____. *Valor y capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.
- _____. *Capital and growth*. Oxford: Oxford Press, 1965.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARCHAL, André. *Méthode scientifique et science économique*. Paris: Médicis, 1955.
- _____. *Systèmes et structures économiques*. Presses Universitaires de France, 1959.
- MARSHALL, Alfred. *Industry and Trade*. Londres: Macmillan, 1963.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956. 3 v.
- _____. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes, 1969.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MINC, Alain. *A nova Idade Média*. São Paulo: Ática, 1983.
- MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- NURKSE, Ragnar. *Equilibrio y crecimiento em la economía mundial*. Madrid: Rialp, 1964.
- PAULA, João Antonio de (Org.). *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PEDRÃO, Fernando. *A economia política crítica de Marx*. Salvador: IPS, 2007.
- _____. *Economia, política e poder*. Salvador: Jus Podium, 2009.

¹⁰ É oportuno registrar declarações de Paul Krugman, de que a política do governo Obama de socorro a bancos foi concebida no governo Bush. Está clara a diferença entre socorrer bancos e grandes empresas quase falidas – que se deveria deixar cair numa visão schumpeteriana – e sustentar a demanda dos grupos médios de renda.

RICARDO, David. *On the principles of Political Economy and Taxation*. Londres: Penguin, 1967.

SHACKLE, G.L.S. *The years of high theory*. Cambridge: Cambridge Press, 1983.

SCHUMPETER, Joseph. *Business Cycles*. Boston: Porcupine Press, 1989.

SWEEZY, Paul. *Teoria del desarrollo capitalista*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1958.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação e crise*. Campinas: Unicamp, 1998.

TUGAN-BARANOWSKY, M. *Los fundamentos teóricos del marxismo*. Madrid: Hijos de Reus, 1915.

VACCA, Roberto. *A próxima Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

As crises, suas interpretações no pensamento econômico e seus desdobramentos no sistema capitalista

Amílcar Baiardi^A
Dermeval Passos da Hora^B

Resumo

As crises capitalistas têm sido interpretadas diferentemente por vários autores ao longo da história do pensamento econômico. Nestas interpretações há quem as considere meros desajustes friccionais, há quem as considere fenômenos típicos do capitalismo e há quem as considere resultados de má gestão macroeconômica. Independente das explicações quanto à sua origem, as crises são frequentemente consideradas como verdadeiros desastres pelos danos que provocam à economia em termos de recessão, falências e desemprego. A recente crise, que teve início no segundo semestre de 2008, acontece de modo inesperado e contrariando uma periodicidade de 50 anos. Especular sobre o que ela teria de especial comparativamente às outras e suas consequências é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Capitalismo. Crises. Recessão.

Abstract

The capitalist crises have been differently interpreted by several authors through the history of the economic thought. In such interpretations there are authors who consider them mere frictions or lack of adjustment, there is who considers them typical capitalism phenomenon and there is who considers them the results of the bad macroeconomic management. Regardless the explanations about its origin, the crises are frequently considered as true disasters by the damages that it causes to the economy, as recession, bankruptcies and unemployment. The recent crisis that began in the second semester of 2008 happens in an unexpected way and counteracted the 50 year-periodicity. To speculate about what it would have been special comparatively to the other ones and its consequences is the aim of this article

Keywords: Capitalism. Crises. Recession.

INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriais ouve-se falar de períodos de escassez que se alternam aos de fartura de bens. Estes períodos de duração variável eram sempre associados a desastres naturais, cataclismos, má gestão ou mesmo a guerras ou ao esgotamento de recursos naturais, entre eles os solos. Raramente a

escassez decorria de incertezas provocadas por baixas expectativas de retorno a investimentos. A decadência de civilizações como a romana ou o declínio de Tiro, no atual território do Líbano, podem ter tido como causas crises sucessivas. No caso do Império Romano, teria sido uma crise de abastecimento decorrente do esgotamento dos solos e da má gestão da agricultura escravista. No caso de Tiro, as crises tinham causas bélicas, sucessivos cercos.

Durante a Idade Média, as crises tiveram como causa as pestes e a instabilidade política seguida de saques. Após o nascimento da economia com os fisiocratas, a escassez e a fartura continuaram

^A Pós-doutor em Política de Ciência e Tecnologia pelo Istituto e Museo di Storia della Scienza (IMSS), Firenze, Itália; doutor em Ciências Humanas e Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da pós-graduação da UFBA. baiardi@ufba.br

^B Mestre em Política e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Econômicas pela UFBA; professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). dermepassos@yahoo.com.br

a se alternar e as determinantes das crises deste período foram na maioria dos casos associadas ao esgotamento de recursos naturais, pragas e enfermidades das plantas, e assim tratadas pelos pais do *tableau economique*. Mandel (1962) define as crises pré-capitalistas como aquelas nas quais havia destruição material dos elementos de reprodução. Eram crises de subprodução de valores de uso.

Como a agricultura era a base de toda a produção, as crises se expressavam pela queda da produção agrícola e pela redução do emprego na agricultura.

As crises de superprodução não figuram na história antes da era industrial. Elas só se tornam possíveis com o crescimento da produção industrial além das necessidades de consumo, caracterizando a superprodução. Para que ela ocorra é necessário também que existam mercadorias com características de produção do capitalismo e desenvolvimento geral da produção de mercadorias. Talvez tenha sido por isso que Adam Smith, que testemunhou a manufatura organizada, mas não a produção industrial, tenha se referido à escassez e à necessidade de gerar riqueza sem associar com a possibilidade de excedentes de bens com valor de uso e de troca, mas sem mercado.

Smith, que avançou na ciência econômica em relação aos fisiocratas porque teve a primazia de mostrar que a fonte da produtividade e do excedente não estava somente na agricultura, mas também na manufatura, e que estes cresciam com a divisão do trabalho, não pensou a crise capitalista de superprodução, até porque o capitalismo plenamente constituído não existia. Ele conjecturou acerca da estagnação e para superá-la defendia mais de liberdade de comércio, menos presença de governo e mais investimentos em capital (DENIS, 1974).

AS CRISES NA ETAPA DO CAPITALISMO CONCORRENCIAL E O PENSAMENTO SEMINAL DE MARX

A crise de superprodução é típica da era industrial e nasce durante o capitalismo concorrencial. Nas crises capitalistas, a destruição material dos elementos de reprodução não se constitui

como a causa mais comum ou consequência da crise, como ocorria no estágio pré-capitalista. Ela se faz sentir pela desocupação e pela fome, não obstante os meios de produção e bens de consumo permaneçam intactos. Diferentemente da crise pré-capitalista, que é local, a crise capitalista é regional, nacional e, em certos casos, global, pois, além da produção, envolve as finanças e o comércio (MANDEL, 1962).

Após o surgimento do capitalismo plenamente constituído, segundo Belluzzo (1984), ocorreram três grandes crises, sendo a primeira a do final do século XIX (1873-1896), que resultou em 20 anos de baixa atividade e lenta queda de preço, produzindo grandes transformações na ordem econômica capitalista. A segunda crise foi a de 1930 e a terceira a de 1980. O fato das crises se distanciarem uma das outras em aproximadamente 50 anos fez com que, inicialmente Kondratiev, e depois Schumpeter, associassem as mesmas a grandes ciclos de introdução de novas e revolucionárias tecnologias (ROSENBERG; FRISCHTAK, 1983).

Um fato relacionado com o período da primeira crise foi uma significativa transformação no sistema capitalista, em função de mudanças nas forças produtivas ao serem introduzidos na indústria novos processos e padrões tecnológicos, com a adoção da eletricidade, aço, cloro, química da soda, motor a combustão interna e a substituição da mecânica pelo conhecimento científico.

Iniciava-se assim a chamada segunda revolução industrial, com a expansão do volume de capital e, por consequência, novas formas de organização da empresa, onde o empresário tradicional cedeu lugar ao empresário inovador e a empresa familiar para a sociedade por ações. Este novo gestor dos negócios empresariais foi capaz de tomar decisões para captação de recursos e elevação das escalas de produção. Por sua vez, ocorreram mudanças também no sistema organizacional dos bancos, cuja operação restringia-se tão somente ao giro dos negócios, passando a adiantar crédito de capital, o que levou também a uma nova forma no perfil das empresas, cujo domínio começa a passar para as corporações financeiras.

Neste período a economia nascia como ciência. Foi o período da economia clássica, quando alguns avanços no entendimento da crise ocorreram, embora houvesse pensadores como Jean Baptiste Say, que diziam que a oferta é determinada pela demanda e que elas sempre se anulariam. Embora se reconheça no pensamento econômico que oferta e demanda a se retroinfluenciam, as primeiras crises capitalistas demonstram que o equilíbrio é exceção. Say teria sido o grande inspirador da teoria do valor-utilidade, que se contrapõe à teoria do valor-trabalho, e que nasce com Adam Smith. Sua principal tese seria a de que um produto, uma vez acabado, oferece desde este instante um mercado a outros produtos para o montante de seu valor. Denis (1974) considera Say um otimista ingênuo. Para Mandel (1962) a lei de Say não funciona porque negligencia o fator tempo, pensa o sistema capitalista como estável, imune à crise, quando na realidade é dinâmico.

David Ricardo, preocupado com o limite ao crescimento econômico resultante da ocupação progressiva das terras marginais, admitia uma espécie de crise geral que seria a tendência ao estado estacionário. Entretanto, via consistência na lei de Say e entendia que se o progresso técnico aumentasse a fertilidade das terras e por meios legais fosse possível conter o crescimento da renda da terra e estimular o livre comércio, a crise de estagnação poderia ser retardada ou mesmo bloqueada. Ricardo não via possibilidade de crise de superprodução (DENIS, 1974).

John Stuart Mill, diferentemente de seu pai, James Mill, a quem se atribui a primazia do enunciado da lei de Say, demonstra preocupação com desajustes econômicos que poderiam ser entendidos como crises, inclusive as de superprodução, de caráter efêmero, periódicas, mas geradoras de males. Identifica também a existência de crises comerciais decorrentes de expansão descontrolada do crédito. Mill tentou restaurar o prestígio dos economistas clássicos e avançou comparativamente a eles criticando a não distribuição de benefícios decorrentes do progresso técnico e propondo uma aliança entre trabalhadores e empresários com vistas a evitar oscilações econômicas e bruscas quedas nas taxas de lucro. Este pacto trabalho-capital e a redução

da taxa de natalidade seriam, segundo Mill, mecanismos eficientes para conter a tendência ao estado estacionário e para reverter situações de crise. Mill não acreditou que o mercado livre promovesse sempre o equilíbrio entre a oferta e a demanda (DENIS, 1974).

Malthus, por seu turno, com sua visão impregnada de valores religiosos, preocupava-se com o descompasso entre crescimento da população e o crescimento dos meios de produção, sobretudo a terra, via a ideia de crise associada à escassez de alimentos e apontava a possibilidade de evitá-la por meio da abstinência sexual e aquisição de novos hábitos higiênicos pela classe trabalhadora. Para Malthus haveria uma contradição entre os impulsos humanos: o de se alimentar e o de procriar, com base no desejo sexual. Em seus dois conhecidos trabalhos, primeiro e segundo ensaios, Malthus foi contra as políticas igualitárias e de redução da pobreza, criticou a teoria do valor-trabalho e defendeu como possibilidade de conter o desastre da superpopulação e da fome procedimentos como os *preventive checks* e os *positive checks*, que seriam os autocontroles ou os controles influenciados pela religião e pelo Estado, o primeiro para evitar ou retardar a procriação e o segundo para contê-la, uma vez iniciada (COUTINHO, 1993).

Durante o século XIX, no período de nascimento e hegemonia da economia política e do nascimento da economia marxista, 1820 a 1870, a contribuição seminal vem de Karl Marx, que de início provoca polêmicas. Na divisão que se estabelece na nascente ciência econômica após a publicação, em 1867, do Livro I de *O Capital*, três conceituados economistas tentaram renovar a ciência econômica pela via do positivismo lógico e com um componente ideológico claro: se contrapor a todas as tendências que viam problemas e criticavam o sistema capitalista. Jevons, Menger e Walras fundaram o que hoje se conhece como economia neoclássica, apelando para raciocínios matemáticos e apoiando-se no princípio marginal, já detectado por David Ricardo. A marca desta corrente foi sempre atribuir as crises de qualquer natureza a desajustes no mercado, tanto maiores quanto forem as interferências do Governo e dos sindicatos comprometendo o livre mercado dos fatores de produção e impedindo alinhamentos

livres dos preços relativos. Daí o pouco interesse à época em investigações sobre as crises e como superá-las (DENIS, 1974).

Marx, trilhando um caminho independente, identificava a origem primeira de todas as crises capitalistas na acumulação do capital e na contradição interna e essencial da mesma, qual seja, a produção social de um lado e a apropriação privada do outro. Marx também previu que o capitalismo desenvolver-se-ia com a expansão das grandes indústrias de bens de capitais, com as quais as demais indústrias estabeleceriam sólidas relações, o que faria com que houvesse propagação de instabilidades ente todos os macrossetores ou departamentos, o D1, o D2 e o D3. Para ele, um distúrbio no segmento do sistema poderia ramificar-se pelo sistema inteiro.

Quanto à gênese das crises capitalistas que vêm se sucedendo desde o século XIX, os pensadores marxistas identificam dois tipos de crise: as deflagradas pela conjunção de fatores conflitantes, a teoria da possibilidade que supõe o subconsumo e a estagnação e a compressão de salários, e a teoria da necessidade, que sugere ser a crise imanente ao capitalismo e expressão de uma tendência principal que é o decréscimo da taxa de lucro, que, por sua vez, é contido por tendências opostas como a elevação do capital constante, ou a modernização tecnológica da empresa.

A relação entre estes dois tipos de crise se dá quando, em um período prolongado, os efeitos da tendência decrescente da taxa de lucro sobre o investimento provocam aceleração e desaceleração na massa de lucro, que se amplia e contrai, determinando o subconsumo e a estagnação, que podem ser revertidos por uma forte tendência neutralizadora, que é uma inovação redutora do custo unitário de produção que eleva a taxa de lucro, ou uma intervenção no mercado que restabeleça níveis de demandas anteriores à crise.

O seminal desta visão de Marx e seguidores é que ela incorpora a ideia de ciclo e tendência, que passou a ter um poder explicativo superior, sugerindo que o sistema capitalista em si estará sempre sujeito a crises porque traz como elementos constitutivos

o processo de acumulação, que leva à redução da taxa de lucro, que por sua vez enseja medidas de contenção que se expressam no progresso técnico, que pode vir a re-estabelecer o dinamismo por meio da redução dos custos dos produtos ou pelo surgimento de um produto novo que alavanca a demanda e restaura a massa de lucros. O ciclo de movimento ou expansão capitalista teria então quatro estágios: 1) a reprise,

a retomada; 2) o *boom* e prosperidade; 3) a superprodução e o *crack*; e 4) a crise e a depressão. Este seria o movimento geral de expansão do capitalismo, e nele caberia distinguir as pequenas crises, que seriam turbulências ou oscilações provocadas por subconsumo e estagnação localizados e com poder de propagação limitado, da crise geral, que destrói os capitais mais fracos, intensifica a destruição de postos de trabalho, aguçando a centralização e a concentração de capitais, que levará a um aumento de lucratividade em alguns setores e a recuperação ou início de uma nova fase ascendente do ciclo. Esta representação sugere que em um mundo dominado pelo capitalismo os problemas de estagnação e desemprego estarão sempre presentes (MARX, 1974; MANDEL, 1962; BOTTOMORE, 1988).

Com exceção de Marx, os economistas clássicos, dos séculos XVII e XIX, não aduziram elementos teóricos de grande poder de explicação para entendimento das crises.

AS CRISES NA ETAPA DO CAPITAL MONOPOLISTA

O sistema capitalista pensado por Marx e economistas clássicos começa a mudar na passagem do século XIX para o século XX. Segundo Hilferding (1963), com o progresso técnico, aumenta a composição orgânica do capital (ou seja, há uma proporção cada vez maior de capital constante em relação ao capital variável – e, dentro do capital constante, o fixo cresce mais rapidamente que o circulante). Assim, são necessários cada vez mais investimentos para se inserir num ramo produtivo, o que dificulta a mobilidade dos capitais e, conseqüentemente, a produção de uma taxa de lucro igual.

[...] em um mundo dominado pelo capitalismo os problemas de estagnação e desemprego estarão sempre presentes

A desigualdade nas taxas de lucro conduz à supressão da livre-concorrência, que se mantém devido a essa desigualdade, até que esta seja eliminada pelo fim da separação dos setores de produção. A concentração na indústria provoca simultaneamente uma concentração dos bancos, devido às próprias condições de desenvolvimento do negócio bancário. A concentração bancária é estimulada pela concentração na indústria porque aos bancos interessa que se elimine a concorrência entre as empresas das quais participa, incentivando por sua vez maior monopolização. Quanto mais concentrados, mais os bancos têm poder para promover seus interesses, acelerando a tendência à concentração industrial. A associação entre as empresas pode se dar de diversas maneiras, como cartéis, trustes, associações monopolistas ou fusões, e nelas a participação do capital bancário se destaca, estando presente em várias empresas tipicamente industriais. Esta nova configuração institucional e os resultados daí advindos, como a constituição de grandes monopólios, terminaram por induzir à crise dos anos 30, que no seu limiar já apontava para uma grande depressão mundial, alimentada pela financeirização da economia.

Com estas mudanças o sistema capitalista deixa de ser concorrencial, se é que em realidade o era, para ser monopolista, menos concorrencial ainda. A vulnerabilidade às crises não se atenuou com a concentração e centralização de capitais.

Concomitantemente a estas mudanças no mundo real, a economia neoclássica, segundo Heilbroner (1992), imergia em um mundo pálido de equações. Marshall, recluso na quietude e refinamento de Cambridge, ensinava economia acreditando na natureza autoajustadora e autocorretiva da vida econômica. De outro lado, florescia um submundo da economia, eivado de discussões intermináveis no campo do marxismo, como a de Rosa Luxemburg e Tugan Baranovski sobre a dependência ou não de mercado externo para expansão capitalista, e visões diferentes mas pertinentes no campo não marxista, nas quais Hobson dizia que o capitalismo encarava uma dificuldade interna insolúvel e que era forçado a virar imperialismo, menos por desejo de conquistar e mais por necessidade de sobrevivência. Este campo alternativo, entre-

tanto, não obteve legitimidade para propor políticas para o sistema capitalista.

O pensamento econômico que se tornou dominante, o *mainstream*, expressava o que se convencionou chamar “*pax britânica*”, deixando em aberto uma série de questões. A primeira delas refere-se à fragilidade do sistema de Walras no que concerne à teoria do capital. A segunda é a irrealidade da hipótese concorrencial. A terceira é a questão do desenvolvimento. Não obstante estas limitações, somente após a Primeira Grande Guerra, quando os instrumentos conceituais para reparar as ruínas da organização europeia eram insuficientes e quando uma geração de novos estudantes que se graduou a partir de 1919 perdeu o temor de atacar o *establishment* intelectual da época, é que começou a se organizar um pensamento mostrando que em lugar de um mundo ordenado e tranquilo, o que havia era uma anarquia e desordem. Inúmeras foram as contribuições para erodir o edifício do pensamento único. Entretanto, algumas tiveram poder destrutivo maior que outras.

A merecer um destaque está o trabalho de Piero Sraffa ao afirmar que mesmo diante de hipóteses heroicas, a concorrência perfeita e o monopólio não podem ser tomados como representantes da realidade. Uma avalanche de novas críticas começa a aparecer, questionando o *mainstream* em um ou em outro aspecto. Entre elas estão as contribuições de Joan Robinson, Lionel Robbins, Edward Chamberlin, entre outros, minando as bases da teoria da concorrência. Em continuação surgem as poderosas novas teorias do ciclo econômico, que começaram com Roy Harrod e Kaldor, mas que depois se fortaleceram com os trabalhos de Schumpeter e Kalecki, que definiam as crises não como anomalias, mas como manifestações dos ciclos econômicos, presentes em todas as economias capitalistas, e depois Keynes, que reduziu a crise a uma insuficiente demanda (NAPOLEONI, 1979; SHACKLE, 1991).

Schumpeter focaliza a crise como uma discontinuidade no sistema estacionário walrasiano. Para Schumpeter, este mundo estacionário necessita de uma ruptura para dar início ao processo de desenvolvimento. Esta ruptura dar-se-ia provocada por um novo bem introduzido no mercado, por um

novo método de produção e pela abertura de um novo mercado. Schumpeter analisa todos os determinantes e condicionantes da inovação, tais como atividade empresarial, lucro, crédito e poupança, e para ele o capitalismo está submetido a flutuações cíclicas que são provocadas pela descontinuidade dos processos inovadores. Para Schumpeter, o ciclo econômico não é um aspecto acessório do capitalismo, mas sim o próprio modo pelo qual ele se desenvolve. A desorganização produtiva que advém com uma crise, por si só, não é um desastre, uma vez que ela pode se converter no que ele chama "destruição criadora", pois dela emergirá uma fase virtuosa do ciclo, a de retomada com base em inovações. (NAPOLEONI, 1979; SCHUMPETER, 1982, 1984; 1988). Schumpeter chamou atenção para o fato de que a distribuição no tempo das inovações é desigual, o que poderia amplificar as flutuações cíclicas. Em sua aproximação ao "esquema de três ciclos", Schumpeter alerta que não se deva crer somente que existe um tipo de movimento ondulatório, mas sim mais de um em virtude de algumas inovações requererem um tempo maior para surtirem efeitos, ver Messori (1984).

Se a crise para Schumpeter seria algo a não merecer comisseração, Kalecki a trata como objeto distante, mas não deixa de lamentar o impacto social do desemprego. Em seu trabalho de grande poder de explicação, "esboço de uma teoria do ciclo econômico", Kalecki (1977) coloca em um modelo único, lucros, investimentos, volume e reposição do capital, encomendas, etc., tornando-o explicativo do ciclo econômico e concluindo que os capitalistas, como um todo, "determinam seus lucros, a grandeza dos investimentos e o seu consumo pessoal" (KALECKI, 1977, p. 40). O autor avança também naquilo que seria mais tarde as determinantes e as causas da política de pleno emprego. Kalecki e Keynes chegaram por vias diferentes a conclusões semelhantes. Enquanto Keynes partia da teoria ortodoxa, Kalecki inicia suas reflexões por meio de leituras de Marx, Tugan Baranovski e Rosa Luxemburgo.

Conceição Tavares (1998) diz que o instrumental analítico de Kalecki para entender a dinâmica capitalista é superior a de outros autores porque o economista polonês ajuda a resolver as "falsas

oposições" entre salários e lucros e entre consumo e investimento. Para Kalecki, os salários dos trabalhadores dependem dos gastos dos capitalistas. Segundo a autora, Kalecki mostra através de seus esquemas tri-setoriais como em um processo de produção ocorre a distribuição simultânea da produção, das rendas e também do gasto. Ademais ele consegue também mostrar que o investimento é a categoria central para entender a dinâmica do ciclo porque faz a ponte entre a produção corrente e a reprodução ampliada do capital.

Em Kalecki, é o investimento que permite a reprodução do capital e dos lucros. É a acumulação de capital, e não o consumo, que dá lugar a um processo dinâmico e inexorável da geração ampliada de lucros, i.e., do processo contínuo de valorização do capital. No entendimento de Kalecki, historicamente o sistema capitalista é o único que tende inexoravelmente ao crescimento, à reprodução ampliada do capital e das relações capitalistas de produção, e quando para de crescer, quando se reduz o impulso do investimento, entra em crise. Aí se encontra a diferença essencial entre Keynes e Kalecki. Keynes considera demanda e oferta categorias separadas e responsabiliza a baixa demanda efetiva pelo arrefecimento do ritmo de crescimento e pela geração de uma instabilidade que pode levar à crise, enquanto Kalecki vê esse efeito tendo causa nas oscilações no investimento.

No entendimento de Kalecki, os investimentos como categoria chave, subsidiados pelo consumo capitalista, é que irão definir no ciclo seguinte o montante de lucros que, por sua vez, interferirá na poupança e no investimento futuro. Em termos dinâmicos isto faz com que quanto mais gastem hoje os capitalistas, mais poupem e invistam depois, e que quanto mais poupem hoje, menos lucrem, menos poupem e menos invistam depois (TAVARES, 1998).

Keynes, o mais celebrado dos economistas que tiveram a crise como objeto, teve suas ideias mais aceitas por terem elas saído do "ninho" do pensamento neoclássico e não por serem melhores que as de Kalecki. Com efeito, a influência da Universidade de Cambridge tanto na formação econômica como moral de Keynes é decisiva. Foi este ambiente, inicialmente perplexo com as premissas da Te-

oria Geral, que terminou por acolher sua obra, por procurar entendê-la, para daí tentar incorporá-la no “pensamento único” por meio da chamada “síntese neoclássica”.

A teoria do equilíbrio macroeconômico de Keynes foi criada em um período sombrio para o capitalismo: o da depressão de 1930, que se dava no âmbito da devastadora crise de 1929 a 1933. O método de investigação de Keynes se diferenciava radicalmente das teorias clássicas precedentes. Ao contrário de Clark, Pigou, Marshall e outros, Keynes chegou à conclusão que os problemas das economias capitalistas desenvolvidas não estão do lado da oferta, mas sim do lado da demanda. Keynes coloca em primeiro plano o problema da “demanda efetiva” e seus componentes: consumo, acumulação e os fatores que determinam o movimento deles. Afirmava, portanto, que as depressões modernas não têm sua origem na escassez de mercadorias, mas sim na insuficiência de mercados. Tudo residiria na falta de demanda e não de oferta. Keynes rompe definitivamente com a economia neoclássica em geral e em particular com a lei de Say, e defende que a base do incremento da economia capitalista não estaria na abstinência e na poupança dos capitalistas. Para ele esta poupança não basta para erguer cidades e secar pântanos. A ela há que estar junto o espírito da empresa sem o qual se cria um círculo vicioso que a imobiliza. Keynes centrou sua investigação nos determinantes da magnitude da demanda e do seu incremento. Definir as leis que regem o crescimento da renda nacional e o conceito e papel do multiplicador que liga a renda ao aumento de investimentos foram as contribuições marcantes de Keynes. No campo do salário e da ocupação, Keynes também inova ao recusar a ideia de que o desemprego tem origem nos altos salários, embora veja em altas generalizadas a origem de problemas de instabilidade.

A adoção dos princípios de Keynes pelas políticas econômicas de diversos países deu a legitimação necessária para que esta teoria “bastarda” tivesse sua ancestralidade reconhecida no *main-frame* neoclássico, seguindo-se ao que se chamou

**A teoria do equilíbrio
macroeconômico de Keynes foi
criada em um período sombrio
para o capitalismo: o da depressão
de 1930**

“síntese neoclássica”. Se a Teoria Geral levou à revolução keynesiana e ao triunfo do intervencionismo, nada impediria que se buscasse fazer a axiomatização, a formalização e a matematização de seus pressupostos, levando a uma nova ortodoxia que é a “síntese neoclássica”. Certas ambigüidades deixadas abertas por Keynes levou a uma conciliação com elementos da tradição neoclássica. Hicks, Harrod, Meade, Kaldor e Modigliani, entre

outros, repensaram a macroeconomia em equilíbrio com o modelo IS-LL, ensejando no futuro a elaboração de grandes modelos macroeconômicos e com isso permitiram a permanência e a renovação das ortodoxias e o ressurgimento do liberalismo (KEYNES, 1943; OSÁDCHAIA, 1975; BEAUD; DOSTALER, 1996).

Mais que isto, a exemplo de outras tendências, a síntese neoclássica do pensamento de Keynes incorporou a ideia do ciclo dos negócios. Ragnar, Frisch e Tinbergen introduziram o conceito de um sistema inerentemente oscilante para o capitalismo, com flutuações do consumo cuja causa estaria na interligação entre o acelerador e o multiplicador da teoria de Keynes. Esta proposta foi posteriormente aceita por Samuelson (SHACKLE, 1991).

A grande implicação política do pensamento keynesiano estaria por vir. Os partidos da Social-Democracia europeia se convenceram que o intervencionismo keynesiano mostrava que o capitalismo poderia se modificar, deixar de ser tão injusto, restaurar a atividade econômica e com ela a ocupação e os salários, e por isso não somente construíram um compromisso de classe para salvar o capitalismo, como decidiram proteger os lucros das reivindicações das massas, entendendo que políticas redistributivistas radicais não seriam vantajosas para os trabalhadores, na medida em que reduziriam os lucros e por consequência os investimentos. A partir daí os programas dos partidos social-democráticos abriram mão da abolição da propriedade privada, o reformismo ocupou o lugar da revolução e a luta dos trabalhadores sindicalizados na Europa passou a ser pelo aperfeiçoamento do capitalismo. O Estado do bem-estar foi uma

construção política deste compromisso de classe e jogou um papel indiscutível na reconstrução europeia pós-Segunda Guerra, e permaneceu como ideal até a crise dos anos oitenta do século XX (PRZEWORSKI, 1989).

Os economistas neoclássicos foram incapazes de entender e de propor soluções para as crises da primeira metade do século XX. Não geraram elementos teóricos com poder de explicação para entendimento das crises. O legado de Marx permitiu o pioneirismo de Kalecki, a quem não foi dada a paternidade do entendimento da gênese da crise e de seu enfrentamento, simplesmente porque ele não estava no epicentro da *intelligentsia* econômica, a Escola de Cambridge. O quanto Keynes se aproveitou dos trabalhos de Kalecki é uma discussão que não cabe nestas linhas.

AS CRISES NA ETAPA DO CAPITAL MONOPOLISTA DE ESTADO

Na segunda metade do século XX, por conta do aprofundamento da dependência e dos interesses comuns que o capital monopolista passou a ter com o Estado, alguns autores retomaram a denominação de capital monopolista de Estado que já havia sido utilizada por Lênin em seus escritos da segunda década do século XX.

Lênin (1973) usou esta expressão pensando em como, na fase imperialista, o capital monopolista havia se tornado dependente do Estado em seu processo de sobreacumulação e de desvalorização do capital, e diante da necessidade de completar sua realização além do Estado-nação, constituindo o imperialismo.

Em *O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, escrito em 1916, e em *A Catástrofe Iminente e os Meios de a Combater*, escrito em 1917, Lênin aprofunda a natureza do capital monopolista mostrando quanto ele se tornara sócio e ao mesmo tempo dependente do Estado. Nenhum projeto de expansão econômica extrafronteira poderia avançar sem uma legitimação do Estado nacional e sem passar por relações diplomáticas. Do mesmo modo

que nenhum Estado belicista poderia levar avante suas aventuras militares sem um respaldo interno da burguesia.

Não obstante a capacidade de analisar e ver à frente de Lênin, ele jamais imaginaria como o Estado foi determinante de última instância na economia alemã durante o nazismo e como o foi do mesmo modo durante a política do New Deal de Franklin Delano Roosevelt.

Após a segunda guerra mundial, a regulamentação econômica e a complementaridade de investimentos reforçaram como nunca esta parceria/dependência entre o capital monopolista e o Estado, tornando reais e atuais estas relações.

Ao Estado tem cabido investir em setores/empresas que não garantam lucratividade adequada para o capital, tem tocado ser sócio de inúmeras indústrias em setores nos quais os investimentos são ingentes e tem também, via demanda regular e encomendas, sobretudo no setor militar, viabilizado a acumulação e a reprodução do capital. Em benefício de uma melhor conceituação do capitalismo monopolista de Estado, Boccara (1973 p. 34 e 35), utilizando-se de definições feitas pelas publicações soviéticas, destaca as seguintes:

“O capitalismo monopolista de Estado consiste em subordinar o aparelho de Estado aos monopólios capitalistas e em utilizá-lo para intervir na economia do país (nomeadamente através de sua militarização) com a finalidade de assegurar o máximo lucro aos monopólios e estabelecer a onipotência do capital financeiro”.

“O capitalismo monopolista de Estado é um sistema complexo de utilização do Estado burguês pelo capital monopolista que compreende principalmente uma propriedade de Estado, um consumo de Estado e uma regularização pelo Estado.”

“As contradições do imperialismo aceleram a transformação do capitalismo de monopólio em capitalismo monopolista de Estado. Reforçando o poder dos monopólios na vida nacional, o capitalismo monopolista de Estado reúne o poder dos monopólios e do Estado

num mecanismo único destinado a salvar o regime capitalista, a aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista por meio da exploração da classe operária e da pilhagem de largas camadas da população.”

Na visão de Boccara (1973), o curioso da existência do capitalismo monopolista de Estado é que as experiências de estatização não levam a uma nova relação entre o capital e o trabalho.

Malgrado os argumentos do autor, um tanto descontextualizados e impregnados de visões de mundo, é inequívoco que o capitalismo monopolista de Estado tem exatamente a natureza apresentada pelas definições. Não há como não aceitar as evidências de que a sobrevivência, a expansão e a reprodução do capitalismo, na sua forma monopolista, se converteu em uma questão de Estado. Se o Estado moderno deixa de ser mecanicamente o comitê executivo da sociedade burguesa, como em algum momento afirmou Marx, se adquire impessoalidade e se torna espaço para exercício da tecnoburocracia, não obstante essa evolução, continua a desempenhar seu papel de ente de regulação da vida social em uma sociedade de classes e em uma economia de mercado.

No início dos anos 1980, se manifestava o cenário de uma nova crise que tinha sido desenhado desde 1974/75, quando o crescimento das economias industrializadas demonstrava uma inferioridade em relação ao ocorrido no período pós-guerra. Na ocasião as economias periféricas alcançaram graus diferenciados de desenvolvimento, mas sob forte atuação do Estado.

Neste período vigia o capitalismo monopolista de Estado como aqui descrito, e após a deflagração da crise, que segundo alguns autores tem início com a crise fiscal que desacreditou o keynesianismo, o liberalismo ressurgiu com uma força inesperada (OFFE, 1984). Este ressurgimento se dá com base na crítica do “calcanhar de Aquiles” das políticas macroeconômicas de natureza keynesiana, que era o descontrole fiscal, que havia permitido o que até então seria impensável, uma combinação da inflação com a estagnação, resultando na “estagflação”. O monetarismo lançado por Milton Friedman, a “economia da oferta” que questionava a eficácia da demanda efetiva e a redução da presença do

Estado na Economia, se constituíram então nas receitas da chamada Escola de Chicago, adotadas pelos governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan. O liberalismo, ou neoliberalismo, como ficou mais conhecido, fortalecido pela nova macroeconomia de Lucas, Sargent e Wallace, obteve adesões em todo o mundo, e se demonstrou eficácia ou não na superação da crise dos anos 1980, é ainda uma incógnita.

Nos anos 1980 começa a se fazer sentir os efeitos das fases A e B, recuperação e prosperidade, respectivamente, do quinto ciclo longo de Kondratiev, que tem início em 1975 com as revoluções tecnológicas em microeletrônica, comunicação e informática. Assim, existe uma explicação alternativa ao sucesso do neoliberalismo no solver a crise do fim dos anos 1970 e parte dos anos 1980. Não caberia ao liberalismo este mérito, mas sim seria resultado das características próprias e imanentes do capitalismo, desde que se creia que ele não só tem ciclos – resultantes de momentos de contradição e oposição entre a tendência à queda na taxa de lucro e tendências opostas como a elevação do capital constante, ou a modernização tecnológica da empresa, como supunha Marx –, mas que também existiriam regularidades na formação de *clusters* de inovação e na influência dos mesmos sobre a economia, como acreditavam Kondratiev e Schumpeter, ver Figura 1 (ROSENBERGFR; SHTAK, 1983).

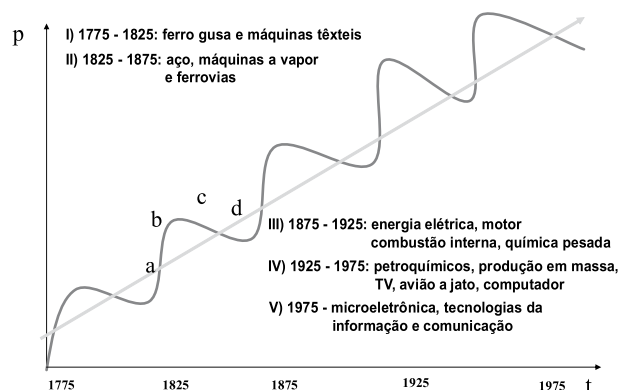


Figura 1
Ciclos Longos de Kondratiev

- a) Recuperação – condições sociais e institucionais favorecem a difusão de um paradigma técnico-econômico.
- b) Prosperidade – otimização e maximização do paradigma.
- c) Recessão – declínio do velho paradigma.
- d) Depressão – exaustão do velho paradigma.

Durante um encontro internacional realizado em Cuba em 1983, a Sétima Conferência dos Países não Alinhados, o dirigente maior do país anfitrião apresentou um informe sobre a crise econômica e social do mundo, no qual se retoma o conceito de capitalismo monopolista de Estado. Castro (1983 p. 17) defende que o “auge da monopolização do capital aconteceu em circunstâncias concomitantes com o do papel do Estado nas economias”. Para o Presidente Fidel Castro esta parceria / aliança, que em tempos pregressos ocorria em período de guerras, generalizou-se a ponto das despesas de governo na zona da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) terem se elevado, entre 1960 e 1970, de 28% para 40% do PIB. Entretanto, segundo Fidel (CASTRO, 1983), a ação oficial nas economias de mercado desenvolvidas vai mais além. O Estado é proprietário ou co-proprietário de empresas e, em alguns casos, de ramos completos da economia, tenta elaborar planificações “indicativas” e manipula alavancas financeiras e fiscais. O que ele pretende dizer com isso é que o capitalismo da segunda metade do século XX continuava a sobreviver graças ao capitalismo monopolista de Estado.

No início da última década do século XX, vêm à luz duas grandes obras, infelizmente não traduzidas para o português até hoje, que explicaram, mais que nenhuma outra, as características e as tendências do capitalismo de fim de século, inclusive suas crises estruturais de ajustamento ou seus ciclos de inovação e desenvolvimento. A primeira delas é uma obra coletiva organizada por Giovanni Dosi e tem como título *Technical Change and Economic Theory*. A segunda é um dos últimos livros de Paolo Sylos Labini, intitulada *Nuove Tecnologie e Disoccupazione*. A coletânea organizada por Dosi (1988) retoma e aprimora os argumentos de Schumpeter e Kondratiev, atribuindo a crise dos fins de setenta e meados de

oitenta do século XX à quinta onda de Kondratiev, baseada nas inovações radicais na microeletrônica, na comunicação e na informática. Labini (1989), por sua vez, sem descrever nas possibilidades das inovações tecnológicas terem poder de desestabilização da economia, afirma que talvez seja possível que “a fatia de história” analisada pode até coincidir com o ciclo longo de Schumpeter e Kondratiev, mas que o que se chama ciclo com uma cadeia extraordinária de eventos concatenados e de periodicidade pode ser uma representação incompleta do que realmente acontece, isto porque a deflagrar instabilidades podem ser inúmeros outros fatores, e que ainda se concordando que os investimentos jogam um papel estratégico tanto para o ciclo como para o desenvolvimento, é necessário levar em conta que os mesmos têm um efeito imediato sobre o consumo e retardado sobre a capacidade produtiva e sobre a produtividade. Para Labini a primeira sequência de efeitos é a do multiplicador e a segunda, é do acelerador, e que a interação das duas sequências gera o ciclo ou o desenvolvimento (a longa onda com tendência). Mas não ambos simultaneamente.

Labini integra nos seus argumentos o que de mais explicativo há na versão da síntese neoclássica de Keynes, no que concerne à condição inerentemente oscilante do capitalismo com flutuações, com o que há de mais plausível e provável na teoria evolucionista que resgata a herança de Schumpeter. As observações de Labini foram o que de melhor se poderia ter em termos de poder explicativo das crises da etapa do capitalismo monopolista de Estado. Contudo, com a globalização, a criação de outro nível de interdependência entre as economias nacionais e regionais, o fortalecimento das corporações em nível mundial e a mobilidade de capitais, a natureza da crise passa a ser outra, e as interpretações de Labini perdem poder explicativo.

A CRISE CONTEMPORÂNEA

A intervenção do Estado na economia com o propósito de salvar empresas e socorrer o sistema financeiro passou a ser uma realidade. Não obstante algumas contestações ideológicas tentando mostrar que esforço equivalente nunca foi feito para reduzir a pobreza e proteger o ambiente, e

que as grandes corporações devem buscar seus ajustes pela via do mercado, o que faria parte da lógica sempre defendida por elas, de fato, em todos os países afetados pela crise, políticas econômicas e ajudas setoriais e individuais fazem parte do receituário para enfrentá-la.

Estabeleceu-se uma espécie de consenso de que estas iniciativas são consideradas necessárias e que confiar à “mão invisível” os ajustes seria muito arriscado, pois o efeito de propagação poderia levar a um *débâcle* total, o que aparentemente não é desejado pela sociedade política e muito menos pela maioria da sociedade civil, com exceção talvez de organizações partidárias e movimentos minoritários ideologicamente descompromissados com a sobrevivência do capitalismo, mas sem clareza de como substituí-lo. O receio de um aprofundamento da estagnação e o advento da depressão é maior que qualquer manifestação de simpatia por formas alternativas de organização da produção ou por uma estatização em massa.

Um argumento para afastar qualquer dúvida sobre a expectativa de grandes mudanças pós-crise é o fato, não necessariamente alvissareiro, que os gestores das políticas que provocaram a crise se mantêm no comando das corporações, conselhos e agências e no momento se propõem, com apoio do Estado e complacência da sociedade civil, a minimizar e resolver os problemas que eles próprios criaram. Outro aspecto relevante a merecer atenção é que as atuais medidas de enfrentamento da crise estão sendo implementadas por todo um arco ideológico de governantes em todos os continentes. Na recente reunião do Grupo dos Vinte, em Londres, as medidas anunciadas para dar continuidade ao enfrentamento da crise tiveram o apoio maciço dos dirigentes presentes, quaisquer que fossem as tonalidades políticas e as expectativas das populações de seus países. O intervencionismo estatal e o protagonismo das agências internacionais de regulamentação e apoio a ajustes e ao desenvolvimento foram entronados como soluções, independente do quanto isto incomodasse os guardiões do liberalismo, encastelados nos bancos centrais de todos os países mais industrializados.

O Consenso de Washington, que preconizava a diminuição da presença do Estado na economia e

que foi uma recomendação política legitimada pelo sucesso do neoliberalismo fortalecido pela nova macroeconomia de Lucas, Sargent e Wallace, já não existe. Em pouco mais de 20 anos tem-se uma mudança radical de natureza ou de foco das políticas econômicas e emerge o “Consenso de Londres” que, na mais legítima tradição social-democrática, propõe um novo intervencionismo, desta vez sem ser precedido por uma revolução no pensamento econômico, como acontecera na metade do século passado com a obra de Keynes.

Mais uma vez emerge o entendimento que o capitalismo poderá se modificar, deixar de ser tão injusto, restaurar a atividade econômica e com ela a ocupação e os salários, normalizando a vida em sociedade. O máximo obtido em termos de boas intenções foi o compromisso de maior visibilidade e regulamentação do sistema financeiro e a proposta de transparência dos depósitos bancários nos paraísos fiscais. Defende-se a “moralização” das aplicações e constrói-se mais uma vez um compromisso de classe para salvar o capitalismo. Na mediada em que nenhuma central sindical lá estava ou mandou representação para protestar, significa que o movimento organizado dos trabalhadores apoia as deliberações tomadas pelo G20 em Londres.

Nesta grande encenação de compromissos por parte dos países do Grupo dos Vinte, não apareceu nenhuma defesa enfática das propostas de Michael Francis Moore, o cineasta, documentarista e escritor estadunidense, conhecido pela sua postura crítica em relação às grandes corporações, à violência armada, à invasão do Iraque e à hipocrisia dos políticos, que disse simplesmente: “a se socorrer as grandes corporações automobilísticas com dinheiro da sociedade, dever-se-ia, pelo menos, exigir delas que desenvolvam automóveis que utilizem fontes de energia absolutamente limpas” (MICHAELMOORE, 2009).

Orquestram-se mais uma vez medidas para proteger os lucros das reivindicações das massas, entendendo que políticas redistributivistas radicais não garantem condições vantajosas para os trabalhadores. Os protestos, a exemplo de todos aqueles ocorridos em Davos e nos encontros do G8, são da

parte de movimentos antiglobalização e de defesa do ambiente que se fazem presentes nos Fóruns Sociais Mundiais e que imaginam que o neoliberalismo ainda existe. O neoliberalismo findou sem glória e sem ser o único reconhecido como responsável pelas políticas e medidas que fizeram face à crise dos 75 a 85 do século passado, uma vez que outro campo teórico a via como temporalmente e naturalmente limitada, por ser parte da tendência e do ciclo identificados por Kondratiev e Schumpeter. Terminou sem que se tivesse certeza, dado o “estado da arte” da ciência econômica, se a crise anterior teve sua origem na irresponsabilidade fiscal ou se foi uma manifestação da grande onda de Kondratiev.

A esta altura isso não importa, pois se está diante de uma outra crise cuja gênese parece se localizar nos mercados financeiros centrais. Se a anterior derivou do descontrole do gasto público, esta, segundo análises jornalísticas dissociadas da boa economia, derivaria do consumo conspícuo, dissociado de garantias reais. Admitir que a origem da crise seja exclusivamente financeira é uma simplificação. Pode ser que aí se tenha o detonador ou sua manifestação epicêntrica. A gênese vai além de causas meramente financeiras, se propaga rapidamente no setor produtivo e incorpora alguns componentes de uma crise capitalista clássica, que traz como elementos constitutivos o processo de acumulação que leva à redução da taxa de lucro e subsequente redução de investimento produtivo, desencadeando a redução da demanda efetiva na visão keynesiana ou do gasto capitalista na visão de Kalecki.

Uma grande suspeita com relação às determinantes da crise e de sua natureza distinta, aceitando-se a hipótese que tem como motor propulsor a insolvência privada, deve estar no padrão de consumo das sociedades abastadas e do seu significado simbólico para o resto do mundo. A avidez pelo consumo mediado pelo crédito fácil tem sustentado uma demanda efetiva significativa junto às economias produtoras em larga escala de bens de consumo e de bens de consumo duráveis, bem

como tem sustentado as demandas por matérias primas junto às economias menos industrializadas, produtoras destes bens, de bens intermediários e de *commodities*. A inclusão do mercado imobiliário nesta explicação é um detalhe. Em realidade ele é a parte impulsionadora das demais demandas, uma vez que depois da aquisição de casas é que vem a aquisição do primeiro e do segundo carro e toda a parafernália de utensílios domésticos.

Assim, na medida em que a expansão do crédito sem garantias reais leva à insolvência de famílias, simultaneamente ocorre a falência de instituições financeiras, a redução do crédito pessoal e a contração do consumo familiar. O neointervencionismo, as políticas de intervenção em face da crise têm como objetivo principal o restabelecimento das condições que permitiram o crescimento econômico nos últimos 20 anos. Neste sentido é que o discurso oficial sugere que tudo voltará à normalidade, que o Estado está agindo corretamente salvando bancos e indústrias e que o cidadão comum deve continuar a gastar sem preocupações e continuar a ter confiança nos dirigentes e nos fundamentos que estão na base dos ciclos produtivos e de consumo.

Nesta lógica o consumo acaba, antes ou depois, de se acomodar à capacidade de compra que os consumidores possuem. Aí reside o problema e é com ele que se deve trabalhar em termos de pacto para uma sociedade melhor e sustentável. Isto porque a sociedade global é um organismo social que atua em dois movimentos simultâneos: o primeiro contabiliza o passado, o segundo hipoteca o futuro. Em outras palavras, acumula as riquezas originárias de atividades econômicas passadas, e disponibiliza hoje ganhos futuros de atividades que ainda não aconteceram. Passado e futuro desaparecem e passa a valer somente o presente, no qual tudo deve acontecer e se realizar, sobretudo o consumo irresponsável e conspícuo.

O que deve haver é o compromisso de pensar, a partir da crise que se manifesta hoje no mundo, em, se assim se pode chamar, medidas anticíclicas não convencionais, que sejam eficazes, não

somente para de maneira emergencial gerar seus efeitos no campo econômico e social, mas também para permitir à economia uma capacidade de se desenvolver de forma sustentável e com resistência para enfrentar crises futuras. Normalmente este termina sendo o lado positivo da crise. Uma oportunidade para repensar a história passada e tentar desenhar o futuro de forma diferente no campo da economia, mas por derivação, também no campo da política.

Como medidas anticíclicas não convencionais – diferentes das já adotadas, como ajuda financeira aos bancos, empresas, etc., e que têm demonstrado uma eficiência relativa –, existiriam uma de caráter econômico e outra de caráter essencialmente político. A primeira, com base na constatação de que existe no mundo um volume de recursos financeiros como nunca visto antes na história, e grande parte dele de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas, paralisados, acumulados nas instituições financeiras privadas e públicas, o desejável seria que os Estados-nação, com as salvaguardas explícitas, pois não se trata de expropriação, passassem a criar regras para descongelar e utilizar uma parte significativa dos mesmos, visando fortes investimentos no setor de infraestrutura e dos serviços públicos. No caso do Brasil seria criar estímulos especiais para alavancar as PPPs, Parcerias Público-Privadas, voltadas para uma infinidade de necessidades sociais. Como parte destes contratos de criação de novos ativos, haveria que se ter cuidado com a rentabilidade da aplicação e com a liquidez dos mesmos em caso de interesse ou necessidade.

A segunda medida anticíclica não convencional diz respeito à necessidade de acelerar os aspectos positivos dos processos de globalização em todo o mundo. De um lado buscando-se uma maior integração, não somente econômica, mas também política e jurídica, em diversas regiões do planeta com vistas a gerar oportunidades de progresso material e espiritual e redução da pobreza, tentando generalizar as práticas de comércio justo e antiprotecionistas. De outro, procurando convencer os povos que o padrão de consumo material tem que mudar

e se aproximar de um ideal que reduza as pressões sobre os recursos naturais.

A crise atual é inequivocamente uma oportunidade ímpar que se oferece aos movimentos sociais e às forças políticas partidárias do mundo inteiro para não somente adotar políticas de enfrentamento emergenciais, mas para também repensar o próprio destino a ser construído por políticas globais e justas com vistas a reduzir as diferenças de padrão de vida, integrar os povos e gerar um pacto de vida digna e de conservação do planeta.

[...] passados os piores momentos, na Bahia deve haver uma reflexão sobre as políticas econômicas pós-crise

A CRISE CONTEMPORÂNEA COMO OPORTUNIDADE PARA PENSAR A BAHIA

À guisa de conclusão, em uma perspectiva dedutiva, do geral para o particular, e passados os piores momentos, na Bahia deve haver uma reflexão sobre as políticas econômicas pós-crise. Perseguir os mesmos objetivos dos últimos 30 anos, parques industriais, projetos estruturantes, etc. deve ser parte da agenda, mas não esgotá-la.

A Bahia tem vantagens territoriais expressivas que sinalizam na direção tanto de serviços ambientais como de atividades produtivas na linha de produtos com baixo índice de materialização, com elevado valor cultural agregado e obtidos por processos produtivos certificados do ponto de vista ambiental. Da agenda não deve fazer parte a guerra fiscal para atrair a qualquer custo plantas industriais que estão sendo recusadas por outros territórios, como grandes siderúrgicas, refinarias, etc. Obviamente que estes setores ainda têm lugar no território baiano, mas condicionados a uma rígida planificação de localização, à geração de externalidades positivas e à integração com o tecido produtivo, para que não se constituam em enclaves.

A produção científico-tecnológica no estado deve ser estimulada para gerar inovações de produto e de processos que permitam diferenciar os bens produzidos no sentido de estabelecer assimetrias de comércio inter-regional e internacional. Deve-se atuar para que as pautas de exportação não contenham somente matérias primas, bens

semielaborados e intermediários, mas também aqueles que resultem da pesquisa e do desenvolvimento, P&D, e que possam ser periodicamente reciclados, beneficiando-se, na medida do possível, das denominadas vantagens monopólicas temporárias. Enfim, o pós-crise deve suscitar reflexões sobre os caminhos a serem trilhados na busca da criação dos primeiros fundamentos de uma sociedade pós-industrial e valorizadora em grande medida dos recursos naturais, tanto pelo que eles significam para as gerações futuras como pela sua importância para a produção de bens e serviços.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, M.; DOSTALER, G. *La pensée économique depuis Keynes*. Paris: Seuil, 1996.
- BOCCARA, P. *Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado*. Lisboa: Estampa, 1973.
- BOTTOMORE, T (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.
- BELLUZZO, L.G. As três crises do capitalismo. In: BELLUZZO, L.G. *O Senhor e o Unicórnio, a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CASTRO, F. *A crise econômica e social do mundo*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1983.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. [1993].
- DENIS, H. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- DOSI et al (Org.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.
- HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- _____. *O capitalismo do século XXI*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: Tecnos, 1963.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- KEYNES, J. M. *Teoría general de la ocupación, el interés y el dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- LABINI, P. S. *Nuove tecnologie e disoccupazione*. Roma-Bari: Sagitari Laterza, 1989.
- LENIN, V. I. *Obras escogidas*. Buenos Aires: Cartago, 1973. Tomos 3 e 4.
- MANDEL, E. *Traité d'économie marxiste*. Paris: René Julliard, 1962. V. 3.
- MARX, K. *O capital (crítica da economia política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, Volume 4.
- MESSORI, M. *Schumpeter. antologia di scritti*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- MICHAELMOORE. 2009. Disponível em: <<http://www.michaelmoore.com/>>. Acesso em: mar. 2009.
- NAPLEONI, C. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OSÁDCHAIA, I. *De Keynes a la síntesis neoclásica: análisis crítico*. Moscou: Progreso, 1975.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROSENBERG, N.; FRISCHTAK, C. R. Inovação tecnológica e ciclos de Kondratiev. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 3, dez. 1983.
- SHACKLE, G. L. S. *Origens da economia contemporânea*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- _____. A instabilidade do capitalismo. In: IPEA/INPES, *Clássicos da literatura econômica*. Rio de Janeiro, 1988.
- _____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- TAVARES, M. C. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

As (ir)regularidades do ciclo econômico de Tugan-Baranovsky, o capital fictício e a economia política da financeirização nos Estados Unidos

Antônio Ricardo Dantas Caffé^A*

Resumo

Os ciclos econômicos do tipo expansão e recessão (*boom-bust*) são frequentemente empregados pela literatura que analisa as crises financeiras nas economias capitalistas. Destarte, a abordagem heterodoxa em geral, mesmo entre os pós-keynesianos que seguem a tradição do “ciclo minskyano”, fica tentada a compreendê-la no interior dos contornos teóricos propostos exclusivamente nos seus termos. Observa-se neste artigo que a originalidade da grande crise capitalista recente encontra sua referência paradigmática na crise de 1870 do que propriamente na célebre crise de 1929 e a depressão que se seguiu no curso dos anos 30 do século XX. Um dos aspectos da contribuição de Tugan-Baranovsky e de sua contribuição à análise do ciclo foi proposta em conexão com a “teoria da desproporção”. Esta última transparece na evidência empírica de que os ciclos de padrões assimétricos assumem um comportamento não-linear endógeno das flutuações da acumulação. Manifestam-se, assim, através deles os regimes de recessão (depressões) que apresentam características explosivas e um regime de “expansão” (prosperidade).

Palavras-chave: Ciclos econômicos. Recessão. Crise capitalista.

Abstract

The expansion and recession economical cycles (boom-bust) are frequent employed by the literature that analyses the financial crisis in the capitalist economies. Thus, the heterodox approach in general, even between the post-Keynesians that follow the “Minskian cycle, tends to understand it within the theoretical outline proposed exclusively in its terms. It is analyzed in this paper that the big recent capitalist crisis origin finds its paradigm reference in the crisis of 1870 instead of the crisis of 1929 and the depression which remained during the 30’s of the 20th century. One of the aspects of the Tugan-Baranovsky contribution and its contribution to the cycle analysis was proposed in connection with the “disapproval theory”. This last one is seen in the empirical evidence that the asymmetrical pattern assumes a non linear endogenous behavior in the accumulation fluctuations. The recession (depression) regimes are manifested through them and they present explosive characteristics and an “expansion” regime (prosperity).

Keywords: Economical cycles. Recession. Capitalist crisis.

INTRODUÇÃO

Quando Tugan-Baranovsky examinou em suas *As crises Industriais na Inglaterra* as implicações da crise imobiliária norte-americana, localizada espe-

cialmente nos terrenos urbanos, desde os finais do século XIX até os princípios do século XX, pôs em questão a teoria de Henry George. Segundo este, nos Estados Unidos um aumento extraordinário da aquisição de terras pelo Estado e uma alta considerável do preço dos terrenos resultante destas aquisições excessivas é o prelúdio da crise. Tal especificidade das crises americanas fazia dela seu ponto de partida teórico, sendo a principal causa

^ADoutor em Ciências Econômicas pela Universidade Paris 13 (Paris-Nord); mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Economia e Administração Pública (NIEAP); tutor do Programa de Educação Tutorial (PET). ricardo.caffe@gmail.com.

*Agradeço à Professora Daniele Besomi do Department of Economics, University of Graz (Austria), por nos ter cedido gentilmente seu artigo sobre Tugan-Baranovsky.

da estagnação das atividades econômicas frente à qual todas as nações civilizadas estariam cada vez mais expostas. Com efeito, a elevação do preço das terras tinha como corolário a queda das remunerações do trabalho e da renda do capital, o que provocava de forma inelutável a paralisação da produção na esfera real. Esta hipótese era demasiado simplista na visão de Tugan. E com razão.

Mas quem foi Henry George? Um economista político *bourgeois* norte-americano que dentre outras coisas foi precursor do imposto único sobre a propriedade da terra e um polemista indireto e bissexto com Karl Marx. Esta polêmica, mantida quase que exclusivamente no âmbito da intertextualidade, será útil para a temática que se pretende desenvolver ao longo do texto. Mesmo sem jamais terem se encontrado, Marx e George travaram um debate que não passa despercebido pela análise do ciclo em Tugan. Marx considerava teoricamente a abordagem georgiana como absolutamente retrógrada, sem que o mesmo se desse a mínima conta da natureza da mais-valia e de sua repartição nas formas das relações sociais expressas em lucros, rendas e juros que a própria economia burguesa já havia consagrado em suas fórmulas trinitárias¹. Assim, o seu dogma fundamental repousava na crença de que um imposto único sobre a renda fundiária paga ao Estado representaria a panaceia para as distorções distributivas do rentismo original.

Na análise teórica das crises e de sua conexão com o ciclo industrial, um argumento contra a fragilidade dos “antirrentistas” americanos que a teoria georgiana parecia representar de forma inconsciente, a lógica simplificada ao extremo do circuito do capital portador de juros não levava em conta um fator fundamental. A formação de capital fixo estrutural de longo prazo não se executa de modo contínuo e progressivo, mas por expansões bruscas em sacudimentos da atividade produtiva. Os capitais monetários ditos livres ou liberados (*free loanable capital*) no curso dos ciclos que a institucionalização da intermediação bancária permitirá existir na condição de reservas é o seu pressuposto essencial. Ainda assim, tais capitais são constituídos dos

rendimentos de classes sociais enriquecidas das mais diversas maneiras, cujas rendas capitalizadas formarão um circuito de captação e distribuição deste capital disponível. Esta expansão do capital com vocação financeira, que hodiernamente os ciclos acadêmicos mais heterodoxos chamam de “financeirização”, não deve ser confundida com o crescimento do capital produtivo.

O circuito específico da acumulação financeira e o desenvolvimento de suas formas institucionais decorrem de uma função bancária que Hilferding destaca como aquela capaz de reconcentrar sob a forma de dinheiro a renda de todas as classes da sociedade (incluídos os trabalhadores e rentistas em geral), tornando-a disponível para o conjunto das classes capitalistas. Para o cumprimento desta função, a ampliação dos estoques de capital de crédito supõem a elevação da remuneração através de juros e a capilarização da rede bancária. Entretanto, “todo crescimento do capital de empréstimo não denota uma acumulação real de capital ou uma extensão do processo de reprodução”, nos diz Marx ao longo das páginas do fragmentário livro III de *O Capital*, em trecho especialmente sublinhado por Tugan.

Aqui novamente Tugan avalia corretamente que esta diferença entre capital de crédito (de empréstimo) e capital produtivo torna-se mais evidente nos empréstimos realizados pelo Estado. A contração de dívida pública estatal possui a prerrogativa de ampliação de credores privados sobre as rendas públicas e o seu aumento não implica no aumento do capital do país, muito embora os valores da dívida mobiliária pública possam compor o conjunto do capital fictício tanto quanto os títulos, obrigações e ações de uma corporação capitalista privada. A estabilidade das rendas financeiras pagas pelo Estado capitalista é pouco influenciada pelas fases do ciclo econômico, permitindo que um vasto tipo de rentistas acumule capital durante um período de estagnação econômica. A transformação de *capital financeiro* em *capital fictício* deve ocorrer com muito mais regularidade que sua transformação voluntária em inversões produtivas. Noutras palavras, mesmo que nas fases favoráveis à expansão do ciclo a transformação do capital liberado em capital fixo seja a regra, nas fases ditas desfavoráveis a acu-

¹ Marx, K. Marx-Engels Correspondence 1881, Marx to Friedrich Adolph Sorge In: Hoboken, Published: Gesamtausgabe, International Publishers, 1942; Transcribed: Sally Ryan; HTML Markup: Sally Ryan.
http://www.marxistsfr.org/archive/marx/works/1881/letters/81_06_20.htm

mulação em termos financeiros é significativamente incentivada pela própria conjuntura adversa.

O ciclo econômico em Tugan-Baranovsky está associado à chamada teoria da desproporcionalidade como consequência de sua crítica às teorias subconsumistas vigentes, e que estiveram em moda no interregno que marca a transição dos séculos XIX e XX. A crítica radical às teorias do subconsumo, consagrada como teoria das crises de desproporcionalidade, teve como alvo as teses subconsumistas esposadas pelos autores marxistas naquele contexto. Em síntese, estas interpretações viam na crescente acumulação de capital e na melhoria das suas condições tecnológicas, *pari passu* ao incremento da razão capital/produto e à queda dos níveis de salários, a genealogia das causas que conduziam a perda de coerência entre os regimes de produtividade e de demanda, o que explicava as recorrentes crises capitalistas.

Depois de mais de um século, a crise das *subprimes* da atualidade veio a revelar toda uma sorte de situações onde a crise hipotecária americana é apenas a ponta do iceberg de uma crise mais profunda que uma teoria dos ciclos baseada nos avanços especulativos sobre a propriedade imobiliária. As expansões recentes do setor imobiliário nos EUA manifestam um sinal de um declínio ainda mais profundo, com a queda significativa da formação de capital fixo como proporção do produto interno bruto do país. A especulação imobiliária mostra apenas flutuações abruptas dos valores bursáteis e dos ativos financeiros em geral, nos estertores de uma decadência econômica ainda maior, cuja amplitude e temporalidade ainda são uma incógnita. Esta questão será retomada nas três seções seguintes. Na primeira delas surge uma provocação incontornável: a “grande depressão” dos anos setenta do século XIX nos EUA, aquela que precedeu a formação da matriz tecnológico-militar americana, seria emblemática da crise mais recente do que a mítica crise e depressão depois 1929? Na seção seguinte, o ciclo econômico de Tugan-Baranovsky, combinando depressão industrial e crise financeira,

traz alguns elementos que são evocados na primeira seção. Na terceira seção, o ciclo tuganiano e os problemas associados às crises de “desproporção” permitem que se façam algumas especulações mais formais com auxílio de alguns fatos estilizados sobre

alguns fatos estilizados sobre sua ocorrência associada aos regimes de crescimento dominados pelas finanças ou financeirizados. Por fim, na quarta e última seção, propõe-se um exercício empírico através de um modelo cíclico em “transição suave”, para testar a pertinência de ciclos

de crescimento financeirizados na crise do capitalismo norte-americano.

O CAPITAL FICTÍCIO E A SUA REALIDADE: SERIA A DEPRESSÃO DE 1873 E NÃO CRISE DE 1929 O PARADIGMA DAS GRANDES CRISES FINANCEIRAS DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI?

A associação entre a grande “crise de 1929” e a crise capitalista das economias centrais vem sendo inevitavelmente considerada, mesmo que as ressalvas feitas pela originalidade de cada crise em seu devir histórico estejam em mente daqueles que não se rendem aos apelos do simplismo mecanicista em suas análises. Chesnais (2008) propõe que a ampla fase de expansão capitalista que precedeu a presente crise representa uma ruptura decisiva com características bastante comparáveis com a crise e 1929, embora em contexto bem diverso. Nesse sentido, a última “grande crise” se desenvolve como um processo cujo ápice ocorre bastante depois, quando a partir de 1933 se instalam as condições para a “grande depressão” subsequente. Ainda que as similitudes sejam possíveis, a temporalidade da crise é marcada por uma mudança profunda que se expressa numa etapa de internacionalização produtiva distinta, marcada pela crescente mobilidade do capital tributário do desenvolvimento tecnológico e da transferência de conhecimento. Se no contexto das crises e depressões dos anos 1870 e 1930 as economias chinesa e indiana eram semicolonias, nos dias de hoje as tendências estagnacionistas

estão mais presentes nas economias maduras no ambiente do mercado mundial. Sem dúvida, as crises de superprodução capitalista têm outro caráter, frente à qual o grande mercado mundial capitalista previsto por Marx e Engels defronta-se com outras forças que ditam as novas formas da geografia da acumulação por espoliação para que Harvey (2001) tanto dirige seu interesse.

As implicações mais profundas da depressão americana de década de setenta do século XIX são bastante interessantes. Segundo Fels (1949, 1951, 1952), a crise americana de 1870 e sua longa duração foi a mais profunda onda de contração da história dos EUA. Este capítulo da história cíclica da economia americana mereceu pouco exame, mas seria prenhe de ensinamentos. A depressão econômica provocada, de acordo com o **National Bureau**, se estenderia do pânico de março de 1873 até o mesmo período de 1879, numa duração de cinco anos e cinco meses. As estatísticas monetárias a colocariam em segundo lugar em severidade comparativamente aos ciclos pós-guerra civil, somente inferior à contração de 1929-1933. Não obstante, o declínio da economia em termos de contração do produto foi relativamente moderado. Assim, o próprio Fels já havia anteriormente feito referência que a literatura sobre as crises americanas não considera que o período 1873-1879 tenha sido uma longa onda depressiva comparada com os períodos que a precederam (FELS, 1949). Por consequência, ela é comparada com a crise dos anos 1930, o que gera uma série de incompreensões em virtude da insuficiência de seu tratamento analítico.

A análise schumpeteriana do ciclo neste período atribui menos aos fatores monetários financeiros que a coincidência entre as fases depressivas entre os Juglar e os Kondratieff que teriam supostamente feito conjunção histórica, muito embora sua associação seja um *tour de force* teórico dotado de certo mecanicismo. As crises bancárias teriam, neste sentido, uma influência menor ou acidental. O conceito de depressão severa e prolongada está associado, principalmente, ao esgotamento dos ciclos longos de mutação tecnológica (Kondratieff), perdendo assim o seu contato com as crises financeiras e os impactos das flutuações econômicas sobre as transformações estruturais do emprego.

Na introdução ao *Business Cycles*, novamente Fels argumenta que o conceito de recessão de Schumpeter é extremamente útil para compreender os anos setenta do século XIX, uma vez que a contração de 1873-78 foi uma das mais graves e profundas contrações de que se tem notícia², coincidindo com o esgotamento do ciclo inovativo precedente, o qual se impõe duramente em todo sistema em nível macrossetorial. A crítica padrão endereçada ao ciclo produzido pelo **clustering** de inovações temporalmente articuladas não constitui a fragilidade explicativa, pelo contrário. A fragilidade de rela do sistema schumpeteriano aparece sob a carência de uma teoria do emprego (em sentido keynesiano) para dar base ao esquema teórico do ciclo econômico.

Neste sentido, Lange (1941) propõe que o esquema encadeado schumpeteriano de três ciclos padece de certo mecanicismo ligado aos “acidentes históricos” das descobertas tecnológicas do que propriamente flutuações regulares na taxa de inovação conectadas com os riscos dos investimentos. Problemas de ordem teórica e empírica impedem que a sincronização cíclica seja tão harmoniosa, seguindo uma expansão das ondas longas do chamado relógio de Schumpeter. Desse modo, o desdobramento de uma onda larga dificilmente poderia ser atribuída a ciclos industriais de extensão semelhante que se aclopariam perfeitamente ao movimento maior. Muito embora o ciclo juglariano tenha sido considerado um paradigma explicativo da passagem da “prosperidade” à “depressão”, sua explicação teórica dos ciclos está vinculada às flutuações dos preços e da taxa de juros. Porém, as causas derradeiras sobre as oscilações dos preços e, mais ainda, a flutuação do nível de atividade nas indústrias produtoras de bens de capital, bem como o ajustamento de seu regime de crescimento “desproporcional” no curso das expansões capitalistas, ficam ausentes de seu escopo analítico. As causas

²Tão somente como meros números, contudo, alguns aspectos da depressão foram bastante sombrios de 1873 a 1877 do que forma entre 1929 e 1933. Os dados sobre desemprego, por exemplo, são na verdade absolutamente inconfiáveis e incomparáveis. Mas se é possível confiar nos números mencionados por alguns autores, alguma coisa em cerca de três milhões de vagabundos (tramps) do inverno de 1873 a 1874, considerada a relativa pequena importância do setor industrial e a ausência no período de qualquer tendência ao exagero, deveria indicar que o desemprego relativo foi realmente pior do que o da recente crise mundial. Schumpeter, J. A. *Business Cycles - A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. New York Toronto London: McGraw-Hill Book Company, 1939, 461 (FELS, 1949) p. Abridged, with an introduction, by Rendigs Fels.

do ciclo podem ser procuradas na incapacidade do sistema econômico em ajustar o fluxo de poupança às necessidades de acumulação crescentes no curso de uma expansão. O montante do capital emprestável disponível, acumulado durante a depressão, limitará o investimento ao longo do próprio movimento expansivo. Desse modo, o crédito na economia capitalista possui não somente um aspecto de instabilidade imanente, mas também estabelece um ciclo transversal sobre as flutuações de investimento em capital fixo. Muito embora seja sedutora a explicação baseada em ciclos de crédito que se origina em comportamentos especulativos, o essencial do movimento econômico é perdido de vista. As análises mais recentes privilegiam os efeitos de contágio das crises financeiras, aprofundando o que fica na superfície das explicações puramente monetárias das crises, mas os seus contatos mais profundos com a acumulação real ficam prejudicados.

Toda a questão relevante torna-se converter as assincronias do ciclo de crédito nas sincronias dos ciclos industriais. Legrand e Hagemann (2007) consideram que, a despeito da teoria juglariana do ciclo incorporar o crédito em sua análise, a deficiência desta abordagem repousa sobre um aspecto que termina sem explicação durante a crise: a interrupção do declínio dos preços e a continuidade da depressão, reforçada pelo aforismo “a única causa da depressão é a prosperidade”. A conexão Juglar-Schumpeter é problemática, a despeito de sua visão compartilhada sobre as flutuações cíclicas como movimento ondulatório inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Nesta direção, economistas como Lescure foram muito críticos desta visão extremamente financeira e desconectada dos processos mais amplos da acumulação³. O papel da elevação dos custos durante o período de expansão e seu efeito negativo sobre as expectativas das

taxas de lucro seriam causas mais consistentes. Deste modo, ao final de um período prolongado de crescimento a estrutura de custos do conjunto da economia seria superior aos preços de mercado, o que não possibilitaria que os capitalistas espe-

rassem uma taxa de lucro suficiente para suas decisões.

O problema central é então a taxa de lucro, acicate fundamental da acumulação de capital. Neste mesmo caminho, a análise tugariana, como será visto na seção posterior,

foi capaz de ir além dos limites estabelecidos pela teoria existente à sua época, nesta relação entre as necessidades de expansão cíclica superiores do capital, paralelamente aos ciclos de crédito. Nestes termos, a teoria juglariana não foi capaz de evidenciar os impulsos latentes do ciclo capitalista, pois não explica as causas mais profundas do ciclo industrial, oferecendo em seu lugar uma constatação tautológica, pautada exclusivamente nas observações empíricas⁴. O ciclo econômico, preso às aparências formais exteriores do fato estilizado, acaba por ocultar as suas determinações mais fundamentais, derivadas da própria ampliação da esfera de transformações que a organização socioeconômica do capitalismo vai encontrando no mundo ocidental.

De outro modo, a crise dos anos setenta do século XIX traz uma série de indagações impertinentes para uma grande depressão. Lescure (1923) constatou a internacionalização do fenômeno das crises industriais já incorporando a “emergente” economia americana depois da crise de 1866, ocasião em que deixam de ser fenômenos ocorridos na França e na Inglaterra. Uma transformação em direção ao “industrialismo” outrora inglês ou francês, sobretudo, desloca-se para as economias norte-americana e inglesa. As economias mais maduras, dispostas de um aparelho industrial dotado de grande força produtiva, passam a conhecer períodos de flutuação mais suaves. Destarte, os Estados Unidos retomam,

As análises mais recentes privilegiam os efeitos de contágio das crises financeiras, mas os seus contatos mais profundos com a acumulação real ficam prejudicados

³ A teoria de Juglar, criticável em sua explicação do período de expansão, fica muda no que diz respeito ao período de depressão. (...) Atribuindo as alternativas de crescimento e depressão que caracterizam nossas sociedades modernas aos fenômenos puramente monetários ou de crédito e negligenciando completamente as relações de produção e de consumo, colocam os “carros adiante dos bois”. Ver, LESCURE, Jean. Des Crises Générales et Périodiques de Surproduction, 3ème Edition, Recueil Sirey, Paris, 1923.

⁴ “Sem fazer algum recurso teórico ou hipótese, a exclusiva observação dos fatos foi suficiente para se chegar às leis das crises e de sua periodicidade. Existem, portanto, épocas de atividade, de prosperidade e de alta dos preços que terminam sempre numa crise e são seguidas por outros anos de contração dos negócios, de queda nos preços que pesam - em maior ou menor medida - sobre as indústrias e o comércio.” Juglar, apud Tugan-Baranovsky, op.cit.

desde o interregno forçado com o fim da guerra civil, a formação de uma grande indústria nacional.

A indústria americana tomará então um impulso decisivo, com a massiva industrialização da ferrovia (*railroadization*) ao qual a tipologia assumida por Kuznets denominará por *Kondratieff burguês* e cuja fase depressiva compreenderá os anos de 1870-1885. Nesta fase, uma malha ferroviária impressionante, que já ligava Nova Iorque a São Francisco, pretendia atravessar o país no sentido norte-sul⁵. O crescimento acelerado da metalurgia de ferro é impressionante, passando de 1,6 milhão de toneladas em 1860 para 2,7 milhões de toneladas em 1873, o que dá conta desta trajetória de ciclo longo. A expansão das sociedades por ações baseadas nas estradas de ferro, o exemplo arquetípico do capital fictício em Marx, também encontra nesta fase uma vasta contribuição americana. Entre 1868-1873, os investimentos alcançavam a cifra de 1,7 bilhão de dólares (121 milhões somente em 1873). A atração de capitais contou com práticas reconhecidamente fraudulentas, como criação de sociedades com 10% de seu valor nominal, sendo que o restante era subscrito em pseudo-obrigações por um público ávido por criação de valores mobiliários. Hyndman (1902) descreve um cenário de impressionante crescimento das *raylways* nos EUA, seguido do contínuo crescimento do conjunto da nação nos 16 anos que compreendem a extensão de 1857 a 1873. Todo este crescimento vertiginoso e incomum confirmou-se, a despeito das pesadas perdas e enormes dispêndios durante a guerra civil. Este crescimento foi notável, comparável à “exuberância irracional” que mais de um século depois Alan Greenspan, presidente do FED, empregou para caracterizar o comportamento dos investidores no mercado de ações. Foi com base nesta expansão que a riqueza nacional e a onda especulativa ganharam ímpeto redobrado, que afetaram de forma avassaladora o comércio, a indústria e as finanças europeias. A praça financeira de Nova Iorque estava literalmente submersa em títulos com base na indústria ferroviária, que depois do *crash* da bolsa de Viena não encontravam mais colocação nos mercados secundários europeus⁶. A

⁵ Para se ter uma ideia, em 1860 os EUA não possuíam ainda mais do que 49.311 quilômetros de vias férreas, e em 1873 eles já possuíam 106.510 quilômetros, ou seja, dobraram sua capacidade instalada em ferrovias.

crise e a depressão em seu caráter financeiro teriam, enfim, conduzido durante este período a consequências terríveis, mas suas implicações não se encerrariam por aqui.

A acumulação de capital sob a forma de valores imobiliários durante um período de depressão poderia funcionar com o objetivo de retomar o seu valor num período de expansão posterior. Os chamados “fundos de Estado” poderiam compor este capital mantido em “alqueive” durante os períodos de turbulência e diminuição abrupta da atividade produtiva. Bounitian (1922) considera que estas possibilidades estariam presentes nas teorias subjacentes à abordagem cíclica presente em Lescure, Tugan-baranovsky e Sombart. De acordo com Tugan, a principal causa que dificulta a acumulação de capital financeiro durante a fase depressiva é a sua repartição proporcional entre os diversos setores da economia. Esta dificuldade poderia ser superada à medida que o capital é acumulado em larga escala, uma vez atingido certos limites, penetrando a indústria sob a influência de sua própria pressão e provocando a expansão forçada⁷. Este processo estaria presente desde 1890 nos EUA, mas fatores compensatórios ocultariam durante algum tempo o processo de estagnação. Steindl (1983) inclui entre estes fatores contratendências o crescimento extraordinário do financiamento corporativo através da emissão de ações num altamente desenvolvido mercado de capitais que ampliará fortemente seu público. Por um lado, este desenvolvimento do mercado de capitais reduziu o rendimento efetivo dos controladores, mas esta tendência estrutural ao mesmo tempo teve um efeito estimulante sobre o investimento e a queda na taxa de juros de base – os rendimentos são assim relativamente baixos frente às margens de lucro elevadas. Somente nos anos 20 do século XX este desenvolvimento alcançou um limite absurdo, conduzindo a uma reação inevitável dos investidores e a uma posterior redu-

⁶ Tal foi a extensão da atividade construtiva para além da demanda e o crescimento temerário das finanças que os efeitos do contágio financeiro de uma falência bancária espalhou-se de modo sistêmico sobre o conjunto, tornando a bancarrota inevitável. As crises começaram com a débâcle de uma firma que havia realizado pesados avanços sobre títulos de empresas no Missouri, Kansas e Texas Railroad, seguida pela concordata de uma parte de outras firmas que agiram com a mesma capacidade em relação às ações de grandes empresas, como a Canada Southern Railroad, adquirida pela New York Central Railroad.

⁷ Aqui a analogia da “máquina a vapor” é evocada, justamente no momento em que o vapor, uma vez atingido um certo nível, supera a resistência do pistão e coloca a máquina em movimento.

ção na emissão de ações. Este comportamento colaborou para compensar, outra vez, as tendências estruturais à estagnação, postergando os efeitos dos custos de financiamento na forma de rendimentos sobre emissões e prolongar o que ficou conhecido como “nova era de otimismo”, somente comparável ao que foi chamado de “nova economia” da bolsa Nasdaq, cujo estouro ocorre em abril do ano 2000. Dessa maneira, um drástico declínio das taxas de crescimento da economia americana aparece como um processo inerente à natureza do capitalismo.

Finalmente, duas perspectivas analíticas feitas por economistas que estudaram de maneira acurada este período – Alvin Hansen e Joseph Schumpeter – podem ser utilizadas como síntese compreensiva da longa onda depressiva no último quartel do século XIX. O princípio do multiplicador-acelerador empregado pelo primeiro conjuga-se com o papel que o crédito possui no sentido de ampliar as “forças aceleradoras” em detrimento das “forças desestabilizadoras” da economia. Na perspectiva dos ciclos schumpeterianos, as adequações sincrônicas entre os ciclos maiores e menores são realizadas por aproximações sucessivas entre os movimentos dos ciclos. As inovações aumentam a demanda de investimentos, que produz um efeito multiplicador que estimula a criação creditícia e os desdobramentos especulativos das finanças. A conjunção de ambos desenvolve-se numa sequência que, por fim, conduz às liquidações “anormais”, que são a expressão máxima das depressões. Este processo cumulativo iria paulatinamente se esgotando até a próxima fase, a recuperação ou retomada. Mowery e Rosenberg (2005) reconheceram que a institucionalização da inovação somente terá lugar nos EUA no início do século XX, muito embora o crescimento da pesquisa industrial tenha sido um componente importante da reestruturação das empresas industriais norte-americanas desde a última década do século precedente. A grande vaga de fusões e aquisições entre 1895 e 1894, marcada por uma aceleração das concentrações ainda em 1898, já incorporam a política antitruste sob formas de preservação de poder de mercado.

O CICLO ECONÔMICO TUGANIANO E O CICLO DA CRISE FINANCEIRA PARA ALÉM DO “MARXISMO ENLOUQUECIDO”⁸

[...] a teoria do ciclo em Tugan tem uma base lógica assentada sobre a teoria das crises, mas não se confunde com ela

Parte-se aqui no reconhecimento das possíveis manifestações concretas do regime de acumulação de dominação financeira para além das discussões, um tanto historicamente datadas, do que foi convencionalmente identificado como correntes neo-harmonicistas do marxismo. Não está em questão aqui a existência de “limites econômicos absolutos” para a continuidade da acumulação capitalista, mas a possível viabilidade de sua reprodução contraditória. Partindo das condições expansivas da corporação capitalista sob um regime de acumulação puxado pelas finanças, as propriedades virtuosas do mesmo são expressas num regime onde a avaliação bursátil predomina como indicador macroeconômico fundamental.

Este é um regime observado na economia americana que foi pioneiramente formalizado por Boyer (2000 e 2004) na esteira dos anos 1980 e da profunda liberalização e da inovação financeiras desde então. O mesmo põe em evidência dos efeitos riqueza sobre o investimento e ao consumo agregados. O circuito estabelece uma dinâmica eficaz, estabelecendo nexos que partem do lucro capitalista e chegam à valorização acionária em *feedback* positivo, tomando lugar daquela que partia do ajustamento entre produtividade e salário real, produção e consumo de massas que caracterizaram o regime fordista anterior. Em relação a este último, o regime de acumulação dominado pelas finanças estabelece um papel decisivo nas variáveis de estoque que incidem diretamente sobre as finanças e possuem impacto financeiro sobre a acumulação patrimonial.

Da mesma forma que a abordagem regulacionista francesa, a teoria do ciclo em Tugan tem uma

⁸ A ideia de *marxismo enlouquecido* provém de Hilferding, cuja apreciação de Tugan-Baranovski conclui que “este último só vê as determinações formais econômicas específicas da produção capitalista, passando por cima das condições naturais comuns a toda produção, qualquer que seja sua forma histórica, pelo que chega à curiosa ideia de uma produção existente somente para a produção, enquanto o consumo aparece só como um incômodo acidente. Se isto já é ‘loucura’, pelo menos tem ‘método’, e mais exatamente marxista, já que precisamente essa análise da determinação formal histórica da produção capitalista é especificamente marxista. É um marxismo enlouquecido, mas não deixa de ser marxismo, o que faz com que a teoria de Tugan seja por sua vez tão curiosa e tão instigante” (*Le Capital financier*, p. 175).

base lógica assentada sobre a teoria das crises, mas não se confunde com ela. Ciclo e crise não são processos coincidentes, muito embora estejam intimamente relacionados. A leitura de Mainwaring (1995), por exemplo, ao propor um tipo de “bolha financeira” com base na negação das crises de subconsumo em Tugan-Baranovsky padece de problemas que acabam por reduzir seu alcance a uma mera variedade das “bolhas racionais” que contribuem para a remoção da ineficiência dos mercados de capitais. Sua distinção da bolha de ativos neoclássica e meramente superficial, pois é vista como um processo que depura as incertezas reduzíveis aos riscos de mercado que a teoria dos “mercados eficientes” propõe. Colacchio (2005) argumenta que o núcleo da teoria do ciclo econômico tuganiano está organicamente conectado com a explicação teórica das crises, mas este vínculo é altamente problemático. Por um lado, em *As crises Industriais na Inglaterra o leitmotiv* do ciclo financeiro é definido pelo papel fundamental dos capitais emprestáveis livres (*free loanable capital*).

O núcleo da teoria da crise de desproporcionalidade representa uma síntese de duas tipologias de crise (pequenas crises e grandes crises). As pequenas crises são aquelas onde as condições institucionais de ajustamento das instabilidades da acumulação capitalista não põem em xeque as condições estruturais de retomada dela própria num ciclo posterior. Mesmo com existência de flutuações periódicas, sua evolução não ameaça as condições econômicas existentes, que, em termos globais, permanecem invariantes. As condições descritas providenciam os argumentos formais para existência de crescimento sustentável (equilibrado), onde os setores se expandem a uma taxa de crescimento constante, sem problemas para a produção de bens de consumo. O ciclo produtivo se completa sem maiores problemas, ainda que as crises industriais se materializem sob a influência da “anarquia da produção capitalista” que lhe é inerente. Noutros termos, ela admite que o crescimento possa ocorrer através de flutuações endógenas que não colocam em cheque a estrutura do conjunto das condições de reprodução ampliada. A crise somente ocorrerá se as complexas condições de proporcionalidade não forem respeitadas. Caso contrário,

o nível absoluto e relativo da produção do setor II não constituirá obstáculo ao processo de reprodução ampliada, com a produção de bens de consumo sendo inteiramente absorvida na extensão do ciclo produtivo. Não obstante, os movimentos dos preços das mercadorias podem, entretanto, introduzir perturbações no sistema econômico. Através destas instabilidades a natureza cíclica da crise se perpetua.

Estes desequilíbrios temporários, que se manifestam através de um crescimento flutuante na esfera do ciclo dos preços, se expressam através de crises predominantemente monetárias, ligadas aos fenômenos bancários e financeiros que o ciclo do tipo juglariano supõe. Todavia, este gênero de oscilações deixa de considerar as flutuações mais severas que ocorrem no nível de atividade das indústrias de bens de capital⁹. Nestas, o ajustamento estrutural requerido pelo regime de crescimento “desproporcional” durante a fase de expansão é bastante pronunciado. As vagas de acumulação de capital se manifestam através dos processos de concentração industrial que a natureza da acumulação financeira impõe, nos dias de hoje, mediante as operações de fusões e aquisições (F&A's), que não geram uma amplitude de transferência da capacidade produtiva através de “novas plantas” (*greenfield investment*). A principal forma desta última se consubstancia mediante o investimento direto estrangeiro (IDE), o qual, grosso modo, diz respeito à transferência de capacidade produtiva e controle de ativos. Esta forma de capital financeiro conforma as tendências ditas clássicas, presentes nas intervenções de Hilferding e Hobson, sob a forma hodierna de instituições orgânicas do capital financeiro mais gerais, que são, *de jure* e *de facto*, sujeitos desta lógica, redefinidas em amplitude e profundidade¹⁰. Este último processo revela a face do “marxismo enlouquecido” que a análise do ciclo tuganiano expõe de modo particular. Neste ponto a distinção entre ciclo e crise, aludida mais acima, merece um detalhamento mais preciso.

⁹ De onde procede esta sucessão regular dos períodos de aumento da atividade e contração? Juglar não vê mais do que uma primeira causa: a flutuação periódica do preço das mercadorias. O período de prosperidade que precede a crise sempre se caracteriza por uma alta dos preços. Esta alta se produz pelo aumento da poupança na economia do país capitalista em crescimento.

¹⁰ A ideia de instituições orgânicas do capital financeiro é apresentada por Filgueiras (2006) e Pierre (2009).

Os eventos definidores da crise daqueles que caracterizam o ciclo tuganiano são assim um prelúdio essencial ao entendimento de sua dinâmica fundamental. Assim, três circunstâncias estariam subjacentes às crises capitalistas: em primeiro lugar, a busca incondicional do lucro estabelece uma disjuntiva permanente entre as estruturas de produção e as normas de consumo. Em segundo, as tendências expansivas da produção forçam o limiar das capacidades do sistema em prosseguir acumulando. Em terceiro, a “anarquia da produção” rompe continuamente com a necessária proporcionalidade de crescimento da produção e de realização dos lucros. A consequente “desproporcionalidade” torna-se uma possibilidade real que ganhará contornos mais definidos na explicação das crises financeiras que o próprio Hilferding vai incorporar depois em sua análise do capital financeiro. Este é um aspecto de uma teoria das crises que tenta integrar uma abordagem em termos de reprodução, movimento dos preços relativos e das taxas de lucro vis-à-vis as condições de financiamento da acumulação¹¹. O processo cíclico acentua a desproporcionalidade durante a fase de prosperidade, com o prolongamento do tempo de transformação do capital entre os setores produtivos. Esta diminuição da velocidade de realização intersetorial corresponde a uma recíproca desaceleração da circulação de moeda creditícia. Em suma, a extensão dos períodos de realização implica em demanda de crédito bancário pelo coletivo da produção capitalista, pressionando a alta da taxa de juros. A elevação da taxa de juros durante a alta conjuntura permite o crescimento da parte do capital financeiro durante o auge expansivo. À medida, pois, que se prolonga a fase de prosperidade, estabelece-se um regime de crescimento do capital-dinheiro sobre o lucro do capital produtivo. Este *momentum* corresponde ao potencial dos regimes de crescimento puxados pela finança (*finance-led growth*) que surgiram como alternativas ao fordismo¹². Entretanto, os mecanismos que

fixam limites da financeirização são definidos por uma condição “exógena” e pouco satisfatória, segundo uma norma de lucratividade que não estabelece um *feedback* entre taxas de juros e taxas de lucros.

De modo diferente de Marx, a abordagem tuganiana considera a crise como uma disrupção temporária da expansão proporcional do capital. Besomi (2006) propõe que a crítica marxista de Tugan, ao incluí-lo entre os precursores dos “neoharmonicistas”, comete o equívoco de considerar que este apreciava os esquemas de reprodução como o desenvolvimento da acumulação real. Na verdade, a interpretação da proporcionalidade deve ser considerada como a “norma teórica” – ou equilíbrio estático sob os aspectos contínuos e descontínuos da vida econômica – a partir da qual os ciclos ocorrem como regularidade inescapável do processo que conduz à superprodução¹³. Portanto, um *boom* não pode prosseguir indefinidamente, uma vez que a sistema econômico deve temporalmente adaptar-se à própria norma mutável¹⁴. A leitura luxemburguiana dos esquemas de Tugan deixou um legado para a economia política marxista segundo o qual ele era um adepto incondicional da Lei de Say. Outra crítica fundamental provém da abordagem kaleckiana, que em seu exercício de síntese sobre o problema da demanda efetiva reprovou um esquema idealizado de crescimento equilibrado de economia capitalista¹⁵. Ambas as leituras críticas, a despeito de seus questionamentos pertinentes, criaram uma névoa sobre a compreensão sobre a crise e o ciclo econômico tuganiano.

¹¹ Alguns intérpretes das crises financeiras em Hilferding consideram que este esquema analítico do processo põe no centro da discussão a ascensão dos custos de reprodução do capital fixo durante as fases de expansão, aproximando-a tanto das versões austríacas da teoria monetária dos ciclos, quanto de Marx. Entretanto, a análise monetária estaria mais próxima de Keynes que de Hayek. Ver, a este respeito, Tutin (2006).

¹² Com referência a este ponto, ver Boyer (2000), op.cit.

¹³ “Em tempos normais, esta dificuldade impede a extensão da produção. Todavia, acontece da mesma ficar mais aguda e a produção capitalista declina momentaneamente, por assim dizer, num estado de paralisia geral e se produz o que é chamado de crise industrial”. (TUGAN-BARANOVSKY, 1913).

¹⁴ Esta estratégia teórica é retomada por Schumpeter teoricamente, onde a função da “norma” é comparável à função do giroscópio, ou seja, evitar que o sistema econômico escape estruturalmente de seus condicionantes em todas as direções possíveis. Cada “equilíbrio” é diferente do outro, sendo uma ferramenta de análise que pode identificar momentos históricos particulares, quando o sistema avizinha-se do equilíbrio. Um bom comentário a este respeito é feito por Stolper (1951).

¹⁵ Segundo Goodwin (1949), esta busca de proporcionalidade leva em conta aspectos de procedimentos agregativos não desprezados por Keynes. O próprio multiplicador keynesiano funciona (estaticamente) seguindo a escala da totalidade do sistema, como um múltiplo de proporções corretas; aqui impera a lei de Say do tipo I, uma tautologia fundamental e redutora segundo a qual, numa economia capitalista, as relações de compra e venda em certo nível agregativo estabelecem uma igualdade necessária entre demanda e oferta globais. Nos termos de um multiplicador matricial, a lei envolve elementos empíricos autoevidentes e necessariamente verdadeiros.

OS CICLOS DE CRESCIMENTO FINANCEIRIZADOS E SUA EVIDÊNCIA NA CRISE DO CAPITALISMO CENTRAL: UM CICLO TUGANIANO QUE PERDEU SEU SENSO?

A análise do movimento do ciclo de crescimento financeirizado está estreitamente ligada ao ciclo econômico industrial. Os movimentos que a mecânica processual do ciclo assume, através da reprodução ampliada do sistema, acentuam aspectos da crise capitalista que não deixam de incorporar, via “mercado”, as instabilidades que a esfera financeira magnificada pela plethora de capital fictício, transformando qualitativamente este sistema¹⁶. O que se define aqui por ciclo de crescimento financeirizado é a dimensão do que se entende por ciclo prolongado pelos efeitos financeiros neste contexto de “prosperidade e depressão”. Na análise proveniente de Marx, os fluxos de investimento setorial (departamental) ressaltam os aspectos monetário-financeiros do investimento. Desse modo, mesmo sob o regime de reprodução simples (sem crescimento e com a taxa de investimento igual à taxa de depreciação), as proporções entre o capital fixo consumido e o capital circulante não são constantes num mesmo período. Por conseguinte, dada uma taxa de investimento total, a heterogeneidade implica que existem oscilações na produção de capital em alguns períodos. Noutros termos, nada deve em princípio evitar que a capacidade produtiva em termos de capital fixo extra seja incorporada como antecipação de períodos onde há um incremento na reposição de capital fixo. Não obstante, como o investimento é, sobretudo, uma decisão monetária no capitalismo, todas as vezes que os requerimentos de substituição de capital são baixos, a demanda monetária por investimento será também inferior e os fundos de amortização de investimento serão mantidos sob a forma de máxima liquidez. A liberação e imobilização existentes de capital-dinheiro funcionam como um processo em que crédito capitalista estabelece uma acomodação frente à qual a reconversão (em capital constante ou variável) torna-se objetivo secundário. Com

A análise do movimento do ciclo de crescimento financeirizado está estreitamente ligada ao ciclo econômico industrial

efeito, a formação de capital fixo em investimento é interrompida, provocando distúrbios nas regularidades dos fluxos intersetoriais. Esta situação é responsável pelas flutuações da estrutura material inerente à economia capitalista cada vez mais submetida à lógica da acumulação financeirizada.

Como foi visto na seção anterior, as desproporcionalidades ou desequilíbrios entre os diversos setores da economia aparecem como possibilidades de crises (parciais ou gerais) como consequência de sintomas de rupturas ou descontinuidades na atividade de investimento. As finanças capitalistas e o capital fictício de modo particular acentuam os efeitos expansivos e de contração destas desproporções. De forma esquemática, os fluxos de produção entre os departamentos da produção marxistas (setor de bens de capital e setor de bens de consumo) devem, em termos agregativos, satisfazer o valor do consumo dos trabalhadores e dos capitalistas no setor de bens de capital. Em termos keynesianos agregados¹⁷, esta relação pode ser definida nos seguintes termos:

$$I - I_i = I_c = wL_i + Z_i \quad (1)$$

Onde I é o valor total do investimento bruto, I_i e I_c são os valores correspondentes dos setores produtores de bens de consumo e de bens de investimento, w é a taxa de salário monetário que é inteiramente dispendida no consumo, L_i é a força de trabalho empregada no setor de bens de investimento e Z_i é o setor de bens de consumo capitalista. A equação (1) representa a condição de **acumulação suave** (*smoothing*), que merecerá um tratamento empírico na seção seguinte através de um modelo regressivo em “transição suave” para testar a presença de ciclos econômicos sob uma perspectiva não linear. A equação (1) permite a conjectura de que um “único trabalhador” poderia ser empregado no setor de bens de capital e o outro setor ficaria plenamente automatizado. A acumulação e o salário real são variáveis independentes do “exército de reserva” de trabalho industrial.

¹⁶ Ver o artigo de Pedrão (2009) neste número.

¹⁷ Adota-se aqui uma formalização simples proposta por Halevy (1997), in Glasner e Cooley (1997).

Portanto, apenas as proporções em que os bens de capital são distribuídos entre os dois setores afetam os salários reais. Uma vez que o consumo capitalista é negligenciável, pode-se então supor-se que $L_i = 1$, ficando a equação (1) da seguinte forma:

$$(I - I_i)^* = x \quad (2)$$

Onde x é a taxa de salário real e a expressão com asterisco o valor dos investimentos em termos de bens de consumo. Quanto maior a diferença entre os dois valores, maiores são os salários reais. A relação da equação de proporcionalidade (2) pode ser interpretada de duas maneiras. Se $(I - I_i)^*$ torna-se diferente de x , a igualdade deverá ser restaurada através de variações nos preços de mercado que, desta forma, restabelecem as corretas proporções em termos de valores marxistas. Por outro lado, se todas as variáveis são mantidas a preços constantes na equação (2), a superprodução pode aparecer como consequência dos excessos de bens de capital relativamente à disponibilidade de força de trabalho. Um aumento na diferença significa que o setor de bens de consumo pode obter mais máquinas proporcionalmente ao setor de bens de capital. Se não existe força de trabalho disponível, a formação adicional de capital fixo deve permanecer ociosa, produzindo um efeito depressivo sobre o investimento.

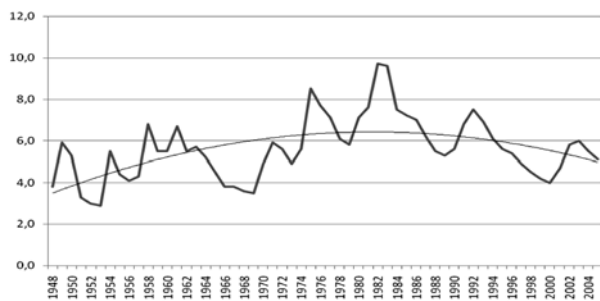


Gráfico 1
Taxas de desemprego nos EUA
1948-2005

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da publicação *The State of Working America* 2006-07.

O Gráfico 1 mais acima apresenta esta tendência ao declínio da ocupação nos Estados Unidos, que apresenta um processo cíclico bem evidente

ao longo do tempo. A financeirização bursátil da economia americana, ou seja, sua expansão colossal através da valorização fictícia no mercado de capitais que avança sob o comando do *shareholder value* – fato cada vez mais debatido na literatura – vem aprofundando as tendências depressivas que esta sociedade acumula ao longo de sua história recente. O Gráfico 2 apresenta a trajetória crescente do regime de crescimento “puxado” pelas finanças com o protagonismo hegemônico da bolsa de valores. Seu avanço vem diminuindo os postos de trabalho e também reduzindo a formação de capital fixo produtivo, como salienta Bruno (2008), que vem diminuindo de maneira progressiva desde meados dos anos 1990 como consequência da queda da taxa de acumulação produtiva presente na economia americana.

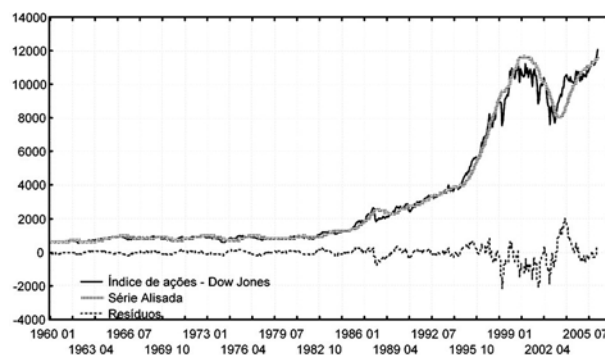


Gráfico 2
EUA – Índice Dow Jones (mensal) – EUA
1960-2006

Fonte: Ipeadata, dados trabalhados pelo autor.

Esse recuo persistente na formação de estoques de capital material é um fenômeno significativo que não deixa de refazer a interrogação, mais conhecida como “paradoxo de Solow”, em outros termos¹⁸. O declínio da produtividade em meio à difusão tecnológica entre os anos setenta e oitenta do século anterior é manifestação em aparência de um processo econômico que encontrará sua resposta somente nas duas décadas posteriores, sob outras bases institucionais, onde a rentabilidade financeira vai poder exprimir em suas engenharias complexas o máximo potencial que as tecnologias que lhes são coetâneas poderão desenvolver, em todas as suas derivações. O crescimento america-

¹⁸ “Vê-se computadores por toda parte, menos nas estatísticas de produtividade”.

no, no que ficou conhecido como “nova economia” das finanças, representará a máxima extensão de regime sob a égide das finanças. O Gráfico 3 a seguir ilustra com dados sobre o investimento real privado em equipamento e software, comparado ao investimento real privado em equipamentos residenciais. O mais longo regime de crescimento 1991-2001, quando comparado aos outros períodos de expansão desde os anos 1960, revela como este **boom** foi o prelúdio das manifestações de um regime “virtuoso” e altamente instável de um inaudito **“american way of life”** que depois de seu auge ruirá violentamente antes do final da primeira década do século XXI. Os sinais de uma “depressão” real com viés financeiro ressuscitam a polêmica de uma economia política da financeirização, estimulada pelo espectro de Tugan-Baranovsky.

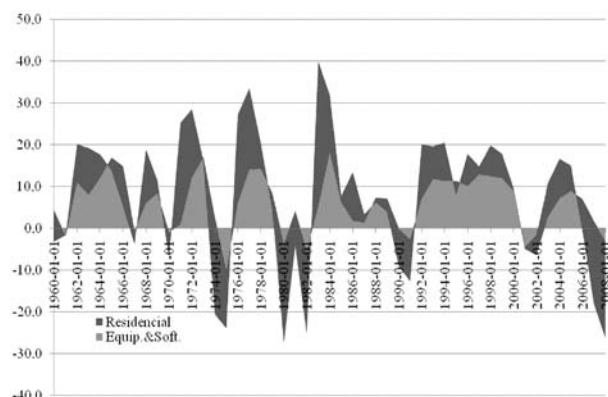


Gráfico 3
Taxas de crescimento de Investimento Real Privado Residencial e Não Residencial – EUA – 1960/2008

Fonte: Elaboração do autor sobre dados do U.S. Department of Commerce: Bureau of Economic Analysis.

UM MODELO CÍCLICO EM “TRANSIÇÃO SUAVE” PARA OS CICLOS DE CRESCIMENTO FINANCEIRIZADOS NA CRISE DO CAPITALISMO CENTRAL: UMA ESTIMAÇÃO PARA OS EUA

Na seção precedente, admitiu-se que o ciclo de crescimento financeirizado dos EUA pudesse ter um comportamento tuganiano, ou seja, originar-

se de desproporções setoriais da estrutura industrial desta economia. Na presente seção parte-se para uma avaliação empírica deste comportamento utilizando-se de modelos que procuram apreender a assimetria destes ciclos. Desta forma, procura-se reconhecer um tipo de padrão não-linear endógeno à dinâmica das flutuações que pressupõe uma alternância dos regimes de crescimento com trajetórias bem distintas.

Propõe-se deste modo especificar, mediante um modelo não-linear de *threshold* – Smooth Threshold Autoregressive (STAR), algumas variáveis relacionadas com o ciclo econômico originado por problemas de desproporção – investimento em capital fixo e salário industrial. Uma significativa literatura teórica e aplicada sobre este tipo de modelagem foi desenvolvida por Teräsvirta e Anderson (1992); Teräsvirta (1994), Lütkepohl e Krätzig (2004), Arango e Melo (2006) e Faleiros e Alves (2008). Os modelos desenvolvidos consideram que as assimetrias das flutuações possuem diferentes escalas temporais e sua dinâmica sugere que os movimentos da atividade econômica são diferentes entre as fases das “expansões” e “contrações”. A alternância de regimes pode ser especificada através de uma função logística que é originada com o modelo padrão definido da seguinte forma:

$$y_t = \phi z_t + \theta' z_t G(\gamma, c, s_t) + u_t$$

$$u_t \sim iid(0, \sigma^2) \quad (I)$$

$$G(\gamma, c, s_t) = \left(1 + \exp \left\{ -\gamma \prod_{k=1}^K (s_t - c_k) \right\} \right)^{-1}$$

$$\gamma > 0 \quad (Ia)$$

Onde $z_t = (w_t', x_t')$ é um vetor $((m+1)+1)$ das variáveis explanatórias com $(1, y_{t-1}, \dots, y_{t-p})$ e $x_t' = (x_{1t}, \dots, x_{kt})$. ϕ e θ são os vetores dos parâmetros da parte linear e da parte não-linear, respectivamente, e a função de transição $G(\gamma, c, s_t)$ depende da variável de transição s_t ,

do parâmetro de inclinação γ e do vetor de localização dos parâmetros c . No software utilizado¹⁹ somente as escolhas mais comuns para K estão disponíveis: $K = 1$ (LSTR1) e $K = 2$ (LSTR2), embora possam existir outras rotinas diferentes. A variável de transição s_t pode ser parte das variáveis explicativas do vetor z_t , ou ainda ser uma tendência introduzida com tal propósito $s_t = t$ (tendência).

Especificação

Como condição precedente à estimação do modelo STAR, torna-se necessário investigar se a hipótese nula (o modelo linear é uma representação adequada para as séries) deve ser rejeitada. O teste deve ser usado para checar se existe uma não-linearidade do tipo STR no modelo. Este procedimento também auxilia a determinar a variável de transição e se LSTR1 ou LSTR2 devem ser usados. São então aplicadas as seguintes regressões para verificar se s_t é um elemento de z_t :

$$y_t = \beta'_0 z_t + \sum_{j=1}^3 \beta'_j \tilde{z}_t s_t^j z + u_t \quad (\text{II})$$

Com $z_t = (1, \tilde{z}_t)'$. No caso de s_t não ser parte de z_t

$$y_t = \beta'_0 z_t + \sum_{j=1}^3 \beta'_j z_t s_t^j z + u_t^* \quad (\text{IIa})$$

A hipótese nula de linearidade é $H_0 : \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = 0$ ²⁰. Uma vez rejeitada a linearidade, deve-se ser especificado o modelo LSTR1 ou LSTR2, com a escolha sendo baseada na sequência dos testes:

- 1 - $H_{04} : \beta_3 = 0$
- 2 - $H_{03} : \beta_2 = 0 / \beta_3 = 0$
- 3 - $H_{02} : \beta_1 = 0 / \beta_2 = \beta_3 = 0$

O teste é baseado na regressão auxiliar (II) como um teste de linearidade. A escolha do mode-

lo é explicitamente apontada através de testes da estatística F.

Dados

As séries utilizadas na presente seção foram a compensação dos empregados (salários e proventos do trabalho), o Investimento Bruto Privado Doméstico e o Investimento em Capital Fixo Privado dos EUA em nível macroeconômico, fornecidos com periodicidade quadrimestral, a partir da fonte o **Bureau of Economic Analysis (BEA)**, do Departamento de Comércio norte-americano. Os dados foram previamente dessazonalizados e transformados em logaritmo.

Resultados

De acordo com os resultados obtidos, a evidência de não-linearidade no sentido econométrico do modelo STAR foi encontrada para os EUA²¹ quando as variáveis foram transformadas em logaritmo e $w(t)$ – a compensação salarial agregada – foi adotada como variável de transição. A assimetria cíclica, no sentido de desproporção teórica que foi aqui pressuposta, é constatada desta forma. Não foram encontradas evidências de sérios problemas de especificação com base nos testes de erros de autocorrelação, persistência de não-linearidade, constância dos parâmetros, normalidade (Jarque-Bera) e heterocedasticidade condicional (ARCH-LM). Os valores da variável explicativa $w(t)$ são bastante satisfatórios do ponto de vista de sua significância estatística (**t-value** e **p-value**), contudo o coeficiente da parte não-linear da regressão é o que mais corrobora com as premissas do modelo. De saída, devem ser notados os valores estimados do gama (γ) e o *threshold* (c) do modelo. O γ representa a velocidade de transição do processo, enquanto c representa o valor que desencadeia a transição via mudança de um regime para outro. No caso americano a transição durante os últimos 50 anos pouco teve de abrupta, o que confirma em grande medida a hipótese de transição suave indicada pelo baixo valor de γ (13,98), mas acompanhada de um alto e significativo valor de c (101,75). A função

¹⁹ O JMulti® é um software gratuito concebido em plataforma Java por M. Krätzig (2000-2007) & A. Benkwitz (2000-2002), www.jmulti.com

²⁰ No modelo existente no software JMulti®, a restrição linear é examinada pela aplicação do teste F. Todas as potenciais variáveis de transição ficam disponíveis. O teste é então executado para cada uma das candidatas selecionadas na tabela respectiva.

²¹ Os resultados completos dos testes estão disponíveis sob pedido.

de transição (Figura 1) indica que os ambientes de conjuntura recessiva mais pronunciada, desde o último pós-Guerra, estão concentrados nos últimos 10 anos mais recentes, principalmente a conjuntura da bolha tecnológica de 2001 e a crise das *subprimes* entre 2006-2007.

Tabela 1 Modelo LSTAR para EUA				
	Coefficiente	S.D	t-value	p-value
Parte linear				
Constante	-127.137	15.818	-0.8037	0.4224
It-1	0.58427	0.0514	113.564	0.0000
w(t)	0.31444	0.0554	56.761	0.0000
Parte não-linear (variável de transição W(t) em log.)				
Constante	26.510.218	713.844	37.137	0.0003
$\hat{\gamma}$	1.398.127	162.722	0.8592	0.3911
\hat{c}	10.175.787	69.238	146.968	0.0000
w(t)	-427.694	16.449	-26.002	0.0099
It-1	301.185	16.639	18.102	0.0715
It-2	174.647	11.875	14.707	0.1427

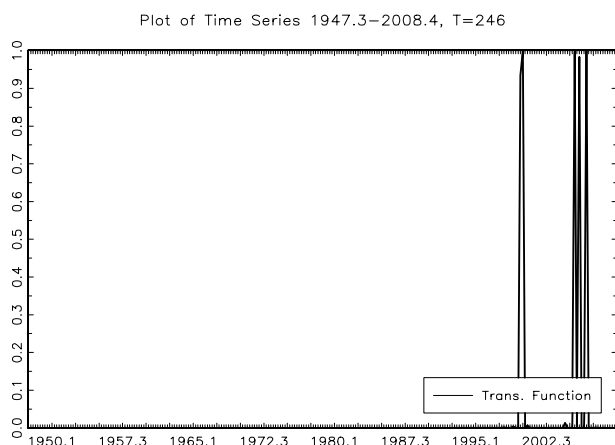


Figura 1

Na Figura 2, o **crossplot** da função de transição logística através da variável $w(t)$ permite identificar uma severa contração no “pisso” do gráfico, o qual exhibe o regime de “recessão” mais intenso e longo do que os regimes de crescimento expansivo – dispersos e curtos – no “teto”. As assimetrias presentes no ciclo americano são ilustrativas dos fatos estilizados destacados mais acima. As séries trabalhadas puderam incorporar mais evidências do modelo que incorpora regimes distintos de crescimento, supondo uma “transição suave” entre eles. Os resultados convergem para as evidências que a literatura tem

observado para o caso de países desenvolvidos, onde o regime recessivo é explosivo, enquanto os regimes expansionistas são geralmente estacionários. Este fato sugere que as recuperações podem ser mais rápidas. Todavia, as evidências contrárias não são fortes. Ainda que a força das crises seja de virulência incontestável, a duração das “depressões” não possui a mesma intensidade.

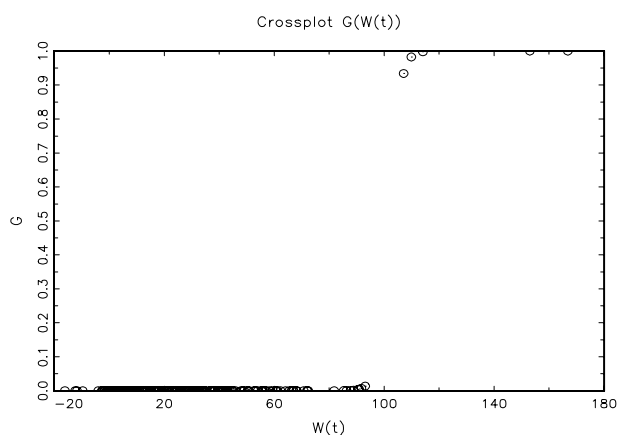


Figura 2

CONCLUSÕES

O presente artigo procurou restabelecer um diálogo entre a natureza cíclica das crises capitalistas e seus aspectos mais íntimos com a expansão dos regimes de crescimento sob o domínio financeiro. Este esforço vai ao encontro das análises que não confundem os fatores subjacentes às causas dos ciclos e seus elementos precipitadores. As abordagens baseadas na ideia de “ciclo monetário” revelam-se insuficientes por deixar de lado as implicações macroeconômicas profundas destes, ligadas aos movimentos da acumulação na formação de capacidade produtiva e os seus nexos com a ocupação e o desenvolvimento tecnológico. Um aspecto também julgado importante é o papel das crises dos regimes como ruptura de natureza institucional mais duradoura, sem que se faça confusão entre esta e a “crise de confiança”, momento onde é feita a purgação das incoerências sob as mesmas condições de um dado regime de acumulação. Ainda são muito precoces as condições para uma avaliação exaustiva das implicações da “crise central” do capitalismo a partir de seu epicentro: a economia americana. Muito embora o seu caráter

“estrutural” e profundo seja evidente, as condições de saída para uma nova ordem ainda são bastante difíceis e complexas. Torna-se inegável que sua extensão em domínios da organização sócio-ecológico-cultural das sociedades que tentou, por assim dizer, mundializar à **outrance**, abalou a supremacia das finanças e o “império de **Wall Street**”, mas as consequências do esgotamento deste modelo ainda não foram totalmente concluídas.

Um dos desdobramentos mais terríveis deste processo talvez se oculte sob o manto do que o próprio ciclo tугaniano esqueça em sua escolha interpretativa da “desproporção”, que é o ciclo gerado pela interação entre a acumulação de capital sob todas as formas possíveis – inclusive naquela onde as finanças estabelecem suas conexões orgânicas – e o que se convencionou chamar massa de desempregados crônicos ou “exército de reserva” capitalista. Curiosamente, ao tratar das consequências sociais das crises, no último capítulo de seu livro sobre os ciclos, Tugan procura traçar as características essenciais do “desemprego moderno” para além da desocupação clássica que forjou o nascimento do sistema. O último parágrafo desta derradeira intervenção é ainda bastante útil para servir de fecho conclusivo deste artigo:

“A existência de um exército de reserva de pessoas sem trabalho prova de maneira gritante e convincente que o capitalismo é impotente na utilização de todas as forças produtivas do corpo social. Não se deve esquecer que o desemprego se produz não porque o capital que a sociedade dispõe não é suficiente para dar trabalho aos trabalhadores. De jeito algum; o que há de paradoxal no desemprego capitalista é que existe excesso de meios de produção. Isto porque a riqueza é muito grande e as máquinas param e, assim, os trabalhadores não podem mais produzir. Pode parecer então que se todas as necessidades sociais fossem satisfeitas e a sociedade não tivesse mais necessidade de novos produtos, o *direito ao ócio* fosse realizado. Ora, na realidade, a grande massa da população é privada de um direito natural, o direito ao trabalho, e ela está assim excluída porque uma minoria possui o monopólio dos meios de produção.”²²

²²Tugan-Baranovsky, M. *Les crises industrielles em Anglatere*, p.468.

REFERÊNCIAS

- ARANGO, Luis E.; MELO, Luis F. Expansions and contractions in Brazil, Colombia, and Mexico: a view through nonlinear models. *Journal of Development Economics*. v. 80, p. 501-517, 2006.
- BESOMI, D. Marxism Gone Mad: Tugan Baranovsky on Crises, their Possibility and their Periodicity. *Review of Political Economy*, v. 18, n. 2, p. 147-171, 2006.
- BOYER, Robert. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analysis *Economy and Society*, n. 29, p.111-145, 2000.
- BOYER, Robert. *Théorie de la régulation*. Paris: Editions La Découverte, 2004. (Collection Repères).
- CHESNAIS, François. *El fin de un ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera Herramient*. Buenos Aires, 2008.
- COLACCHIO, G. On the origins of non-proportional economic dynamics: A note on Tugan Baranovsky's traverse analysis. *Structural Change and Economic Dynamics*, n.16, p. 503-521, 2005.
- FALEIROS, J. P. M.; ALVES, D. C. O. Ciclos de Negócios em uma perspectiva não-linear: modelo auto-Regressivo de transição suave para o índice geral de produção industrial brasileiro e bens de Capital. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 277-305, 2008.
- FELS, Rendigs. The Long-Wave Depression, 1873-97. *The Review of Economics and Statistics*, v. 31, n. 1, p. 69-73, Feb. 1949. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/1927196>>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- _____. Rendigs. American Business Cycles, 1865-79. *The American Economic Review*, v. 41, n. 3, p. 325-349, Jun. 1951. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/1802106>>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- _____. Rendigs. The American Business Cycle of 1879-85. *The Journal of Political Economy*, v. 60, n. 1, p. 60-75, Feb. 1952. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1826297>> . Acesso em: 17 mar. 2009.
- FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Em publicación: neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*.. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. ISBN: 987-1183-56-9.
- GOODWIN, R. M. The Multiplier as Matrix. *The Economic Journal*, v. 59, n. 236, p. 537-555, Dec. 1949.
- GLASNER, David; COOLEY Thomas. *Business cycles and depressions: an encyclopedia*. Taylor & Francis, 1997.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. New York: Oxford University Press, 2001.
- HYNDMAN, H. M. Commercial crises of the nineteenth century, London, Sonnenschein, 1902. Book contributor: Robarts - University of Toronto. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/commercialcrises00hynduoft>>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- LANGE, Oscar. Review “Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process

AS (IR)REGULARIDADES DO CICLO ECONÔMICO DE TUGAN-BARANOVSKY, O CAPITAL FICTÍCIO
E A ECONOMIA POLÍTICA DA FINANCEIRIZAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

by Joseph A. Schumpeter". *The Review of Economics and Statistics*, v. 23, n. 4, p. 190-193, Nov.1941. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1928373>>. Acesso em: 18 mar.2009.

LEGRAND, Muriel Dal-Pont; HAGEMANN, Harald. Business Cycles in Juglar and Schumpeter. *The History of economic Thought*, v. . 49, n. 1, 2007.

LÜTKEPOHL, H.; KRÄTZIG, M. *Applied time series Econometrics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MAINWARING, Lynn. Tugan's 'Bubble': underconsumption and crises in a Marxian Model,. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 2, p. 305-21, 1995.

MOWERY, D.; ROSENBERG, N. *Trajetórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005. (Clássicos da Inovação).

PIERRE, Matri. *Accumulation du capital, développement du capital financier et endettement extérieur en Amérique Latine: théorie et histoire (1860-1930 et 1989-2002)*. 2009. (Tese)- Université Paris XIII, 2009.

STEINDL, J. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STOLPER, Wolfgang F. Reflections on Schumpeter's Writings. *The Review of Economics and Statistics*, v. 33, n. 2, p. 170-177, May, 1951.

TERÄSVIRTA, T.; ANDERSON, H. M. Characterizing Nonlinearities in Business Cycles using Smooth Transition Autoregressive Models. *Journal of Applied Econometrics*, 7, S119-S136, 1992.

TERÄSVIRTA, T. Specification, Estimation, and Evaluation of Smooth Transition Autoregressive Models. *Journal of the American Statistical Association*, 89, 425, p. 208-218, 1994.

TOUGAN-BARANOVSKY, Michel. *Les crises industrielles en Angleterre, traduit sur la 2ème édition russe et augmentée par l'auteur, par Joseph Schapiro*. Paris: M. Giard & E. Brière, 1913. Book contributor: Robarts - University of Toronto. Disponível em: <http://www.archive.org/details/lescritesindustr00tugauoft>. Acesso em: 18 mar.2009.

TUTIN, Christian. Finance et reproduction: la théorie des crises de Rudolf Hilferding. *Cahiers d'économie politique*, n. 51, 2006.

Crise financeira e agronegócio: repercussões para o Oeste baiano

Alynson dos Santos Rocha^A
Ana Paula Alcântara dos Anjos^B

Resumo

A crise financeira mundial, intensificada a partir do segundo semestre de 2008, produz efeitos negativos sobre diversos segmentos da economia brasileira. Em 2007 e primeiro semestre de 2008, entretanto, os resultados para o agronegócio brasileiro e baiano não indicam a proximidade de mais uma retração: o segmento primário bate recordes de produção e produtividade; os preços das *commodities* agrícolas estão em alta. Porém, a elevação dos custos de produção e a restrição de crédito indicam dificuldades para os anos seguintes. Este artigo tem como objetivos identificar e analisar os principais impactos da crise financeira sobre o agronegócio e as repercussões para a região Oeste da Bahia. Constrói-se o cenário pré-crise e algumas perspectivas para a atividade. A crise financeira gera repercussões negativas importantes para o agronegócio. Também explicita a necessidade de novos instrumentos e alternativas para reduzir a dependência do agricultor em relação a instituições internacionais de crédito e insumos. Retrações são comuns ao segmento. As soluções passam pela atuação combinada entre agricultores, suas representações e Estado.

Palavras-chave: Crise financeira. Agronegócio. Oeste da Bahia.

Abstract

The world financial crisis, which has been intensified since the second semester of 2008, produces negative effects on several segments of the Brazilian economy. In 2007 and first semester of 2008, however, the results for the agribusiness of Bahia and Brazil did not indicate the proximity of a retraction: the primary segment hits records of production and productivity; the prices of agricultural commodities are in high levels. However, the rise of the production costs and the restriction of credit indicate difficulties for the following years. This paper aims to identify and to analyze the main impacts of the financial crisis on the agribusiness and the repercussions for the Western region of the State of the Bahia. The pre-crisis scenario is constructed and some perspectives for the activity as well. The financial crisis generates important negative repercussions for the agribusiness. Also, shows the necessity of new instruments and alternatives to reduce the farmers' dependence to international credit institutions of agricultural inputs. Retractions are common to the segment. The solutions pass for the action combined between agriculturists, its representations and State.

Keywords: Financial crisis. Agribusiness. Western of Bahia.

INTRODUÇÃO

A crise financeira mundial, intensificada a partir do segundo semestre de 2008, produz efeitos em diversos segmentos econômicos, gerando uma pro-

fusão de análises, indicadores e estatísticas que evidenciam seus efeitos negativos sobre a economia brasileira. Alteram-se estratégias, condições para a manutenção das atividades produtivas e cria-se um conjunto de questionamentos e incertezas para os próximos anos. Em síntese, as consequências da crise traduzem-se na redução da demanda mundial em áreas distintas e na escassez de crédito para financiamento (investimento e/ou custeio) das atividades. Nesse cenário, para os segmentos rela-

^A Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPGDS/CDS/UnB); mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do Departamento de Administração da UFBA (Barreiras-BA). alynson@bol.com.br

^B Graduada em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); assessora técnica da Superintendência de Política do Agronegócio da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri). paulaabr@yahoo.com.br

cionados ao comércio exterior, já seriam esperadas reduções no fluxo do comércio. No Brasil, além da conjuntura inicial de crise, some-se a tendência declinante do câmbio (desde 2003), que fornece mais um importante elemento nesse contexto.

Apesar desses sinais emitidos no agronegócio brasileiro e baiano, os resultados de 2007 e 2008 não apontam para crises ou mesmo retrações da atividade, como vistas em 2006. O segmento primário bate recordes de produção, o rendimento das lavouras também apresenta números expressivos e, à exceção da Região Sul do País, os regimes pluviométricos foram satisfatoriamente regulares. Na esfera da comercialização há aumentos na demanda por alimentos, os preços das *commodities* agrícolas estão com tendência de alta e as receitas com exportações quase duplicam, comparadas a 2006. As projeções indicavam que o agronegócio alcançaria uma participação recorde nas exportações brasileiras (superior a um terço do total). Participação semelhante é verificada na Bahia. No entanto, o aumento significativo dos custos de produção – pela crescente demanda por insumos agrícolas para atender à demanda de alimentos igualmente crescente – sinaliza dificuldades para os períodos seguintes.

Na Bahia, a crise atinge a região Oeste – reconhecida como área de intensa agricultura empresarial que responde pela quase totalidade da produção baiana de soja, algodão e com parcelas importantes de café e milho – no momento do plantio das lavouras. A crise financeira revela então seus impactos: a escassez do crédito, combinada ao endividamento do agricultor, paralisa/atrasa o plantio na época tradicional – para a soja no último quadrimestre do ano –, com atraso também na época da colheita, geralmente a partir de março do ano seguinte (2009); a reversão da tendência de alta dos preços dos grãos, a partir de julho/agosto de 2008, inviabiliza a principal estratégia dos produtores para auferir maiores rendas: a venda dos produtos na entressafra. A oferta, pressionada, contribui para a manutenção dos patamares baixos dos preços; a redução da demanda mundial por alimentos não contribui para a solução desse problema. Sem comercialização das safras, menores são as rendas do agricultor, que busca alternativas redistribuindo as áreas plantadas entre as lavouras, reduzindo a

utilização de insumos e tecnologias para diluir custos. Entretanto, tal estratégia impacta os rendimentos das lavouras, significando também redução das rendas no final do processo de comercialização.

Este artigo tem como objetivos identificar e analisar os principais impactos da crise financeira sobre o agronegócio e as repercussões para a região Oeste da Bahia. A partir dos resultados dos levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Centro de Pesquisas Avançadas em Economia da Universidade de São Paulo (Cepea-USP) e Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri-BA) constrói-se o cenário pré-crise, com informações principalmente sobre produção, rendimento/ produtividade das safras, além do comportamento dos preços das principais *commodities* agrícolas presentes no Oeste baiano (soja, algodão, milho e café). Faz-se a tentativa de, com o alcance dos objetivos propostos, tecer algumas perspectivas para o agronegócio brasileiro e baiano.

Este artigo está dividido em cinco seções, sendo a primeira destinada a esta Introdução. Na segunda seção – Agronegócio brasileiro e *commodities* agrícolas: o Oeste baiano em cenário pré-crise – faz-se o levantamento dos principais indicadores produtivos e de comercialização do agronegócio, na construção da conjuntura atingida pela crise financeira. Na terceira seção – Impactos da crise financeira nas principais cadeias produtivas agrícolas do agronegócio – são discutidos os impactos da crise e as repercussões sobre o Oeste da Bahia. Na quarta seção – Perspectivas para o agronegócio: crise ou retração momentânea? – são apresentados alguns cenários para a atividade com a chegada (e possível longevidade) da crise. A quinta seção é destinada às considerações finais.

A crise financeira gera repercussões negativas importantes para o agronegócio brasileiro e baiano. Também explicita a necessidade de novos instrumentos e alternativas para reduzir a dependência do agricultor em relação a instituições financeiras privadas e grandes oligopólios internacionais fornecedores de insumos agrícolas. Note-se que retrações são comuns ao segmento. Entretanto, parece correta a afirmação de que as soluções passam

pela atuação combinada entre agricultores, suas representações, instituições de crédito e Estado.

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E COMMODITIES AGRÍCOLAS: O OESTE BAIANO EM CENÁRIO PRÉ-CRISE

Consultando-se rapidamente os resultados do agronegócio brasileiro em 2008 tem-se que os principais indicadores (produção, preços médios, valor da produção, exportações) pareciam não apontar para um cenário difícil para o setor. As instituições relacionadas às estatísticas agrícolas no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab), apresentam números bastante “promissores” em um cenário onde não se vislumbra (ainda) os contornos da crise financeira. Na produção primária, a área plantada tem expansão de 2,6% em relação ao período 2006/2007, atingindo 47,5 milhões de hectares. Isso proporciona em 2008 a produção recorde de aproximadamente 144 milhões de toneladas, 9% superior à safra anterior, onde grãos e oleaginosas têm significativa participação. Os preços das principais *commodities* agrícolas (soja, algodão, milho e café) apresentam tendência de alta (aspecto analisado adiante). Como consequência, o valor bruto da produção agrícola (VBP) no Brasil atinge R\$ 298,5 bilhões, recorde comparado aos R\$ 205 bilhões de 2007 e aos R\$ 180 bilhões de 2006 (IBGE, 2009; CONAB, 2009).

De janeiro a novembro de 2008, as exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) superam em 60% as receitas alcançadas em 2007, atingindo R\$ 17,3 bilhões – o melhor resultado dentre os produtos do agronegócio brasileiro –, embora o volume físico (toneladas) tenha aumentado apenas 1,2%, significando uma expansão nos preços dos produtos (58%) comparando-se a 2007. Comportamento semelhante é verificado para o café: 22% de expansão em receita, com 2,8% a mais em volume exportado e 18,6% de majoração positiva nos preços. O algodão também apresenta condicionantes triplamente positivas aos resultados das exportações em 2008: aumento de 36% no volume exportado, com elevação nas receitas e nos preços de 47,4% e 8,5% respectivamente. Apenas o milho, embora

com expansão de 26,5% nos preços (devido em parte à demanda para fabricação de etanol no hemisfério norte), apresenta redução de 50% no total exportado e receitas, consequentemente, 37% inferiores comparando-se a 2007, devido, sobretudo, à concorrência com o milho dos Estados Unidos. (BRASIL, 2009; CEPEA, 2009, CNA, 2009).

Os resultados reafirmariam o agronegócio como responsável por 36,5% das exportações brasileiras, com saldo comercial superior em 22% em relação a 2007, alcançando valores próximos a R\$ 60 bilhões, compensando com facilidade os resultados verificados nos demais segmentos da economia brasileira. Estes, em 2008, acumulam déficits de R\$ 30 bilhões (BRASIL, 2009).

As exportações do agronegócio deverão concluir 2008 com receita de US\$ 73 bilhões, o que representaria um crescimento de 25% frente a 2007. Pelo lado das importações, espera-se um montante de US\$ 12 bilhões, o que resultaria em um saldo estimado em US\$ 61 bilhões, 23% a mais que no passado. Se confirmados esses números, o volumoso saldo comercial do agronegócio seria responsável não apenas por compensar todo o déficit dos outros setores, como ainda somar um valor adicional de US\$ 24 bilhões à Balança de Pagamentos do Brasil (CNA, 2009, p. 21).

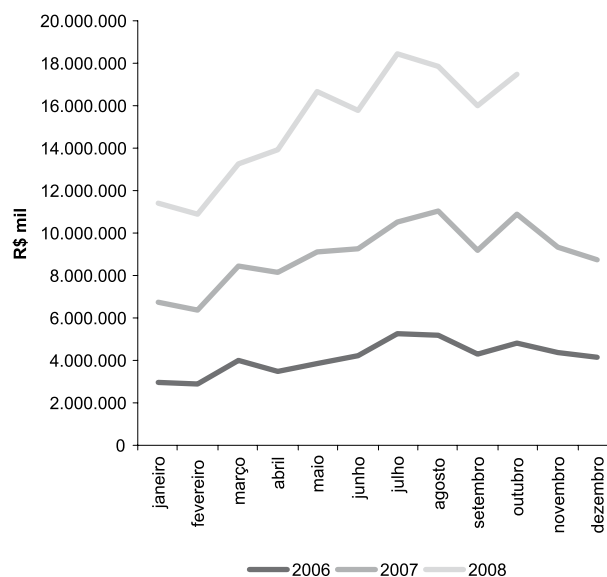


Gráfico 1
Variação mensal das exportações do agronegócio brasileiro – 2006-2008

Fonte: Brasil (2009), com adaptações.
Obs.: dados para 2008 até o mês de novembro.

Para os mercados das principais *commodities* agrícolas presentes no Oeste baiano – particularmente a partir de 2004 até o primeiro semestre de 2008 –, tem-se uma conjuntura semelhante ao observado no restante do País. Apesar de a variação cambial afetar negativamente as operações de exportação, a demanda externa por grãos (especialmente por países asiáticos) atua com efeito parcialmente compensador nas operações comerciais. O câmbio desfavorável é uma recorrente preocupação dos agricultores empresariais da região: enquanto as atividades de preparo do solo e plantio são realizadas com taxas de câmbio mais elevadas (e por consequência os custos de produção) – frequentemente com a utilização de insumos e agroquímicos importados cotados, portanto, em moeda internacional –, a colheita e comercialização são realizadas a uma taxa cambial mais baixa, não raro, gerando perdas de receitas e mesmo prejuízo com a atividade.

A perspectiva do aumento de custos de produção pelo câmbio declinante – com redução da utilização de agroquímicos – e entraves climáticos (distribuição pluviométrica irregular) torna-se responsável pela queda em 20% da produção de grãos no Oeste da Bahia em 2006, como pode ser visualizado no Gráfico 2. A queda é mais significativa na lavoura de soja, com redução de aproximadamente 500 mil toneladas, comparando a 2005, segundo dados do IBGE (2009). Tais resultados na esfera produtiva repercutem nas arrecadações das exportações do agronegócio de grãos na Bahia. As exportações de soja apresentam redução de aproximadamente 30% nos valores alcançados em relação a 2005, de acordo com informações do Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO, 2009).

No entanto, esse quadro é revertido em 2007, com a recuperação significativa da produção de soja, algodão, milho e, em menor escala, do café. Os resultados desse último estão relacionados à própria peculiaridade da alternância de bons resultados produtivos, conhecida como a bienalidade da lavoura cafeeira. As exportações do complexo soja aumentam em 45% em relação a 2006, gerando receitas próximas aos US\$ 400 milhões; as vendas externas de algodão ampliam-se em 42%, consolidando a Bahia como referência nacional para a

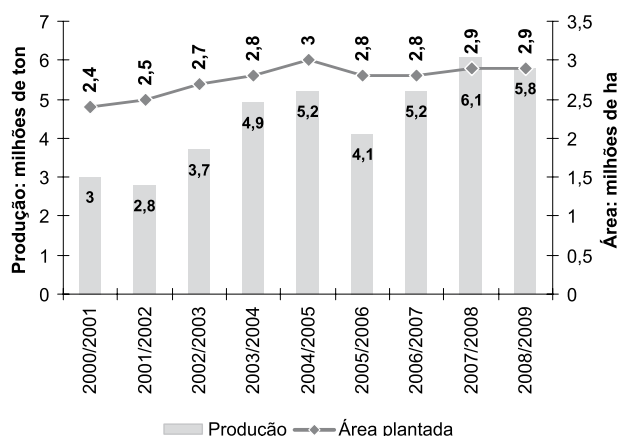


Gráfico 2
Evolução das safras de grãos – Bahia – 2000/2001 a 2008/2009

Fonte: Conab (2009); Bahia (2009).

lavoura (produção, comercialização e qualidade do produto). A demanda externa responde pelos resultados, mesmo em uma conjuntura adversa do câmbio. (PROMO, 2009).

As incertezas quanto aos resultados produtivos para as lavouras retornam generalizadamente para a agricultura brasileira no início de 2008. O cenário positivo iniciado no ano anterior sinaliza a necessidade de maiores volumes de insumos produtivos, significando, portanto, maiores preocupações com os custos de produção. Segundo a CNA (2009), o problema surge da conjunção das expectativas expansionistas dos agricultores, que incorrem em custos e endividamento visando ao atendimento de uma demanda que, com a crise, não será suficiente para garantir os retornos da atividade. A CNA (2009) calcula em aproximadamente 137% o aumento dos preços dos fertilizantes para a safra 2008 – resultado, sobretudo, das antecipações de compras, gerando pressão na demanda por insumos e, por conseguinte, aumento de preços. Em Luis Eduardo Magalhães, por exemplo, o valor médio do adubo formulado para soja (ton.) alcança R\$ 671,80 para a safra 2008/2009 ante aos R\$ 343,25 observados para a safra 2007/2008. Esse fato acaba gerando uma relação maior de troca entre a soja e o adubo, com indicador de 16,79 em 2008/2009 contra 11,92 para o período anterior. Ou seja, exige-se mais soja como retorno por unidade de adubo nas lavouras baianas (CEPEA, 2009).

O bom cenário agrícola mundial sinalizava que haveria maior demanda por insumos. A estratégia foi antecipar as compras e também as vendas. Bom para as compras. Para as vendas, nem tanto. O elevado percentual comprometido com a antecipação de recursos e a pressão exercida por um dólar desvalorizado no período de comercialização não trouxe a esperada recuperação de renda, prometida por um cenário de preços altistas ante a um mercado escasso (CNA, 2009, p. 3).

As expectativas dos agricultores são positivas uma vez que, analisando-se o comportamento dos preços das *commodities* agrícolas, o cenário, ainda em 2008, é favorável. Os preços da soja, por exemplo, apresentam tendência de crescimento desde 1997. Entre 2002 e 2004 são registrados os maiores preços para o grão, praticados em torno de R\$ 50,00 pela saca de 60 kg. Entretanto, a partir de 2004 os preços entram em declínio, alcançando patamares abaixo dos R\$ 30,00. Em 2006 inicia-se um período de recuperação que coincide com a consolidação dos movimentos de grandes demandantes, particularmente a China. O algodão, que mantinha preços estáveis desde 1996, alcança elevados preços também entre 2002 e 2004, superando os R\$ 50,00 pela arroba (15 kg) da pluma, voltando a uma situação de relativa estabilidade até 2008. O café mantém a trajetória de alta dos preços desde 2002, com a saca de 60 kg chegando a ser comercializada a R\$ 350,00 em 2005, para então oscilar entre R\$ 250,00 e R\$ 300,00 a partir de 2006. O milho, com preços máximos em R\$ 35,00 a saca de 60 kg em 2007, é o único produto que apresenta trajetória declinante de preços a partir dos primeiros meses de 2008, como pode ser visualizados na Figura 1. (CEPEA, 2009).

Em 2008 percebe-se, portanto, que existem dois momentos distintos em relação ao agronegócio brasileiro e baiano. No primeiro semestre, apesar dos sinais como elevação de custos de produção e endividamento dos agricultores no momento de concretização do plantio, a expectativa apoiada na demanda por produtos e, principalmente, na tendência expansionista dos preços das *commodities* agrícolas parece desenhar um cenário positivo aos agentes desse segmento econômico. Tal conjuntura será tão significativa que aparentemente compensa

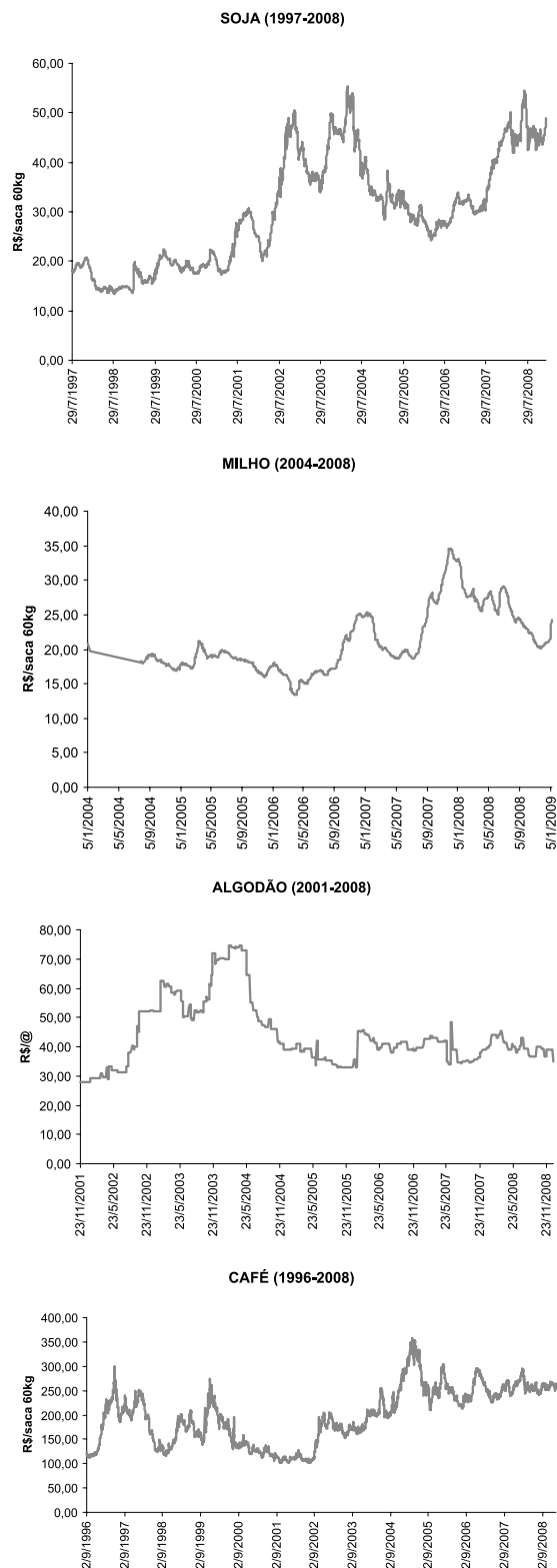


Figura 1
Oscilações de preços para as principais *commodities* agrícolas baianas

Fonte: Cepea (2009); Bahia (2009).

os resultados negativos enfrentados a partir do segundo semestre, quando a crise financeira apresenta os efeitos mais intensos. Na próxima seção são analisados os impactos da crise sobre as atividades do agronegócio, bem como as repercussões sobre a região Oeste da Bahia. Do otimismo passa-se à incerteza sobre a atividade para o ano de 2009 e seguintes.

IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA NAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS DO OESTE BAIANO

A crise financeira mundial – que tem seus contornos definidos ainda em 2004, com os primeiros sinais de dificuldades no mercado imobiliário dos Estados Unidos – acentua-se no último quadrimestre de 2008. Para o agronegócio brasileiro e baiano é o momento de preparação das lavouras para o plantio das *commodities* agrícolas, com reversão do cenário positivo vislumbrado durante o primeiro semestre. Inicialmente, tem-se como impacto a redução da safra esperada para 2009. Para a Conab, a produção agrícola brasileira do período 2008/2009 deve alcançar 140 milhões de toneladas, redução aproximada de quatro milhões de toneladas em relação ao período anterior, 2007/2009. Tal resultado é explicado, sobretudo, pelas expectativas de quedas da produção de soja, milho e algodão. No IBGE, as projeções são semelhantes. Esse aspecto, conjuntamente ao arrefecimento dos preços agrícolas, apresenta como consequência a redução do VBP da agropecuária para 2009. A CNA projeta para a safra brasileira de grãos um VBP de R\$ 96 bilhões, bem abaixo dos R\$ 110 bilhões de 2008 (CONAB, 2009; IBGE, 2009; CNA, 2009).

A crise deflagra uma série de outras causas que, em conjunto, são responsáveis pelos questionamentos a respeito da própria fragilidade do agronegócio brasileiro, a capacidade de recuperação e execução de alternativas pelos agricultores, suas representações e Estado. Especificamente para o setor produtivo, os impactos podem ser assim classificados: a) escassez de crédito e endividamento dos agriculto-

res; b) redução do grau de tecnologia utilizado, com reflexos nos rendimentos das lavouras; c) redistribuição das áreas plantadas, de acordo com a movimentação dos preços; d) incertezas quanto à dinâmica do crescimento mundial a partir de 2009 e, por conseguinte, na demanda pelos produtos.

O impacto frequentemente citado por agricultores e/ou seus representantes diz respeito à redução do crédito para custeio da safra 2009. A escassez de recursos para empréstimo atinge diversos outros setores da economia. Mas a agricultura empresarial

tem uma peculiaridade: não se pode esperar, sem definição, pela regularização do crédito, pois as etapas produtivas iniciais (preparo dos solos, plantio e outros tratamentos culturais) têm momentos específicos de operacionalização, obedecendo ao calendário agrícola, momento climático, período de chuvas, etc. Ou seja, sem recursos nos momentos certos, compromete-se não apenas quantitativamente, mas qualitativamente os resultados das lavouras. Apesar das linhas de crédito do governo brasileiro¹, parcelas significativas dos agricultores utilizam recursos de instituições privadas. Estas linhas foram praticamente paralisadas em setembro de 2008, quando grandes bancos e seguradoras americanas anunciavam falência e/ou resultados negativos. O depoimento de representante da Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB) ilustra a situação difícil enfrentada pelos agricultores:

Para se produzir 140 milhões de toneladas de grãos são necessários R\$ 130 bilhões. O governo federal arca com algo em torno de R\$ 30 a R\$ 40 bilhões. O restante viria das multinacionais. E não está chegando, (...). Essa demora também vai prejudicar a colheita, já que a plantação iniciada em meados de novembro [de 2008] deveria ter começado no final de outubro. (CONRADO, 2008, p.1).

¹ Outro aspecto importante, porém não tratado neste trabalho, diz respeito às restrições de crédito devido a questões ambientais na região. O Decreto nº. 6.514, de julho de 2008, traz em seu Art. 20 uma série de sanções para aqueles que comentem alguma infração ambiental. Entre elas está a suspensão da participação do infrator em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito. O texto completo do Decreto está disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm

O movimento de fuga de capitais estrangeiros com a intensificação da crise financeira atinge o segmento agroexportador. Além das reduções dos financiamentos das multinacionais, as chamadas *tradings* também paralisam suas operações comerciais (as empresas tiveram cortes de crédito em suas matrizes, deixando, dessa forma, de financiar os produtores). Some-se a redução dos financiamentos via Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) – recursos destinados às exportações, inclusive agrícolas –, agravando a situação para os agricultores. Note-se ainda que, em relação à escassez de crédito, o agricultor brasileiro já enfrenta um

lavoura de soja em 2009: “A elevada dependência do crédito privado e o alto grau de endividamento dos sojicultores dificultaram o financiamento da safra 2008/09 (...).” (CNA, 2009, p. 8). Na segunda, observa-se a redução das tecnologias empregadas durante os tratos culturais, como insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Os reflexos são percebidos nos indicadores para a safra 2009. Para a soja, por exemplo, o levantamento realizado pela Conab aponta redução de 11% do rendimento da lavoura baiana (de 3,0 ton/ha em 2007/2008 para 2,7 ton/ha em 2008/2009), mesmo com aumento de área plantada em 2,8% (CONAB, 2009).

Tabela 1
Comparativo entre as principais commodities agrícolas baianas

Produtos	Área (mil ha)			Produção (mil ton)			Produtividade		
	2007/2008	2008/2009	Var. %	2007/2008	2008/2009	Var. %	2007/2008	2008/2009	Var. %
Algodão	315,60	299,80	(5,00)	1.254,50	1.133,20	(6,40)	3.975,00	3.780,00	(4,90)
Milho	831,20	815,40	(1,90)	1.966,60	1.910,90	(2,80)	2.366,00	2.344,00	(0,90)
Soja	905,00	930,30	2,80	2.747,60	2.511,80	(8,60)	3.036,00	2.700,00	(11,10)

Fonte: Conab (2009).

quadro desfavorável: a redução do volume de recursos em função da extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), a partir de 1º de janeiro de 2008. Tais depósitos constituíam-se importante fonte de recursos para o crédito rural e, em um período de aumento da procura por esses recursos, contribuem para o desequilíbrio entre oferta e demanda de crédito para a agricultura no Brasil.

O resultado da escassez do crédito pode ser observado em duas situações. Na primeira, tem-se o aumento das dívidas dos agricultores, que em muitos casos são obrigados a captar recursos para custeio das safras – pela peculiaridade das atividades agrícolas primárias, como visto anteriormente – incorrendo em taxas de juros mais elevadas. Há sempre a expectativa de realização de boas colheitas e comercialização a bons preços, mas os sinais emitidos pela esfera financeira geram incertezas quase sempre traduzidas em prejuízos e/ou perda de rentabilidade. Existe ainda a situação de falta de acesso aos recursos pelos agricultores, devido ao excessivo endividamento², acumulado em safras anteriores. Essa situação, inclusive, é apontada como principal responsável pela quebra da safra da

Observando a Tabela 1 percebe-se que a lavoura mais atingida pelos desdobramentos da crise é o algodão, com redução simultânea da área plantada, produção e produtividade. Parcelas das áreas de cotonicultura (e também do milho) são convertidas ao cultivo da soja, configurando a redistribuição das áreas pelas lavouras de *commodities* agrícolas. Para a soja, a explicação encontra-se basicamente na movimentação de preços, mais baixos relativamente ao algodão, estimulando os agricultores a buscarem produtos com maior potencial de recuperação das rendas. No entanto, a queda acentuada da produtividade e, particularmente, as oscilações nos preços praticados no mercado futuro da soja revelam as dificuldades de quaisquer estratégias em um momento de crise.

A inversão da tendência de alta dos preços agrícolas – pelo aumento da oferta no mercado brasileiro em um cenário de redução da demanda externa –, apesar de contribuir com o controle final dos preços e, conseqüentemente, reduzir as preocupações

²A Lei nº. 11.775, de setembro de 2008, trata da renegociação das dívidas dos agricultores originadas das operações de crédito rural. Apesar do longo processo de tramitação, as avaliações de representantes do setor agropecuário apontam que a Lei não foi capaz de solucionar o grave problema do endividamento do agricultor brasileiro, especialmente as dívidas de curto prazo. O texto completo da Lei está disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2008/lei11775.htm>

com surtos inflacionários no país, impacta negativamente a formação das rendas no campo, funcionando como um desestímulo aos agricultores. Na lavoura cafeeira, por exemplo, além da situação de custos elevados – principalmente fertilizantes – observada em todas as outras culturas, a lavoura no Oeste baiano requer ainda maiores investimentos. Justifica-se por a cultura na região ser praticamente na totalidade irrigada nas etapas produtivas. A cobertura dos custos e a remuneração do investimento são, portanto, essenciais à cafeicultura no Oeste baiano.

A queda dos preços dificultou uma prática bastante comum entre os agricultores do Oeste da Bahia: a comercialização da safra corrente no período seguinte, de entressafra. Note-se a estratégia dos agricultores de, aproveitando os preços mais altos nos períodos de falta do produto, auferir maiores rendas. No entanto, a crise, no segundo semestre de 2008, atinge a atividade agrícola em pleno período de entressafra. As estratégias são frustradas e cria-se um agravante: as safras não completamente comercializadas – pela falta de expectativas positivas quanto aos preços, pela elevação dos custos de estoque e pelas incertezas quanto ao crédito – acabam elevando a oferta e pressionando ainda mais os preços, fato que pode ser corrigido com o ajustamento, para baixo, das safras seguintes.

Como a produção começa a partir de março, abril, o efeito que estamos sentindo, com exceção da questão do plantio, é que a comercialização da safra anterior já sofreu os efeitos da crise. O produtor normalmente segura uma parte da safra para vender na entressafra, período de setembro a janeiro, que é o tempo dos melhores preços, mas este ano [2008] não aconteceu. Justamente na entressafra, aconteceu a crise. (ATARDE, 2009, p. 8).

Além dos impactos da crise na produção, produtividade e rentabilidade das lavouras no Oeste

Além dos impactos da crise na produção, produtividade e rentabilidade das lavouras no Oeste baiano, o agricultor empresarial precisa conviver com um conjunto de incertezas que o forçará a rever estratégias de produção, distribuição e comercialização das lavouras

baiano, o agricultor empresarial precisa conviver com um conjunto de incertezas que o forçará a rever estratégias de produção, distribuição e comercialização das lavouras. Da “porteira para dentro” o aumento expressivo dos preços dos insumos agrícolas certamente exigirá do produtor cautela na decisão da área plantada, no pacote tecnológico utilizado e na assunção de dívidas e outros comprometimentos em razão dos financiamentos junto ao Estado e/ou instituições privadas. Da “porteira para fora” são poucas as avaliações da movimentação real dos preços nos mercados internacionais. Esse aspecto está diretamente relacionado à dinâmica de crescimento mundial para os próximos anos, refletindo na demanda por alimentos. Nesse cenário de incertezas, parece existir um consenso de que os bons resultados de 2007 e, em parte, de 2008 não se repetirão em 2009 e, potencialmente, comprometem os indicadores para 2010. Essa é a principal perspectiva para o setor, como analisado na próxima seção.

PERSPECTIVAS PARA O AGRONEGÓCIO: CRISE OU RETRAÇÃO MOMENTÂNEA?

Para responder à pergunta que abre esta seção – e entender a conformidade das perspectivas para o setor – torna-se necessário adicionar outros questionamentos, tais como: qual a capacidade da crise financeira mundial em alterar, negativamente, as estruturas do agronegócio brasileiro e baiano, no que diz respeito à sua posição no conjunto das atividades econômicas, na competitividade em relação a outros países produtores e no dinamismo dos resultados do comércio exterior? O agronegócio é uma atividade “ainda com gargalos” do ponto de vista produtivo, logístico e mesmo tecnológico? E por fim: qual a capacidade do agricultor empresarial brasileiro e baiano de criar alternativas estratégicas à superação das dificuldades que se apresentam? Solucionar (ou não) tais questões permite visualizar potencialidades e entraves do segmento, comumente evidenciados em momentos de retração.

Note-se que momentos difíceis são frequentes ao agronegócio. As causas podem ser variadas. Existem aquelas relacionadas ao ciclo produtivo das lavouras, como estiagem excessiva – a exemplo do que é observado na região Sul do país desde o final de 2008, contribuindo para a quebra da safra de grãos em quase 25% (CONAB, 2009) – ou chuvas irregulares, que prejudicam as etapas produtivas no Oeste baiano (principalmente no momento da colheita). A região baiana também registra casos da praga conhecida como ferrugem asiática da soja – doença causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* e que reduz o rendimento da planta –, comprometendo os resultados finais da produção. Outras causas estão relacionadas à própria conjuntura cambial, às dificuldades de comercialização dos produtos devido às estratégias de preços de países compradores – como o célebre embargo à soja brasileira pelo governo da China (maior importador mundial do grão) em 2004, acusando contaminação excessiva das cargas por agroquímicos. Nesse sentido, a crise financeira seria momentânea, com retomada rápida da trajetória de crescimento do setor.

No entanto, as repercussões da crise ocorreram em dois pontos fundamentais para o segmento econômico: a elevação dos custos combinada à escassez de crédito para as lavouras. Esse fato gera a perspectiva, ainda fora dos indicadores produtivos, da criação de mecanismos alternativos ao financiamento dos agricultores empresariais, para evitar a dependência em relação às instituições privadas. Some-se a isso a resolução do endividamento dos produtores. Nesse caso, demandam-se a operacionalização dos instrumentos legais, como a Lei 11.775/2008, a maior disponibilidade de recursos oficiais para custeio e investimento na atividade e a expansão de instrumentos como o seguro rural.

Nesse contexto, parece pouco provável que a crise financeira promova um “desmonte” das estruturas produtivas do agronegócio. A competitividade alcançada (inclusive em custos) e a capacidade produtiva da agricultura empresarial, portanto, permanecem. As incertezas quanto aos preços das *commodities* agrícolas, à liquidez internacional e ao ritmo de crescimento mundial – além do comportamento do câmbio no Brasil – trazem alterações de produção e nos fluxos de rendas dos agricultores,

fato que também é observado em outros países que concorrem com o Brasil. Quebras de safras, redução de VBP, redistribuição das áreas para as lavouras são gradualmente confirmadas com os levantamentos da CONAB e do IBGE em 2009. Isso deve confirmar as projeções para a redução do ritmo das exportações do agronegócio, comparado a 2007 e 2008. A CNA (2009), com base nos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2009), estabelece três cenários para as exportações do agronegócio brasileiro.

No cenário otimista, as exportações são reduzidas em aproximadamente 7,0% em relação a 2008; no cenário mais provável, as exportações sofrem redução de 22%; e no cenário pessimista, de 35%, como pode ser visualizado no Gráfico 3. A dinâmica das exportações agrícolas baianas deve seguir o mesmo comportamento observado para o restante do Brasil. Apesar das projeções negativas, a participação do agronegócio baiano no total exportado pelo Estado deve permanecer significativa, acima dos 35%.

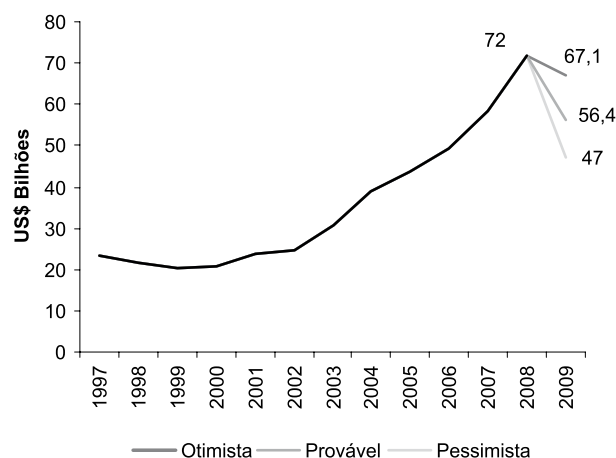


Gráfico 3
Exportações do agronegócio brasileiro
(US\$ bilhões) 1997-2009*

Fonte: Brasil (2009); CNA (2009), com adaptações.
* Projeção

Uma análise recorrente em momentos de retração aponta os gargalos e/ou entraves à expansão do agronegócio brasileiro e baiano. Os indicadores de produção, mesmo nos melhores contextos de condições climáticas, preços, câmbio, facilidades de exportações, demanda externa e interna, etc., são sempre contrastados aos aspectos que tor-

nam a atividade empresarial menos robusta do que os números aparentemente mostram. No aspecto produtivo, como visto anteriormente, tem-se a dependência de insumos, máquinas e equipamentos fornecidos quase na totalidade por grandes oligopólios internacionais. As estratégias desses grupos, não raro, destoam dos interesses dos agricultores, gerando frequentemente incertezas e falhas de sinalização nos mercados.

No aspecto logístico, são amplamente conhecidas as dificuldades de transporte e embarque das safras, gerando elevação de custos que acabam por neutralizar as rendas obtidas com a comercialização das safras. Na Bahia, o depoimento de representante dos agricultores chama a atenção para a melhoria da malha viária principal, mas as dificuldades encontram-se nas estradas vicinais. Estas, em alguns casos, distam 40 km da malha principal. (ATARDE, 2009).

O Brasil detém as melhores condições para ser o grande abastecedor de produtos do agronegócio para o mundo: terras abundantes, condições climáticas favoráveis e variadas, alto padrão tecnológico e capacidade empresarial produtiva. Esses fatores sustentam oportunidades de comércio num mercado internacional que supera o montante de US\$ 1 trilhão por ano, onde a participação brasileira já passa de 4%. Porém, as ineficiências da infraestrutura e da logística, localizadas *fora da porteira* da fazenda, anulam a aptidão e a competência do agronegócio brasileiro. (...) É o paradoxo do agronegócio brasileiro. (CNA, 2009, p. 38).

As perspectivas são de que essa situação não se altere no curto e médio prazo, mantendo-se esse traço estrutural do agronegócio no País. No entanto, espera-se a intensificação de instrumentos como contratos com novas garantias, direitos e deveres para as partes envolvidas, em uma clara tentativa de minimização das perdas. Esse aspecto também está intrinsecamente relacionado à habilidade do agricultor em criar alternativas para a su-

peração das dificuldades. São relatadas estratégias como negociação direta com os fornecedores de insumos, alternando o pacote tecnológico por outros, de acordo com a capacidade de pagamento; pagamentos parcelados como forma de diluir os custos, etc. (ATARDE, 2009). Tais estratégias têm permitido ao agricultor a manutenção da atividade em um período atípico, porém não totalmente desconhecido quanto aos efeitos adversos.

Aparentemente não se observa no agronegócio brasileiro e baiano uma crise como vista no segmento financeiro. A conjuntura se apresenta

como uma retração momentânea dos principais indicadores produtivos e de comercialização, com oscilações e reveses próprios de um momento de transição. Obviamente, não se tem a magnitude completa nem se pode afirmar a duração desse período de transição, sugerindo a incerteza como tônica das atividades nos anos 2009/2010. As preocupações centram-se no crédito, juros e preços incertos das *commodities*, em plena comercialização da safra. Observa-se um conjunto de desafios ao agronegócio brasileiro e baiano: renegociação das dívidas, seguro rural, financiamento às exportações e desafios à manutenção da renda no campo. As atuações dos agentes do agronegócio e o Estado visando à superação dos desafios poderão afastar a perspectiva, pessimista, da queda das rendas, do crédito e elevação dos custos no campo a patamares que comprometam a reorganização do setor para o plantio da safra 2009/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo momento de crise existe sempre a construção de cenários de acordo com o momento de determinada atividade econômica. Para o agronegócio brasileiro e baiano, as projeções mais pessimistas têm como justificativa a conjunção de fatores negativos que impactam tanto a produção quanto a comercialização dos produtos. A redução dos volumes de crédito somada ao arrefecimento

Aparentemente não se observa no agronegócio brasileiro e baiano uma crise como vista no segmento financeiro. A conjuntura se apresenta como uma retração momentânea dos principais indicadores produtivos e de comercialização, com oscilações e reveses próprios de um momento de transição

da demanda por alimentos (com queda de preços) e a outros entraves recorrentes, como o endividamento dos agricultores e as deficiências logísticas do segmento, reforçam a ideia de crise e desestruturação, particularmente das lavouras. No entanto, observando os indicadores produtivos e comerciais projetados, percebe-se que a retração, apesar de significativa, conservará alguns resultados importantes. A produção total permanece em torno das 140 milhões de toneladas em 2008/2009, com pouca elevação de área plantada, significando ganhos em termos de rendimento comparado aos anos anteriores. Os valores brutos da produção e das exportações, mesmo no pior cenário, ficam acima dos níveis de 2006.

Na Bahia, combina-se a manutenção da área plantada de grãos com a diminuição da produção – reflexo das trocas de pacotes tecnológicos e/ou de insumos, devido aos custos. Ainda assim, a produção de grãos deve ficar acima das 5,5 milhões de toneladas em 2009, resultado bem acima do verificado em 2006, quando o segmento também enfrentou retração, capitaneada pela conjuntura desfavorável do câmbio. Observam-se impactos localizados, por exemplo, nas lavouras de algodão e milho, numa tentativa de compensação das rendas pela lavoura de soja. A dificuldade encontra-se na oscilação dos preços das *commodities*, inclusive nos mercados futuros. As consequências diretas são potenciais falhas no planejamento dos plantios e da comercialização das safras, especialmente para 2010. Em 2008, o atraso no plantio repercute em atraso na colheita e, sem uma definição da tendência dos preços, também nas decisões de comercialização, com impactos nas rendas do agricultor.

As reflexões mais importantes a ser apreendidas desse momento para o agronegócio concentram-se na (re)discussão do modelo de financiamento, custeio e/ou investimento para o setor. A dependência em relação a instituições internacionais de crédito ou de insumos agrícolas suscita o debate sobre alternativas para evitar a paralisação e/ou atraso das atividades. O momento específico de intensificação da crise para os agricultores em 2008 sugere a urgência desse debate. Aos agricultores reafirma-se o cumprimento de contratos e dos pagamentos e/ou renegociação das dívidas anteriores, obedecen-

do à legislação, como condição de acesso às linhas de crédito estatais.

Para 2009 as perspectivas de redução do ritmo produtivo e de exportação do agronegócio serão confirmadas. Outros acontecimentos, como a quebra de safra na região Sul do País, devido à estiagem prolongada ou chuvas irregulares nos momentos de colheita, contribuem para o cenário negativo. Afirma-se que o biênio 2009/2010 será de transição, com oscilações abruptas de preços e rearranjos da demanda nacional e internacional por alimentos. A competitividade do agronegócio brasileiro e baiano, mesmo com os entraves, deve ser capaz de manter a participação do segmento no total das atividades econômicas brasileiras. Espera-se, no entanto, que a crise fomente a discussão sobre a atuação dos agentes relacionados ao setor na promoção de ações combinadas que reduzam as incertezas e proporcionem a continuidade da atividade que responde por mais de um terço da economia brasileira e baiana.

REFERÊNCIAS

- A TARDE. Comercialização da safra anterior sofre com a crise. *A TARDE*, 02 mar. 2009. Rural, p.8.
- BAHIA. Secretaria Estadual da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2009.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2009.
- CEPEA. Centro de Pesquisas Avançadas em Economia. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp>>. Acesso em: 02. abr. 2009.
- CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Agropecuária brasileira: balanço e perspectivas 2008-2009*. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 02 abr. 2009.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- CONRADO, Rita. *Crise chega ao Oeste baiano*. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 14 nov. 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- PROMO. Centro Internacional de Negócios da Bahia. Disponível em: <<http://www.promoba.com.br>>. Acesso em: 02 abr. 2009.

A acumulação capitalista sobre a ótica da escola francesa da regulação

Carlos Eduardo Iwai Drumond^A

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de acumulação capitalista sob a luz da teoria francesa da regulação. Dá-se especial ênfase à dimensão macroeconômica da referida teoria, com vistas a contribuir para a discussão da realidade contemporânea, partindo do pressuposto de que as análises tradicionais, ao negligenciarem a história e as relações sociais, tornam-se cada vez menos eficazes, sobretudo, em período de crises.

Palavras-chave: Teoria da Regulação. Macro análise regulacionista. Crises. Metodologia Econômica. Acumulação capitalista.

Abstract

This paper aims to discuss the process of capitalist accumulation in the light of the French theory of regulation. A particular emphasis on macroeconomic theory is made in order to contribute to the discussion of the contemporary reality, assuming that the traditional analysis, when neglecting the history and social relations become increasingly less effective, especially in time of crisis.

Keywords: French theory of regulation. "Regulationist" macro-analysis. Crisis economic methodology, Capital accumulation.

INTRODUÇÃO

Em tempos de crise a inabilidade de a ciência econômica tradicional lidar com a realidade parece mais latente e o arcabouço teórico fundamentado na noção de equilíbrio condiz cada vez menos com a realidade. Neste sentido, a Teoria da Regulação aparenta ser um programa de pesquisa construído a partir de um viés metodológico mais realista e, portanto, mais eficaz enquanto tentativa de interpretação da realidade.

A Teoria da Regulação surge em meados dos anos 1970 tendo como marco fundador a obra seminal do economista francês Michael Aglietta, publicada em 1976, *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des États-Unis*. A década de 1970 foi um período inquietante para a ciência econômica, o fenômeno da estagflação mostrava os limites do

ferramental keynesiano [ou da síntese neoclássica] ao mesmo tempo em que abria espaço às novas ortodoxias revestidas pelas inovações teóricas das expectativas racionais. Neste ambiente surge a Teoria da Regulação, a partir de uma compreensão de mundo oposta à de cepa walrasiana, portanto, insatisfeita com o ferramental típico da economia do equilíbrio.

A crise atual desperta novamente para a necessidade de paradigmas teóricos mais condizentes com a realidade, capazes tanto de interpretar a crise como algo intrínseco ao capitalismo, como de propor políticas econômicas mais eficientes. Neste sentido, é relevante mobilizar a escola regulacionista francesa, justamente pelo fato de que ela, em seu escopo metodológico, reconhece as contradições como inerentes ao processo de acumulação capitalista, assim como o não automatismo dos mecanismos de oferta e demanda. A despeito destas contradições, esta escola aponta a existência de

^A Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). carloseduardo.drumond@gmail.com

regularidades engendradas a partir das relações sociais que fazem com que o sistema capitalista funcione durante determinados períodos históricos com certa coerência; evidentemente, os limites destes períodos de regularidade ocorrem no momento em que as contradições se exacerbam, dando origem às crises.

Objetiva-se neste trabalho discutir algumas das contribuições da Teoria Francesa da Regulação, no que diz respeito à compreensão do processo de acumulação capitalista, argumentando ser este referencial teórico um ferramental apto a auxiliar no estudo da crise atual. O texto se divide em duas seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção constitui-se como uma breve discussão sobre as influências teóricas presentes na Teoria da Regulação e a segunda seção discute a macroanálise regulacionista como alternativa de análise do processo de acumulação capitalista. É na segunda seção que se apresenta as principais categorias de análise, as formas institucionais da regulação, e o conceito de crise a partir dos regulacionistas.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E INFLUÊNCIAS TEÓRICAS NA ESCOLA REGULACIONISTA

Teoria da Regulação: do conceito base à influência marxista

Ao mobilizar o conceito de regulação, a Escola Regulacionista evidencia de certo modo a insatisfação com o paradigma do equilíbrio presente no pensamento Neoclássico. Neste sentido, cabe localizar a escola Neoclássica e suas derivações como fortemente influenciadas pelo paradigma da física newtoniana, da qual a lógica do equilíbrio é apreendida e replicada. Por outro lado, o conceito de regulação, emprestado da biologia, em certa medida, se estrutura a partir de um paradigma científico distinto, com vistas à compreensão das regularidades presentes no modo de produção capitalista, diferentemente do automatismo implícito às análises de viés tradicional.

No caso da biologia, pode se definir regulação como um conjunto de processos bioquímicos que

permitem a reprodução de determinada estrutura orgânica engendrada a partir de relações físico-químicas dos seres vivos com o meio ambiente. Os processos de regulação em biologia implicam necessariamente em constante adaptação, algo incompatível com a ideia de equilíbrio estático. Não obstante, é preciso compreender a ideia de regulação em biologia como inspiração metodológica inicial e não como algo a ser replicado à sociedade, e em especial à economia. Assimilar o mundo social à lógica de funcionamento do mundo biológico seria tão equivocado quanto assimilar o mundo social ao mundo da física.

Em economia, a regulação consiste em um conjunto de processos sociais que possibilitam a reprodução de uma determinada estrutura de acumulação de capital construída a partir de fatores institucionais e históricos. Neste sentido, trata-se de reconhecer a inexistência de leis gerais pré-estabelecidas que possam prescindir da história.

As formas de regulação identificadas na sociedade têm de ser vistas como históricas e geograficamente datadas, i.e., as estruturas que gestam a reprodução no sistema capitalista são circunscritas a um determinado corte temporal e espacial que não devem ser exacerbados além de seus limites históricos e geográficos.

A concepção da forma de reprodução do sistema capitalista presente na escola regulacionista remete à sua filiação marxista, ou seja, a compreensão deste modo de produção enquanto fundamentado em duas relações essenciais: “as relações mercantis entre os diversos produtores de mercadorias interdependentes dentro do quadro da divisão do trabalho, e a relação salarial ou relação capital-trabalho” (CHAVANCE, 2007, p. 81, tradução nossa). Marx queria explicar como “as normas e procedimentos que regulam a convivência dos homens de uma organização social historicamente dada condicionam a possibilidade de sua existência ao limite de papéis pré-estabelecidos” (ESTRELLA, 1992 p. 305), e esta preocupação se faz fortemente presente no programa de pesquisa da “regulação”. É também a partir de certa leitura de Marx que os conceitos de regime de acumulação e modo de regulação irão surgir como aproximações em níveis menos abstratos da noção de modo de produção.

Mais precisamente, o conceito de regime de acumulação surge a partir das análises dos esquemas de reprodução presentes em Marx. Como já explicado anteriormente no texto, o modo de produção capitalista se sustenta majoritariamente sob duas relações, a relação mercantil e a relação capital/trabalho. Evidentemente, essas relações encontram-se em constante contradição, seja pelas tensões geradas na relação capital/trabalho, seja pela constante incerteza dos capitalistas sobre a efetiva venda dos seus produtos no mercado (problema da realização).

O regime de acumulação descreve a estabilização, a longo prazo, da destinação do produto entre o consumo e a acumulação, o que implica uma correspondência entre a transformação das condições de produção e das condições de reprodução do trabalho assalariado [...] Matematicamente falando, um regime de acumulação é dado por um determinado esquema de reprodução (LIPIETZ, 1988, p. 30).

Os esquemas de reprodução de Marx (simples ou ampliado) consistem em uma abstração teórica a respeito da interação entre dois departamentos de uma economia, o departamento I, produtor de bens de produção, e o departamento II, produtor de bens de consumo (seja para os capitalistas ou trabalhadores). De modo não pormenorizado, pode-se dizer que em um estado ideal de interação, a relação entre estes dois departamentos permitirá a reprodução do capital e/ou a ampliação do mesmo. Esta abstração é bastante útil para entender a lógica de acumulação capitalista, contudo, uma interpretação menos cuidadosa destes esquemas pode levar a conclusões equivocadas, tais como a percepção de uma lógica mecanicista de relação entre os departamentos. "Neste sentido, apesar da influência dos esquemas de reprodução para a formulação do conceito de regime de acumulação, a ideia de regime de acumulação se distingue dos esquemas de reprodução marxistas em um aspecto fundamental: seus parâmetros característicos são derivados, essencialmente, de duas formas institucionais: a relação salarial e a forma de concorrência." (BOYER 2007, p. 62, tradução nossa).

Assim, fica implícito que as macrorregularidades se sustentam sobre as relações institucionais que permitirão ou não a reprodução do capital com uma coerência mínima.

É patente na Teoria da Regulação a tentativa de reinterpretação do marxismo, especialmente no que diz respeito a uma leitura determinística da obra de Marx. A leitura determinística atribuída a certas interpretações marxistas estaria evidente na exacerbação da importância das leis das tendências de queda das taxas de lucro e, mais ainda, na eminente tendência à derrocada do sistema capitalista fruto do conflito capital/trabalho. Os regulacionistas, em específico, rejeitam a existência de leis das tendências imanentes e estão mais preocupados em compreender as mudanças que ocorrem no interior do próprio modo de produção do que construir uma teoria de sua superação, ou mesmo de entender a lógica secular de sucessão de diversos modos de produção.

Por exemplo, os assalariados podem lutar para limitar as baixas salariais nas crises industriais, logo reivindicar obter uma indexação do salário nominal sobre os preços, obtendo finalmente um princípio de repartição dos ganhos de produtividade entre capitalistas e trabalhadores. (BOYER 2007, p. 43, tradução nossa)

Evidentemente, esta tentativa de reinterpretação resulta em diversas controvérsias, sobretudo por conta da inegável dimensão da contribuição de Marx para a compreensão da realidade.

O institucionalismo da regulação

A metodologia regulacionista caracteriza-se pela busca de fundamentos teóricos que permitam a construção de um nível intermediário ou *mesoeconômico* de análise (BRUNO, 2005, p. 346), o que faz com que seu programa de pesquisa se pautar na análise de determinadas formas institucionais, estruturas fundamentais para a dinâmica de reprodução capitalista.

Em épocas nas quais o *mainstream* procura nos microfundamentos as engrenagens de uma macroeconomia do equilíbrio, movida, sobretudo, por escolhas intertemporais e expectativas racionais, a

análise macro passa a ser subordinada ao elemento do sujeito representativo. O sujeito representativo da análise neoclássica serve assim como “chave mestra” para a resolução do problema de agregação da macroeconomia tradicional, desta forma, caindo-se inexoravelmente no reduativismo do individualismo metodológico; este tipo de análise negligencia as relações sociais enquanto explicativas dos fenômenos econômicos.

A Teoria da Regulação, fugindo à tentação do agente representativo, retoma a abordagem da economia política em que os fatos econômicos não se encerram em si mesmos. Obviamente, os indivíduos na sua grande maioria agem orientados por algum tipo de racionalidade, contudo, esta racionalidade opera *a posteriori*, dependente da interação entre as formas sociais dadas e o indivíduo enquanto sujeito histórico.

A economia enquanto ciência não pode, portanto, prescindir das análises políticas e sociológicas, pois os fenômenos econômicos são frutos de relações políticas e sociais, e estas relações, que dão base ao funcionamento do sistema, se manifestam enquanto instituições.

Uma das perguntas importantes a se fazer na tentativa de compreender o funcionamento da economia é: “quais são as instituições básicas de uma economia capitalista?” (BOYER, 2007, p. 43, tradução nossa). Por trás desta pergunta se encontra outro questionamento, presente não somente em economia, mas no campo da ciência política e mesmo no que um dia se chamou de ciência moral: Porque a concorrência e o conflito entre os indivíduos não levam ao caos? A resposta regulacionista é que existem, sim, mecanismos que mantêm a coerência do sistema, contudo, mais que mecanismos de ajuste, existem pactos sociais que funcionam como uma espécie de “cimento” para a reprodução do capitalismo.

Mais uma vez a influência de Marx é precípua para análise em termos da Regulação; é sobre esta influência que o institucionalismo regulacionista se assenta. As abordagens institucionalistas contemporâneas buscam identificar as instituições como mecanismos alternativos de coordenação do mercado, no entanto, a análise regulacionista se volta para o espaço social enquanto *locus* de contradições his-

toricamente dadas, que por sua vez darão forma a relações institucionais tais quais: o regime monetário, a forma de concorrência e a relação salarial.

A análise da totalidade é uma característica presente na Escola da Regulação. Não obstante, na busca de explicações mais precisas, esta escola empreende um esforço metodológico no sentido de construir análises que apreendam a interseção entre o nível macro e micro. Assim, Boyer (2007, p. 43) propõe a concepção *hol-individualista*, i.e., uma estratégia de investigação que procura se libertar da exacerbação do holismo metodológico, mas que ao mesmo tempo procura entender a economia sem rechaçar as referências ao coletivo e social.

A articulação macro-micro se dá numa esfera macroinstitucional, na qual as ações individuais produzem instituições, e em nível microinstitucional, em que as ações individuais operam em um contexto institucional dado; o nível macro é, assim, o dos atores institucionais cujas ações se referem às regras, enquanto no nível micro os atores simplesmente atuam sob regras dadas. (DELVAFARD, 2006 apud BOYER 2007, p. 43, tradução nossa).

Em outras palavras, os indivíduos são agentes da sua própria história, contribuindo para a construção da realidade social que os cerca. Contudo, a atuação dos indivíduos se dá a partir de uma realidade concreta pré-existente, ao passo que os mesmos constroem e são construídos dialeticamente, em um processo em que a soma das partes certamente não será igual ao todo.

A sugestão de uma metodologia *hol-individualista* é na verdade a tentativa de reinterpretação de dois paradigmas metodológicos distintos e aparentemente distantes, o individualismo metodológico e o holismo metodológico. O primeiro está presente, sobretudo, nas análises neoclássicas e o segundo, majoritariamente, no marxismo de viés estruturalista. Ambos os paradigmas são considerados inapropriados. Se por um lado o individualismo metodológico negligencia sobremaneira as relações sociais enquanto determinantes dos comportamentos individuais, o holismo acaba por exacerbar o papel das estruturas no comportamento dos indivíduos, proporcionando uma interpretação determinística, o que Bruno (2005, p. 346) chama de estruturalismo fechado.

O arsenal keynesiano da Teoria da Regulação

É célebre a consideração de Keynes a respeito da dívida que os economistas vivos têm para com os economistas defuntos. O inusitado no caso da Teoria da Regulação é a dívida com dois pensadores metodologicamente um tanto distantes, Keynes e Marx. Curiosamente, Keynes não nutria reverência em relação às análises marxistas, diria inclusive sobre estas o seguinte: “Como posso aceitar uma doutrina que estabelece como sua Bíblia, acima e além da crítica, um livro-texto obsoleto de Economia, pelo que sei, não apenas cientificamente errôneo, mas igualmente sem interesse e aplicação no mundo moderno?” (KEYNES, 1931 apud KEYNES, 1996, p. 11).

Deixando de lado as diferenças metodológicas entre Keynes e Marx, um esforço analítico cuidadoso pode suscitar interseções entre o pensar marxista e o pensar keynesiano. A visão de mundo keynesiana estaria resumida no conceito de *economia monetária de produção* (OREIRO, 2008, p. 4), representando a ruptura com a análise da moeda enquanto apenas intermediadora de trocas e, mais que isto, o próprio caráter intrinsecamente instável do sistema capitalista movido não pelo desejo de gerar utilidades, mas sim de gerar lucros. Evidentemente, a moeda tem um papel precípuo na Teoria Geral, do mesmo modo que em o *Capital*, i.e., por caminhos metodológicos distintos estes dois vieses analíticos apreendem a importância do dinheiro enquanto relação política. É a partir do conceito de *economia monetária de produção* que os regulacionistas constroem sua abordagem sobre moeda, embora isto “não signifique que a dinâmica capitalista possa ser compreendida apenas com base em análises centradas nas implicações desta instituição fundamental” (BRUNO, 2005, p. 19). Como observa Bruno (2005), a dinâmica das economias que se organizam sob o modo de produção capitalista resulta da conjugação de três relações sociais fundamentais. As economias capitalistas são ao mesmo tempo mercantis, monetárias e *salariais*.

É célebre a consideração de Keynes a respeito da dívida que os economistas vivos têm para com os economistas defuntos.

O inusitado no caso da Teoria da Regulação é a dívida com dois pensadores metodologicamente um tanto distantes, Keynes e Marx

Além da concepção a respeito da moeda, as análises de viés keynesiano e marxista compartilham da negação da lei dos mercados de Say, i.e., negam a possibilidade de a oferta gerar sua própria demanda. Na tradição marxista esta problemática foi tratada

inúmeras vezes, antes mesmo de Keynes elaborar suas proposições na Teoria Geral, ressaltando-se a figura de Kalecki. Contudo, é inegável a importância da Teoria Geral como livro texto mais influente no que diz respeito a esta discussão. A análise regulacionista compartilha destas

conclusões, ou seja, compartilha da ideia de que compra e venda, oferta e demanda, são momentos “dissociáveis” no tempo e não têm razão alguma para se compatibilizarem automaticamente.

Sendo momentos “dissociáveis” no tempo, oferta e demanda acabam sendo estruturas que evoluem de forma independente, mas que ao mesmo tempo precisam evoluir a partir de uma coerência mínima uma com a outra. A regulação surge enquanto mecanismo de coerência entre estas duas estruturas distintas, sendo que na ausência desta coerência surgem as crises.

Como as macrorregularidades que veiculam a oferta e a demanda tendem a evoluir sob trajetórias que se mostram relativamente independentes, a regulação surge como estrutura intermediária capaz de compatibilizar dinamicamente produção e circulação dos capitais. Em consequência, a regulação emerge como fator de coesão das estruturas e de coerência dos momentos constitutivos do sistema, apesar, e a partir mesmo, das forças que tendem a permanentemente desestruturá-la. (BRUNO, 2005, p. 12)

Como visto, a obra de Keynes encerra alguns pressupostos teóricos que estão presentes na abordagem regulacionista. Cabe, no entanto, salientar que as influências keynesianas não operam diretamente a partir da Teoria Geral, sendo importantes os trabalhos pós-keynesianos, enquanto avanço dos trabalhos de Keynes, como fonte de inspiração. Do ponto de vista da “modelização”, os trabalhos regulacionistas devem muito a Kaldor, especialmente aos

seus trabalhos sobre crescimento econômico. É de inspiração kaldoriana a interpretação dos regimes de crescimento enquanto relações entre determinadas formas de produtividade e de repartição da renda entre salários e lucros. Neste ponto é importante situar a dívida que o próprio Kaldor tem com Kalecki, e em consequência também a Teoria da Regulação. Como dirá Boyer (1990), a macroeconomia regulacionista é mais kaleckiana que keynesiana, na medida em que é mais marxista do que marginalista, ao mesmo tempo em que está mais preocupada com problemas dinâmicos que estáticos.

Outra via de influência pós-keynesiana pode ser apreendida a partir das contribuições de H. P. Minsky. As análises pós-keynesianas deste autor veem a instabilidade financeira como principal causa para os movimentos econômicos. “Dentro desta lógica, as economias modernas seriam dominadas pela escolha entre investimentos produtivos e financeiros, em função do valor atual da taxa de juros e da taxa esperada de lucro” (BOYER, 1990, p. 31). Esta influência é especialmente importante quando a Teoria da Regulação enfrenta o desafio de teorizar para além do fordismo e quando as estruturas dos regimes de acumulação são afetadas pela lógica financeira cada vez mais presente nas modernas economias e, em especial, no cerne da atual crise. Neste sentido, vários trabalhos regulacionistas avançaram na busca da compreensão das variáveis financeiras enquanto explicativas do processo de acumulação, assim como da possibilidade de existência de regimes de acumulação “puxados” pelas finanças. Um caso específico é a obra *Macroeconomia Financeira* (AGLIETTA, 2004), na qual se demonstra o quanto a valorização dos ativos financeiros das empresas influenciam no processo de tomada de decisão destas e, em certa medida, como a lógica da produção foi subsumida pela lógica da acumulação rentista.

MACROANÁLISE DA REGULAÇÃO: PARA A COMPREENSÃO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

As formas institucionais da regulação

À medida que se concebe o sistema capitalista como intrinsecamente instável, mas ao mesmo

tempo se percebe que, a despeito desta instabilidade, o modo de produção capitalista em determinados períodos relativamente grandes logra com êxito se reproduzir, surge o questionamento sobre quais os mecanismos que permitem essa reprodução. É evidente que os mecanismos de mercado não são suficientemente explicativos da lógica de acumulação do capital, haja vista o fato de que o processo de produção e circulação é inerentemente contraditório. Contudo, para além dos mecanismos de mercado, certas relações sociais, expressas em formas institucionais, viabilizam o processo de reprodução do capital, condicionando uma coerência mínima entre os mecanismos de oferta e demanda (BOYER, 2003).

Estas instituições agem no interior do regime de acumulação comportadas a partir do modo de regulação que as compatibilizam ao longo do tempo. O modo de regulação opera numa dimensão “meso-econômica” em uma espécie de passagem da esfera macro à micro. As instituições fundamentais do regime de acumulação agem a partir de comportamentos coletivos e individuais, ao passo que estes mesmos comportamentos são mediados por estas instituições. Empreendendo um exercício, conceitual, pode-se dizer que um modo de regulação é:

[...] um conjunto de mediações institucionais e organizacionais que mantém as distorções produzidas pela acumulação de capital nos limites compatíveis com a coesão social e a coerência macroeconômica dos sistemas socioeconômicos. (AGLIETTA, 2007 apud BRUNO, 2005, p. 33)

Deste modo, emergem no interior do regime de acumulação, e mais precisamente, determinando o modo de regulação vigente, as cinco formas institucionais fundamentais: I) a “relação salarial”; II) o regime monetário-financeiro; III) a forma da concorrência; IV) as relações Estado-economia e V) a forma de inserção internacional. A estabilidade num determinado recorte temporal destas formas institucionais, coerente com a viabilidade de um dado regime de acumulação, é que dá corpo ao modo de regulação responsável por “pilotar” o regime de acumulação a partir de determinadas relações hierárquicas entre estas formas institucionais fundamentais. A incoerência entre o modo de regulação

e o regime de acumulação pode ocorrer justamente pelo fato destas instituições estarem sujeitas a mudanças à medida que a legitimidade de certas formas de instituições forem contestadas através da ação da sociedade ao longo da história. “O que as análises podem identificar como padrões estáveis em certas épocas são o resultado de instâncias parciais de regulação, vulneráveis à ação da história e, portanto, sujeitas a transformações e às crises.” (BRUNO, 2005, p. 39)

A “RELAÇÃO SALARIAL” OU RAPPORT SALARIAL

A relação capital/trabalho encontra-se no núcleo do processo de acumulação capitalista, visto que a geração de valor ocorre no interior do processo de produção com sua gênese oriunda do trabalho humano. A produção de valor no escopo das sociedades capitalistas se dá sob a égide da mercadoria, sendo assim, a própria força de trabalho se torna uma mercadoria, possuidora de valor de troca, contudo uma mercadoria com características especiais, visto que o valor de uso da força de trabalho é a geração de valor (MARX, 1996). Segundo Aglietta (1986, apud PICHLER, 1988), o *rapport salarial* define em grande parte o capital. Sendo essa uma relação social de apropriação de mercadorias, deduz-se que a força de trabalho se transforma em mercadoria, quando vendida por indivíduos “livres” aos proprietários dos meios de produção, estabelecendo-se deste modo o *rapport salarial*, que se manifesta por meio de uma relação de equivalência, o dinheiro em forma de salário. O capital polariza, através desse processo, a sociedade em duas classes sociais cuja situação na produção é totalmente distinta.

Ao mesmo tempo em que a expropriação de valor por parte dos empregadores em relação aos trabalhadores se configura enquanto condição inicial para o processo de acumulação capitalista, encontram-se no interior da relação capital/trabalho as contradições que limitam o próprio processo de acumulação. Isto ocorre pelos próprios limites de determinadas configurações produtivas e suas

respectivas possibilidades de realização da demanda efetiva, ou pelo fato de os trabalhadores poderem se organizar à medida que avança o Capital. Assim, é prudente afirmar que a relação capital/trabalho se transforma ao longo da história, configurando a cada tempo um *rapport salarial* condizente com as necessidades de reprodução do Capital. Mais precisamente, é através de processos corriqueiramente conflituosos entre as diversas partes da sociedade que surgem os compromissos institucionais. No caso específico do *rapport salarial* opera a relação mais intrin-

secamente conflituosa da sociedade capitalista, a relação capital/trabalho (BRUNO, 2005).

Em uma perspectiva menos abstrata, o *rapport salarial* se manifesta nas formas de organização da produção e na forma de reprodução da força de trabalho. Ainda na tentativa da construção de uma análise menos abstrata, pode-se dizer que o *rapport salarial* é apreendido numa dimensão empírica através dos mecanismos de determinação dos salários. Assim, seria possível indicar o caso extremo no qual o salário é determinado exclusivamente pelos mecanismos de mercado (oferta e demanda de mão de obra) e os casos nos quais algum tipo de indexação salarial existe, fazendo com que uma parte dos ganhos de produtividade seja direcionada aos trabalhadores. A fim de obter elementos de análises mais diretamente observáveis, é possível enumerar cinco elementos básicos da relação salarial: I) Organização da produção e do processo de trabalho; II) Qualificação dos trabalhadores; III) Modalidades de mobilização e de vínculo dos assalariados às empresas; IV) Determinantes do salário direto e indireto e V) O modo de vida assalariado (BOYER, 2007; BRUNO 2005).

O REGIME MONETÁRIO-FINANCEIRO

O desenvolvimento econômico sob o modo de produção capitalista não pode prescindir da moeda. A moeda é um dos pilares do processo de acumula-

ção, ou mais precisamente, uma forma institucional de base. Uma das funções primordiais da moeda é a de possibilitar a relação mercantil entre os diversos agentes envolvidos na economia capitalista. O pleno desenvolvimento da dinâmica de trocas seria inviável sem a existência da moeda, pelos motivos que a esta altura do desenvolvimento da ciência econômica parecem óbvios, dos quais se destaca os custos de transação envolvidos nas relações de trocas diretas. Partindo do que fora dito acima, a moeda pode aparentar ser uma ferramenta regida apenas pela lógica do mercado, não obstante, a própria gênese da moeda, engendrada a partir do processo de mercantilização da sociedade, remete ao seu caráter mais complexo. É sob a égide da moeda que os assalariados e os outros agentes econômicos podem se conectar (BOYER, 2007), contudo, a conexão entre estes agentes distintos se dá a partir de uma lógica intrincada, visto que uma parte destes tem condições de criar moeda e outros não.

Como a moeda possui qualidades contraditórias, a maneira precisa como ela se encaixa na economia capitalista nunca é um assunto simples. Por um lado, a moeda é obviamente um bem público, cuja circulação sem atropelos e valor estável fornece benefícios sociais consideráveis, dos quais ninguém deveria estar excluído. Por outro lado, sempre comportou aspectos de mercadoria privada. [...] a maioria dos símbolos representativos da moeda hoje (por exemplo, depósitos à vista) é emitida por bancos comerciais em atos de empréstimo, estando, portanto, sujeita à sua busca de lucro. (CAFFÉ, 1999, p. 72)

A realização das mercadorias na troca assume a forma de uma “restrição monetária” (AGLIETTA, 1997 apud BRUNO, 2005), sendo assim a possibilidade de criação de moeda por parte dos bancos privados, e conseqüentemente, o crédito funciona como modo de se contornar esta restrição monetária. É através do crédito que o processo de investimento e de acumulação ganha dinâmica mais intensa, ao mesmo tempo em que o dinheiro deixa de ser apenas intermediário de trocas e unidade de conta, ganhando o *status* de possível reserva de valor.

Dada as características gerais da moeda enquanto construção social precípua ao processo de acumulação capitalista, cabe destacar o fato de

que, a despeito das linhas gerais, ao longo da história os regimes monetários financeiros foram sendo moldados de acordo com as necessidades da acumulação (BRUNO, 2005). Compreender o regime monetário financeiro implica estudar suas configurações institucionais internas, submissas à ação da história e das relações sociais, entendendo que a cada regime de acumulação existirá um regime monetário financeiro correspondente. As principais configurações institucionais internas ao regime monetário financeiro são:

- A gestão pelo banco central da criação de moeda (política monetária);
- As regulamentações públicas do setor bancário (política financeira);
- Os mecanismos de empréstimos em última instância para conter as crises financeiras;
- As regras de circulação financeira com o exterior.

Os pontos acima podem dar a falsa ideia de que os regimes monetários restringem-se à esfera da gestão monetária, porém, como ressaltava Bruno (2005), um regime monetário financeiro deve ser entendido não apenas como resultado de processos de gestão, mas como o resultado da conjunção de estruturas organizacionais e instituições (públicas e privadas) que servem de suporte à circulação monetária e financeira, conferindo-lhes determinados padrões de regularidade, em função das atividades econômicas, das relações Estado-economia e do próprio nível de desenvolvimento da acumulação de capital. Essencialmente, a moeda é uma construção social assentada sobre a credibilidade e confiança, possuindo rebatimentos sobre a disponibilidade de crédito e, em última instância, sobre a viabilidade do investimento no setor produtivo.

FORMA DA CONCORRÊNCIA

Esta forma institucional indica como se organizam as relações entre um conjunto e acumulações fracionadas cujas decisões são a priori independentes umas das outras (BOYER, 2003). A análise da concorrência apreende o aspecto mercantil da economia capitalista, o que remete em um primei-

ro momento aos estudos típicos das estruturas dos mercados. A princípio pode-se apontar dois casos extremos, estando comportada entre eles uma série de configurações intermediárias possíveis: i) os processos puramente concorrenciais e ii) os processos monopolísticos puros. As características destes dois casos extremos não diferem, a princípio, daquilo que se encontrará facilmente nos livros textos de microeconomia, i.e, nos processos puramente concorrenciais, a lógica da produção é regida exclusivamente pelos fundamentos básicos de oferta e demanda, nos quais a determinação dos preços e a validação dos trabalhos individuais se dá exclusivamente sob a égide do mercado. Ao contrário, no caso oposto, a lógica da produção e de distribuição é regida por alguma norma de socialização da produção definida antecipadamente.

A despeito das semelhanças com a análise neoclássica, é preciso compreender a forma institucional concorrência a partir de um referencial metodológico distinto, sobretudo quando o objetivo é estudar a regulação da concorrência e não a noção de equilíbrio ótimo.

[...] a análise das estruturas de mercado, um objeto tradicional da teoria econômica padrão, é retomada sob novos princípios metodológicos suportados pela noção de regulação. Uma análise regulacionista das estruturas de mercado não implica considerar a concorrência como um fim em si, apreendendo-a como a única situação onde o ótimo econômico coincidiria com o ótimo social. (BRUNO, 2005, p. 52)

As estruturas concorrenciais não são puro resultado das ações econômicas, ao contrário, são resultado de múltiplas determinações forjadas sob a ação da história e das relações sociais. Analogamente, o que ocorre com as outras formas institucionais até agora estudadas, a despeito das tendências mais gerais desta forma institucional (a tendência à concentração do capital), inúmeras configurações foram sendo apresentadas ao longo do curso do capitalismo, justificando o suposto de “regulações” no âmbito mercantil, dando suporte à

viabilidade dos seus respectivos regimes de acumulação.

Os trabalhos em termos da regulação, ao se debruçar sobre as questões ligadas à concorrência, buscam explicitar variáveis possíveis de observação empírica, e cujas bases de análise se distanciem do campo mais abstrato. Algumas das variáveis importantes são:

As estruturas concorrenciais não são puro resultado das ações econômicas, ao contrário, são resultado de múltiplas determinações forjadas sob a ação da história e das relações sociais.

a) o tamanho das unidades de produção ou das empresas;

b) as relações entre empresas situadas em diferentes estágios das cadeias de produção;

c) o papel dos mercados e das organizações nos procedimentos de coordenação;

d) as relações entre o capital financeiro e o capital industrial;

e) a participação relativa dos bens materiais e dos serviços.

Da análise dos pontos acima pode-se derivar a resposta para a problemática fundamental do estudo da concorrência, a dinâmica da formação dos preços. À medida que a realidade se mostra muito mais complexa do que a estrutura abstrata da concorrência perfeita, faz-se necessário estudar os mercados admitindo a infinidade de configurações possíveis em sua organização (BOYER, 2007). O processo de formação de preços num mercado de produtos homogêneos (ainda que não concorrenciais) diferirá do que ocorre com produtos diferenciados, por exemplo. A diferenciação de produtos, a propaganda e os hábitos de consumo de cada sociedade são só algumas das variáveis a se considerar.

Boyer (2007) sugere a interpretação de determinadas configurações de médio/longo-prazo da concorrência como sendo regimes de concorrência. Desta forma, pelo menos três grandes regimes de concorrência poderiam ser apontados: O **regime concorrenciais**, que prevaleceu ao longo do século XIX. Este difere da concorrência perfeita por ter sido um processo de ajustes permanentes que nunca logrou convergir a um preço de equilíbrio. O **regime monopolista**, que ocorreu após a segunda guerra mundial, fundamentado na concentração da produção, permitindo que a formação de preços funcio-

nasse pelo que usualmente chama-se de *markup*. O preço neste caso não é a variável chave de ajuste da produção ou da demanda. E por último o **regime de concorrência administrada**, presente em períodos de escassez e de tensões inflacionárias através das interações preço/salário/preço. Nestes casos, houve intervenções estatais no processo de formação dos preços limitando a amplitude e a frequência dos reajustes.

Uma última diferença essencial entre as análises tradicionais das estruturas de mercado e os estudos regulacionistas é que sob o escopo da forma institucional da concorrência se encontra apenas os mercados de bens e serviços, estando a concorrência no mercado de capitais e no mercado de trabalho sob o escopo do regime monetário financeiro e do *rapport salarial*, respectivamente.

FORMA DE ESTADO

Esta forma institucional diz respeito à relação do Estado, enquanto poder político, com a vida econômica. Segundo Boyer (2007), trata-se de um conjunto de compromissos institucionalizados, que uma vez estabelecidos, criam regras sobre a evolução dos gastos e da arrecadação pública. Para além da dimensão regulatória do Estado, a relação de poder emanada deste é que impõe certa ordem social através do monopólio da lei, fundamental para a configuração de determinadas condições de existência do próprio Capital. Se por um lado as formas institucionais de base da regulação, *rapport salarial*, regime monetário financeiro e forma concorrencial agem como elementos de determinação inicial do Capital, por outro, a forma de Estado se manifesta como legitimadora destas relações.

A relação Estado-economia se dá sob a condição de que este não é, de um extremo, sujeito exterior à economia, nem, de outro extremo, um conjunto de instrumentos de política econômica (AGLIETTA, 1976 apud CONCEIÇÃO, 2007). A face “reguladora” do Es-

tado no sentido de normatização ou de instrumentos de política monetária e fiscal são apenas algumas das dimensões do Estado enquanto parte do processo histórico e social da acumulação capitalista.

O Estado surge como o totalizador, a síntese das tensões sociais que atravessam as formas institucionais estabelecidas, sem poder jamais abolir o caráter contraditório entre regulação e crise, pois estes são de fato dois polos indissociáveis de transformação da economia e sociedade. (BRUNO, 2005, p. 56)

Neste contexto, a síntese das diversas instituições que o Estado representa e legitima se materializa como fruto de um processo dialético entre o *Estado na economia*, i.e., as despesas e receitas públicas

em geral, e a *economia no Estado*, i.e., as codificações institucionais reguladoras (leis, regulamentos etc.). (BILLAUDOT, 1996 apud BRUNO, 2005)

Uma última diferença essencial entre as análises tradicionais das estruturas de mercado e os estudos regulacionistas é que sob o escopo da forma institucional da concorrência se encontra apenas os mercados de bens e serviços, estando a concorrência no mercado de capitais e no mercado de trabalho sob o escopo do regime monetário financeiro e do *rapport salarial*, respectivamente

FORMA INSTITUCIONAL DA INSERÇÃO INTERNACIONAL

Segundo Boyer (2007), esta forma institucional diz respeito a um conjunto de regras que organizam as relações entre o Estado-nação e o resto do mundo. Estas regras dizem respeito tanto ao comércio quanto às questões ligadas à localização da produção, através de financiamentos de fluxos e saldos exteriores (investimentos diretos estrangeiros) ou mesmo a trato com a imigração.

A delimitação teórica do regime de inserção internacional é um grande desafio contemporâneo para os teóricos da regulação. Se por um lado o processo de mundialização do capital aparenta ser algo inexorável, análises mais cuidadosas podem evidenciar o contrário, i.e., mais que um processo natural, a mundialização é uma política deliberada que tem se manifestado com mais intensidade na esfera financeira que comercial.

O regime internacional corresponde, desta forma, a uma série de configurações institucionais construídas no âmbito mundial, a saber, o padrão

monetário mundial e seus respectivos regimes de câmbio, os padrões de comércio, os padrões de financiamento e a divisão internacional do trabalho. A interação entre Estado-Nacional e as estruturas de âmbito mundial é o que se pode chamar de forma de inserção internacional. Metodologicamente, o desafio é superar os extremos “economia aberta” e “economia fechada”, típicos da macroeconomia, sem, contudo, empreender pesquisas que busquem evidenciar apenas os padrões de comércio ou de divisão do trabalho. O conceito de inserção internacional tem assim o papel de apreender, dialeticamente, as relações de mão dupla entre o espaço nacional e mundial no processo de acumulação.

A REGULAÇÃO E AS CRISES

As análises neoclássicas quase que completamente negligenciam as crises, como explicita Boyer (1990); no máximo as tenta caracterizar como um período de ajuste dos equilíbrios e correção das imperfeições do mercado. Ao contrário, para a teoria da regulação as crises aparecem como objeto de estudo importante, fundamental para a compreensão da passagem de um regime de acumulação a outro. Ao mesmo tempo em que a teoria deve se preocupar com os fatores que asseguram um regime de acumulação e um modo de regulação, é preciso compreender quais os aspectos que contribuem para sua desestabilização (BOYER, 2007).

Na tentativa de uma primeira aproximação, as crises podem ser vistas como perturbações exógenas no processo de acumulação causadas por alguma escassez momentânea. Estas crises estariam circunscritas ao interior de um regime de acumulação, e a despeito de poderem se perpetuar por um período longo, não implicam em reajustes significativos nas estruturas da regulação. É evidente que esta concepção de crise não dá conta das experiências vividas ao longo da história; obviamente, uma parte significativa das crises não se resume a problemas conjunturais.

Numa segunda tentativa de análise, seguindo a metodologia de Boyer (1990), pode-se identificar as

crises cíclicas integrantes da regulação no interior de um modo de desenvolvimento estabilizado.

[...] para a teoria da regulação as crises aparecem como objeto de estudo importante, fundamental para a compreensão da passagem de um regime de acumulação a outro

[...] este tipo de crise corresponderia à fase de depuração das tensões e desequilíbrios durante a expansão, no próprio interior dos mecanismos econômicos e das regularidades sociais e, portanto, do modo de regulação dominante num país de numa época dada. (BOYER, 1990, p. 89)

Este tipo de crise pode engendrar modificações parciais nas formas institucionais

da regulação sem, contudo, afetar suas características principais.

Um terceiro tipo de crise é aquela em que as perturbações põem em cheque a viabilidade de sustentação de um modo de desenvolvimento, provocada pela incompatibilidade entre um modo de regulação e um regime de acumulação. Mais uma vez segundo Boyer (1990), para compreender a incompatibilidade entre o modo de regulação e o regime de acumulação pode-se destacar três circunstâncias críticas:

I) Perturbações externas ou internas que se exacerbam para além dos limites de um modo de regulação.

II) As lutas sociopolíticas questionam os compromissos institucionalizados e a conjunção de estratégias individuais destrói os componentes da regulação de modo que as estruturas sociais se tornam incompatíveis com as estruturas econômicas.

III) O aprofundamento de uma dada regulação pode levar ao seu esgotamento. Seria o limite histórico de uma regulação, ou seja, sua maturidade, o causador da crise.

Este último tipo de crise acaba por provocar transformações estruturais mais profundas, tendendo a ceder espaço para uma nova regulação. Isto não ocorre, obviamente, sem que haja a expressão das contradições inerentes ao próprio processo de reprodução do capital. Neste sentido, algumas inquietações tomam grande relevo no contexto atual, a saber, o fato de que o processo de acumulação capitalista pautado nas finanças especulativas parece viver um momento de saturação, pondo em cheque a atual configuração do capital.

CONCLUSÃO

A forma complexa como a realidade se apresenta à ciência econômica torna urgente a busca de paradigmas científicos mais realistas, sobretudo em momentos de crise. Obviamente, todo exercício teórico é em essência um exercício de redução, contudo, a medida do reducionismo pode aproximar o pesquisador de respostas mais relevantes para a sociedade ou mais autistas.

A Teoria da Regulação logrou, ao longo das últimas décadas, construir um ferramental teórico bastante útil na tentativa de estudar as economias capitalistas, e que pode ser mobilizado no sentido de compreender os problemas enfrentados pela economia mundial contemporaneamente. Como fora dito várias vezes ao longo do texto, esta teoria tem como preocupação fundamental entender a dinâmica histórica interna ao próprio capitalismo, concebendo-o enquanto mutável ao longo da história.

Ao mesmo tempo em que se nega a possibilidade de equilíbrio, as pesquisas regulacionistas apontam para a existência de períodos históricos em que a demanda e a oferta se compatibilizam com certa coerência, para além dos quais as crises surgem.

Longe de ser um conceito puramente abstrato, a ideia de modo de regulação busca apreender a interação das estruturas sociais forjadas ao longo da história, agindo dialeticamente entre a esfera sociopolítica dos modos de regulação, o âmbito econômico dos regimes de acumulação e as estruturas de reprodução do capital. Na medida em que se vivencia uma crise de magnitude avantajada, cabe indagar quais mecanismos de superação desta crise podem ser mobilizados sem penalizar ainda mais as parcelas menos favorecidas da sociedade.

Aparentemente, a Teoria da Regulação parece ser uma alternativa viável para se estudar economia de modo menos autista, ainda que várias críticas de ordem metodológica possam ser mobilizadas contra ela. Cabe salientar que esta é uma teoria, ontologicamente, em constante construção. O mais relevante é levar em conta o referencial metodológico desta esco-

la, a saber, o fato de que não se procura um padrão de crescimento que se reproduza infinitamente, ao contrário, procuram-se padrões estruturais com recorte temporal limitado e, antes de tudo, fundamentados em relações sociais. Desta maneira, um modelo teórico que vise compreender a estrutura de reprodução do capital em dado recorte histórico tem de ter em vista o fato de que o processo de reprodução (ou crescimento) não se fundamenta apenas sobre bases técnicas, ao contrário são as relações sociais ao longo da história que dão sustentação ao processo de acumulação.

A Teoria da Regulação logrou, ao longo das últimas décadas, construir um ferramental teórico bastante útil na tentativa de estudar as economias capitalistas, e que pode ser mobilizado no sentido de compreender os problemas enfrentados pela economia mundial contemporaneamente

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *Macroeconomia financeira*. São Paulo: Loyola, 2004.
- BOYER, R. Formalizing growth regimes within a regulation approach: a method for assessing the economic consequences of technological change. *CEPREMAP*, Paris, n. 8715, 1987.
- _____. *Teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. The seven paradoxes of capitalism: or is a theory of modern economies still possible? *CEPREMAP*, Paris, n. 9620, 1996.
- BOYER, R. En quoi et pourquoi les théories macro-économiques contemporaines sont-elles nouvelles? *CEPREMAP*, Paris, n. 9713, 1997.
- _____. Le politique à l'ère de la mondialisation et de la finance: le point sur quelques recherches régulationnistes. *CEPREMAP*, Paris, n. 9820, 1998.
- _____. L'économiste face aux innovations qui font époque: les relations entre histoire et théorie. *CEPREMAP*, Paris, n. 2001/12, 2001.
- _____. Les institutions dans La théorie de la régulation. *CEPREMAP*, Paris, n. 2003/08, 2003.
- _____. *Crisis y regimenes de crecimiento: una introducción a la teoría de la regulación*. Buenos Aires: Ceil-Piette Conicet, 2007.
- BOYER, R.; CORIAT, B. Technical flexibility and macro stabilization: a tentative analysis. *CEPREMAP*, Paris, n. 8731, 1987.
- BRUNO, Miguel. *Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição: transformações do regime de acumulação no Brasil; uma análise regulacionista no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado)-EHESS, UFRJ, Rio de Janeiro; Paris, 2005.

BRUNO, Miguel. Macroanálise, regulação e o método: uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista. *Revista de Economia Política* São Paulo. n. 4, p. 337-356, out./dez. 2005.

CAFFÉ, Antonio Ricardo Dantas. *Globalização financeira e ascensão das finanças especulativas*: os derivativos como modalidade recente do capital fictício. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

CONCEIÇÃO, Octavio A.C. *Michael Aglietta*: da teoria da regulação à violência da moeda. Porto Alegre: FEE, 2007. (Textos para discussão FEE, n. 11).

CHAVANCE, B. *L'économie institutionnelle*. Paris: La Découvert, 2007.

ESTRELLA, L. A economia política, seu método e a teoria da regulação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 291-315, 1992.

_____. A indústria brasileira em crise: uma abordagem da regulação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 331-357, 1996.

_____. As formas institucionais da estrutura: do micro ao macro na Teoria da Regulação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 187-204, 2001.

KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. *The Economic Journal*, London, v. 67, n. 268, p. 591-624, Dec. 1957,

KEYNES, J.M. *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres*: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LORDON, F. Théorie de la croissance: quelques développements récents. *Revue de l'OFCE*, Paris, v. 37, n. 1, p.191-243, 1991,

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

OREIRO, José L. Economia Pós-Keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMISTAS, 36., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2008

PICHLER, W. A. A relação salarial fordista. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n.2, p. 97-129, 1988.

A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX*

Luiz Ricardo Cavalcante^A

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir a evolução da economia baiana ao longo da segunda metade do século XX com base em uma revisão teórica sobre desenvolvimento econômico regional e competição fiscal e em uma descrição crítica das mudanças estruturais que ocorreram na economia do estado durante o período. Do ponto de vista metodológico, o trabalho apóia-se na sistematização de informações qualitativas e na coleta de dados secundários. Demonstra-se que os movimentos observados ao longo do intervalo analisado elevaram a Bahia à condição de um estado fortemente industrializado. Contudo, se entre as décadas de 1950 e 1980 a industrialização ocorreu mediante a participação direta do governo no setor produtivo e enfatizou a implantação de uma base voltada para a produção de *commodities* intermediárias, a partir da década de 1990 as estratégias de desenvolvimento passaram a privilegiar a produção de bens finais e a interiorização da atividade econômica, ainda que essas ações tenham sido circunscritas pelo contexto de competição fiscal por investimentos em que as unidades da federação estiveram envolvidas no período.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento econômico. Industrialização. Incentivos fiscais. Bahia.

We do not know what will come next, and what the third millennium will be like, even though we can be certain that the Short Twentieth Century will have shaped it. However, there can be no serious doubt that in the late 1980s and early 1990s an era in the world history ended and a new one began.

[Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o terceiro milênio, embora possamos ter

Abstract

This work aims to discuss the path followed by the economy of the state of Bahia throughout the second half of the 20th century. The paper is based upon a theoretical review about regional development and fiscal competition and a critical description of the structural changes that took place in the local economy during the period. The methodological approach involved the systematization of qualitative information and the collection of secondary data. It is shown that the movements observed during the period as a whole allowed the state to be considered an industrialized one. However, between the 1950s and the 1980s, the industrialization process was based upon direct government investments and with emphasis on the intermediary goods production. On the other hand, during the 90's, the development strategies tended to focus on the final goods production and the spreading of the economic activity through the state's territory. The 90's strategies, anyway, were shaped by the fiscal competition the Brazilian states were involved in the period.

Keywords: Economic growth. Economic development. Industrialization. Fiscal incentives. Bahia

certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e uma outra nova começou.]

Eric Hobsbawm. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991.*

INTRODUÇÃO

Ainda que uma parte representativa da literatura econômica não estabeleça uma distinção clara en-

* Este trabalho corresponde a uma versão resumida e adaptada do livro homônimo publicado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia e vencedor do Prêmio FIEB de Economia 2007.

^A Doutor e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB). ricardotcavalcante@uol.com.br

tre os processos de crescimento e desenvolvimento econômico, o fato é que cada vez mais tem se reconhecido que a simples evolução da renda *per capita* (usualmente associada ao crescimento econômico) não é capaz de explicitar a complexidade das mudanças estruturais que caracterizam o processo de desenvolvimento econômico. Com efeito, o desenvolvimento econômico é um processo complexo que envolve a interação entre um conjunto de variáveis, não sendo possível associá-lo a uma variável específica, como tem tentado a

produção teórica em crescimento econômico de viés neoclássico. Na verdade, o encadeamento de eventos que podem contribuir para o desenvolvimento econômico tem assumido importância crescente. É eloquente, por exemplo, o caso de países com níveis de educação relativamente elevados e que têm o seu desenvolvimento econômico obstruído pela falta de oportunidades de alocação do capital humano. A implicação imediata desse tipo de constatação é que a formulação de políticas públicas de desenvolvimento pressupõe o conhecimento da trajetória econômica e social e da própria história do país ou da região sobre a qual se pretende intervir. Com efeito, não há políticas públicas de aplicação universal, e somente a compreensão da trajetória seguida pela região em estudo pode fornecer elementos para a formulação de formas adequadas de intervenção.

É com base nessa visão que o presente trabalho busca resgatar os movimentos associados às mudanças estruturais ocorridas na economia baiana ao longo da segunda metade do século XX, buscando enfatizar o processo de industrialização do estado. O aprofundamento da discussão, especialmente quando apoiado em fundamentos teóricos que tratam do desenvolvimento econômico regional e na compreensão da trajetória seguida pela economia do estado, pode revelar seus potenciais e suas debilidades para seu desenvolvimento futuro. São questões dessa natureza que este trabalho se propõe a responder.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa apoiou-se na sistematização de informações qua-

litativas e na coleta de dados secundários. Além disso, a revisão bibliográfica buscou resgatar não somente a produção mais recente, mas também os textos que trazem a perspectiva dos autores de cada época. Esse método contribuiu para que se pudesse acompanhar a evolução da percepção dos autores sobre a economia do estado e reforça o sentimento de que a história se faz não somente com uma sucessão de eventos, mas, sobretudo, com uma sucessão de ideias.

O artigo está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. Na segunda seção, alguns fundamentos teóricos básicos do desenvolvimento econômico de espaços subnacionais e da competição fiscal são discutidos. Na terceira seção, descrevem-se as bases da configuração atual da economia baiana a partir dos movimentos observados entre as décadas de 1950 e 1980, que marcam um processo de industrialização liderado pelo Estado. Uma vez demonstrado que o modelo de industrialização que se adotou no estado, embora bem-sucedido na obtenção de taxas de crescimento superiores à média da região Nordeste, resultou em uma estrutura econômica concentrada setorialmente na produção de *commodities* intermediárias e especialmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), discutem-se, na quarta seção, as propostas de políticas de atração de investimentos voltados para a produção de bens finais e a interiorização do desenvolvimento econômico no estado, que marcaram a década de 1990. Por fim, as principais conclusões do trabalho são apresentadas na quinta seção.

FUNDAMENTOS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL E COMPETIÇÃO FISCAL

O propósito desta seção é fornecer elementos teóricos que permitam a compreensão dos movimentos que marcaram a economia baiana ao longo da segunda metade do século XX. Trata-se, na prática, de uma breve revisão teórica da interseção

[...] o desenvolvimento econômico é um processo complexo que envolve a interação entre um conjunto de variáveis, não sendo possível associá-lo a uma variável específica, como tem tentado a produção teórica em crescimento econômico de viés neoclássico

entre as disciplinas economia regional e desenvolvimento econômico e que se pode chamar de “desenvolvimento regional”. Um exame mais detido da produção teórica nessa área pode ajudar a entender o que determina as trajetórias de desenvolvimento de regiões subnacionais. Além de uma breve sistematização da produção teórica em economia regional e em desenvolvimento regional (subseção 2.1), apresenta-se, na subseção 2.2, uma discussão teórica sobre competição fiscal, uma vez que essa questão é especialmente importante para a discussão posterior sobre o contexto em que a Bahia esteve envolvida na década de 1990.

ECONOMIA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conforme indica Cavalcante (2008), parece ser razoavelmente consensual que, ao menos até a década de 1970, duas grandes correntes de pensamento sobre economia regional e desenvolvimento regional podiam ser identificadas: as teorias clássicas da localização e o conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração.

De uma forma geral, as teorias clássicas da localização procuram enfatizar as decisões do ponto de vista da firma que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procura determinar sua “localização ótima”². Trata-se de uma abordagem apoiada em um paradigma funcionalista que, em geral, despreza as externalidades decorrentes da aglomeração de atividades em uma região determinada. Além disso, ao admitirem estruturas de mercado pulverizadas, essas formulações teóricas terminam não conseguindo lidar com o *trade-off* entre ganhos de escala (que tenderiam a concentrar espacialmente as atividades de produção) e custos de transporte (que tenderiam a dispersá-las). Na verdade, essas teorias poderiam ser incluídas na produção teórica em economia regional (na medida em que buscam tratar a questão espacial na teoria econômica), mas não na produção teórica em desenvolvimento regional, uma vez que não há uma preocupação com a evolução dos agregados regionais.

Já a segunda corrente apoia-se em uma ideia – tradicionalmente atribuída a Marshall (1882) – de acordo com a qual a aglomeração de produtores em uma localização determinada pode trazer vantagens para as firmas individuais. Mas somente na década de 1950 os conceitos de “polos de crescimento” (PERROUX, 1977), “causação circular e acumulativa” (MYRDAL, 1960) e “efeitos para frente e para trás” (HIRSCHMAN, 1961) passam a subsidiar a formulação de políticas regionais de desenvolvimento. Essencialmente, buscava-se estimular algum tipo de mecanismo dinâmico de autorreforço resultante de externalidades decorrentes da aglomeração industrial, inclusive por meio da ação deliberada do Estado. Este é, por exemplo, o ponto de vista de Perroux (1977), que argumenta que o aumento das vendas das indústrias motrizes (e, portanto, o estabelecimento dos polos de crescimento) pode, inclusive, resultar de “um estímulo do Estado sob forma de subvenção, por exemplo, no caso de haver hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes”. Cavalcante (2008) destaca que diversos países e regiões implantaram políticas de desenvolvimento regional, que se apoiaram, explícita ou implicitamente, nos conceitos de polos de crescimento que, já na década de 1970, passaram a ser objeto de críticas severas com base, inclusive, no relato de experiências mal-sucedidas. O fato é que, ao se dissolverem “as condições que haviam permitido a muitos dos estados nacionais dos países em desenvolvimento se engajar no planejamento econômico nacional, com sua variante regional de pólos de crescimento” (STORPER, 1994) como consequência da emergência do padrão de produção microeletrônico (que já naquele momento começava a ameaçar o padrão de produção em massa no qual os ganhos de escala e a verticalização desempenhavam importante papel), as políticas de desenvolvimento regional baseadas nos conceitos propostos por Perroux (1977) começavam a dar sinais de esgotamento. Em outras palavras, embora bem-sucedidos no paradigma de produção fordista, os polos de crescimento revelaram pouco dinamismo diante do paradigma de produção microeletrônico.

Mais recentemente, dois grandes blocos teóricos sobre desenvolvimento regional podem ser

² Os autores mais frequentemente associados às teorias clássicas da localização são Von Thünen (1966), Weber (1957), Christaller (1933), Lösch (1954) e Isard (1956).

identificados: de um lado, os autores que empregam métodos menos formais e que procuram, de alguma maneira, incorporar os fenômenos de reestruturação produtiva e aceleração da divisão internacional do trabalho a suas análises (por exemplo, STORPER, 1994, 1997); de outro lado, os autores ligados à chamada “nova geografia econômica” que buscam abordar os conceitos de aglomeração e custos de transportes através de modelos matemáticos (KRUGMAN, 1991). Os autores do primeiro bloco procuram levar em consideração os novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível. De uma forma geral, procura-se dar uma grande ênfase à questão das externalidades (inclusive tecnológicas) e ao papel desempenhado pela inovação tecnológica e pelo aprendizado no desenvolvimento regional, além da incorporação de relações não comerciais no âmbito das aglomerações (os chamados “ativos relacionais” e “externalidades *soft*”, conceitos que, embora não sendo idênticos, remetem à mesma questão). Conforme destaca Diniz (1993), é neste contexto que surgem várias escolas de pensamento voltadas para explicar o sucesso das aglomerações industriais ou dos arranjos produtivos locais a partir das mudanças tecnológicas, da organização produtiva, das estruturas produtivas e do processo de flexibilização, especialmente à luz da chamada crise do fordismo. As características mencionadas acima constituem a base da produção teórica que discute os conceitos de “distritos industriais”, “ambientes inovadores”, “*clusters*” e “arranjos produtivos locais” que passam gradativamente a integrar as estratégias de desenvolvimento local ao longo da década de 1990 (AMARAL FILHO, 2001; STORPER, 1994, 1997). Em oposição a essas abordagens – que adotam uma perspectiva predominantemente analítica –, a chamada “nova geografia econômica” procura modelar matematicamente o *trade-off* entre ganhos de escala e custos de transporte (KRUGMAN, 1998; FUGITA; KRUGMAN; VENABLES, 1999; BRAKMAN; GARRETSEN; MARREWIJ, 2001; FUGITA; THISSE, 2002). Embora elegantes, os modelos

propostos revelam, porém, limitada capacidade de explicar o que dá início às economias de aglomeração em uma determinada região.

COMPETIÇÃO FISCAL: ASPECTOS TEÓRICOS

O debate sobre as vantagens e desvantagens da competição fiscal entre países ou regiões por investimentos é complexo e controverso, tanto em nível estritamente teórico como em nível empírico

O debate sobre as vantagens e desvantagens da competição fiscal entre países ou regiões por investimentos é complexo e controverso, tanto em nível estritamente teórico como em nível empírico.

Ainda que o tema possa ser claramente incluído nas discussões sobre finanças públicas, as revisões teóricas recentes sobre o tema (WILSON; WILDASIN, 2004) situam o início dos debates formais sobre competição fiscal nos trabalhos originais de Tiebout (1956) e Oates (1972), que desenvolveram abordagens especificamente voltadas para a questão. Ao longo de mais de meio século de discussão, todavia, a produção teórica não chegou a um consenso sobre a questão, mesmo nas circunstâncias em que o tema é tratado de forma puramente conceitual.

Conforme mencionou-se acima, o primeiro tratamento formal dado à competição entre regiões com autonomia para a fixação de seus níveis de tributos foi proposto por Tiebout (1956), que argumentava que os indivíduos tenderiam a optar por viver onde identificassem a melhor relação entre a provisão de bens públicos e o nível de tributos a que estariam sujeitos. Nesse modelo, os indivíduos “votariam com seus pés ao selecionarem a jurisdição que julgassem eficiente e os governos locais responderiam ajustando seus tributos e gastos às preferências dos seus habitantes” (WILSON; WILDASIN, 2004, p. 1068). A lógica do argumento é facilmente estendida às decisões de localização tomadas por firmas. Nesse caso, admite-se que as empresas ponderam, ao definir sua localização, os bens públicos oferecidos e os níveis de tributos praticados para a definição quanto à localização ótima. O resultado seria, então, uma distribuição eficiente do capital nas diferentes regiões. É claro que o modelo assume uma série de hipóteses tipicamente neoclássicas de difícil aderência ao mundo real, es-

pecialmente quanto ao fato de que decisões tomadas por um determinado governo afetam apenas marginalmente o resultado geral do sistema.

A visão positiva sobre a competição fiscal que se pode inferir dos argumentos de Tibout (1956) não é compartilhada por Oates (1972) que, na publicação intitulada “Federalismo Fiscal”, posicionou-se contrariamente à competição entre jurisdições por julgar que suas consequências seriam níveis de arrecadação ineficientemente baixos e, portanto, uma oferta de bens públicos abaixo do mínimo necessário. A premissa fundamental subjacente a esse argumento é que os governos estariam unicamente interessados na promoção do bem-estar social (isto é, seriam governos benevolentes) e a competição fiscal restringiria sua capacidade de prover bens públicos. Esse ponto de vista é compartilhado por Zodrow e Mieszkowski (1986) e Wilson (2004), que apresentam modelos formais nos quais associam a competição fiscal à redução do Estado e à transferência de recursos públicos para agentes privados.

Em oposição, autores como Edwards e Keen (1996) alegam que a ausência de competição fiscal resultaria em governos inchados e ineficientes, uma vez que não haveria restrições para seu apetite por extrair mais recursos do setor privado da economia. A competição fiscal emerge, nesse argumento, como uma forma de disciplinar a expansão indesejada do setor público ou de “domar o Leviatã”, e a harmonização das taxas praticadas por diferentes jurisdições seria um fenômeno tão indesejado quanto a formação de cartéis entre agentes privados.

Embora os debates ocorridos a partir da década de 1980 tenham se apoiado em modelos matemáticos formais que, em geral, se pretendem neutros do ponto de vista ideológico, o fato é que as visões antagonísticas dos trabalhos discutidos até aqui deixam claro que por trás do julgamento que se pode fazer sobre a competição fiscal está a própria visão sobre o papel do Estado (EDWARDS; KEEN, 1996; OATES, 2001, p. 134). Nesse sentido, a competição fiscal poderia, por um lado, restringir a capacidade dos governos benevolentes de prover bens públicos ou, por outro lado, impor restrições ao crescimento de Leviatãs.

A breve revisão dos modelos teóricos de competição fiscal aqui apresentada deixa claras suas

limitações em retratar a complexa realidade que circunscreve decisões de concessão de benefícios fiscais para a atração de investimentos. Isso explica, ao menos em parte, porque os modelos teóricos não se prestam, em geral, à validação empírica, mas sim ao estabelecimento de “modelos mentais” que orientem a discussão sobre o tema. Os trabalhos empíricos, por sua vez, tendem a ser anedóticos e muitos deles fortemente contaminados pela posição ideológica de seus autores. Ainda assim, pode-se identificar alguns trabalhos que transcendem a dimensão puramente anedótica ao compararem o desempenho de um conjunto de regiões subnacionais que competem por investimentos. Entre esses trabalhos empíricos, destaca-se aquele de Cobb (1993) intitulado *The Selling of the South: The Southern Crusade for Industrial Development, 1936-1990*. Trata-se da descrição dos incentivos fiscais concedidos pelos estados do sul dos Estados Unidos. A relevância desse trabalho para a presente discussão é o fato de que fica claro que o desenvolvimento regional das regiões tradicionalmente mais pobres dos Estados Unidos requereu a concessão de incentivos fiscais e financeiros, independentemente do fato de que essas regiões contavam com menores custos de mão de obra.

Um trabalho econométrico especialmente interessante sobre o tema é aquele de Greenstone e Moretti (2003). Esses autores trabalham com a competição que se estabelece entre os *counties* norte-americanos³ por investimentos. Essas jurisdições competem por investimentos por meio da concessão de subsídios com o propósito fundamental de gerar empregos. A questão a que os autores buscam responder no trabalho e que lhe serve de título é “a atração de uma planta de um milhão de dólares aumenta o bem-estar?”. Dispondo de uma base de dados extensa, os autores comparam o *county* vencedor com um ou dois outros *counties* perdedores. Os autores não apenas verificam, nos *counties* vencedores, um incremento no indicador de bem-estar que empregam (o preço da terra, que supõem associado aos benefícios em atrair a planta), como não encontram nenhuma evidência de deterioração da capacidade financeira dos governos daquelas localidades.

³ Trata-se de unidades administrativas maiores do que municípios, porém menores do que estados.

A INDUSTRIALIZAÇÃO LIDERADA PELO ESTADO: O PERÍODO ENTRE 1950 E 1980

O objetivo desta seção é apresentar uma sistematização da evolução da economia baiana entre as décadas de 1950 e 1980, buscando identificar como se constituiu a base de sua estrutura industrial e argumentando que se tratou de um processo de industrialização liderado pelo Estado. Discute-se, inicialmente, o chamado “enigma baiano”, isto é, as razões que teriam impedido a Bahia de apresentar um desempenho econômico satisfatório no período que antecede a década de 1950. Em seguida, analisam-se, respectivamente, a implantação da indústria extrativa de petróleo, a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec). Após a análise em sequência cronológica. Finalmente, discutem-se as implicações dos movimentos descritos sobre a estrutura econômica do estado.

O ENIGMA BAIANO

Ainda que a carência de dados estatísticos não permita que se determine com precisão o momento em que se iniciou o período marcado pela estagnação econômica do estado e por sua consequente perda de representatividade na economia nacional, o intervalo que se estende de algum momento do século XIX até a década de 1950 é referido como “problema econômico baiano” (MARIANI, 1977), “relativa decadência baiana” (MARIANI, 1977), “involução industrial da Bahia” (TAVARES, 1966) ou “enigma baiano” (AGUIAR, 1977; ALMEIDA, 1986)⁴. Esse último autor sintetiza a ideia do enigma com uma série de questões: “por que é que a Bahia não vai para frente? Por que não se faz nada na Bahia? Por que é que as coisas na Bahia não caminham? Nada dá certo?” (ALMEIDA, 1986, p. 93).

⁴A expressão “enigma baiano” é atribuída por Spinola (2003, p. 102) a Octávio Mangabeira.

A percepção do enigma terminou incentivando a discussão teórica que se propunha a decifrá-lo e a proposição de ações com o objetivo de revertê-lo. Na verdade, trabalhos como aqueles de Almeida (1952), Mariani (1957) e Aguiar (1977) já trazem, além do diagnóstico dos movimentos que se observaram no estado no período anterior à década de 1950, a semente de proposições de intervenção para garantir seu desenvolvimento econômico. Mariani (1957, p. 75), por exemplo, discorre sobre as “bases da recuperação econômica da Bahia” sugerindo, entre outras ações, o aproveitamento das fontes locais de petróleo e gás natural e do potencial hidroelétrico da usi-

na de Paulo Afonso. Aguiar (1977, p. 131) propõe também “a política a adotar-se” em face ao enigma. Na prática, a proposta é a transferência não apenas de recursos financeiros, mas também técnicos. A ideia de Aguiar (1977, p. 131) é claramente convergente com o conceito de polo de crescimento tal como proposto pelos autores discutidos na Subseção 2.1. Foi o aprofundamento de análises dessa natureza que permitiu a formulação, na década de 1950, de diagnósticos e proposições de políticas para a retomada do desenvolvimento econômico do estado que já reuniam os elementos que norteariam o processo de industrialização da Bahia daquele momento em diante: a criação de polos de crescimento a partir dos quais se esperava que o desenvolvimento econômico se irradiasse e a liderança do governo, uma vez que se entendia que seria preciso vencer a inércia inicial que condenava o estado à condição de produtor de bens primários.

OS PRIMEIROS PASSOS: REFINO DE PETRÓLEO

O primeiro grande passo do processo de industrialização da Bahia foi a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), motivada essencialmente pela disponibilidade de petróleo na região. Esse

evento marcou, no início da década de 1950, o início do processo de industrialização intensivo em capital voltado para a produção de bens intermediários na Bahia. Não há dúvida que a implantação da RLAM trouxe repercussões tanto no que diz respeito à criação da infraestrutura física para a operação de uma indústria de grande porte nos arredores de Salvador, como na criação de demanda para uma indústria mecânica local voltada para o suprimento e manutenção de equipamentos utilizados na atividade de refino de petróleo⁵.

Embora decorrente de uma intervenção deliberada do governo através da Petrobrás – o que sugere a criação de uma espécie de polo de crescimento –, os fundamentos teóricos que justificam a implantação da refinaria naquele momento não parecem ter se apoiado ainda nas ideias intervencionistas de Perroux (1977), Myrdal (1960) ou Hirschman (1961). Com efeito, a ideia de se criar um polo de crescimento não é, por si, capaz de explicar o porquê da opção pela Bahia em oposição a outras regiões cujo desenvolvimento requeresse uma intervenção deliberada do governo. Na verdade, a implantação da RLAM na Região Metropolitana de Salvador (RMS) apoiou-se em razões logísticas facilmente explicáveis com conceitos das teorias clássicas da localização. Com efeito, tratou-se da opção pela região próxima à fonte de matéria-prima, remetendo ao trabalho de Weber (1957) citado na Subseção 2.1. Assim, ainda que em um momento posterior a RLAM tenha trazido benefícios facilmente associáveis à ideia de “polo de crescimento”, o fato é que, no momento de sua implantação, a iniciativa visava o aproveitamento da matéria-prima disponível na Bahia.

O CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU

Já em um contexto marcado pelos incentivos concedidos através do mecanismo 34/18 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pelos créditos fiscais relativos ao então Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM, hoje ICMS), concedidos pelo governo estadual, foi

implantado na Bahia, na segunda metade da década de 1960, o CIA. A iniciativa contou ainda com outros incentivos estaduais por meio da criação de infraestrutura destinada a instalações industriais, incluindo o acesso ao Porto de Aratu, anéis rodoviários para acesso aos canais de escoamento, ferrovia e insumos industriais como água e energia.

Ao contrário da expectativa inicial, os projetos que se instalaram no CIA destinaram-se majoritariamente à produção de bens intermediários, e não à produção de bens finais. Com efeito, o centro e seu entorno passaram a abrigar investimentos nos segmentos metal-mecânico (como a Usiba, a Sibra e a Ferbasa) e químico (mesmo antes da implantação do Copec), como a CQR, a Paskin, a Tibrás, a Ciquine, a Fisiba e, posteriormente, a Dow (TEIXEIRA; GUERRA; 2000, p. 90).

Um obstáculo ao desenvolvimento do CIA foi o frequente uso indevido dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos, sendo recorrentes os relatos segundo os quais galpões eram ocupados apenas para que as empresas tivessem acesso aos incentivos, embora suas atividades produtivas não estivessem efetivamente sendo executadas no centro. Essa estratégia – que Teixeira e Guerra (2000, p. 90) chamam de “rentista” – resultava das distorções do sistema de incentivos, que não conseguia manter uma estrutura de acompanhamento e fiscalização capaz de evitar esse tipo de fraude.

Embora avaliações posteriores tenham afirmado que, pela ausência de uma vocação setorial mais clara, o CIA não teria logrado obter os resultados inicialmente planejados (MENEZES, 2001), é inegável que a iniciativa foi “o elemento-chave, na história recente da economia baiana, para a atração de empreendimentos, também complementando o sistema de estímulos financeiros criado pelo Governo Federal para a região nordestina” (SIMÕES, 1978, p. 474). O CIA chegou a representar, ainda de acordo com Simões (1978, p. 474) cerca de 20% da estrutura industrial no estado em 1977. Esse mesmo autor (SIMÕES, 1978, p. 475), entretanto, já destacava a tendência de redução da importância relativa do CIA na economia baiana a partir do final da década de 1970, em função da criação do Copec, que consolidou a posição da Bahia como um estado produtor de bens intermediários.

⁵ Mais tarde, uma indústria metal-mecânica vinculada à Petrobrás e à produção de plataformas de águas rasas seria criada no CIA. Na década de 1990, com a abertura comercial e as alterações ocorridas na política de compras da Petrobrás, essa base industrial seria praticamente desmantelada.

Além do CIA, houve algumas iniciativas de criação dos chamados “Polos de Industrialização” no interior do estado entre as décadas de 1960 e 1970. Esse é o caso, por exemplo, do Centro Industrial do Subaé e dos distritos de Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro, Jequié, Alagoinhas e Itabela (Porto Seguro). Concebidos com o propósito de promover o desenvolvimento industrial do interior da Bahia com base nas vocações regionais e redirecionar os fluxos migratórios para cidades de porte médio, reduzindo os movimentos em direção à Região Metropolitana de Salvador (RMS), esses centros, embora com razoável impacto nas economias locais, terminaram detendo reduzida participação no conjunto da economia do estado, cujo segmento industrial manteve-se concentrado na RMS ao longo do período. Algumas análises registram ainda que essas iniciativas poderiam ter “sufocado” a incipiente industrialização urbana dos municípios onde se instalaram os distritos. Basicamente, argumentava-se que os capitais locais competiriam em condições desfavoráveis com os capitais exógenos que se instalaram nos centros e distritos industriais em função dos incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura que teriam recebido esses últimos. Embora o argumento seja bem engendrado e seja razoável supor que, de fato, tenham ocorrido situações dessa natureza, ressentem-se ainda da falta de evidências estatísticas que permitam sua generalização.

O COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI E A PRODUÇÃO DE BENS INTERMEDIÁRIOS

O Copec foi, no conjunto das iniciativas até aqui mencionadas, aquela que teve o maior impacto na economia baiana, seja por seus efeitos nas taxas de crescimento do PIB, seja em decorrência das mudanças estruturais que ocorreram no estado como consequência de sua instalação. Com efeito, o investimento inicial, estimado em cerca de US\$ 2,5 bilhões de dólares, era enorme em relação ao porte da economia

baiana na época. Um cálculo grosseiro indica que o PIB do estado correspondia, em meados da década de 1970, a cerca de US\$ 8,4 bilhões, o que sugere que o investimento inicial significava cerca de 30% da renda do estado na época. Esses números deixam claro porque o Copec definitivamente alterou a estrutura econômica do estado ao longo da década de 1970.

Em seu entorno desenvolveu-se uma razoável infraestrutura de serviços industriais e o comércio, sobretudo em Salvador, experimentou uma expansão como consequência do efeito-renda gerado pelo investimento. Pretendia-se, explicitamente, que o Copec exercesse um efeito indutor tipicamente atribuído aos polos de crescimento, uma vez que se esperam efeitos para frente em diversos segmentos. Nos termos de Mascarenhas (1978, p. 96).

O Polo Petroquímico [...] não deve esgotar suas potencialidades, sobretudo no que tange à sua capacidade germinativa. Espera-se que possa este viabilizar para o Nordeste um parque produtor de fertilizantes, de químicos finos e plásticos, já assegurando presentemente a produção de toda a matéria-prima básica da indústria têxtil sintética.

Outra iniciativa importante para a chamada especialização regional (que consolidava a Bahia como um estado produtor de bens intermediários) foi o início das operações da unidade da Caráiba Metais, voltada para a metalurgia do cobre em 1982. Esse evento elevou a participação do setor na estrutura da indústria de transformação no estado de 5,8%, em 1982, para 8,6%, em 1983 e, em 1988, o setor já havia atingido seu nível atual de participação no conjunto da atividade de transformação industrial na Bahia (cerca de 15%).

A ESTRUTURA RESULTANTE

A estrutura que resultou do processo de industrialização das décadas de 1950, 1960 e 1970

caracterizava-se por sua concentração em *commodities* intermediárias, decorrente de uma estratégia de industrialização que se propunha complementar àquela das regiões mais desenvolvidas do país, em um contexto de integração produtiva de uma economia fechada. Essa trajetória distingue-se do caminho adotado pelos demais estados da região Nordeste, que optaram por uma estrutura que, em certa medida, replicasse aquela observada na região Sudeste do país ao buscar uma industrialização intensiva em mão de obra (ALBUQUERQUE, 1997). Apoiada na crescente integração dos mercados do país em virtude da implantação de uma malha rodoviária que terminou articulando a região Nordeste com as regiões Sul e Sudeste, tratava-se, a bem da verdade, de uma estratégia de “especialização regional” (GUERRA; GONZALEZ, 1996, p. 38) explicitamente colocada já em 1970, quando Almeida (1970) destacava que “a industrialização da Bahia se fará predominantemente com destino às exportações interestaduais e, em certos casos, para fora do país”.

Ao se examinarem as repercussões desse processo sobre as taxas de crescimento locais em relação às taxas nacionais (o que na prática significa acompanhar a evolução da participação do PIB da Bahia no PIB do Brasil) e regionais (evolução do PIB da Bahia no PIB da região Nordeste), é indiscutível que as iniciativas mencionadas – especialmente a implantação do Copec – lograram obter resultados bastante positivos, seja através da elevação da participação do PIB da Bahia no PIB do Nordeste e do Brasil, consolidando sua posição de sexta economia do país, seja atuando contraciclicamente nos momentos em que a região Nordeste via reduzir-se sua participação no PIB nacional.

Ainda assim, os efeitos da integração do mercado brasileiro através de um sistema rodoviário razoavelmente articulado não podem ser considerados homogêneos para o conjunto das iniciativas de industrialização adotadas na Bahia ao longo da segunda metade do século XX: se, por um lado, esse movimento colocou o Copec na condição de fornecedor de insumos para a indústria instalada na região Sudeste, por outro colocou em xeque as empresas do CIA voltadas para a produção de bens finais. Um aspecto que se deve considerar, ainda,

é que a Bahia parece ter se beneficiado do maior enraizamento dos segmentos produtores de bens intermediários em virtude dos maiores *sunk costs* associados a sua implantação e de sua intensidade em capital. Nesse sentido, a estrutura que se fixou no estado entre as décadas de 1950 e 1980 parece ter sido mais resistente às baixas taxas de crescimento do final da década de 1980 do que os segmentos voltados para a produção de bens finais.

Em que pesem esses benefícios, porém, o processo de industrialização baseado em polos de crescimento observado na Bahia engendrou um modelo de desenvolvimento econômico que ocorreu em “ciclos” (UDERMAN, 1996; UDERMAN; MENEZES, 1997, 1998), “espasmos” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000) ou “saltos” (MENEZES, 2000). Além disso, a composição setorial do PIB revelou-se extremamente concentrada em *commodities* intermediárias (GUERRA; GONZALEZ, 2001) e a atividade econômica concentrou-se, essencialmente, na RMS (PORTO, 2002).

Mas, tão logo se maturaram os investimentos do Copec, em meados da década de 1980, a estratégia de desenvolvimento adotada no estado começou a dar sinais de esgotamento. A queda na participação relativa do estado no PIB do Brasil, a partir de 1984, e no PIB da região Nordeste, a partir de 1983, permite concluir que a Bahia sofreu mais intensamente os efeitos do colapso do modelo de desenvolvimento autárquico e o conseqüente desmantelamento das políticas de desenvolvimento regional, motivados pela aguda crise fiscal e financeira vivida pelo país, que terminaria determinando uma redução significativa dos investimentos públicos diretos. Para um estado cujo processo de industrialização apoiou-se, em larga medida, em capitais exógenos em oposição a um modelo apoiado em uma dinâmica endógena (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 87), as repercussões da crise das instituições de suporte ao desenvolvimento regional seriam particularmente severas.

COMPETIÇÃO FISCAL E BENS FINAIS: A ECONOMIA BAIANA NA DÉCADA DE 1990

Conforme se demonstrou na seção anterior, após a maturação dos investimentos do Copec, há

uma inflexão na trajetória ascendente da participação da Bahia no PIB nacional e no PIB da região Nordeste. Esse fenômeno pode ser creditado à redução da taxa de investimento decorrente da crise fiscal e financeira que se abateu sobre o país e que marcou o desmantelamento de suas instituições de suporte ao desenvolvimento regional. O desfecho da crise fiscal e financeira da década de 1980 somente viria na década seguinte, com os movimentos de desregulamentação do estado, abertura comercial e o início do processo de privatizações. Em um ambiente marcado pela crescente exposição da indústria brasileira à concorrência externa, não surpreende que a estratégia de complementaridade com a economia da região Sudeste do país intensificasse seus sinais de esgotamento já evidenciados desde meados da década de 1980, uma vez que a produção estadual de *commodities* expunha-se à competição internacional sem a proteção das elevadas alíquotas de importação que marcaram, de uma forma geral, o período entre 1950 e 1980. Essa sucessão de eventos tornou evidente a ausência de uma dinâmica endógena de crescimento na Bahia e o papel dos capitais exógenos em seu processo de industrialização.

É claro que os efeitos do processo descrito acima não se restringiram à Bahia. Na verdade, a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional é, seguramente, uma das principais razões que motivaram a interrupção dos movimentos de convergência regional de renda que vinham sendo observados no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Esse contexto acabou motivando o engajamento de diversas unidades da federação em uma competição por investimentos que se convencionou chamar de “competição fiscal” ou “guerra fiscal” (TENDLER, 2000; ROCHA, 2004). Assim, é com uma configuração estrutural que apontava, de maneira cada vez mais eloquente, a necessidade de diversificação e interiorização de sua matriz industrial que a Bahia se depara com a reduzida capacidade de coordenação do governo federal, o que termina levando o estado a engajar-se, de forma agressiva, na competição fiscal por novos investimentos (CAVALCANTE; UDERMAN, 2005; 2006; PESSOTI; SAMPAIO; SPINOLA, 2007).

Nesta seção, discute-se a trajetória da econo-

mia baiana ao longo da década de 1990. Descreve-se, inicialmente, a interrupção do processo de convergência de renda entre as unidades da federação naquele momento e como esse fenômeno termina levando diversos estados a se envolverem com a chamada guerra fiscal. Em seguida, discutem os desafios que se colocavam para a economia baiana naquele momento e o formato dos incentivos concedidos. A última subseção indica as repercussões setoriais e os desdobramentos desses movimentos.

A CONVERGÊNCIA INTERROMPIDA E A COMPETIÇÃO FISCAL

Autores como Ferreira e Diniz (1995) e Cano (1995) haviam constatado um processo de convergência de renda *per capita* entre estados brasileiros no período entre 1970 e 1985. De fato, Cano (1995, p. 628) refere-se ao período entre 1970 e 1985 como o “auge da desconcentração regional”, atribuindo o fenômeno a um conjunto de razões, que envolvem a adoção de políticas de desenvolvimento regional e o sucesso do processo de integração nacional, que impôs transformações estruturais sobre as bases produtivas periféricas. Contudo, na década de 1990, alguns dos elementos que vinham contribuindo para a desconcentração regional de renda efetivamente deixaram de existir ou foram minimizados seja, em um momento inicial, em decorrência da crise fiscal e financeira, seja, mais tarde, em virtude da severa disciplina macroeconômica que se adotou no país. Dessa forma, é razoável afirmar que a interrupção do processo de convergência tenha sido uma consequência dos menores fluxos relativos de capital para a região Nordeste em virtude do colapso de instituições como a Sudene. De fato, Araújo (1999) refere-se ao enfraquecimento do aparato de suporte institucional ao desenvolvimento regional como o elemento que motivou a manutenção dos níveis de desigualdade regional no Brasil.

A ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional e as mudanças na constituição de 1988, que fortaleceu as jurisdições subnacionais (estados e municípios), são, por sua vez, as principais explicações para a competição fiscal que se estabeleceu entre os estados brasileiros ao longo

da década de 1990. Em um contexto de crise fiscal (ou, após a edição do Plano Real, de políticas macroeconômicas restritivas), os estados (principalmente das regiões menos desenvolvidas) já não dispunham dos tradicionais instrumentos empregados para a atração de capitais (captação de recursos junto ao governo federal, investimentos diretos do governo, crédito subsidiado e repassado por bancos de desenvolvimento). Com a elevação do fluxo de investimentos estrangeiros diretos dirigidos ao país que se observou após a edição do Plano Real, em 1994, a competição fiscal entre as unidades da federação por investimentos produtivos intensificou-se ainda mais. É nesse contexto que a competição fiscal passou a ser o principal instrumento de política empregado pelo governo da Bahia. Não por acaso, o debate teórico discutido na Subseção 2.2 ganha evidência ao longo desse período, passando a ocupar tanto os jornais de grande circulação como as páginas de periódicos acadêmicos

AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Diante das limitações de utilização de capitais locais (GUERRA; GONZALEZ, 2001, p. 312), a competição fiscal passou a ser principal instrumento de implementação de uma política cujo discurso fundamental era a atração de investimentos voltados para a produção de bens finais e capazes de promover a descontração espacial da atividade econômica no estado. Na prática, essa retórica decorria do diagnóstico segundo o qual os movimentos observados entre as décadas de 1950 e 1980 teriam convertido a Bahia em um estado produtor de bens intermediários cuja matriz econômica era setorial e espacialmente concentrada. É claro que se reconhecia que ao longo daqueles cerca de trinta anos o estado havia consolidado sua posição como sexta economia do país e uma razoável infraestrutura de serviços no entorno da capital do estado havia sido implantada, mas a diversificação da matriz industrial e a interiorização do desenvolvimento eram

questões que se colocavam como desafios para a política econômica do governo do estado.

INCENTIVOS FISCAIS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

[...] o Probahia, de forma similar a grande parte dos programas de incentivos fiscais adotados pelas unidades da federação ao longo da década de 1990, gerava custos fiscais, uma vez que se apoiava no financiamento de parcelas do ICMS apurado

Na Bahia, o principal instrumento utilizado para atração de investimentos ao longo da década de 1990 foi o Programa de Desenvolvimento da Bahia (Probahia), criado em 1991. Contrariamente à visão simplista de que os incentivos de ICMS

concedidos às novas empresas não teriam impactos negativos nos orçamentos estaduais, o Probahia, de forma similar a grande parte dos programas de incentivos fiscais adotados pelas unidades da federação ao longo da década de 1990, gerava custos fiscais, uma vez que se apoiava no financiamento de parcelas do ICMS apurado. Na verdade, para contornar os impedimentos colocados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Probahia, de forma similar a grande parte dos programas de incentivos fiscais adotados pelas demais unidades da federação ao longo da década de 1990, pressupunha, inicialmente, a apuração do ICMS devido, financiando em seguida uma parcela do imposto recolhido. Uma vez que as vinculações constitucionais, como aquelas destinadas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), incidem sobre o ICMS apurado (e não sobre o apurado menos a parcela financiada), a concessão de benefícios dessa natureza não era neutra do ponto de vista orçamentário, na medida em que criava obrigações não cobertas pelos recursos efetivamente embolsados pelo estado.

Além do Probahia, que se constituiu em um instrumento geral de atração de investimentos, programas de caráter setorial, voltados, por exemplo, para os segmentos de transformação plástica, beneficiamento de cobre, informática, calçados, têxteis, confecções e automotivo, foram implementados, especialmente na segunda metade da década de 1990. Muitos desses programas ofereciam, em lu-

gar do financiamento de parcela do ICMS, o crédito presumido como principal incentivo para a atração de investimentos. Esse foi o caso, por exemplo, do Programa de Incentivo à Transformação Plástica (Bahiaplast) e do Programa Estadual de Desenvolvimento da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre (Procobre). Em um contexto de competição fiscal, quando os ânimos políticos nem sempre são serenos, alguns desses programas estiveram sujeitos a questionamentos de ordem legal e foram objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade por outras unidades de federação.

Embora os incentivos fiscais tenham sido o principal instrumento de implementação da política de desenvolvimento econômico da Bahia ao longo da década de 1990, e em que pese a existência de programas de natureza setorial específicos, os esforços e os efeitos identificados parecem estar mais associados ao aparecimento de oportunidades específicas do que propriamente a um processo estruturado de seleção de projetos de investimentos que preenchessem os requisitos estabelecidos pelo planejamento estadual. Ainda assim, as ações voltadas para a atração de indústrias de calçados, o Polo de Informática de Ilhéus e, principalmente, o Complexo Industrial Ford Nordeste (CIFN, também chamado de Projeto Amazon Ford) terminaram se enquadrando na estratégia de incentivo à produção de bens finais com potencial de integração a montante com a indústria de bens intermediários já instalada no estado. Por outro lado, os incentivos adotados não deixaram de reforçar a produção de bens intermediários especialmente no que diz respeito aos investimentos que ocorreram no setor petroquímico.

No final da década de 1990, entretanto, os custos fiscais associados ao Probahia e a fragilidade jurídica dos programas setoriais apoiados no crédito presumido levaram o estado a adotar um novo modelo de incentivos fiscais, baseado na dilação de prazos de pagamento do ICMS através do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve). Na prática, portanto, o programa criado propôs-se a equacionar os problemas de viabilidade econômica que poderiam vir a ser causados por programas de financiamento de parcelas do ICMS como o Pro-

bahia, e de sustentabilidade jurídica que poderiam ser apresentados por programas que se apoiam no crédito presumido, sem comprometer a capacidade do estado atrair investimentos. Além disso, em paralelo à implantação do novo programa, o governo do estado deu sinais de que o processo de atração de investimentos tenderia a adquirir um caráter mais seletivo, uma vez que o enquadramento dos projetos no Desenvolve dependeria de uma análise objetiva de seus impactos na economia local, por meio da ponderação de fatores como geração de empregos, uso de insumos locais e prioridade setorial.

DESEMPENHO SETORIAL E DESDOBRAMENTOS

As repercussões setoriais das estratégias adotadas e seus desdobramentos são analisados, sob a forma de tópicos, nesta subseção, na qual se enfatizam os grandes movimentos e se dispensam detalhes, disponíveis em análises setoriais específicas.

O setor químico (que inclui a petroquímica) responde, ainda hoje, por cerca de metade do valor agregado bruto da produção industrial do estado. Assim, ao contrário da expectativa inicial de que o processo de abertura comercial reduziria a representatividade do segmento na economia do estado, o que se observou, ao longo da década de 1990, foi apenas a oscilação típica das *commodities* intermediárias.

- Analogamente ao que se observou no segmento petroquímico, o setor metalúrgico também manteve estável (em torno de 15%) sua participação no valor agregado bruto da transformação industrial ao longo da década de 1990.

- Durante a década de 1990, consolidou-se, na região Oeste do estado, a produção de grãos que havia sido iniciada na década anterior. Contudo, as culturas parecem apresentar ainda excessiva vulnerabilidade às oscilações de preços das *commodities* agrícolas. Além disso, embora algumas iniciativas já possam ser observadas, a integração vertical com a produção de carne nos segmentos bovino e avícola ainda está longe de se consolidar.

- Também a região do Baixo Médio São Francisco experimentou um crescimento significativo da

agroindústria durante a década de 1990, a partir da expansão da produção agrícola irrigada. Contando com uma boa infraestrutura de beneficiamento e serviços (PEDREIRA; FAGUNDES; ANDRADE, 2002) e um bom suporte institucional, a região consolidou-se como um polo exportador de uva e manga.

- O setor de papel e papelão foi o quarto segmento mais importante da indústria de transformação na Bahia na década de 1990, como resultado da expansão da produção de celulose no Extremo Sul do estado, região que apresenta dotação natural de fatores favorável ao crescimento do setor. Porém, uma das principais características da produção de celulose na Bahia é sua reduzida articulação com a economia do estado. Além disso, por sua intensidade em capital, o número de empregos gerados por unidade de investimento é reduzido. Assim, embora esses investimentos efetivamente tenham contribuído para a desconcentração da atividade econômica no estado, sua implantação terminou criando “arquipélagos industriais” com reduzidos efeitos para frente na região que os abrigou.

- Com relação ao setor têxtil, observou-se, no agregado da década, uma substancial redução de sua participação na estrutura da indústria de transformação no estado. Com efeito, o setor, que, em 1989, chegou a representar mais de 5% do valor agregado bruto da transformação industrial na Bahia, representava, em 2001, pouco mais de 0,5%.

- Entre os setores intensivos em mão de obra, foi o calçadista aquele que experimentou a maior expansão no estado ao longo da década de 1990: como resultado de uma política agressiva de atração de investimentos, a Bahia atraiu mais de quarenta empresas do segmento ao longo da década de 1990 e dos primeiros anos da década seguinte. Essas empresas distribuíram-se por diversos municípios do estado, de modo a evitar pressões sindicais que poderiam decorrer de sua concentração em uma única região. Porém, pelo fato de estarem pulverizadas pelo território do estado, essas empresas não apresentaram sinais de que estariam estabele-

cendo elos a montante ou a jusante da cadeia produtiva (BAHIA, 2000, p. 96). Nesse sentido, embora interiorizadas, as empresas do setor não parecem estar de fato criando vínculos capazes de promover o desenvolvimento endógeno nas regiões onde se instalaram. Além disso, por sua característica *footloose*, a indústria de calçados, se não construir vantagens competitivas dinâmicas que vão além dos incentivos oferecidos e do custo reduzido de mão de obra, poderá ter sua permanência no estado comprometida.

- Apesar da oferta local de matérias-primas e algumas políticas de incentivos fiscais e financeiros implementadas, o setor de transformação plástica é ainda pouco representativo no estado. A razão para esse aparente paradoxo parece ser puramente físico-química: enquanto as resinas termoplásticas (isto é, os produtos oriundos da segunda geração petroquímica) revelam uma relação massa/volume adequada para o transporte a longas distâncias (na medida em que atingem um elevado grau de empacotamento), os produtos moldados da terceira geração apresentam espaços vazios desfavoráveis ao transporte a longas distâncias. É por essa razão que a indústria de transformação plástica situa-se, em geral, mais próxima dos mercados consumidores do que de seus fornecedores de matéria-prima. Essa percepção explica porque mesmo após um agressivo programa de atração de investimentos no setor (Bahiaplast), a Bahia continuou pouco representativa na produção nacional de petroquímicos de terceira geração.

- O Projeto Complexo Industrial Ford Nordeste é indiscutivelmente um caso particular da política de atração de investimentos que ocorreu na Bahia ao longo da década de 1990, seja devido à magnitude do investimento, seja devido a seus impactos na economia do estado. Estima-se que os investimentos totais da montadora e de seus fornecedores diretos tenham atingido U\$ 1,9 bilhão, correspondentes, na época, a R\$ 3,5 bilhões. Trata-se, assim, de um investimento cujo valor total pode oscilar entre 5% e 10% do PIB do estado na época. Cavalcante e Uderman (2006, p. 36) estimam que o valor

O Projeto Complexo Industrial Ford Nordeste é indiscutivelmente um caso particular da política de atração de investimentos que ocorreu na Bahia ao longo da década de 1990

presente dos incentivos concedidos pelo governo do estado à montadora e seus fornecedores diretos tenha alcançado, em valores de 2000 (diretamente comparáveis, portanto, aos investimentos totais), cerca de R\$ 2,6 bilhões. Não se deve perder de vista que, entre os benefícios do projeto, pela crescente intensidade em capital da indústria automobilística, a geração de empregos diretos (que ultrapassam os 5.000 originalmente previstos e alcançam cerca de 8.000) não pode ser considerada o mais importante. Na verdade, o principal efeito da implantação da montadora na Bahia não é a geração de empregos diretos, mas uma mudança estrutural na sua economia, com a implantação de fornecedores de segunda, terceira e quarta linha (isto é, os fornecedores dos fornecedores), alterando assim a matriz insumo-produto do estado.

- No âmbito das ações voltadas para a descontração regional da atividade industrial na Bahia, uma iniciativa singular foi a criação, em 1995, do chamado Polo de Informática de Ilhéus. A iniciativa foi motivada, fundamentalmente, pela necessidade de se criar uma alternativa econômica para a região diante da crise prolongada da produção de cacau que, por um longo período, respondeu pela dinâmica da economia local. As empresas instaladas atuam, fundamentalmente, na montagem de equipamentos de informática e eletroeletrônicos. É claro que a opção por Ilhéus não deixou de suscitar críticas, apoiadas, sobretudo, na alegação de que os requisitos para a implantação e fixação de indústrias do segmento de informática seriam mais facilmente encontrados na RMS do que na região de Ilhéus.

Pode-se depreender, a partir da análise dos tópicos acima, que o principal movimento ocorrido na economia baiana na década de 1990 foi o investimento no CIFN, seja pela sua magnitude, seja pelos efeitos esperados na estrutura econômica do estado, seja ainda pela sua aderência à proposta de diversificação da matriz industrial da Bahia. Além disso, o projeto apresentou impactos relevantes sobre os fluxos de comércio exterior da Bahia e sua composição: já em 2004 (quando a capacidade de produção acumulada da Ford não tinha ainda atingido sua capacidade nominal), 16% das exportações do estado foram relativas ao setor au-

tomotivo. A magnitude do CIFN, contudo, não deve obscurecer o fato de que o segundo maior investimento atraído para a Bahia na década de 1990 foi do segmento petroquímico, confirmando a hipótese de reduzida margem de manobra do governo na seleção dos setores de atividade dos investimentos que pôde atrair. Evidentemente, esses investimentos de grande porte mantiveram-se concentrados na RMS, o que sugere que a segunda grande estratégia fixada na década de 1990 (a interiorização do desenvolvimento) não pôde ser alcançada na magnitude que se pretendeu. Essa percepção se mantém verdadeira mesmo quando se levam em conta os investimentos ocorridos no setor de calçados, que efetivamente se espalharam pelo interior da Bahia. Ocorre que em virtude de seu menor porte e da ausência de aglomerações espaciais (que colocam desafios para sua fixação no estado após o período de fruição dos incentivos) esses investimentos não são capazes de criar uma dinâmica de desenvolvimento endógeno nos municípios do interior e de reverter o quadro de concentração espacial da economia baiana na RMS.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, buscou-se discutir a evolução da economia baiana ao longo da segunda metade do século XX com base em uma revisão teórica sobre desenvolvimento econômico regional e competição fiscal e em uma descrição crítica das mudanças estruturais que ocorreram na economia do estado durante o período, buscando enfatizar os movimentos associados ao processo de industrialização do estado. A ideia central que motivou a produção deste artigo é que o desenvolvimento econômico constitui-se em um processo complexo, que envolve a interação entre um conjunto de variáveis e seu encadeamento cronológico, não sendo possível associá-lo exclusivamente a uma variável específica. Nesse sentido, buscou-se evidenciar que a formulação de políticas públicas de desenvolvimento pressupõe o conhecimento da trajetória econômica e social e da própria história do país ou da região sobre a qual se pretende intervir.

Os fundamentos teóricos que subsidiaram a análise foram apresentados na Seção 2, onde se

discutiu o desenvolvimento econômico de espaços subnacionais. Com base em uma breve análise da evolução do pensamento em economia regional e em desenvolvimento regional, discutiram-se (i) as teorias clássicas da localização, cujo foco são as decisões tomadas pelas firmas; (ii) a associação entre os fatores de aglomeração e as teorias do desenvolvimento regional; e, finalmente, (iii) a produção recente sobre o tema. Ao se confrontarem essas perspectivas teóricas com os movimentos observados na economia do estado ao longo da segunda metade do século XX, pôde-se verificar que as políticas de desenvolvimento adotadas apoiaram-se largamente no conceito de aglomerações. Fundamentalmente, buscavam-se criar, por meio da intervenção do governo, as condições iniciais a partir das quais o desenvolvimento poderia irradiar-se. Mesmo em um contexto no qual se questionava a aplicação dos conceitos de “polos de crescimento”, “causação circular e cumulativa” e “efeitos para frente e para trás” (especialmente em virtude do fato de não incorporarem a dimensão institucional associada ao desenvolvimento econômico), o que se observou foi seu uso extensivo nas ações de governo. A ênfase no conceito de aglomerações observada nas ações concretas não quer dizer que os documentos de planejamento produzidos no final do período analisado (isto é, ao longo da década de 1990) já não trouxessem diversas evidências de que a produção teórica recente em desenvolvimento regional era do conhecimento dos técnicos envolvidos no processo. Na verdade, trata-se menos de negligenciar a produção teórica recente e mais de reconhecer a dificuldade de sua aplicação prática. Com efeito, enquanto a produção teórica que privilegia os conceitos de aglomeração é facilmente convertida em prescrições de ações de intervenção governamental, as visões que privilegiam conceitos de “distritos marshallianos”, “ambientes inovadores” e “organização industrial”, por exemplo, têm um caráter mais descritivo de experiências bem-sucedidas e oferecem grande dificuldade para que delas se extraia uma agenda de ações concretas.

A discussão das mudanças estruturais que ocorreram na economia do estado durante a segunda metade do século XX, apresentada nos Capítulos 3 e 4, deixou claro, em primeiro lugar, que há uma

convergência de visões sobre o tema. Essa constatação parece ser um sintoma da margem de manobra relativamente reduzida que resta aos governos dos espaços subnacionais para determinarem suas trajetórias de desenvolvimento. É claro que isso não elimina o fato de que a adequada compreensão dos movimentos em escala nacional e a capacidade do estado em se reposicionar efetivamente contribuíram para validar essas iniciativas e para que se pudessem amplificar seus resultados. Como resultado, a trajetória seguida pela Bahia ao longo do período entre 1950 e 1980 foi claramente distinta daquela adotada pelos demais estados da região Nordeste, que buscaram uma industrialização voltada para a produção de bens finais e intensiva em mão de obra, em oposição ao estímulo à produção de *commodities* intermediárias que norteou as políticas públicas formuladas na Bahia. Apoiada na crescente integração dos mercados do país e aproveitando-se da implantação de uma malha rodoviária que terminou articulando a região Nordeste com as regiões Sul e Sudeste, a estratégia de “especialização regional” terminou resultando na elevação da participação do PIB da Bahia no PIB do Nordeste e do Brasil no período e atuou contraciclicamente nos momentos em que a região Nordeste via reduzir-se sua participação no PIB nacional. Além disso, a Bahia parece ter se beneficiado do maior enraizamento dos segmentos produtores de bens intermediários, em virtude de seus maiores *sunk costs* e de sua elevada intensidade em capital. Nesse sentido, a estrutura que se fixou no estado entre as décadas de 1950 e 1980 parece ter sido mais resistente às baixas taxas de crescimento do final da década de 1980 do que teriam sido segmentos voltados para a produção de bens finais.

Postulou-se aqui que, à parte as discussões de caráter semântico, mais do que ter crescido em “espasmos”, “saltos” ou “ciclos”, a Bahia parece ter experimentado, ao longo do período, um processo de crescimento em “camadas” que se sobrepuseram, ainda que de forma irregular. Essa proposição é validada pelo fato de que um dos principais motivos pelos quais a Bahia viria a abrigar o Copec, na década de 1970, foi justamente o fato de contar com uma refinaria cuja implantação se dera cerca de vinte anos antes. Assim, embora o processo de

industrialização tenha se iniciado na década de 1950, suas grandes repercussões ocorreram após o início das operações do Copec, no final da década de 1970. O argumento da industrialização em camadas é também válido para a década de 1990 e é reforçado pela percepção de que a implantação da indústria automobilística no estado, embora associada à estratégia da própria montadora, aos movimentos ocorridos no conjunto da economia brasileira e à concessão de um representativo pacote de incentivos fiscais, foi também favorecida pela presença, no estado, de um parque industrial já relativamente desenvolvido. As estratégias de desenvolvimento formuladas para o estado a partir da década de 1990, além de apoiarem a implantação de atividades voltadas para a produção de bens finais, buscando assim maiores níveis de integração intersetorial nas cadeias de produção instaladas no território baiano, incluíam também mecanismos de estímulo à desconcentração espacial da atividade econômica, tendo sido circunscritas pelo contexto de competição fiscal por investimentos em que as unidades da federação estiveram envolvidas. Em face da crise das instituições federais de suporte ao desenvolvimento regional, os instrumentos empregados na prática para a implantação das estratégias fixadas parecem ter estado em grande medida associados à concessão de benefícios de natureza fiscal e, em menor escala, a incentivos financeiros e provisão de infraestrutura. Uma vez que a implementação das estratégias estava diretamente associada à atração de investimentos por meio da concessão de benefícios fiscais, o governo do estado teve uma margem de manobra relativamente reduzida para eleger os setores prioritários. Assim, embora houvesse uma estratégia claramente desenhada e que podia ser considerada razoavelmente consensual, o fato é que os resultados da política de atração de investimentos foram determinados muito mais pelo aproveitamento de oportunidades surgidas do que por uma ação efetivamente seletiva.

Para concluir, pode-se afirmar que, ao se examinar em perspectiva histórica a trajetória seguida pela economia baiana ao longo da segunda metade do século XX, a ideia da industrialização é tão vigorosa e traz implicações tão eloquentes que a

expressão a “era da indústria” parece ser a mais adequada para descrever o período. De fato, entre 1950 e 2000, o que se observou foi uma sucessão de iniciativas voltadas para a industrialização do estado, com implicações econômicas e sociais talvez tão grandes que ainda não puderam ser plenamente assimiladas. Contudo, é certo que, de maneira análoga à ideia de Eric Hobsbawm utilizada como epígrafe deste trabalho, os movimentos que serão observados na economia baiana ao longo do século XXI terão sido moldados pelos eventos que marcaram o quinquênio que o antecedeu e que, entre as décadas de 1980 e 1990, o modelo de industrialização adotado modificou-se intensamente. Dessa forma, se entre as décadas de 1950 e 1980 a industrialização ocorreu mediante a participação direta do governo no setor produtivo e enfatizou a implantação de uma base voltada para a produção de *commodities* intermediárias, a partir da década de 1990, as estratégias de desenvolvimento passaram a privilegiar a produção de bens finais e a interiorização da atividade econômica, ainda que essas ações tenham sido circunscritas pelo contexto de competição fiscal por investimentos em que as unidades da federação estiveram envolvidas no período.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Manuel Pinto de. Notas sobre o “enigma baiano”. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1977. Edição original: 1958.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O progresso social do Nordeste: um balanço de quase meio século. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 469-490, out./dez. 1997.
- ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.
- _____. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Economia e Finanças*, Salvador, ano 4, v. 4, p. 60-78, 1952.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *A indústria calçadista na Bahia*. Salvador: SPE, 2000.

- BRAKMAN, Steven; GARRETSEN, Harry; MARREWIJT, Charles van. *An introduction to geographical economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CANO, Wilson. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23, 1995, Salvador, Ba. *Anais...* Salvador: ANPEC, 1995. 1 CD-ROM.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. T. Crescimento endógeno e concentração municipal de renda na Bahia: uma análise da década de 1990. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13 n. 2, p. 317-331, set. 2003.
- _____. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista brasileira de estudos regionais e urbanos*, v. 2, p. 9-32, 2008.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. T.; UDERMAN, Simone. Fiscal incentives, public policies and structural changes: a large automobile plant in a Brazilian less developed region. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 27., 2005, Brasília, DF. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.
- _____. The cost of a structural change: a large automobile plant in the state of Bahia. *Latin American Business Review*, v.7, n. 3/4, p. 11-48, 2006.
- CHRISTALLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland: eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen*. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933.
- COBB, James C. *The selling of the South: the Southern crusade for industrial development 1936-1990*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1993.
- DINIZ, Clelio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, FACE/UFMG, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- EDWARDS, J.; KEEN, M. Tax competition and Leviathan. *European Economic Review*, v. 40, p. 113-134, 1996.
- FERREIRA, Afonso H. B.; DINIZ, Clélio Campolina. Convergência entre as rendas *per capita* no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4 (60), out./dez., 1995.
- FUGITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. *The spatial economy: cities, regions, and international trade*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1999.
- FUGITA, Masahisa; THISSE, Jacques-François. *Economics of agglomeration: cities, industrial location, and regional growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- GREENSTONE, Michael; MORETTI, Enrico. *Bidding for industrial plants: does winning a 'Million Dollar Plant' Increase Welfare?* National Bureau of Economic Research, 2003 (Working Paper 9844).
- GUERRA, Oswaldo F.; GONZALEZ, Paulo S. H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 37-76, jan./mar. 1996.
- _____. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade? *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 308-321, jul./set. 2001.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Edição original: 1958.
- ISARD, Walter. *Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure*. Cambridge: MIT Press, 1956.
- KRUGMAN, Paul. *Development, geography, and economic theory*. 4th ed. Massachusetts: MIT Press, 1998 (The Ohlin Lectures, 6).
- _____. Increasing returns and economic geography. *The Journal of Political Economy*, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.
- LÖSCH, Auguste. *The economics of location*. New Haven: Yale University Press, 1954. Edição original: 1940.
- LUGER, M. I. The states and industrial development: program mix and policy effectiveness. *Perspectives on Local Public Finance and Public Policy*, v. 3, p. 29-63, 1987.
- MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55-121, out./dez. 1977. Edição original: 1957.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas). Edição original: 1890.
- MASCARENHAS, José de F. *Análise da economia baiana: 1967-1977: destaques: cacau, petroquímica e desnível de renda*. Salvador: [s.n.], 1978. 129 p. Versão preliminar.
- MENEZES, Vladson B. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. *Cadernos de Análise Regional*, Salvador, ano 4, n. 4, p. 43-69, maio 2001.
- _____. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56 (Série Estudos Estratégicos).
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960. Edição original: 1957.
- OATES, W. E. *Fiscal federalism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.
- _____. Fiscal competition and European Union: contrasting perspectives. *Regional Science and Urban Economics*, v. 31, p. 133-145, 2001.
- PEDREIRA, Márcia da S.; FAGUNDES, Maria Emília M.; ANDRADE, Marco Antônio de S. Cadeias agroindustriais na Bahia: avaliação e perspectivas. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 205-256.
- PERROUX, François. O conceito de polo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156. Edição original: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955.
- PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Política de incentivos fiscais como

- estratégia de industrialização na Bahia: 1990-2006. *Bahia Análise & Dados*, v. 17, n. 3, p. 1045-1057, out./dez. 2007.
- PORTO, Edgard. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 97-130.
- ROCHA Antônio G. T. *Os governos aprendem, as políticas evoluem*: fatores cognitivos e políticos moldando as políticas industriais da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. 2004. 148 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção)–Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SIMÕES, Jairo. Evolução recente da economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 469-482, out./dez. 1978.
- SPINOLA, Noélio. D. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: Universidade Salvador, 2003.
- STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz;
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 23-63.
- _____. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press, 1997.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1966.
- TEIXEIRA, Francisco L. C.; GUERRA, Oswaldo F. Os 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.
- TENDLER, Judith. *The economic wars between the States*. Cambridge: Sept. 2000 (Prepared under the auspices of the MIT/Bank of the Northeast Project). Xerocopiado.
- TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. *Journal of Political Economy*, v. 64, p. 416-424, 1956.
- UDERMAN, Simone. Alicerces do novo ciclo. *Bahia Indústria*, ano 4, n. 46, p. 16-17, out. 1996.
- UDERMAN, Simone; MENEZES, Vladson. Crescimento e investimentos. *Bahia Indústria*, ano 4, n. 49, p. 13-15, jan. 1997.
- _____. Os novos rumos da indústria na Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 29, p. 715-737, jul. 1998. Número especial.
- VON THÜNEN, Johann Heinrich. *The isolated state*. New York: Pergamon Press, 1966. Edição original: 1826. WEBER, Alfred. *Theory of location of industries*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. Edição original: 1909. WILSON, John D.; WILDASIN, David E. Capital tax competition: bane or boon. *Journal of Public Economics*, v. 88, p. 1065-1091, 2004.
- ZODROW, G. R.; MIESZKOWSKI, P. Pigou, Tiebout, property taxation, and the underprovision of local public goods. *Journal of Urban Economics*, v. 19, p. 356-370, 1986.

Apesar de você, amanhã há de ser outro dia! Um balanço das economias brasileira e baiana no ano da crise econômica mundial

Bruno Casseb Pessoti^A
Denílson Lima Santos^B
Gustavo Casseb Pessoti^C

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos da crise financeira internacional que ocasionou um colapso da economia mundial a partir do ano de 2008. Feitas as considerações iniciais, que os autores acreditam ser a raiz das discussões para o entendimento da crise, são analisados os impactos da crise internacional para as economias brasileira e baiana com base nos principais indicadores econômicos da mensuração da atividade produtiva.

Palavras-chave: Crise no capitalismo. Financeirização da economia. Crise da economia mundial. Economias brasileira e baiana em 2008.

Abstract

This paper aims to analyze some aspects of the international financial crisis which caused a world economy collapse in the year of 2008. The initial considerations were made based on the belief of the authors that the discussion root to understand the crisis and thus, the international crisis impacts for the economies of Bahia and Brazil are analyzed taking into account the major economic indicators of the productive activity measurement.

Keywords: *Crisis in the capitalism; Economy financialisation; World economy crisis; Economy of Bahia and Brazil in 2008.*

UM BREVE HISTÓRICO DAS CRISES ESTRUTURAIS DO SISTEMA CAPITALISTA

O capitalismo, enquanto sistema, tem passado por sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que pela sua natureza e ressonância podem ser caracterizadas como estruturais ou cíclicas, e que se conformam como etapas a partir das quais o sistema tenta se renovar para continuar sua marcha. Uma das lições que podemos tirar sobre os contextos históricos que bordejam as grandes cri-

ses do capitalismo é que eles foram marcados por alguns dos acontecimentos mais marcantes da história recente. Mesmo as crises cíclicas – que normalmente apresentam efeitos menos drásticos do que as estruturais – aparecem na história dos últimos duzentos anos associadas a acontecimentos relevantes e cheios de consequências. Na segunda metade do século XIX, os anos 70 se conformaram como ponto de inflexão. A crise econômica que ganhou vulto do começo para meados da referida década estava intimamente associada à eclosão de movimentos sociais que ganharam todo o continente europeu – cuja maior expressão talvez seja a Comuna de Paris de 1871 –, à segunda revolução industrial – engendradora neste período e responsável pelos consideráveis aumentos na produção

^A Mestre e graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). bcpessoti@yahoo.com.br

^B Graduado em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs); membro do Grupo de Pesquisa de Energia, tecnologia e ambiente vinculado ao PPDRU (Unifacs); tutor de EAD (Unifacs). denilsonlimasantos@yahoo.com.br

^C Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do curso de Economia da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). cassebessoti@gmail.com

através do aperfeiçoamento técnico-científico –, à luta entre as principais economias europeias que se digladiavam por colônias nos continentes africano e asiático, no que se configuraria como a etapa mais recente do desenvolvimento capitalista da época. Houve, ainda, crises cíclicas importantes como aquela ocorrida em princípios do século XX, sobretudo na primeira década, que pode ser relacionada à eclosão da Primeira Grande Guerra e à Revolução Russa de 1917.

As crises estruturais, como o próprio nome sugere, foram mais prenhes de desdobramentos e demandaram medidas mais radicais para que o sistema voltasse aos eixos ou, quando menos, pudesse amenizar seus efeitos devastadores. Em finais do século XVIII, uma grande crise econômica varreu o mundo ocidental e esteve intimamente associada a acontecimentos como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos. Podemos destacar ainda o desenvolvimento de movimentos sociais – cuja maior expressão foi o ludismo –, para não falar do movimento de independência das colônias europeias no continente americano que prosseguiu por todo o século XIX. Ainda nos oitocentos, as décadas de 30-50 passaram por grandes convulsões políticas, econômicas e sociais. Nesse momento, o proletariado começava a tomar feições nítidas enquanto classe, inúmeras revoluções eclodiam na América e na Europa ao tempo em que as máximas imperialistas eram incentivadas pela fusão dos capitais industriais e bancários que, juntos, originavam o capital financeiro. Não resta dúvida, porém, de que a crise máxima do capitalismo, desde sua imposição como sistema dominante, foi a Grande Crise de 1929, que teve na quebra da bolsa de Nova Iorque um dos seus momentos mais emblemáticos. O historiador Eric Hobsbawm, analisando o contexto do *crash* de 1929 – considerado por ele como o mais trágico episódio de toda a história do capitalismo –, é categórico ao afirmar que “o mundo da segunda metade do século XX é incompreensível se não entendermos o impacto do colapso econômico” (HOBBSAWM, 1995, p. 91). Hobsbawm (1995) diz que a crise foi responsável pela destruição das teorias liberais por meio século (HOBBSAWM, 1995, p. 99), atribuindo à grande depressão o aparecimento

da extrema direita, que teve em Hitler e Mussolini dois de seus mais acabados exemplos (HOBBSAWM, 1995, p. 91). A crise trouxe ainda em seu rastro, para mencionar apenas alguns dos eventos mais importantes, a eclosão da Segunda Grande Guerra e a posterior divisão do mundo em dois blocos antagônicos, o que engendrou a dinâmica da chamada Guerra Fria, além das revoluções – como a da China, da Coreia do Norte e do Vietnã – e processos de independência – como o da Índia – na Ásia e a independência dos países africanos.

No período que mediou as grandes guerras mundiais, as duas principais tendências que conduziram a economia dos países europeus foram a busca pela autossuficiência, que assumiu proporções inauditas, e a regulamentação das atividades econômicas pelos respectivos estados (BIRNIE, 1964, p. 328). John Maynard Keynes foi o principal formulador das medidas que se mostraram eficientes no combate aos efeitos catastróficos da crise de 1929. O surgimento da economia mista e o Estado de bem-estar se apresentaram como soluções que preconizavam a intervenção estatal na economia, a expansão das políticas monetárias e as políticas fiscais deficitárias num contexto em que os Estados priorizavam as considerações sociais em detrimento das econômicas (HOBBSAWM, 1995, p. 99). Nos países periféricos houve um incremento dos investimentos externos, a aceleração dos processos de industrialização que viabilizou o modelo de substituição de importações. As principais consequências foram o fortalecimento e a ampliação do mercado interno dos países subdesenvolvidos e a posterior modernização da infraestrutura básica, melhoria do nível de vida dos setores intermediários e populares, e aceleração dos processos de acumulação de capital.

A expansão que a economia mundial conhece após o final da Segunda Guerra foi minada pela crise da década de 70 do século XX. Ela foi marcada pela contra ofensiva do capital sustentada em máximas neoliberais que desprezaram as políticas econômicas de base keynesiana. Aparentemente, os acontecimentos que principiaram durante a década de 1970, que tem no biênio 1973-75 seu ponto de inflexão, não podem ter sua ressonância comparada ao que acontecera em 1929, se confi-

gurando como depressões cíclicas. Alguns analistas, como Hobsbawm¹, contudo, defendem a ideia de que os problemas econômicos engendrados a partir dos anos 1970-80 são de solução mais complexa do que os que derivaram da crise dos anos 1930. A chamada era de ouro chegava ao fim e um novo mundo está em gestação nas décadas de 80-90 do século XX. As práticas do neoliberalismo passaram a ditar os rumos da economia – que teve na obsessão pela privatização e pelo livre mercado dois de seus caros chefes –, da política – que com o colapso do bloco soviético fez crescer o número de países dependentes de empréstimos oferecidos pelos organismos financeiros internacionais criando uma nova ordem mundial, pós-Guerra Fria, que aposenta o conceito de bipolaridade e inaugura a hegemonia estadunidense –, das relações internacionais – na medida em que as máximas propugnadas pelo capitalismo internacional se deparavam com centenas de nações falidas que não tinham alternativas além de tentar se enquadrar ao novo universo de exigências ditadas, sobretudo, pelas ações da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

CRISE: A FINANCEIRIZAÇÃO RUMO À CONVULSÃO ECONÔMICA GLOBAL PÓS-KEYNESIANA

A atual crise econômica americana está intimamente ligada às mudanças na direção das políticas econômicas adotadas pelo capitalismo central, que a partir da década de 1980 teve como prioridades a estabilidade da moeda e a Política Monetária como principal ferramenta de regulação macroeconômica. Seguiu-se um excessivo rigor monetário e uma expressiva elevação das taxas de juros para conter o processo inflacionário, cujos resultados, fartamente conhecidos, foram contração do consumo,

¹ Referindo-se à década de 1990, Hobsbawm afirma que “os problemas econômicos do presente eram de fato piores do que os da década de 1930”, tendo reconhecido logo depois que “a comparação dos problemas econômicos das décadas de 1970-90 com os do entre-guerras é falha, embora o medo de outra ‘Grande Depressão’ tenha perseguido estas décadas.” O autor assevera que mesmo considerando-se o *crash* da bolsa americana em 1987, com sua ressonância global, e a grave crise de câmbio internacional de 1992, as crises que se seguiram à década de 1970 não provocaram o desabamento da economia capitalista, não podendo, pois, adquirir o sentido que a crise dos anos 1930 concedeu ao termo “grande depressão”. (HOBSBAWM, 1995, p. 393-395).

desaceleração do crescimento, aumento do déficit público e, conseqüentemente, aumento contínuo da dívida pública em relação ao PIB.

No decurso desse processo, a dívida pública dos países capitalistas não dispunha de condições para continuar sendo financiada pelos investidores nacionais, por isso as autoridades promoveram a liberalização do sistema financeiro para atender as suas próprias demandas de financiamento, quando então passaram a emitir títulos públicos, captando dinheiro junto ao resto do mundo (CHESNAIS, 1998).

Se a liberalização financeira por um lado ajudou – e ainda ajuda muito – os governos a financiarem os seus déficits, por outro, trouxe sérias conseqüências aos bancos, em especial os dos países ricos. Chesnais e Serfati (1998) assinalam os dois principais motivos para isso: primeiro, a concorrência exercida pelas *finanças diretas*, nas quais as firmas preferem se endividar no mercado emitindo títulos a tomar empréstimos nos bancos. O segundo é porque, em função das elevadas taxas de juros, as firmas optam por não contrair dívidas, financiando, assim, os seus investimentos por intermédio da sua própria poupança, o que é chamado de *economia de fundos próprios*.

Para preservar as suas atividades² e se manterem, os bancos adotaram riscos e passaram a desenvolver operações especulativas voltadas para o mercado de derivativos, aumentando a sua vulnerabilidade e elevando a instabilidade financeira em todo o mundo (CHESNAIS; SERFATI, 1998). O resultado de todo esse processo, grosso modo, é a diminuição do capital produtivo e, sobretudo, do emprego e da renda, tão caros à Teoria keynesiana.

A contribuição marxista para a questão da crise econômica é significativa. Marx conseguiu já em sua época identificar a existência de dois tipos distintos de capital financeiro: os empréstimos de longo prazo feitos com juros e o fictício. Na crítica de Marx, o capital fictício consistia em ativos negociá-

² As principais são o financiamento do capital produtivo, a aquisição de ativos patrimoniais e as despesas correntes dos agentes não-financeiros (CHESNAIS; SERFATI, 1998).

veis no futuro (ações, títulos públicos e a moeda de crédito bancário), que teria o seu valor determinado pela taxa de rendimento presumido, contudo, sem nenhum correspondente direto de capital produtivo (CHESNAIS; SERFATI, 1998).

Semelhantemente, os bancos americanos conseguiram transformar papéis oriundos de hipotecas em ativos financeiros e os negociaram com os investidores. Estes, por sua vez, repassaram estes ativos para frente, reproduzindo-os quase que indefinidamente no mercado globalizado no qual se instalou a crise.

A retomada das ações de caráter intervencionista do governo americano, aumentando os gastos públicos – já tão elevados – para tentar arrefecer os efeitos do colapso financeiro e reestruturar a sua economia, pode, entretanto, acelerar um processo de degradação das contas públicas dos EUA por causa da contínua emissão de títulos do Tesouro Americano, preparando o ambiente para a ascensão daquela que seria a mãe de todas as crises.

A emissão desses títulos – considerados os mais seguros do mundo – e também a emissão indiscriminada do dólar pelas autoridades monetárias dos EUA, em virtude do poder liberatório mundial desta moeda, levam os EUA a engendrar um processo degenerativo da economia mundial, exportando para o resto do mundo um “bombástico” pacote composto de endividamento via emissão de títulos públicos e inflação resultante da ação proposital deste país em prol do desequilíbrio no seu balanço de pagamentos, criando déficits gêmeos³ preocupantes.

Celso Furtado, em seu livro “Brasil: a construção interrompida”, aponta para esta situação:

A acentuada tendência de endividamento dos agentes consumidores não se explica sem ter em conta a situação privilegiada que ocupa a sociedade norte-americana na ordem mundial. O fato de emitir uma moeda fiduciária com poder liberatório mundial e títulos que são retirados por todos os países como reserva de câmbio abre à sua economia linhas de crédito a custo praticamente nulo que se

estimam atualmente em cerca de 400 bilhões de dólares (FURTADO, 1992, p. 19).

Furtado, já em 1983, também foi um dos primeiros economistas a denunciar ao longo da história as consequências, afirmando que:

Vivemos atualmente uma dessas fases da história em que o grau de incerteza com relação ao futuro passa a cota de tolerância, pondo em risco a coesão social e tornando particularmente difícil a tarefa de governar. Em primeiro lugar, sofreremos as consequências de um desajuste estrutural global, decorrente da rápida integração dos mercados nacionais ocorrida no período de intenso crescimento compreendido entre o fim do segundo conflito mundial e a primeira metade dos anos 1970. Em segundo lugar, enfrentamos uma crise financeira internacional, mais precisamente uma crise do sistema bancário privado internacional, que se expandiu de forma inusitada e fora de qualquer disciplina e controle a partir dos anos 1960 (FURTADO, 1992, p. 14).

A China, que é detentora da maior reserva de dólares do planeta, com algo em torno de US\$ 2 trilhões, já cogitou a possibilidade de mudar as suas reservas cambiais para outra moeda. Mas a medida anunciada por Pequim acentuou as oscilações da moeda americana (CHINA..., 2009).

O fato é que os títulos do Tesouro Americano estão depositados nos bancos centrais e em posse de empresas e fundos de investimentos de todo o planeta, e uma corrida para se desfazer destes títulos provocaria uma desvalorização sem antecedentes da moeda americana. Por incrível que pareça, um “movimento virtuoso” da crise faz com que os investidores adquiram estes papéis, postergando a derrocada do dólar, mas no momento em que se sentirem aptos a enfrentar novos riscos irão migrar para ativos mais atrativos e então o capitalismo se confrontará com uma nova bolha especulativa, cujo estouro trará um caos sem precedentes na sua história.

Esta situação traz à memória a célebre frase de John Connally, ex-secretário do Tesouro do presidente Richard Nixon, quando, em 1971, expressou a posição americana ante as divergências sobre o fim do padrão ouro-dólar estabelecido em Bretton

³ O déficit orçamentário americano atingiu a cifra de 412 bilhões de dólares em 2004, ou seja, 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto). Paralelamente, o déficit comercial, que não parou de se aprofundar durante três anos consecutivos, atingiu um recorde histórico de 619 bilhões de dólares (5,3% do PIB), numa progressão de 24,4% em relação ao ano anterior (UOL, 2005).

Woods: “A moeda é nossa, mas o problema é de vocês”. Até quando?

Diante do exposto, fica comprovado que a recente Crise Econômica Mundial iniciada nos EUA é, sem dúvida, uma seqüela causada pelo descontrole emergido do mercado internacional de capitais resultante da implosão do sistema estabelecido em Bretton Woods, que, dentre outras coisas, propunha o controle de capitais e a estabilidade das taxas de câmbio.

BREVES CONSIDERAÇÕES DA CRISE DA ECONOMIA MUNDIAL EM 2008

Oriundo do latim, o termo crise indica um estágio de alternância no qual uma vez transcorrido, diferencia-se do que costumava ser. Não existe possibilidade de retorno aos antigos padrões. E foi exatamente isso que caracterizou o ano de 2008 para a economia mundial, um grande (des)ajuste entre o lado financeiro especulativo e o produtivo real, evidenciando que o capitalismo está longe de ser um sistema harmônico e equilibrado como definiu a ortodoxia dominante do pensamento liberal.

A crise começou na verdade muito antes de 2008, pois seu epicentro sempre esteve relacionado com o mercado imobiliário norte-americano. Segundo Filgueiras (2008, p. 2), a origem da crise mundial atual remonta ao ano de 2000, quando movimentos econômicos deixaram a entender que a aquisição de imóveis, dada a forte valorização nos preços e o crescimento da economia americana, era a melhor forma de investimento e de potencializar os ganhos em uma economia de mercado. De lá para cá houve uma grande expansão no chamado crédito hipotecário, aquele que exige como contrapartida do empréstimo a posse do imóvel. Nenhum problema se a valorização nos negócios garantir o pagamento desses empréstimos. Mas o problema começou justamente aí.

Enquanto a economia americana estava aquecida, o crédito hipotecário era utilizado na ampliação do consumo dos americanos, promovendo o que Filgueiras (2008, p.3) definiu como um ciclo virtuoso de consumo-produção-emprego. O grande pro-

blema para esse tripé, que promoveu uma grande expansão na demanda agregada e aumentou o giro de negócios na economia americana, é que boa parte dos ganhos oriundos com o crescimento econômico foi aplicada no mercado financeiro. E, dada a desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros globais, muitos outros negócios foram feitos com base na expansão do mercado imobiliário.

Diversas instituições financeiras globais começaram a investir em fundos de investimento, emprestando dinheiro para quem estivesse interessado em investir no mercado financeiro, independentemente da capacidade de pagamento desses empréstimos, até mesmo porque havia a contrapartida dos valorizados imóveis. Esses fundos foram transacionados em diversos países da Europa e da Ásia, além do EUA é claro, gerando grandes lucros para seus investidores no mercado financeiro. Como os ganhos no mercado financeiro eram cada vez maiores, não havia porque diminuir o giro de negócios e as aplicações num mercado cada vez mais descolado da área produtiva.

Filgueiras (2008, p. 2) definiu o que se sucedeu desse processo e que, na opinião desses autores e de boa parte dos especialistas que têm debatido o assunto, foram as causas das mazelas que daí se originaram:

O resultado dessa globalização das finanças se expressa num superdimensionamento da esfera financeira e numa progressiva valorização de capitais fictícios (sem correspondência com a riqueza material existente) que, ao descolar em demasia a esfera financeira da esfera produtiva, potencializa as possibilidades das crises e a extensão e gravidade das mesmas. De outro lado, a estreita interconexão entre todos os mercados também tem a capacidade de potencializar o “boom especulativo” e também o seu reverso: a crise, com a conseqüente desvalorização dos capitais. Em especial, as crises das duas últimas décadas têm apresentado um grande potencial de se difundir globalmente, com poder de contagiar e desestabilizar economias de países e, mesmo, de regiões inteiras.

O descolamento entre o lado real e produtivo da economia e esse marcadamente financeiro e fictício acabou criando uma bolha especulativa que estourou (finalmente), gerando efeitos multiplicadores negativos para todos aqueles que apostavam mais no sistema financeiro do que no sistema produtivo da economia. E os estragos foram rápidos e contagiosos. Grandes bancos e seguradoras americanos antes tidos, principalmente pelas agências de risco mundiais (aliadas da ortodoxia liberal), como os de melhor saúde financeira no mundo quebraram, causando pânico em milhares de investidores globais (principalmente os chineses e japoneses) que outrora ganharam muitos dólares com essa fórmula especulativa.

Mas a crise afetou também o lado real da economia, em função da desaceleração das economias mais desenvolvidas do mundo. As diminuições do crédito em escala mundial bem como a velocidade nas perdas de recursos financeiros aplicados fizeram diminuir os investimentos do setor produtivo e evidenciaram para o mundo que as grandes companhias de outrora, líderes em faturamento mundial, escondiam, na verdade, problemas estruturais que vieram a tona como reflexo do momento de crise. São exemplos dessa situação a General Motors (GM), a Ford e a Chrysler, gigantes do setor automobilístico que se transformaram em problemas para o Tesouro Americano em função da escala global de atuação.

A CRISE MUNDIAL E A ECONOMIA BRASILEIRA

Quem apostou que a crise da economia mundial (como preferimos defini-la, uma vez que ela é bem mais abrangente do que simplesmente financeira) teria o efeito de uma “marola” para a economia brasileira desrespeitou uma premissa da economia globalizada: tudo de ruim que acontece para o capitalismo central tem um efeito duplamente pior na periferia. Era impossível, impensado, irrealista imaginar que uma crise que afetou a demanda agregada mundial, derrubando as economias mais desenvolvidas do planeta, a exemplo dos EUA, Ja-

pão, e da Zona do Euro, fosse passar despercebida pela economia brasileira, que é totalmente dependente do cenário e dos financiamentos externos.

Basta analisar o balanço de pagamentos do Brasil para observar que boa parte dos problemas nas transações correntes do país decorre justamente dos lucros das gigantes empresas multinacionais que são remetidos para exterior. Isso para bom entendedor significa que

essas empresas têm grande representatividade na atividade interna do Brasil. Significa também que uma crise que afeta o nível da atividade econômica dos países mais desenvolvidos tem reflexos imediatos sobre essas empresas que dominam boa parte do território nacional. Quando essas empresas não conseguem escoar a sua produção global, o passo inicial é um processo de diminuição de capacidade instalada, paralisação de investimentos e demissões.

Assim, para que se possa perceber o estrago que essa crise já provocou para a economia brasileira e baiana em particular, é imprescindível para essa análise desagregar as informações econômicas por trimestres. Analisadas apenas na variação anual, algumas informações podem, de maneira equivocada, levar ao entendimento de que a crise não impactou a economia brasileira em 2008. A taxa registrada pelo PIB indica que a economia nacional apresentou uma expansão de 5,1% nesse ano. No mesmo período e seguindo os passos da economia brasileira, até mesmo pela sua especialização regional em bens intermediários, a economia baiana também registrou uma expansão real no PIB, na mesma intensidade, atingindo 4,8% em comparação a 2007.

No quarto trimestre do ano de 2008, época em que o cenário internacional já apresentava resultados alarmantes com a recessão anunciada por quedas consecutivas no PIB das principais potenciais mundiais, o PIB brasileiro apresentou o seu pior desempenho dos últimos 15 anos, com queda de 3,6% em relação ao terceiro trimestre e crescimento de modestos 1,3% na comparação com igual trimestre do ano de 2007. Segundo as informações do IBGE (2008) esse resultado esteve associado,

[...] a crise afetou também o lado real da economia, em função da desaceleração das economias mais desenvolvidas do mundo

sobretudo, à grande diminuição nos investimentos e à retração na atividade industrial.

A análise da demanda agregada do Brasil no quarto trimestre de 2008 evidencia que apenas o consumo da administração pública apresentou um leve incremento de 0,5% em relação ao terceiro trimestre. Nos demais componentes houve queda de 3,6% no consumo das famílias (o que também refletiu no nível do comércio varejista e atacadista, que recuou 2%) e queda de 9,8% na formação bruta de capital fixo. A corrente de comércio exterior também apresentou declínio, com as exportações diminuindo 3% e as importações cerca de 8,2% (IBGE 2008). Mesmo com esse mau desempenho, o nível de investimentos ao longo de 2008 foi o melhor desde o ano de 1996, tendo se expandido cerca de 13,8% e aumentado sua participação para 19% do PIB. Eis a deformação de analisar a economia sob a perspectiva de considerar o impacto dos três primeiros trimestres do ano.

Praticamente todos os setores econômicos apresentaram retração na atividade no quarto trimestre. O setor industrial, como dito anteriormente, foi o que apresentou o pior desempenho, tendo registrado uma retração de 7,4%, sobretudo em razão do baixo desempenho da indústria de transformação, que diminuiu a atividade interna em aproximadamente 8,2% em comparação ao terceiro trimestre. Em relação ao quarto trimestre de 2007, a indústria de transformação teve um desempenho um pouco melhor, mas a queda na produção atingiu 5% (IBGE, 2008).

Segundo Nascimento e Santos (2008, p.8), o resultado apresentado pelo setor industrial brasileiro teve influência de dois elementos que combinados acabaram provocando sequelas em todo o segmento e para a economia como um todo. Foram eles: as expectativas negativas quanto ao futuro – que acabaram produzindo um cenário muito mais recessivo do que a prática revelou – e a redução de linhas de crédito internacional. O crédito é o elo de ligação entre a produção e o consumo. Muitas relações econômicas, principalmente de comércio internacional, dependem de abundância de crédito para que efetivamente se concretizem.

Praticamente todos os setores econômicos apresentaram retração na atividade no quarto trimestre

Assim, acumularam-se incertezas, escassez de crédito, redução na demanda mundial, além de problemas cada vez mais comuns para o parque industrial brasileiro de paradas para manutenção não programadas em função do sucateamento de parte das instalações. Somem-se a esses fatos as férias coletivas no setor automotivo, sem dúvida, um dos setores mais diretamente afetados pela crise.

No caso do setor automobilístico, o contágio da crise foi especialmente negativo, por ser um segmento que congrega grandes empresas multinacionais e cujos efeitos não se restringem à montagem, mas afetam toda a cadeia produtiva situada a montante e a jusante da indústria. A indústria siderúrgica, a cadeia de plásticos e as empresas de pneumáticos tiveram que reduzir a capacidade de produção em função do aumento dos estoques e da diminuição da demanda da indústria automobilística, principalmente a partir do mês de novembro de 2008.

Os demais setores apresentaram resultados também ruins, mas melhores que os registrados pelo setor industrial. A agropecuária, no quarto trimestre do ano, recuou 0,5% e o setor de serviços, no mesmo ritmo, apresentou uma retração de 0,4%. Em relação à agropecuária, o resultado negativo decorreu da menor disponibilidade do crédito, mas, sobretudo, em função da queda vertiginosa nos preços das *commodities* no mercado internacional. Esse é o fator que explica também a perda de dinamismo das exportações agrícolas no último trimestre do ano. Segundo Nascimento e Santos (2008, p. 11), a redução dos preços das *commodities* atingiu 19,5% somente no mês de outubro em comparação a setembro. Mas no acumulado do ano a alta dos preços foi alardeada como o fator preponderante para explicar o fato de que a agropecuária brasileira foi o setor que apresentou a maior expansão entre todos, com um incremento de 5,8% em comparação ao ano de 2007.

Como resultado direto desse arrefecimento na economia brasileira no quarto trimestre do ano houve uma interrupção na geração de novos postos de trabalho com carteira assinada no país, a partir

de novembro de 2008. Até antes da crise, o conjunto dos setores econômicos era responsável por uma geração média de 230 mil postos de trabalho formais por mês. A partir de outubro há uma grande diminuição na geração de empregos formais. Somente em dezembro, mais de 654 mil pessoas foram demitidas segundo as informações do Cadastro Geral de Empregos e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho (Gráfico 1).

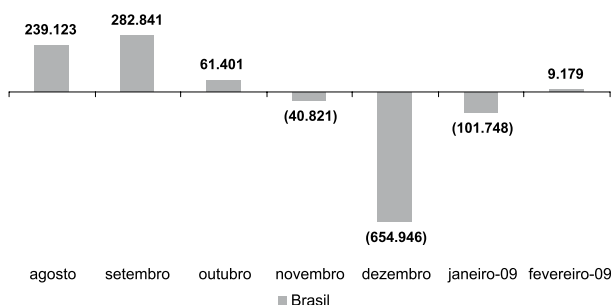


Gráfico 1
Saldo do Emprego Formal
Brasil - 2008/fev2009

Fonte: Caged.

DESEMPENHO ECONÔMICO DA BAHIA NO ANO DA CRISE

O Produto Interno Bruto do estado da Bahia apresentou, no 4º trimestre de 2008, em comparação ao mesmo período do ano anterior, uma expansão de 1,3%, segundo as estimativas realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Apesar de positivo, esse foi o pior desempenho registrado nos últimos 27 meses, consequência da crise da economia mundial que afetou as economias brasileira e a baiana.

Foram fundamentais para tal resultado os desempenhos registrados no segmento de serviços, que se expandiu em 1,5% em relação ao quarto trimestre de 2007, e, sobretudo, o setor industrial, que apresentou a maior retração dos últimos cinco anos (-1,6%), principalmente influenciada pelo mau desempenho da indústria de transformação, que se retraiu 7% no quarto trimestre de 2008. O setor agropecuário, por sua vez, registrou uma elevada taxa de crescimento, de aproximadamente 14,2%, e foi decisivo para diminuir o ímpeto de retração da

crise para a economia baiana no quarto trimestre do ano de 2008.

No acumulado de 12 meses, o PIB da Bahia, a despeito da diminuição no ritmo de crescimento no quarto trimestre do ano, registrou uma expansão de 4,8%, o que significa que após ter apresentado uma elevação de 4,5% em 2007, o PIB voltou a crescer sobre uma base já bastante expandida. Além disso, cabe ressaltar que esse resultado fez a economia baiana acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional. O PIB brasileiro, nesse mesmo corte analítico, registrou uma expansão de 5,1% em relação a igual período do ano de 2007. As informações setoriais do desempenho trimestral da Bahia, bem como a comparação Bahia/Brasil, podem ser observadas no Gráfico 2 e na Tabela 1, a seguir.

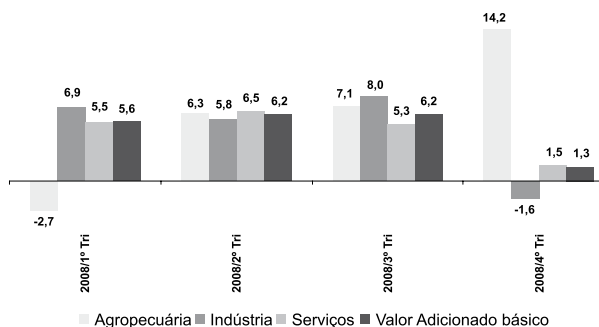


Gráfico 2
PIB Trimestral
Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior
Bahia* - 2007-2008

* Dados sujeitos a retificação.
Fonte: SEI.

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto a preço de mercado Bahia e Brasil - 2008*

Atividades	Var. acumulada nos últimos 12 meses Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	5,6	5,8
Indústria	4,7	4,3
Serviços	4,6	4,8
Valor Adicionado básico	4,8	4,7
Imposto sobre o produto	4,6	7,4
PIB	4,8	5,1

*Dados sujeitos a retificação.
Fonte: SEI/IBGE.

O que se pôde constatar em relação à análise dos resultados do ano de 2008 é que a crise da economia mundial, que atingiu a economia brasileira com maior ímpeto no último trimestre do ano, não foi capaz de anular os resultados acumulados pela economia baiana nos três primeiros trimestres do ano.

O segmento industrial, por exemplo, apesar de ter registrado uma queda na taxa de crescimento de 1,6% no quarto trimestre, já havia acumulado uma expansão de 6,9% nos três primeiros trimestres do ano, consolidando no acumulado de 12 meses de 2008 uma expansão de 4,7%, ante o mesmo período de 2007.

Na indústria de transformação, segundo as informações do relatório da Pesquisa Industrial Mensal (2009), do IBGE, observa-se que o quarto trimestre foi o de pior desempenho dos últimos dez anos. A retração de 7% só não teve impactos mais negativos porque o setor já havia acumulado uma relevante expansão até o terceiro trimestre do ano. Apenas para lembrar, no terceiro trimestre de 2008, a indústria baiana de transformação avançou 7,5%, taxa superior à assinalada no segundo (6,4%) e no primeiro trimestre (5,0%). Esta elevação no dinamismo, na passagem do segundo para o terceiro trimestre, foi explicada, em grande parte, pelo ganho de ritmo em algumas atividades, com destaque para o segmento de produtos químicos, que passou de uma retração de 4,3% no segundo trimestre, para uma expansão 3,7% no terceiro trimestre; e celulose e papel, que acelerou o ritmo de crescimento (de 38,0% para 53,6%).

Entretanto, no quarto trimestre, extremamente afetada pela diminuição na demanda internacional, bem como pelos desajustes causados pela crise da economia mundial, a indústria baiana de transformação apresentou uma retração de 7%. Praticamente todos os subsetores de atividade apresentaram queda na produção. As maiores perdas foram sentidas pela indústria automobilística, que se retraiu 43% (só em dezembro de 2008, em relação a dezembro de 2007, a queda na produção de automóveis atingiu 100%); também a indústria química apresentou uma queda de 22% em função da diminuição na produção de resinas de polietile-

no ocasionada pela queda na demanda nacional e internacional. Outro resultado negativo foi registrado no refino de petróleo (queda de 2,5%), atrelado às paradas para manutenções na refinaria.

Em outubro de 2008, já se percebeu um impacto da crise financeira internacional no resultado global da indústria baiana, que se retraiu 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor químico/petroquímico foi o mais duramente atingido, com expressiva retração de 12,2%. E de lá até o fechamento do ano de 2008 foram sucessivas quedas na produção da indústria química. Em relatório de análise conjuntural, a FIEB destaca pontos que ajudam a explicar o mau desempenho registrado na principal indústria da Bahia.

Segundo aludido relatório:

O segmento químico/petroquímico baiano sentiu os efeitos da crise financeira internacional em 2008, promovendo paradas não-programadas ou reduzindo a produção em algumas unidades. No final de 2008, o agravamento da crise internacional provocou a quase paralisação da demanda por resinas termoplásticas e petroquímicos básicos (tanto no mercado interno quanto no externo), com a consequente formação de elevados estoques. Algumas empresas do Polo de Camaçari optaram pela suspensão da produção de algumas plantas, como os casos das unidades de Olefinas I (que já havia realizado uma parada programada de 30 dias entre maio e junho de 2008), PE-2 (polietileno, por conta também de um acidente na planta) e de caprolactama da Braskem; Acrinor; Proquigel e Unigel Plásticos; além da redução da produção da Fafen. A desvalorização do câmbio também causou prejuízos importantes sobre o caixa de algumas empresas, a exemplo da Braskem, que registrou elevadas perdas no 3º trimestre do ano (R\$ 849 milhões), revertendo o resultado positivo de R\$ 465 milhões para prejuízo de R\$ 384 milhões no acumulado dos primeiros nove meses de 2008. O segmento químico/petroquímico da Bahia promoveu o fechamento/paralisação de algumas unidades, a exemplo da CIBA Especialidades, unidades de DMT e PET da Braskem, da planta de pentaeritritol da Copenor e das plantas de cellosize (hidroxiethylcelulose) e es-

tireno da Dow Química (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2008, p. 29).

Por tudo isso, e levando-se em consideração o elevado grau de concentração da indústria baiana nos segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, automotivo e de produtos alimentícios, houve uma forte desaceleração no quarto trimestre de 2008, freando o resultado global do ano (que até o terceiro trimestre indicava um crescimento superior a 4,5%). Com a queda de 7% no quarto trimestre de 2008 (em comparação com o mesmo período do ano anterior), a indústria baiana de transformação encerrou o ano com uma expansão de apenas 2,9% em relação à produção do ano de 2007.

Apesar da expectativa quanto aos novos investimentos no parque industrial baiano, principalmente em direção da indústria naval, bem como os programas para a cadeia petroquímica, as incertezas ainda são muito grandes para o ano de 2009. As expectativas iniciais são de queda na produção industrial no primeiro trimestre do ano, atrelada à diminuição na atividade causada pela crise da economia mundial, que diminuiu o ritmo de crescimento e, portanto, as compras internacionais (exportações) de países que são grandes demandantes do Brasil, a exemplo do EUA, China, Japão, além da Zona do Euro.

No bojo dessa análise merece especial destaque o setor do comércio, que no quarto trimestre do ano de 2008, em relação ao igual período do ano anterior, apresentou uma expansão de 1,8%, acumulando, no ano, 6,3% de incremento real nas vendas.

De janeiro a setembro de 2008, os setores mais ligados ao crediário apresentaram as mais significativas expansões na atividade. Justamente por isso, no quarto trimestre houve uma diminuição na intensidade do crescimento do setor varejista baiano, o que não chegou a comprometer o resultado anual, mas significou uma redução em relação à taxa de crescimento do período 2007/2006, que atingiu 12%.

Em meados de setembro, os reflexos da crise econômica internacional se intensificaram mais fortemente na economia brasileira e também na baia-

na. Os seus efeitos foram sentidos nos diversos segmentos da atividade econômica, com reflexos, também, no comércio varejista. Com o agravamento da crise, as instituições financeiras se tornaram mais seletivas na concessão de financiamentos. O crédito ficou mais caro em razão da alta dos juros e os prazos de parcelamento das vendas mais reduzidos.

Esses fatores foram preponderantes para inibir o desempenho do varejo, principalmente nos segmentos de bens duráveis, cujas vendas são cerca de 75% financiadas e, portanto, altamente dependentes das taxas de juros e dos prazos do crediário.

O resultado do comércio exterior também merece destaque nessa análise, principalmente se considerarmos que, a despeito de toda a crise mundial, que tem provocado fortes turbulências no cenário internacional, o estado da Bahia, novamente superou o valor exportado ao longo de todo o ano de 2007. Em 2008 foram contabilizados, segundo os dados do Promo Bahia, cerca de US\$ 8,7 bilhões, contra US\$ 7,4 bilhões de 2007, isto é, um crescimento de 17,4% (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008, p.1).

Segundo as informações do Promo Bahia, que é a agência responsável pela análise do comércio exterior da Bahia, dois foram os fatores mais diretamente associados ao desempenho das exportações baianas no ano de 2008. Em primeiro lugar, o preço dos produtos exportados (principalmente as *commodities*), que alcançaram uma valorização média de 11,4% e que, antes da crise, tiveram um grande incremento na demanda internacional, principalmente para a China, União Europeia e EUA (esses dois últimos, os mais afetados pela crise da economia mundial).

Em segundo lugar, a expansão da celulose, fortemente incentivada no estado por meio de políticas de atração de investimentos industriais, que passou, pela primeira vez na história recente da Bahia, a figurar como principal produto da pauta de exportações, com vendas de US\$ 1,5 bilhão (crescimento de 67,5% em relação a 2007).

Outro destaque no que se refere às exportações deve ser creditado às *commodities* agrícolas, que

[...] os reflexos da crise econômica internacional se intensificaram mais fortemente na economia brasileira e também na baiana

juntas se expandiram 43%, com valor exportado próximo a US\$ 1,6 bilhão. Somente a soja apresentou o maior incremento nas vendas externas entre todos os produtos da pauta de exportações do estado da Bahia em 2008. Na comparação com o ano de 2007, houve uma expansão de 91,2%, como resposta da grande produção interna (cerca de 2,7 milhões de toneladas) e também pelo aumento da demanda externa, sobretudo da China.

Com tudo isso, o saldo comercial foi de aproximadamente US\$ 2,2 bilhões, isto é, 9,9% maior que o registrado em 2007. Assim sendo, segundo o relatório de análise do comércio exterior da Promo, possíveis impactos na balança comercial da Bahia poderão ser percebidos somente no início do ano de 2009.

Os prováveis reflexos da queda nas cotações das *commodities*, assim como uma desaceleração nos pedidos, só terão efeito na balança comercial baiana no início de 2009, caso o cenário atual de escassez de crédito e volatilidade do dólar seja mantido, assim como um encolhimento nas vendas, resultado de um desaquecimento da economia mundial. [...] O efeito sobre as *commodities* é mais rápido, já que são o primeiro elo da cadeia e, diante da perspectiva de retração da economia, são os primeiros produtos a terem a demanda reduzida (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008, p.2).

Para finalizar esse breve balanço de conjuntura econômica em 2008, cumpre explicitar o desempenho do setor de serviços da Bahia, que também apresentou um bom resultado em suas principais atividades, e encerrou o ano como uma expansão de aproximadamente 4,6%. Olhando alguns números fica fácil evidenciar que se a crise, na maior parte das vezes, causou externalidades negativas para a economia baiana, particularmente no caso dos serviços ligados ao turismo e entretenimento houve um grande incremento, mesmo no pior momento da crise, particularmente no quarto trimestre de 2008.

As diversas atividades ligadas ao setor de serviços turísticos foram bastante favorecidas pelo aumento do dólar, o que desestimulou as viagens para o exterior. O setor de alojamento e alimentação, em resposta direta desse movimento da eco-

nomia, expandiu-se 6,7%, como reflexo imediato do incremento turístico já característico de fim de ano e bastante ampliado pela conjuntura internacional. A análise do setor de transporte aéreo, atrelado ao citado segmento, corrobora com os resultados. Entre janeiro e dezembro de 2008, o fluxo de passageiros desembarcados na Bahia aumentou cerca de 9,2%.

Assim, a despeito da maior parte dos efeitos da crise mundial serem extremamente desfavoráveis para a economia brasileira e também para a baiana, alguns segmentos, principalmente do setor de serviços, acabaram se favorecendo com a situação de instabilidade externa. Eis porque uma das alternativas para tentar minorar o efeito negativo da queda na demanda mundial passa, necessariamente, por estímulos à demanda interna, principalmente fazendo com que não aja diminuição no consumo das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Negar que a crise da economia mundial tenha gerado uma série de efeitos negativos em cadeia para as áreas periféricas é desprezar a relação existente entre centro e periferia. Nós fomos catequizados a acreditar que uma gripe nos EUA significava uma pneumonia na América Latina. Só que agora os países mais desenvolvidos do mundo já passaram para um estágio pior e as soluções de equilíbrio oferecidas pelas economias de mercado estão piorando ainda mais esse estado. O resultado disso certamente será o desaquecimento da economia global e um crescimento residual, até mesmo pela inércia, dos países em desenvolvimento (ou emergentes, como é o caso do Brasil).

As estimativas mais otimistas dos organismos mundiais (BIRD, FMI) para o crescimento da economia global em 2009 giram em torno de 0,4%, considerando que os países mais ricos deverão ter uma recessão de 0,5%, enquanto os países emergentes teriam um desempenho próximo de 2,5%. O FMI estimou a taxa de crescimento da economia brasileira em exatos 2% em 2009.

Se isso acontecer, apesar do incremento real no nível do produto interno, haverá um processo gradual de retomada do desemprego no Brasil. Com

uma população economicamente ativa estimada em 93 milhões de pessoas, um estudo do IPEA (CARTA DE CONJUNTURA, 2009) revelou que em 2009 cerca de 1,5 milhão de pessoas ingressarão no mercado de trabalho, mas a taxa de crescimento estimada pelo FMI só permitirá que cerca de 300 mil novos postos de trabalho sejam criados. Isto significaria que mais de um milhão de novos trabalhadores não encontrarão oportunidades no mercado de trabalho, sem contar aqueles que poderão perder seu emprego se a retomada do crescimento econômico mundial não se concretizar no curto prazo. O mesmo estudo do IPEA indica que para não haver interrupção na trajetória de queda no desemprego no Brasil seria necessário que o país registrasse um crescimento superior a 4% em 2009, taxa que nem mesmo os mais otimistas acreditam ser possível acontecer.

Apesar disso, alternativas de políticas anticíclicas estão sendo colocadas em prática pela equipe econômica do governo brasileiro como forma de estimular a demanda agregada interna. Entre elas se destacaram a redução do imposto sob movimentações financeiras de 3,38% para 1,5% para pessoas físicas; mudança no imposto de renda com a criação de duas novas alíquotas intermediárias, de 7,5% e 22,5%, aumentando a renda dos assalariados em aproximadamente R\$ 4,9 bilhões; redução no IPI para carros 1.0, o que contribuiu muito para o aumento da demanda de carros novos no começo de 2009; aumento do superávit primário para 5,8% do PIB e redução da dívida líquida do setor público para 36% do PIB; e também devem ser destacados os investimentos do PAC, que no período setembro de 2008 e janeiro de 2009 efetivou um montante de R\$ 28 bilhões (GUANDALINI; SVERBERI; BORSATO, 2009).

Além dessas medidas fiscais, o governo procurou flexibilizar a política monetária com sucessivas reduções na taxas de juros nominais, bem como aumentando a disponibilidade de recursos para o BNDES e para o crédito rural. O Banco Central promoveu ainda uma liberação de reservas compulsórias no montante de R\$ 100 bilhões para normalizar a oferta de crédito, que atingiu um volume de 41,3% do PIB em dezembro de 2008 (em dezembro de 2007 esse valor atingia 34,7% do PIB).

Essas medidas de políticas econômicas, bem como a manutenção dos investimentos (inclusive com o recém-criado programa de habitação, que pretende construir cerca de um milhão de novas casas), acabam criando uma perspectiva menos negativa para o desempenho econômico do Brasil em 2009. Mesmo assim, os principais indicadores de confiança (tanto dos empresários como dos consumidores) na economia brasileira recuaram após o primeiro trimestre de 2009. Isso significa que a cautela deve ser mantida principalmente em relação ao primeiro semestre do ano de 2009 e que o governo vai precisar ficar vigilante principalmente em relação aos patamares da taxa Selic.

As primeiras informações consolidadas para o ano de 2009 nos levam a acreditar em nova retração na atividade econômica brasileira durante o primeiro trimestre. Segundo as informações do IBGE (2009), a taxa de desemprego voltou a crescer, passando de 8,2% em janeiro para 8,5% em fevereiro de 2009. De acordo com outro indicador do mercado de trabalho, o Cadastro de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho, no período entre janeiro e fevereiro de 2009 houve uma diminuição de aproximadamente 90 mil postos de trabalho com carteira assinada.

No plano das atividades econômicas, indústria e agropecuária não deverão apresentar um bom desempenho no primeiro trimestre do ano. O resultado na agropecuária está diretamente associado à diminuição na safra agrícola, que deverá ser 7,6% menor do que a de 2008. A safra estimada pelo IBGE para 2009 deverá ser de aproximadamente 135 milhões de toneladas, contra 146 milhões de toneladas no ano anterior. As quedas mais acentuadas atingirão as produções de algodão herbáceo em caroço (-16,8%), café (-15,9%), trigo em grão (-15,5%) e milho em grão 1ª safra (-14,8%). Também ficarão em baixa as produções de soja (-3,6%) e a laranja (-1%).

Na indústria os resultados iniciais são igualmente negativos. A indústria de transformação do Brasil apresentou um recuo na produção da ordem de 17% em janeiro, em relação ao mesmo período de 2008. Esse resultado, somado ao baixo desempenho que o segmento apresentou no quarto trimestre de 2008 (queda na produção da ordem de 9,4%),

fez a indústria brasileira acumular uma expansão de apenas 1% no acumulado de doze meses. Em janeiro também houve uma queda de 18% na produção da indústria extrativa mineral em relação à produção de janeiro de 2008.

Em suma, a crise afetou a economia real e trouxe uma sequela difícil de ser superada, que é a expectativa negativa quanto ao futuro. Tomara que no decorrer do ano de 2009 novas marolas não transformem o cenário internacional em um *tsunami*.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, set. 2008. Disponível em: <www.fieb.org.br>. Acesso em: 1 dez. 2008.
- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos industriais da Bahia no período 2007-2008*. Salvador: SICM, 2008. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2008.
- BIRNIE, Arthur. *História econômica da Europa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- CARTA DE CONJUNTURA. Brasília.: IPEA, mar. 2009.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo do comércio exterior*. Salvador: PROMO, 2008. Disponível em: <www.promobahia.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. 334 p.
- CHINA sugere substituição do dólar em reservas internacionais. *O Estado de São Paulo Online*. [São Paulo]. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,china-sugere-substituicao-do-dolar-em-reservas-internacionais,343950,0.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2009.
- ENTENDA a evolução da crise que atinge a economia dos EUA. *Folha Online*. [São Paulo]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u454948.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2009.
- FILGUEIRAS, Luiz. *A crise do mercado imobiliário dos EUA e suas implicações para a economia brasileira*. [Salvador]: UFBA, 2008. (Textos para discussão)..
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87 p.
- GUANDALINI, Giuliano; SVERBERI, Benedito; BORSATO, Cíntia. O Brasil e a Crise Mundial: 10 razões para otimismo. *Revista Veja*, São Paulo, 4 de mar. 2009.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 328 p.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2008.
- NASCIMENTO, Carla; SANTOS, João Paulo C. A crise financeira internacional e os impactos nas economias brasileira e baiana. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 161, p. 6-15, out./dez. 2008.
- ORDEM LIVRE. *Para entender a crise financeira*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=SmhTpIGezKk&feature=related>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Salvador: SEI, 2008. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2008.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2009.
- PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2009.
- PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- SILVA, Denis Veloso; PESSOTI, Gustavo Casseb. PIB arrefece no quarto trimestre, mas economia baiana registra crescimento de 4,8% em 2008. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 162, jan./mar. 2009. No prelo.
- SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1987. 87 p.
- UOL. *A sorte do dólar se decide em Pequim*. Disponível em: <http://diploma.uol.com.br/2005-03,a1079>. Acesso em: 26 mar. 2009.

Ruptura ou turbulência? Reflexões acerca da crise dos subprimes sobre o sistema capitalista

André Silva Pomponet^A

Resumo

A crise dos *subprimes* nos Estados Unidos provocou um abalo que o sistema capitalista não enfrentava há décadas. Esse abalo sinaliza uma ruptura nos padrões de funcionamento do sistema que exigirá uma reconfiguração cuja extensão é ainda difícil de estimar. O presente trabalho tem o objetivo de produzir uma reflexão sobre a recessão que se anuncia sobre a economia mundial, considerando a perspectiva de que o Estado e o capitalismo, de uma forma geral, vão passar a funcionar sob um novo padrão, no qual os governos tendem a desempenhar um papel mais ativo, contrariando a lógica vigente nas últimas décadas.

Palavras-chave: Crise. Capitalismo. Estado. Ruptura.

Abstract

The subprime crisis in the United States caused a blow to the capitalist system it hasn't suffered for decades. This indicates a quake rupture patterns of the system and will require a reconfiguration whose extent is still difficult to estimate. This work aims to produce a reflection on the recession to take place on the world economy, considering the view that the state and capitalism, in general, they will be working under a new pattern in which governments tend to play a more active role, contrary to the prevailing logic in the last decades.

Keywords: Crisis. Capitalism. State. Rupture.

INTRODUÇÃO

Os fenômenos econômicos que foram se acumulando ao longo dos séculos têm sido passíveis de interpretações que se avolumam e, quando validadas através da aplicação de métodos científicos, adquirem o *status* de teorias. Teorias em ciências sociais, no entanto, não se conservam num patamar de pureza científica cristalizada, estando sujeitas aos valores e às idiosincrasias de quem as elabora. A combinação da interpretação científica com a subjetividade do observador se traduz em discrepâncias entre as teorias e os fenômenos econômicos. O passar do tempo evidencia essas discrepâncias que, adiante, são rein-

terpretadas e, novamente, validadas. Até que, inexoravelmente, a teoria exige nova reinterpretação.

A infinita labuta para que a teoria aproxime-se ao máximo da realidade e, portanto, assegure o *status* de ciência perde forças à medida que as concepções ideológicas e as visões de mundo interferem nas observações do pesquisador. A ideologia e os diferentes ângulos de observação politizaram as formulações teóricas, dando origem a um conjunto de escolas de pensamento econômico que, ao longo dos últimos três séculos, se digladiaram na busca de uma "Verdade" que se molda à perspectiva do observador. Rico em diversidade, esse conflito ofereceu visões distintas e interpretações díspares, mas ao longo dos anos, contribuiu para o cerne do que se entende hoje como ciência econômica.

^A Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); especialista em políticas públicas e gestão governamental, exercendo suas funções na Secretaria do Planejamento da Bahia (Seplan). andrepomponet@hotmail.com

Quando a sabedoria econômica predominante ou convencional é incapaz de explicar a realidade, surgem as rupturas que, na verdade, são as reinterpretções aludidas acima. Assim, a história da ciência econômica – que, em linhas gerais, se confunde com a própria história do Capitalismo, visto que a sistematização da primeira coexistiu com a consolidação das bases do último – corresponde ao incessante esforço de reproduzir a realidade com a máxima verossimilhança, embora essa permaneça sujeita às inconsistências ideológicas, políticas e até mesmo às veleidades de seus intérpretes. Mas, imprecisa ou não, o fato é que a correlação entre os fatos e a interpretação econômica descreve uma trajetória errática que exige eventuais correções de rumo. Essas correções de rumo, todavia, têm motivação invariavelmente exógena, ou seja, são provocadas por novos contextos da realidade que surpreendem a sabedoria convencional e, quase sempre, provocam turbulências e, não raramente, grandes adversidades que afetam a vida dos agentes econômicos.

A recente crise econômica nos Estados Unidos, que rapidamente se espalhou pelo planeta, constitui um desses momentos. Nele estão presentes duas das características mais marcantes das grandes rupturas na economia: a crise em si – com falências, demissões, incertezas e medidas governamentais extraordinárias – e a necessidade de uma reinterpretação da realidade à luz dos novos elementos que o fenômeno traz à tona.

No caso da crise em curso, um desses elementos é a necessidade de se desenvolver mecanismos de controle sobre a especulação financeira e a expansão creditícia descontrolada. Embora não tão incomum, a situação ganhou gravidade graças à evolução tecnológica, que facilita e acelera as operações financeiras, e à liberdade, que permitiu aos mercados o desenvolvimento de incontáveis instrumentos de especulação através de títulos e

outros papéis, se a expressão ainda é cabível na “Era Digital”. O outro elemento é a necessidade imposta de uma reinterpretação da realidade: afinal, o chamado neoliberalismo chegou à plena saturação? A partir daqui o Estado deverá desempenhar um papel regulador mais ativo? Mas

como, de que maneira e quais são os limites dessa ação?

O objetivo deste artigo é produzir uma reflexão sobre o tema, obviamente limitada pelos elementos apontados acima: a precocidade de se interpretar a crise em toda a sua magnitude e a impossibilidade de se visualizar, ainda, qual o papel institucional reservado aos Estados no futuro. Além dessa introdução, o presente artigo é composto pela seção seguinte, que

retrata a trajetória errática da evolução capitalista e – sobretudo – de sua interpretação, abrangendo as concepções teóricas que se esgotaram com a Grande Depressão de 1929. Adiante, aborda-se o período histórico compreendido entre o pós-1929 e a recente crise, em que duas visões opostas e – ao mesmo tempo – complementares do capitalismo disputam a hegemonia do pensamento econômico: o arcabouço keynesiano e as ideias neoclássicas recauchutadas e batizadas pelos seus adversários, pejorativamente, como “neoliberalismo”. Com base nessa releitura, parte-se para as reflexões para, por fim, arrematar-se com algumas considerações.

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO

As bases da moderna Ciência Econômica foram lançadas, efetivamente, pelo filósofo escocês Adam Smith. Ele o fez partindo das contribuições de pensadores que o antecederam, mas, simultaneamente, produzindo uma interpretação original da atividade econômica no seu tempo. A origem das primeiras especulações sobre a economia, porém, remontam a Aristóteles na Grécia Antiga e, assim como inúmeras outras áreas de conhecimento, hibernou durante a Idade Média ou “Idade das Tre-

A recente crise econômica nos Estados Unidos, que rapidamente se espalhou pelo planeta, constitui um desses momentos. Nele estão presentes duas das características mais marcantes das grandes rupturas na economia: a crise em si – com falências, demissões, incertezas e medidas governamentais extraordinárias – e a necessidade de uma reinterpretação da realidade à luz dos novos elementos que o fenômeno traz à tona

vas”, quando a Igreja Católica praticamente exercia o monopólio do conhecimento, subordinando toda forma de especulação filosófica à lógica do pecado. Assim, somente com a decomposição do sistema feudal e a lenta, mas inexorável, consolidação capitalista é que se retomaram as especulações sobre as atividades econômicas.

Duas correntes de pensamento adquiriram *status* de escolas econômicas até Smith na historiografia: o mercantilismo e a fisiocracia (HEILBRONER, 1997). Ambas as concepções têm respaldo na realidade histórica do momento: no mercantilismo, supunha-se que o entesouramento era a base de toda a riqueza e os reinos que mais acumulassem metais preciosos – ouro e prata – mais poderosos seriam. Essas idéias surgiram a reboque da expansão marítima europeia, da descoberta de incalculáveis tesouros no novo continente e dos grandes déficits que os monarcas acumulavam, particularmente na Península Ibérica. Já a fisiocracia situava a riqueza no setor primário, considerando as demais atividades estéreis e, portanto, incapazes de gerar riqueza. Eram as idéias da França agrícola do princípio do século XVIII, sistematizadas no *Tableau Économique* de François Quesnay (QUESNAY, 1997).

Um dos pontos de partida de Smith foi a noção de que o trabalho – e não apenas o trabalho agrícola – é que era a origem da riqueza. Combinando-a à noção da importância da atividade comercial para a circulação dessa riqueza, Adam Smith encontrou o ponto de partida da Economia Clássica como matriz científica e do Liberalismo Econômico como plataforma política. Visionário, combatia os freios que as instituições e os valores feudais, ainda em decomposição, opunham à consolidação do capitalismo e ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. Nele, o esforço consistia em apontar o atraso imposto pelas limitações ao livre funcionamento dos mercados e, por consequência, ao crescimento econômico (SMITH, 1997).

Essas idéias retratavam o momento histórico que a Inglaterra vivia, em que o desenvolvimento tecnológico ampliava a produção, exigindo mercados cada vez mais amplos para a realização do lucro, já que a extraordinária produção manufatureira não poderia ser absorvida pelo mercado interno.

Daí as pressões pela abolição de barreiras alfandegárias e a defesa intransigente do exercício da ampla liberdade comercial. Esse discurso, todavia, encobria a realidade de uma competição selvagem na qual os ingleses saíram com inegável vantagem. Já o combate que Smith travava contra o Estado – e que o alçou à condição de profeta até os dias atuais – tinha o contexto específico das corporações remanescentes do feudalismo e das monarquias que regiam as nações em formação, com profunda interferência em toda a sociedade, inclusive sobre a atividade econômica.

Assim, percebe-se que a interpretação smithiana da realidade provocou uma ruptura com a forma como se compreendia os fenômenos econômicos até então. Os postulados do livre mercado e do trabalho como fonte de riqueza – mais tarde objetos de aprimoramento – se firmaram e inspiraram praticamente todas as interpretações econômicas posteriores.

Embora a rigor não apresentasse uma contribuição com a dimensão de uma ruptura como o pensamento de Smith, Ricardo incorporou a repartição do produto social entre proprietários e trabalhadores, indicando a acumulação capitalista como uma necessidade imperiosa para a sustentabilidade do sistema (RICARDO, 1997). Também da Grã-Bretanha, Ricardo teve como referências a obra de Adam Smith, que lançara luzes sobre o cenário econômico e a realidade social que o cercava, onde o capitalismo se consolidara e ia aos poucos estabelecendo seus próprios valores. Superadas, portanto, as turbulências da transição de duas formas distintas de organização da produção, podiam se visualizar com maior clareza o conflito entre as classes antagônicas que o capitalismo legava: trabalhadores, empresários capitalistas e proprietários de terras. Esse conflito e a necessidade da distribuição de riquezas de forma que o sistema de acumulação não fosse ameaçado constituíram as principais preocupações de Ricardo (RICARDO, 1997).

À época, início do século XIX, Ricardo travava debates com o Reverendo Rodbertus Malthus, cujas idéias misturavam ciência e religião, o que o notabilizou mais como profeta do apocalipse da explosão populacional, embora Malthus inegavelmente tenha colaborado para a discussão sobre a

repartição do produto social (MALTHUS, 1997). A ênfase nos aspectos distributivos do capitalismo – como a clara preocupação de que o acesso crescente das classes trabalhadoras ao produto social constituía um risco para a perpetuação do sistema que dependia da continuidade do processo de acumulação – era compreensível: o capitalismo ainda se consolidava na Europa e a própria dinâmica de funcionamento não se mostrava com a clareza que as preocupações suscitavam.

Ricardo e Malthus, então, desempenharam o papel de sinalizar para um importante aspecto da expansão capitalista. Só que o próprio funcionamento da engrenagem, posteriormente, mostrou que os temores eram exagerados, já que a distribuição da riqueza era mais autorregulável pelo capital do que supunham os dois autores. Há, contudo, o mérito de que contribuíram para a compreensão do funcionamento do sistema visualizando o antagonismo entre as classes que o compunham e o fenômeno da distribuição do produto social, embora essa compreensão fosse estática e não percebesse os movimentos endógenos do capital.

Dessa forma, na epopeia da construção da ciência econômica, Smith, Ricardo e Malthus dedicaram-se à análise econômica sob a ótica dos detentores do capital: as interpretações eram voltadas para o crescimento capitalista, sem maior compromisso com a repartição equânime da riqueza ou se a dinâmica de funcionamento do sistema pendia para qualquer das categorias de agentes econômicos em interação.

O contraponto a essa forma então hegemônica de interpretação surgiu a partir de meados do século XIX, com Karl Marx. Escritor prolífico e pensador profundo, Marx produziu a mais original interpretação da dinâmica endógena do capitalismo, descrevendo os mecanismos de acumulação e – o que era mais audacioso – prognosticando a derrocada do sistema capitalista em função da tendência decrescente da taxa de lucro. Em suma, o que o capitalismo ganhava em amplitude, perdia em profundidade (MARX, 1988). As causas do fracasso, paradoxalmente, tinham raízes nas causas do sucesso: o processo de produção capitalista, com a crescente mecanização, reduzia a mais-valia apropriada pelo capitalista (o trabalho não-pago ao trabalhador),

reduzindo a taxa de lucro. Para compensar essa redução, era necessário ampliar a produção e empregar máquinas cada vez mais modernas, reduzindo o número de trabalhadores empregados. Em outras palavras, para sobreviver, o capitalismo exigiria um mercado infinitamente elástico, o que não é possível. Esse era o diagnóstico do Marx economista acerca da natureza do capitalismo.

A delimitação entre o Marx economista e o Marx político, todavia, sempre foi muito tênue. A decretação da derrocada capitalista através de insurreições dos trabalhadores mundo afora jamais se concretizou nos países mais desenvolvidos. A sentença refletia muito mais o momento político vivido pela Europa – com insurreições, revoluções e contra-revoluções – que propriamente o desgaste do mecanismo capitalista, então em franco amadurecimento (MARX, 1985). A consolidação dos Estados Nacionais em meados do século XIX e o estabelecimento de regimes democráticos com eleições rotineiras na Europa Ocidental a partir da segunda metade do século XX, aos poucos, tornaram obsoleto o diagnóstico político e o método de tomada do poder previsto pelo pensador alemão. Todavia, as crises rotineiras que começaram a assolar as sociedades europeias mantinham a descrição marxista do funcionamento capitalista como um fantasma que permanecia assombrando a Europa.

Controversas, as ideias de Marx retomam os conceitos lançados por Adam Smith e por Ricardo, no âmbito econômico, e se associam às formulações dos grupos socialistas que proliferavam pela Europa. Acontece, porém, que essa combinação entre teorias econômicas e reivindicações políticas resultou numa contribuição das mais originais, gerando apaixonados debates que transitaram pelas mais distintas áreas de conhecimento. Pela profundidade e originalidade de suas ideias, Marx figura entre os cânones do pensamento econômico, embora em antagonismo aos apóstolos do capitalismo.

Até Keynes, ninguém provocou ruptura tão significativa na forma de interpretar a ciência econômica. E, entre Marx e Keynes, o capitalismo não sofrera qualquer abalo mais sério entre as insurreições das massas trabalhadoras de meados da década de 1840 e a Grande Depressão de 1929. A exceção se deu na Rússia semifeudal que, em 1917, optou

pelo comunismo através de uma insurreição armada. Keynes, contudo, não prognosticava a derrocada capitalista ou a desejava: na verdade, suas formulações teóricas tinham o propósito de corrigir os rumos do sistema sob uma nova realidade, a realidade das crises de superprodução. Aliás, bastante à vontade no capitalismo, Keynes era um *lord* inglês de origem abastada e que, em meio às turbulências dos anos 1930, formulou o princípio da demanda efetiva.

Menos controverso que Marx, Keynes observava que ao Estado cumpria intervir nas atividades em que não houvesse interferência ou participação da iniciativa privada. Mas isso apenas com a finalidade de garantir o consumo que, conforme postulava, era o que assegurava o crescimento econômico e afastava o risco de crises como a que abalara o mundo em 1929. Ei-lo:

O Estado deverá exercer uma função orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através do seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. (KEYNES, 1985, p. 256).

Nos momentos em que a economia se aproximasse da situação de pleno emprego, cabia ao Estado retirar-se da atividade econômica. Revolucionário na conjuntura da época, Keynes mostrava-se conservador no longo prazo e assumia os postulados clássicos nos momentos de calma:

Entretanto, se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível do pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição. (KEYNES, 1985, p. 256).

A possibilidade da socialização acelerada dos meios de produção, tal como acontecera na União Soviética, duas décadas antes, era rechaçada por Keynes. Para ele, partindo do pressuposto de que a engrenagem econômica funcionava perfeitamente,

não havia razões para uma participação mais profunda do Estado na economia.

Não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação.

Não é a propriedade dos meios de produção que convêm ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado de recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade. (KEYNES, 1985, p. 256).

A experiência da Grande Depressão e a necessidade de controle estatal sobre as atividades econômicas durante a prolongada guerra que se seguiu, além dos esforços de reconstrução da Europa devastada pelo conflito, consolidaram uma cultura de participação mais efetiva do Estado na economia, inclusive com avanços em relação aos direitos dos trabalhadores. As reduzidas taxas de desemprego e o elevado crescimento econômico que se seguiram e se prolongaram por quase 30 anos estimularam a perpetuação desse modelo, imortalizado como o *Welfare State*. Parecia, então, que o problema econômico fora resolvido, pelo menos no âmbito dos países desenvolvidos.

As vozes neoclássicas calaram-se diante do êxito alcançado pelas políticas que, de certa forma, derivaram da matriz teórica keynesiana, tornando perpétua uma política recomendada para os momentos de crise econômica e que se fortaleceu graças à conjuntura da Segunda Guerra Mundial e do pós-Guerra. A fórmula mágica, todavia, fracassou no início dos anos 1970 e o pensamento de matriz clássica recuperou o terreno perdido, quatro décadas depois. Conforme se verá na seção seguinte, o liberalismo (ou neoliberalismo) manteve-se vivo graças a um grupo restrito que retomou fôlego com a crise da década de 1970 e com a ascensão de governantes conservadores nos países desenvolvidos.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO NEOLIBERALISMO

A controversa expressão neoliberalismo é associada à retomada das ideias liberais, depois da Grande Depressão de 1929 e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que exigiu dos países envolvidos no conflito forte intervenção governamental, em função dos já citados esforços de guerra. Data dessa época, todavia, o lançamento do livro *Caminhos da Servidão* (1944), de Friedrich Hayek. A obra é uma exaltação à liberdade de mercado e um libelo contra a social-democracia, apontada como uma forma de sujeição ao Estado, assim como o nazismo. Três anos depois, já quando o *Welfare State* derivava do esforço de reconstrução provocado pela guerra, Hayek e um grupo que compartilhava de sua orientação ideológica reuniam-se na Suíça, onde foi organizada uma sociedade cujo “propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995).

Acusados de incapacidade de combater as causas da Grande Depressão de 1929, os liberais (ou neoliberais), tempos depois, produziram uma interpretação para o episódio: o que houve, na realidade, foi uma profunda apatia das autoridades monetárias, incapazes de assegurar a liquidez num momento em que moeda e crédito tornaram-se escassos. Como essa omissão se prolongou, os efeitos foram mais duradouros e profundos, conforme interpretou Friedman (1985), já durante os anos 1960. Assim, a Crise de 1929 não passou, em sua origem, de um conjunto de decisões equivocadas das autoridades monetárias norte-americanas, que não souberam emitir no prazo adequado o volume de moeda necessário para conter a crise.

A partir da década de 1970, o neoliberalismo encontrou terreno fértil para sua proliferação: a crise que atingiu os países desenvolvidos, que combinava inflação ascendente com estagnação econômica, a chamada *estagflação*. A ascensão de governos conservadores de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1981, nos Estados Unidos, representaram o retorno da visão liberal à gestão do Estado (POMPONET, 2002, p.23). Em 1982, Kohl derrotou o social-liberalismo alemão

e chegou ao poder. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, passou ao controle de uma coalizão de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também guinaram à direita (ANDERSON, 1995). Temas como privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, reforma fiscal e estabilidade monetária voltaram à ordem do dia e coincidiram com a retomada do crescimento econômico e com a redução das taxas de inflação nesses países.

Alguns sustos ocorreram no caminho, como uma crise na Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1987, as turbulências que afetaram as economias asiáticas em meados dos anos 1990 e, por fim, o estouro da bolha especulativa da Nasdaq, em 2000, e o próprio 11 de Setembro de 2001, que produziu desaceleração econômica nos trimestres seguintes e retração no comércio internacional. Mas, mesmo com essas pequenas fissuras, o sólido castelo liberal parecia inabalável e, mais que isso, fadado a uma vigência perpétua, apenas sujeito a eventuais correções de rumo. No âmbito ideológico, no entanto, o sucesso parecia ainda mais inquestionável: os respeitadores e bem-sucedidos executivos do mercado financeiro, as sisudas autoridades monetárias, os experimentados consultores e os repórteres especializados, quase em uníssono, exaltavam as virtudes do sistema de mercado e a necessidade de reformas, que o Brasil, por exemplo, teimava em não cumprir integralmente. Sufocadas, as vozes discordantes conduziam o rótulo de “retrógradas”, exprimindo-se em publicações alternativas e em debates nos meios acadêmicos. O Capitalismo Liberal parecia cumprir a profecia do “Fim da História” (FUKUYAMA, 2007), pelo menos na dimensão ideológica.

Todavia, sobreveio a crise dos *subprimes*: as incertezas começaram em 2007, estenderam-se por 2008 e tornaram-se fato consumado com as falências bancárias a partir do segundo semestre. Nos angustiosos dias de outubro, quando o mundo constatava através do noticiário que a crise econômica originada nos Estados Unidos era mais profunda do que a princípio se pensava, a presidente argentina, Cristina Kirchner, sintetizou o pensamento de muitos durante a Cumbre Ibero-Americana em El Salvador:

Hay que llamar las cosas por su nombre: estamos ante el fracaso de um modelo que se instaló a fines de los '80 y dominó el escenario internacional, el modelo neoliberal, más conocido como Consenso de Washington. (CRISTINA ..., 2008, p. 2).

Precipitada ou não, a afirmação parte da constatação de que o modelo de acumulação capitalista formatado a partir de meados da década de 1970 sofreu uma ruptura que exige reparos. A própria Kirchner conclamou os presidentes ibero-americanos ao reconhecimento do fracasso do neoliberalismo e a “liderar generación de instrumentos que no transfieran a los vulnerables las crisis” (CRISTINA..., 2008, p 2). Para ela, os países integrantes do G-20, composto por nações em desenvolvimento, devem liderar o processo.

A trajetória neoliberal nos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina, foi bem mais turbulenta do que na Europa e nos Estados Unidos. A razão principal é que prometia o paraíso liberal depois do purgatório das reformas: privatizações, estabilidade monetária com ajustes ortodoxos e recessivos, abolição de barreiras comerciais, redução dos direitos trabalhistas e previdenciários e políticas sociais focalizadas estritamente nas populações mais pobres. Aplicado em variados graus pelos diversos países, esse receituário fracassou: não se alcançou o paraíso porque o crescimento e a redução das desigualdades não foram vistosos e porque houve países que atravessaram um verdadeiro caos social, como a própria Argentina.

E assim, lentamente, a partir de meados do século XX, governantes mais à esquerda foram chegando ao poder no continente através das urnas, numa salutar rotina democrática: Hugo Chávez na Venezuela, Nestor Kirchner na Argentina, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Ricardo Correa no Equador. Era o prenúncio político que o sistema econômico não atendia aos anseios da sociedade, o que a crise dos *subprimes* veio apenas referendar.

OS DESAFIOS FUTUROS

A crise dos *subprimes*, a rigor, repete experiências desastrosas que datam de séculos e não constituem novidade em essência. Tudo começou com a baixa nos juros e a oferta de crédito, nos Estados

Unidos, na primeira metade da atual década, que resultaram na valorização dos imóveis. Essa valorização permitiu o refinanciamento dos imóveis pelos bancos, assegurando um crédito extra às famílias que aplicaram em consumo. A partir daí, os bancos emitiram títulos lastreados nessas

hipotecas para captar recursos e os investidores que o adquiriram também o fizeram, ampliando a rede em torno desses títulos (ENTENDA..., 2008). A festa chegou ao fim, porém, com a elevação das taxas de juros norte-americanas para conter a inflação, em 2007, o que reduziu o valor dos imóveis, elevou as prestações e, por consequência, a inadimplência (ENTENDA..., 2008). O perfil da clientela colaborou para a bancarrota, já que muitos eram pobres, permaneciam sob o risco do desemprego e, além disso, apresentavam histórico de inadimplência anterior.

Como houve ampla disseminação de títulos lastreados nas hipotecas, os bancos foram atingidos duplamente: pela inadimplência das famílias impossibilitadas de pagar suas dívidas e pela queda no valor dos títulos, que caíram drasticamente e levaram até então sólidas instituições financeiras à beira da falência, como a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*, isso já em meados de 2008. Como parte do pacote de ajuda, o Departamento de Tesouro anunciou a disponibilidade de até US\$ 200 bilhões.

No rastro da crise americana, porém, outras instituições não tiveram a mesma sorte: o *Lehman Brothers* faliu e a *American Home Mortgage* pediu concordata, esta última ainda em 2007. Já o *Merrill Lynch* foi incorporado ao *Bank of América* (ENTENDA..., 2008). O intervalo entre a crise nos Estados Unidos e seus reflexos na Europa foi quase instantâneo: como muitas instituições financeiras europeias investiram nos títulos lastreados nos créditos hipotecários dos EUA, houve a disseminação de uma onda

de pessimismo, que derrubou as cotações das bolsas e deixou em dificuldades instituições financeiras que apostaram nos *subprimes* norte-americanos.

No desenrolar da crise, o dólar reagiu à queda contínua que vinha sofrendo em relação às principais moedas do mundo e houve uma redução no ritmo do comércio mundial, já que a crise afeta os países mais dinâmicos economicamente. Sem vinculação com a especulação financeira dos *subprimes*, os países em desenvolvimento foram mais afetados pela redução no ritmo do comércio internacional, exportando menos e reduzindo suas expectativas de crescimento a partir do terceiro trimestre de 2008, quando a crise se tornou mais aguda.

A engenharia que envolve a crise em si, a propósito, não chega a constituir novidade no capitalismo e tem suas origens remotas na aventura do escocês John Law, que criou e levou à falência um banco estatal na Paris do século XVIII, exercitando, pioneiramente, a emissão desenfreada de títulos. O próprio Karl Marx, nos livros II e III de *O Capital*, já descrevia efeitos semelhantes sobre a atividade econômica quando o fluxo de crédito sofria interrupções bruscas, embora com efeitos muito mais localizados, dado que o sistema capitalista estava distante de atingir o grau de articulação e interdependência dos dias atuais. E o *crack* de 1929, a rigor, também apresenta semelhanças com o fenômeno atual.

O desenvolvimento das forças produtivas, porém, enseja transformações que terminam provocando rupturas nos padrões convencionais de funcionamento do sistema. A crise atual, por sua magnitude, já é considerada a mais grave desde a Grande Depressão de 1929. Há, contudo, dois novos elementos, ausentes anteriormente e que, por si mesmos, exigem maior atenção: a proliferação de incontáveis títulos de natureza especulativa, cujo valor se atrela aos *subprimes* – ampliando os efeitos da crise e tornando mais oneroso para o contribuinte evitar a derrocada do sistema financeiro – e a própria velocidade dos fluxos de valores e informações na chamada era digital, que, se nos momentos de

expansão alavancam os lucros, nos momentos de crise aprofundam o pânico e o caos, pulverizando sólidos patrimônios, como é o caso de respeitáveis instituições financeiras.

O volume de recursos aplicados para debelar a crise, no entanto, pode não surtir integralmente o efeito desejado, já que os impactos rapidamente transpuseram os mercados financeiros, atingindo a economia real e provocando a previsão de recessão nas principais economias do mundo para 2009

O fenômeno tem se destacado pelas grandes cifras envolvidas: os anúncios de pacotes de ajuda se sucedem e um dos mais arrojados deles foi apresentado nos Estados Unidos, ainda sob a gestão de George Bush, com valor estimado em US\$ 700 bilhões (ENTENDA..., 2008). Os recursos serão aplicados pela Secretaria do Tesouro para a aquisição de “títulos podres”, cujo valor se diluiu com a crise. Outros US\$ 150 bilhões estão previstos em cortes de impostos e benefícios para a classe média, com o claro propósito de estimular o consumo e evitar o desaquecimento da demanda. Na Europa, os pacotes anunciados também envolvem cifras elevadas: US\$ 2 trilhões, sendo que as maiores injeções de recursos acontecem na Inglaterra (US\$ 807 bilhões), na Alemanha (US\$ 644 bilhões), na França (US\$ 360 bilhões) e na Suécia (US\$ 203 bilhões) (GOVERNOS..., 2008).

No Brasil, embora reiteradamente o presidente da República tenha afirmado que o país não será afetado pela crise econômica que, no máximo, será uma “marola” (GALHARDO, 2008), o fato é que também foram tomadas medidas desde os primeiros dias do aprofundamento da crise, principalmente para conter a disparada na cotação do dólar, que forçou o Banco Central a vender a moeda americana para frear a valorização e reduzir as oscilações. Outras medidas adotadas foram a redução dos depósitos compulsórios para elevar a liquidez na economia e a redução de impostos, como o IOF e o IPI (VEJA..., 2009).

O volume de recursos aplicados para debelar a crise, no entanto, pode não surtir integralmente o efeito desejado, já que os impactos rapidamente transpuseram os mercados financeiros, atingindo a economia real e provocando a previsão de recessão nas principais economias do mundo para 2009. Consciente da magnitude da crise, o Fundo

Monetário Internacional (FMI) reconhece que é necessária “coordenação” entre as ações dos países europeus e até mesmo entre países dos diversos continentes. “Uma ação ágil e coordenada entre os países é necessária para enfrentar a crise financeira”, afirmou o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn (GOVERNOS..., 2008).

Os recursos mobilizados e o apelo enérgico pela cooperação internacional para debelar a crise mostram as duas faces do fenômeno: de um lado, a financeirização da economia, que se descolou do âmbito da produção real e mergulhou no frenesi da geração de fortunas que se amontoam e desaparecem ao sabor da especulação financeira. Esse lado foi fortalecido pelo afrouxamento dos controles sobre o mercado financeiro, que na década passada consolidou o mito da autorregulação. O outro lado do fenômeno é a velocidade com que as fortunas se fazem e se desfazem. O desenvolvimento tecnológico e a chamada “Era Digital” mergulharam o mundo das finanças numa espiral em que, praticamente, não existe intervalo entre o início e o fim das operações, já que o mercado financeiro atua conectado em todo o planeta.

A combinação explosiva dos dois fenômenos – ausência de regulação sobre a atividade financeira e a velocidade das transações e do processo de propagação das informações – combinada à inerente natureza especulativa da atividade capitalista – provocando o *boom* dos *subprimes* –, acarretou a crise que assombra o mundo e que retirou das sombras o Estado e sua capacidade de intervir sobre a economia nos momentos de pânico e retração. Contudo, como é previsível, até mesmo a forma do Estado agir ganhou novas nuances, que ainda não estão perfeitamente claras e que dependem dos desdobramentos da crise e também dos resultados alcançados pelos governos.

Um fato já constatado é que, isolados, os países são incapazes de debelar a crise econômica. Por essa razão é que o diretor-gerente do FMI apelou para ações “coordenadas e ágeis” dos países mais afetados pelo fenômeno, como os Estados Unidos e a União Europeia (GOVERNOS..., 2008). A fluidez dos títulos através dos mercados financeiros e a engenharia especulativa que entrelaça diversos papéis tornam as próprias instituições responsáveis

pelas emissões e aquisições suscetíveis da bancarota, quando os valores despencam. A crise mostra isso e mostra também a elevada interdependência estabelecida entre os agentes financeiros, graças à complexa composição dos títulos.

Esse cenário mostra os desafios postos aos Estados Nacionais no esforço de conter a recessão. Afinal, antigos fenômenos permanecem presentes, reproduzindo as clássicas crises capitalistas – como a escassez de crédito, as demissões de trabalhadores, a falência de empresas ou os pacotes econômicos de inspiração keynesiana –, mas novos elementos são colocados, como a vertiginosa velocidade de propagação da crise sobre os mercados financeiros, a magnitude dos valores envolvidos, a forte interdependência entre os países devido à integração financeira e a incapacidade dos países, sozinhos, serem capazes de reverterem a recessão. Outro grande nó é que, rendidos pelo discurso da necessidade de liberalização dos fluxos de capital com o objetivo de promover o desenvolvimento, os países renunciaram à capacidade de arbitrar sobre a questão e, hoje, a maioria não dispõe de instrumentos adequados para, ao menos, frear a onda especulativa e atenuar os efeitos da crise.

É evidente que a crise está sendo mais severa nos países onde os mercados de capitais são mais desenvolvidos e onde os *subprimes* norte-americanos circularam. Esse quadro retrata a situação dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão, eixo no qual se situam as economias mais desenvolvidas do mundo. São justamente esses países que, agora, buscam integrar suas políticas de combate à crise e de onde parte o reconhecimento – ainda que inicialmente constrangido – de que o sistema de mercado não dispõe de mecanismos endógenos de regulação como acreditam alguns, e que cabe ao Estado um papel protagonista na tentativa de reverter a recessão anunciada.

Os primeiros desafios são evidentes. Um deles – e que não chega a constituir novidade, já que o debate é antigo – refere-se à necessidade de regulação dos mercados financeiros, contendo as iniciativas irresponsáveis ou meramente especulativas. A crise mostra que a sacrossanta livre iniciativa deve ser preservada até o limite em que não provoque sérios danos às sociedades e aos agentes econô-

nicos, pois milhões perderam seus empregos ao redor do mundo nos últimos meses. A defesa intransigente do postulado da livre iniciativa, a propósito, mostra-se uma distorção das ideias originais de Adam Smith que, nos últimos anos, tem servido de justificativa para toda forma de especulação irracional.

A concentração em torno desses controles, todavia, não deverá ser fácil. Afinal, quase sempre há interesses conflitantes entre os países desenvolvidos e os demais, o que certamente levará à apresentação de uma série de propostas e, muito provavelmente, modelos distintos deverão ser adotados. Há, inclusive, a possibilidade de que as discussões sobre esses controles não prosperem, por dois motivos: pelas pressões dos mercados financeiros, representados por corporações cujos capitais superam o PIB de muitos países, e, talvez, até pela acomodação natural do pós- crise. O certo é que, nesse tema, as discussões tendem a ocorrer através dos blocos que têm congregado os países movidos por interesses comuns nos últimos anos. É o caso clássico da União Europeia – que já se movimenta articulando esforços entre seus membros – e entre os países em desenvolvimento cuja agenda semelhante originou o chamado G20, grupo que o Brasil integra.

As incertezas que pairam sobre um aspecto pontual, mas absolutamente relevante – o controle dos fluxos de capital e seus processos de mutação na esfera financeira –, são extensíveis à própria natureza do Estado que se desenha a partir da crise e sobre sua forma de atuação. Afinal, o Estado inerte das décadas anteriores, que deveria recolher-se às suas funções privativas e deixar o mercado regular o funcionamento da economia, já não cabe nesse início de século XXI. Aliás, certamente já nem existe, pois o próprio Estado norte-americano cogita a possibilidade de comprar parte das montadoras de automóveis para evitar riscos de falência e, nos demais países, os governantes elaboram pacotes de ajuda econômica cujo viés intervencionista é inegável. É certo, porém, que o Estado empresário

ou o Socialismo de Estado vigente até o início da década de 1990 são absolutamente irresgatáveis, pela lógica incapacidade de estruturas densamente burocratizadas e, por consequência, morosas para fazer frente aos desafios dos dias atuais.

O papel que o Estado vai desempenhar – ou que já está desempenhando –, longe de representar uma acomodação do capital à lógica do Estado, é exatamente o inverso: o Estado é quem desenvolve mecanismos capazes de fazer frente a mais uma crise do capitalismo, considerada a mais severa em muitas décadas

Nos angustiosos e sombrios dias que se arrastam no inverno do Hemisfério Norte, há um espectro rondando a Europa e os Estados Unidos. Esse espectro, todavia, não é o do comunismo, conforme previu Karl Marx há exatos 160 anos. O espectro que atormenta a *Wall Street*, a *City* londrina e os demais centros financeiros mundiais

é o de uma nova reconfiguração no sistema capitalista e em seu modelo de acumulação. O papel que o Estado vai desempenhar – ou que já está desempenhando –, longe de representar uma acomodação do capital à lógica do Estado, é exatamente o inverso: o Estado é quem desenvolve mecanismos capazes de fazer frente a mais uma crise do capitalismo, considerada a mais severa em muitas décadas.

Essa crise é produto de uma ruptura no sistema que exige um novo padrão de interpretação de funcionamento do capitalismo. Essa reinterpretação, por sua vez, vai movimentar as peças no tabuleiro econômico, acomodando-as ao padrão imposto pela ruptura. A posição de uma das peças-chave nesse tabuleiro – o Estado – vai depender muito das marés sociais que a crise vai provocar, das interpretações vindouras e da movimentação dos agentes políticos em torno do planeta nos próximos anos. O certo é que a engrenagem capitalista vai começar a funcionar de forma diferente, como ocorreu em 1929 e em 1973, para ficar apenas nos exemplos mais recentes. Contrariando o próprio lorde Keynes, que adotava a visão clássica da economia no longo prazo, ainda que nele estejamos todos mortos...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *subprimes* foram o estopim de uma nova crise no sistema capitalista que se originou onde antigos

prognósticos a situavam: no sistema financeiro, que, sob o argumento da livre iniciativa, funcionava sem freios, muitas vezes desconhecendo os limites entre o arrojo, a audácia e a irresponsabilidade. Não seria muito diferente das crises anteriores, caso a temerária proliferação dos títulos não atingisse a amplitude que atingiu, nem com a velocidade que é assegurada pelos modernos meios de comunicação digital.

Essas diferenças reservam, portanto, um papel diferenciado para os Estados, que já atuam sob uma nova perspectiva intervindo diretamente na economia para evitar uma previsível e calamitosa crise sistêmica. No desenrolar da crise, o debate sobre a dimensão política da atuação do Estado deverá ser resgatado, assim como já ocorreu anteriormente. A novidade é que, assim como mudou o sistema a partir de meados de 2008, também deve mudar a configuração do Estado.

As previsões calamitosas sobre a derrocada final do capitalismo ainda não foram retomadas. Afinal, em crises anteriores esse sistema demonstrou incrível capacidade de adaptação, recuperação e perpetuação, sofrendo mutações que encontram no Estado um elemento estratégico para perpetuá-lo.

A certeza incontestável é que o capitalismo atravessa, nos dias atuais, sua mais longa provação desde pelo menos 1973. A extensão dessa provação e seus efeitos sobre a economia real – que já são visíveis e devem provocar, somente na América Latina, dois milhões de demissões em 2009 – pertencem ainda ao futuro. Assim como a dimensão exata das transformações que vai acarretar sobre a economia mundial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>> Acesso em: 5 jan. 2009.

CRISTINA: el neoliberalismo fue la crónica de una muerte anunciada. *El Argentino*. Buenos Aires, p. 2, 31 out. 2008.

ENTENDA a evolução da crise que atinge a economia dos EUA. *Folha Online*, São Paulo, 27 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u459545.shtml>> Acesso em: 10 jan. 2009.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo : Nova Cultural, 1985. (Os Pensadores)

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 2007.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 out. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/04/lula_crise_tsunami_nos_eua_se_chegar_ao_brasil_era_marolinha_-548552017.asp> Acesso em: 28 dez. 2008.

GOVERNOS europeus mobilizam trilhões de dólares contra a crise. *Folha Online*, São Paulo, 23 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u459545.shtml>> Acesso em: 12 jan. 2009.

HEILBRONER, Robert. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas – idem)

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo :Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)

MALTHUS, Rodbertus. *Princípios da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)

_____. *O manifesto comunista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. (Obras Escolhidas, v. 1)

QUESNAY, François. *Quadro econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

POMPONET, André. *Determinantes do processo de industrialização periférica da Bahia*. Feira de Santana :UEFS, 2002.

RICARDO, David. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.(Os Economistas)

VEJA as medidas já anunciadas no Brasil para combater os efeitos da crise. *Folha Online*, São Paulo, 22 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u464961.shtml>> Acesso em: 25 jan. 2009.

O contexto institucional da economia global e a financeirização das relações econômicas

Cleiton Silva de Jesus^A

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal fornecer alguns elementos para o entendimento da nova fase de desenvolvimento do capitalismo no contexto internacional. Desta maneira, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, as finanças globais têm assumido significativa importância, inclusive em detrimento da lógica diretamente produtiva da economia. Assim, o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações das economias domésticas e internacionais tem caracterizado o processo recentemente chamado pela literatura de financeirização. Evidencia-se que a instabilidade macroeconômica e as crises financeiras são potencializadas pelo novo contexto institucional, marcado pela dominância da esfera financeira nas relações econômicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista. Neoliberalismo. Financeirização. Economia internacional. Crises financeiras.

INTRODUÇÃO

A partir do último quartel do século XX, o mundo capitalista vem passando por importantes transformações, tanto na sua esfera técnico-produtiva quanto na monetária-financeira. As redefinições do papel do Estado, dos Bancos Centrais, das grandes empresas e da alta finança garantem, em conjunto, o novo arcabouço institucional do atual estágio de desenvolvimento da economia internacional, admitindo que a mutação sofrida especial-

Abstract

This paper aims to provide key elements for the understanding of the new phase of capitalist development in the international context. Thus for both central and peripheral countries the global finance have assumed significant importance, even at the expense of logic directly productive economy. Therefore, the increased roles of financial reasons, financial markets, financial actors and financial institutions in the operations of domestic and international economies have recently characterized the process called in the literature as financialisation. Shows that the macroeconomic instability and financial crises are enhanced by the new institutional context marked by the dominance of the financial sphere in economic relations.

Keywords: *Development capitalist. Neoliberalism. Financialization. International economy. Financial crises.*

mente no domínio financeiro é algo essencial para o entendimento dessa nova configuração histórica do capitalismo. Nesse amplo sentido, este artigo procurará mostrar, baseado na literatura e em alguns fatos estilizados, o estado das artes do capitalismo contemporâneo, na medida em que aponta a ascensão das ideias neoliberais conectadas com o importante papel da finança mundializada. Destaca-se ainda que um dos elementos fundamentais na análise que se pretende fazer, sobretudo no que se refere aos nexos existentes entre as transformações do mundo financeiro e seus desdobramentos na economia real, parte do entendimento do recente conceito de financeirização.

^A Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). claytonhanzo@hotmail.com

O PAPEL DAS FINANÇAS NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Nos “trinta anos gloriosos” do capitalismo, que se estenderam do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, prevaleceu o “consenso keynesiano” em matéria de política econômica, na medida em que era notório o papel do Estado como agente promotor da

estabilidade macroeconômica através das clássicas políticas fiscais e monetárias, bem como mediador entre os conflitos existentes entre trabalhadores e empresários. Associado a isso, também pode ser destacado o regime de finanças regulamentadas, com taxas de câmbio relativamente fixas e significativo controle dos fluxos internacionais de capitais (moedas e títulos) pelos Bancos Centrais e demais organismos multilaterais.

Em primeiro lugar, a referida atuação do Estado foi concebida a partir da revolução da teoria econômica encabeçada por Keynes em sua obra de 1936 e continuada por seus seguidores. Ao contrário dos teóricos equilibristas da macroeconomia clássica, Keynes argumentou que numa economia entregue às livres forças de mercado (*laissez faire*) o equilíbrio com pleno emprego seria apenas uma possibilidade frente às múltiplas possibilidades existentes, isso num mundo dominado pela incerteza não-probabilística e pela não neutralidade da moeda, haja vista que a moeda não é retida pelos agentes apenas pelo motivo transação, como pressupõe a Teoria Quantitativa da Moeda, mas os agentes retêm moeda também pelos motivos precaução e especulação. Keynes então mostrou que numa economia monetária de produção os empresários objetivam materializar seus lucros não simplesmente na forma de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades, mas o querem na sua forma monetária. Daí, então, as políticas expansionistas seriam necessárias para conduzir as economias que se encontrassem em recessão ao pleno emprego, inclusive ao gasto governamental (déficit público) foi dada grande importância devido a seus efeitos multiplicadores benéficos.

Em segundo lugar, a arquitetura do regime monetário-financeiro internacional do pós-Guerra foi

Nos “trinta anos gloriosos” do capitalismo prevaleceu o “consenso keynesiano” em matéria de política econômica

um produto do acordo de Bretton Woods, realizado em 1944. Esse foi um pacto de cooperação monetária mundial entre os Estados Nacionais, do qual surgiram o BIRD e o FMI, ao mesmo tempo em que consagrou a hegemonia político-econômica dos Es-

tados Unidos no mundo capitalista. A função essencial do BIRD, também chamado de Banco Mundial, era conceder empréstimos subsidiados para o financiamento dos

investimentos da infraestrutura dos países menos desenvolvidos, enquanto a do FMI era a de auxiliar os países membros através de empréstimos de curto prazo quando estes enfrentassem problemas em seus balanços de pagamentos.

Também fora acordado que a partir daquele momento a onça *troy* seria equivalente a US\$ 35 (padrão dólar-ouro), e as demais moedas deveriam tomar por base essa referência, fato que legitimou a supremacia do dólar no plano internacional. A existência dessas taxas fixas de câmbio não foi totalmente rigorosa, já que elas poderiam ser alteradas apenas por acordo e não através de iniciativa individual de um país. As taxas de câmbio possuíam uma flexibilidade de até 1%, para cima ou para baixo, com objetivo de adaptarem-se ao mercado livre de moedas (que, em tese, seria afetado pelo saldo comercial de cada país). Já os Bancos Centrais seriam incumbidos de intervir no mercado, caso necessário, para manter a estabilidade na faixa de 1% (DATHEIN, 2005) e o sistema monetário internacional permanecer com certa harmonia.

Admitindo esse padrão de regularidades estruturais com as finanças regulamentadas, Kilsztajn (1989) mostra, baseado no “Dilema de Triffin”, a contradição fundamental do sistema financeiro internacional alicerçado no acordo Bretton Woods. Essa contradição consistia no decréscimo das reservas em ouro nos Estados Unidos ao mesmo tempo do crescimento do seu passivo externo. Esses passivos deveriam aumentar por causa da expansão do comércio internacional, embora essa modificação colocasse em risco o regime da convertibilidade. No entanto, se esse passivo não estivesse crescendo, era sinal que os Estados Unidos não estavam provendo a liquidez necessária para a expansão do comércio mundial.

O problema básico consistia na combinação de taxas de câmbio fixas e mobilidade internacional de capitais, sendo que, já no início de 1960, o passivo externo norte-americano superava as reservas de ouro do país (KILSZTAJN, 1989; OLIVEIRA; MAIA; MARIANO, 2008). A consequência dessa contradição, justamente como mostrado pelo Dilema de Triffin, foi o declínio e posterior falência do padrão dólar-ouro, sucedido pela reconfiguração do regime monetário-financeiro internacional.

Desta maneira, do ponto de vista das regularidades institucionais, a partir dos anos 1970 o paradigma fordista começa a desfazer-se gradativamente. Por um lado, a busca pelo pleno emprego com estabilidade do nível geral de preços, com políticas econômicas ativas, tornou-se objetivo insustentável por longos períodos, como vieram argumentar parte dos economistas que encabeçaram a contra-revolução keynesiana. Por outro lado, o avanço da informática e das telecomunicações, a diminuição das fronteiras comerciais interpaíses e o colapso do Sistema Bretton Woods impulsionaram aquilo que parte da literatura chama de globalização dos mercados financeiros, ou simplesmente globalização financeira, fenômeno materializado, em suas linhas gerais, pela liberalização e desregulamentação desses mercados em escala crescente e pelo surgimento das inovações financeiras.

Enquanto alguns autores atribuem a ruptura no sistema monetário e financeiro internacional vigente no pós-Guerra tão somente a decisões políticas, outros a explicam fundamentalmente a partir das forças que atuam endogenamente nas engrenagens dinâmicas do capital. Para além dessa discussão, existe grande consenso por parte dos estudiosos das finanças internacionais que o surgimento do euromercado foi fator impulsionador dessa nova fase de desenvolvimento do capitalismo. Moffit (1984, apud CORAZZA, 2008), por exemplo, destaca que o euromercado foi o embrião da globalização financeira porque representou a formação de um mercado mundial de moeda sem pátria.

O euromercado foi constituído a partir de uma saturação de dólares na Europa, ao longo dos anos 1960, ou depósitos feitos com dólares em bancos

O euromercado foi constituído a partir de uma saturação de dólares na Europa

fora dos Estados Unidos. Isso aconteceu porque eram comuns os limites sobre juros que os empreendedores poderiam cobrar, sendo que o mais famoso desses tetos era o “Regulamento Q” nos Estados Unidos, uma legislação que proibia o pagamento de juros sobre depósitos à vista.

Dessa forma, com o surgimento e desenvolvimento do primeiro mercado financeiro estrangeiro relevante no pós-Guerra, a globalização dos mercados financeiros passa a ser entendida como a instauração de um mercado unificado do dinheiro no âmbito planetário (PLIHON, 1995; DATHEIN, 2005; WOLF, 2007), fato que associado com decisões políticas posteriores modificará o contexto de “calmaria financeira” e do “consenso keynesiano”.

Seguindo a exposição feita por Corazza (2008), o processo de globalização financeira é movido por três fatores interligados: i) o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; ii) a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos Bancos Centrais; e iii) pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos.

Nessa mesma linha, Caffé (1999) salienta que a globalização financeira se deu a partir do resultado da crescente transformação do dinheiro e dos bancos em instituições transnacionais, que operam para além do alcance regulatório das autoridades monetárias nacionais. Enquanto Dathein (2005) explicita que a globalização financeira é caracterizada pela constituição de um mercado financeiro único no mundo, com as transações puramente financeiras muito acima do volume de bens e serviços ou investimentos diretamente produtivos. Cardim e outros (2007) mostram que em nenhum outro setor da atividade econômica o processo de globalização avançou tanto quanto no setor financeiro. A Tabela 1 explicita isso a partir do impressionante crescimento do mercado internacional de bônus e de ações nos EUA, na Alemanha, na França, na Itália e no Canadá.

Tabela 1
Transações Internacionais com Bônus e Ações
(percentual do PIB) – 1975-1997

	1975	1980	1985	1990	1995	1997
EUA	4	9	35	89	135	213
Alemanha	5	7	33	57	172	253
França		5	21	54	187	313
Itália	1	1	4	27	253	672
Canadá	3	9	27	65	189	358

Fonte: CARDIM, Fernando de Carvalho et al. Economia monetária e financeira: teoria e política. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Entrementes, associada com essas transformações no regime monetário-financeiro, a estagflação (estagnação econômica acompanhada de inflação) que se seguiu aos choques do petróleo no mercado internacional foi um dos acontecimentos decisivos para que a atuação ativa do Estado na economia fosse ainda mais questionada e posteriormente redefinida, a princípio nos Estados Unidos e na Inglaterra e em seguida nos demais países capitalistas. Não somente a finança passa por um processo de reestruturação nos anos 1970, mas a presença do Estado também passa a ser modificada, fatos que mudarão com a dinâmica de funcionamento do capitalismo nos anos posteriores.

Do ponto de vista teórico, a retomada de algumas hipóteses fundamentais do modelo (neo)clássico, mais refinadas, garantiu novos resultados para políticas econômicas expansionistas, contrários aos resultados dos modelos de inspiração keynesiana, hegemônicos até meados dos anos 1970. Do ponto de vista político-ideológico, a volta ao liberalismo (defesa da livre competição entre os agentes econômicos) era vista como a maneira de se construir uma sociedade civilizada e desenvolvida, coerente com os benefícios da liberdade individual e da democracia participativa.

Todo contexto de crise abre espaço para alternativas. E o modelo de gestão do Estado em meados da década de 1970 estava em “profunda crise”. Deste modo, a intervenção mínima do Estado na economia foi um dos discursos principais dos teóricos do novo liberalismo, que, diga-se de passagem, desde os anos 1940-50 já estavam na ofensiva contra o Estado de bem-estar social nos moldes keynesianos, bem como a orientação econômica dos países que adotaram o “socialismo real”. Os

defensores da doutrina neoliberal concordam que o mercado é a única maneira conhecida de se alocar os recursos econômicos de forma eficiente, e qualquer intervenção governamental, a não ser para a provisão de bens públicos, apenas diminuirá com o bem-estar social, ainda que a sua finalidade não seja essa.

De acordo com o balanço histórico feito por Anderson (1995), a prioridade mais imediata do neoliberalismo não era outra a não ser deter a grande inflação dos anos 1970, fruto dos choques do petróleo no mercado internacional. Tão logo, a atuação dos Bancos Centrais e da política monetária é reconfigurada, considerando que a liberalização financeira modificou o modo de funcionamento do capitalismo nos seus aspectos mais aparentes. Se no passado a política monetária era sustentada basicamente por três instrumentos principais: i) intervenções esterilizadas no mercado cambial; ii) manipulação das taxas de juros; e iii) controle cambial (PLIHON, 1995), no novo desenho institucional, baseado na credibilidade-independência dos Bancos Centrais frente aos agentes econômicos que possuem expectativas racionais, a política monetária tende a ser passiva no que tange à busca pelo pleno emprego.

Segue-se a dicotomia clássica no plano teórico, no sentido que as variáveis nominais (política monetária) não têm a capacidade de afetar permanentemente as variáveis reais (níveis de emprego e de renda). Conseqüentemente, as interações entre a liberalização financeira e as demais alterações institucionais vão impulsionar os agentes econômicos a buscarem valorizações de suas riquezas em prazos mais curtos e também com maiores exposições aos riscos, isso em operações muito pouco conectadas com a economia real.

Para Canuto e Laplane (1995 p. 32), a liberalização financeira nas principais economias, sobretudo a partir dos anos 1980, “ensejou a constituição de um megamercado financeiro mundial, ou seja, o funcionamento de um mercado unificado de dinheiro e ativos não-monetários em escala global”. Discutindo a problemática da instabilidade, esses autores argumentam que as inovações financeiras foram facilitadas pela desregulamentação dos sistemas financeiros nas economias avançadas, na

medida em que não se restringiu à expansão de títulos negociáveis (*securities*), mas incluiu também contratos derivados de tais títulos, os chamados derivativos, que por sua vez também puderam vir a ser negociados nos mercados próprios.

Os derivativos, uma das mais importantes inovações financeiras da contemporaneidade, foram criados basicamente para dar proteção (*hedge*) aos agentes econômicos contra as volatilidades

de câmbio e juros recorrentes no novo contexto do sistema monetário internacional pós quebra da conversibilidade do dólar em ouro. Mas também esses instrumentos permitiram a expansão das operações de naturezas especulativas nos mercados financeiros, sendo, inclusive, difícil separar as operações de *hedge* das de arbitragem e de especulação, como explana mais detalhadamente Farhi (1999).

O crescimento vertiginoso do mercado de derivativos também reduz a transparência das posições financeiras dos agentes no mercado e diminuem a capacidade dos reguladores (o BC, por exemplo) e dos outros agentes em interpretar os seus sinais para o controle adequado do risco microeconômico. Com essa brecha em termos de regulação, os bancos passaram a desenvolver, com a finalidade de diminuir seus custos, as chamadas operações fora-de-balanço, entendidas como operações financeiras (geralmente com derivativos) que não são registradas nas contas patrimoniais de seus balanços (CAFFÉ, 1999; DATHEIN, 2005).

Citando os dados da Associação Internacional de Swaps e Derivativos, Wolf (2007), após explicitar os traços mais gerais da mutação contemporânea do capitalismo, coloca que “no fim de 2006 o valor de *swaps* de juros, *swaps* cambiais e opções de juros no mercado tinham atingido US\$ 286 trilhões, aproximadamente seis vezes o Produto Mundial Bruto (PMB), em comparação com meros US\$ 3,45 trilhões em 1990”.

Também Anderson (1995) menciona que a desregulamentação financeira, um dos elementos mais importantes do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 1980,

afirma este autor, “aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais” (ANDERSON, 1995 p. 16).

[...] parte essencial das operações financeiras internacionais consiste nos movimentos permanentes de vaivém entre as moedas e os diversos instrumentos financeiros

Nesse amplo contexto marcado pelo caráter predominantemente especulativo das transações financeiras, tanto aquelas envolvendo moedas, quanto aquelas envolvendo títulos, ações ou até

mesmo derivativos, o próprio ciclo econômico real assume uma forma especial, na medida em que passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros (BELLUZZO, 1998; CORAZZA, 2008) e não da lógica da produção, distribuição e consumo da riqueza socialmente produzida.

Plihon (1995, p. 62), também destacando a predominância da lógica especulativa no processo de globalização financeira, defende que na configuração atual do capitalismo “as finanças internacionais estão se desenvolvendo de acordo com sua própria lógica, a qual não tem mais que uma relação indireta com o financiamento dos intercâmbios e dos investimentos da economia mundial”. Complementando a ideia de relativa autonomia da esfera financeira em relação à esfera real, o autor ainda destaca que a parte essencial das operações financeiras internacionais consiste nos movimentos permanentes de vaivém entre as moedas e os diversos instrumentos financeiros.

Entretanto, é importante fazer algumas qualificações nas citações feitas acima, chamando atenção para o fato de que só existe uma maneira de se produzir riqueza no capitalismo, a saber, através da produção e por meio do trabalho produtivo, percepção que não está explícita nos comentários supracitados. Nessa linha de argumentação, Carcanholo (2008) é incisivo ao criticar algumas interpretações do capitalismo atual, usando o referencial analítico da teoria marxiana do valor. Este autor, mesmo reconhecendo que o capitalismo mudou muito nas três ou quatro últimas décadas, mostra que esse sistema ainda não conseguiu produzir riqueza a partir do nada (“como um maná que cai do céu”), ao

contrário do que podem sugerir algumas análises simplistas ou descuidadas do processo de valorização do capital na esfera financeira, como a valorização bursátil, por exemplo. O “capital especulativo parasitário”, na terminologia derivada de Carcanholo e Nakatani (1999), parece capaz de gerar seu próprio rendimento, mas não passa de um parasita.

Nesse ponto também vale chamar atenção para a interpretação feita por Arrighi (1996) acerca da nova configuração do capitalismo, na qual, grande parte baseada na historiografia de Braudel, o referido autor explica o atual processo de expansão financeira não necessariamente como uma novidade no capitalismo, mas algo que está intimamente ligado ao nascimento e dissipação das hegemonias político-econômicas. Deste modo, com a finalidade de explicar a dinâmica dos “longos séculos”, mais aprofundadamente “o longo século XX”, Arrighi se debruça numa análise comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, para assim identificar os padrões de ocorrência e evolução da atual fase de expansão financeira, sob a dominância dos Estados Unidos, bem como as possíveis anomalias desta fase. Uma das ideias centrais contidas na análise arrighiana, mesmo não considerando a configuração atual do capitalismo baseada na expansão da esfera financeira como algo essencialmente novo, é que o modo como o capitalismo funciona tem sofrido alterações profundas e significativas, sobretudo a partir de 1970.

Outra interpretação da nova configuração capitalista que tem ganhado importância nos dias atuais, especialmente para os pesquisadores que comungam com uma percepção mais crítica acerca da doutrina neoliberal e da hipertrofia das finanças, é a de Chesnais. Garagorry (2007 p. 86), por exemplo, chega a considerar Chesnais como “o principal pesquisador da atual marca do movimento geral do capital”.

Em Chesnais (1995, 1996) o autor se apropria de alguns elementos da teoria francesa da regulação, assim como de categorias analíticas da teoria marxiana, para defender a tese de que a economia mundial pós-fordista apresenta um novo regime de acumulação, definida pelas prioridades do capital

[...] é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza

centralizado em busca da reprodução sob a forma dinheiro e obtendo rendimento como tal. Esse novo regime de acumulação seria fruto de uma nova fase de internacionalização do capital produtivo, que o autor chama de mundialização do capital, argumentando que o termo inglês *globalization*, largamente utilizado sem muita precisão teórica e carregado de ideologias, se mostra inapropriado para analisar o movimento geral do capital como uma totalidade sistêmica. Já a mundialização, nas palavras do próprio autor, “constitui um processo diferenciado, porém único, cujas interações e retroações devem ser entendidas ao se apreender o processo com um todo” (CHESNAIS, 1995 p. 18).

Embora nesses trabalhos seja dada grande importância à lógica produtiva no processo de internacionalização do capital, sobretudo no que tange ao papel das empresas multinacionais, do investimento externo direto e do comércio internacional, Chesnais reconhece que é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza. Esse novo estilo de acumulação é garantido pelos gigantescos capitais financeiros (as instituições financeiras não-bancárias), como os fundos mútuos, os fundos de pensão, os *hedges funds*, os fundos de aplicações coletivos e sociedades seguradoras, assim como as demais empresas financeiras que gravitam em torno delas¹.

Já em Chesnais (1998), no entanto, um trabalho coletivo e eclético (do ponto de vista da filiação teórica de cada autor), há um avanço qualitativo no que tange ao verdadeiro ponto de partida para a análise do processo de mundialização como uma totalidade sistêmica. No prefácio à edição brasileira, por exemplo, Chesnais reconhece algumas limitações dos seus trabalhos anteriores, na medida em que os mesmos partiam das operações do capital industrial. Tão logo, o autor menciona que é a esfera financeira que deve ser o ponto de partida na compreensão da atual configuração do capitalismo em todo o seu conjunto.

¹ Wolf (2007) estima que o número de fundos de *hedge* tenha crescido de 610, em 1990, para 9.575 no primeiro trimestre de 2007, com um montante de aproximadamente US\$1,6 trilhão sob sua administração.

Nesse sentido, a atual mundialização financeira, segundo Chesnais (1998) e também reforçado por Chesnais e outros (2005), foi constituída por algumas etapas importantes e num lapso de tempo bastante curto. A proposta de uma cronologia sistemática para a mundialização financeira é constituída por três grandes fases, num processo de evolução contínua, e que não devem ser interpretadas de forma mecânica.

A primeira delas, preparada pelo surgimento dos eurodólares, foi a passagem de um regime de finanças administradas e de câmbio fixo para um sistema de finanças de mercado e de câmbio flutuante, dada a revogação unilateral do Sistema Bretton Woods por parte dos Estados Unidos em agosto de 1971, tendo em vista a dificuldade enfrentada por este país em manter a conversibilidade do dólar *pari passu* com seu passivo externo, como comentado acima.

A segunda etapa remonta à guinada monetarista e neoliberal nos Estados Unidos e na Inglaterra (a “revolução conservadora”), com as decisões tomadas entre 1979-1981, sendo que uma das mais importantes foi “o golpe de 79” – a multiplicação por três da taxa básica de juros norte-americana (*prime rate*). Essas medidas puseram fim ao controle de movimentos de capitais com o exterior e tiveram como uma das primeiras consequências a constituição da rápida expansão dos mercados de bônus interligados internacionalmente. A decorrente mercadorização dos títulos públicos (securitização da dívida pública) marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positivas.

A terceira etapa foi dada pela abertura e desregulamentação dos mercados acionários, encabeçada em 1986 pelo estouro do *big bang* na *Cit* de Londres, forçando todas as outras praças financeiras a acelerarem seu processo de liberalização e desregulamentação (CHESNAIS, 1998; CHESNAIS et al, 2005).

Desta maneira, fortemente baseado em Marx, inclusive no sentido de compreender o capitalismo de modo global, numa perspectiva totalizante, assim como nas concepções de imperialismo e de capital financeiro formuladas com precisão analítica por Hobson, Lênin e Hilferding entre o final do século XIX e o início do século XX, Chesnais e outros (2003 p.

46) deixa claro que a emergência de um “regime de acumulação com dominância financeira designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro”. Mais precisamente, o chamado regime de acumulação com dominância financeira é entendido como “um sistema de relações econômicas e sociais internas e internacionais cujo centro é a finança e que está apoiado nas instituições financeiras e políticas do país hegemônico em escala mundial” (CHESNAIS et al, 2005, p. 26). Essas citações servem para explicitar que na atual etapa do capitalismo, constituído pela hegemonia das finanças nas relações econômicas e sociais, é a etapa que garante a apropriação das rendas financeiras, como juros e dividendos, cresce em escala mundial e de maneira insaciável.

Já em termos de proposições práticas para que os efeitos deletérios do “poder da finança” nas relações sociais mais básicas sejam travados, ao menos parcialmente, Chesnais (1999) discute os fundamentos teóricos e políticos de uma tributação sobre as transações no mercado de câmbio (tributo Tobin), argumentando que um tributo desse tipo permitiria reduzir a dimensão do mercado, diminuir a volatilidade das operações e penalizar as transações de caráter estritamente especulativo. Essa tributação, uma medida ponderada e sensata de acordo com Chesnais, é utilizada nesse trabalho como pretexto para reafirmar a necessidade de destruir o poder do capital financeiro, comandado pelas instituições financeiras não-bancárias, ao passo que propõe a retomada de uma regulamentação pública internacional.

O CONCEITO DE FINANCEIRIZAÇÃO

Aprofundando teoricamente a discussão acerca do surgimento de uma nova configuração histórica do capitalismo, assim como do processo recorrentemente chamado pela literatura de globalização financeira, por autores de diversas filiações teóricas e com vários níveis de precisão analítica, Braga (1993) faz uma importante e inovadora análise das transformações financeiras e da dinâmica econômica do capitalismo desenvolvido, na medida em que

considera impertinente a maioria dos textos teóricos que se propõe a explicar essa nova dinâmica, tanto aqueles derivados da síntese neoclássica, quanto aqueles neokaleckianos e/ou neoschumpeterianos.

Assim, amparado na história e partindo das transformações ocorridas nos Estados Unidos ainda no final dos anos 1960, esse autor aborda “três questões estratégicas da (re)definição, gestão e realização da riqueza capitalista, que marcaram as últimas décadas do século XX” (BRAGA, 1993 p. 25). São as seguintes questões desenvolvidas ao longo deste trabalho: i) a instabilidade e transformações contemporâneas do capitalismo norte-americano; ii) a natureza da concorrência e a estrutura das corporações do capitalismo atual, na qual a dominância financeira é muito importante; e iii) a emergência de uma macroestrutura financeira de dimensões pública e privada, nacional e internacional. Braga chama de macroestrutura financeira a estrutura formada pelas múltiplas interações entre os Bancos Centrais relevantes, os grandes bancos internacionais privados, as diversas organizações financeiras (corretoras, seguradoras, fundos de investimento), as grandes corporações industriais e comerciais e os proprietários de grandes fortunas, todos operando em várias praças financeiras a valorização e desvalorização das moedas, dos ativos financeiros e dos patrimônios em geral (BRAGA, 1998 p. 222).

Do desenvolvimento dessas questões surge originalmente o conceito de dominância financeira, ou simplesmente financeirização, como sendo “a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo” (BRAGA, 1993 p. 26). A manifestação mais aparente da financeirização (que é o padrão sistêmico da riqueza), como argumenta o autor, encontra-se na crescente e decorrente discrepância entre os valores dos papéis representativos da riqueza e os valores de bens, serviços e bases técnico-produtivas em que se fundamentam a reprodução da vida e da sociedade (BRAGA, 1998). São alguns dos indicadores que evidenciam o fenômeno da financeirização:

[...] a subida da relação, em valor, entre ativos financeiros e ativos reais; a elevação das operações cambiais totais sobre aquelas relativas ao comércio internacional; a superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira, em comparação com as taxas de crescimento do produto e do estoque de capital; a escalada das transações transnacionais com títulos financeiros como proporção do Produto Interno Bruto dos países avançados; a expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações industriais. (BRAGA, 1998 p. 196).

ridade das taxas de crescimento da riqueza financeira, em comparação com as taxas de crescimento do produto e do estoque de capital; a escalada das transações transnacionais com títulos financeiros como proporção do Produto Interno Bruto dos países avançados; a expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações industriais. (BRAGA, 1998 p. 196).

Caffé (1999), por sua vez, em um trabalho que discute a ascensão das finanças especulativas no capitalismo contemporâneo, explica que a financeirização tem sua referência basilar na evolução do sistema monetário internacional, no sentido em que permite a autonomização crescente do sistema creditício em escala planetária ao unificar o seu espaço de circulação. Este autor ainda considera que o aumento da volatilidade nos mercados financeiros é uma das características distintivas da nova fase de desenvolvimento capitalista, pontuada por movimentos extremos nos mercados financeiros num ambiente de finanças especulativas, ou seja, um ambiente marcado pela financeirização cada vez mais intensa da economia.

Nessa mesma linha de argumentação, Belluzzo (2005, p. 10) chama atenção para algumas alterações ocorridas na estrutura e gestão da riqueza capitalista e nas operações dos mercados financeiros no atual contexto de internacionalização do capital. São elas: 1) o maior peso da riqueza financeira na riqueza total; 2) o poder crescente dos administradores de massa de ativos mobiliários (fundos mútuos, fundos de pensão, seguros) na definição das formas de utilização da “poupança” e do crédito; 3) a generalização da abertura das contas de capital, dos regimes de taxas flutuantes e dos usos de derivativos; 4) as agências de classificação de risco assumem o papel de tribunais, com pretensão de julgar a qualidade das políticas econômicas nacionais.

Também numa perspectiva mais crítica acerca das recentes transformações ocorridas no mundo capitalista, levando em consideração a importância da política (relações de poder) e do amplo significado de hegemonia, Tavares, Fiori, Melin, Belluzzo, Braga, Miranda, Medeiros e Torres Filho, em obra coletiva, consensuam “que a dimensão essencial e inovadora desta nova etapa da internacionalização

capitalista se concentra no campo financeiro, no qual se desfizeram as fronteiras entre as moedas e os capitais, permitindo uma verdadeira universalização do capital financeiro” (TAVARES; FIORI, 1998 p. 9).

No que se refere à discussão acerca da acumulação patrimonial das famílias, Aglietta (2004, p. 27) faz o seguinte comentário:

A liberalização financeira abriu caminho para uma acumulação da riqueza privada muito mais rápida que em outras décadas. Mas o principal vetor do autorreforço da riqueza não foi a produção de novos bens e serviços, já que as taxas de crescimento da produção caíram. Isso foi resultado de uma inflação dos preços dos ativos reais (terrenos urbanos e propriedades imobiliárias) e financeiros (ações) muito mais rápida que a subida do nível geral de preços.

Portanto, assumindo a importância das modificações recentes do regime monetário-financeiro e cambial no plano internacional, assim como a variedade de trabalhos acadêmicos que objetivaram entender mais aprofundadamente a gênese e os efeitos de tais transformações, para além de uma abordagem histórica e apolítica, segue-se algumas amplas definições de financeirização, de acordo com diferentes autores. Isso é feito para que o referido conceito seja utilizado com maior nível de precisão, embora seja considerada a existência de algumas dificuldades operacionais na construção de indicadores robustos e universais para a financeirização na elaboração de trabalhos empíricos.

Salama (1998, p. 50) diz que “há financeirização quando o diferencial de rentabilidade entre o setor produtivo e o financeiro, a favor deste, leva as empresas a frear os investimentos em sua atividade principal em proveito de investimentos financeiros”.

De acordo com Epstein (2001), “a financeirização significa o aumento do papel de motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais” (tradução nossa).

Krippner (2005, p. 174) chama de financeirização “o padrão de acumulação no qual os lucros pro-

vêm principalmente por canal financeiro em lugar do comércio e produção de mercadorias” (tradução nossa).

Chesnais e outros (2005 p. 37) denomina acumulação financeira [financeirização] “a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros [...] mantendo-os fora da produção de bens e serviços”.

Já Caffé e Bruno (2006, p. 318) entendem a financeirização como “o processo pelo qual a lógica da acumulação financeira e patrimonial sobrepõe-se à lógica da acumulação produtiva do capital”.

Uma análise mais profunda de quaisquer dessas definições serve para mostrar, em grande medida, que a procura das famílias e das empresas por uma valorização elevada de suas riquezas financeiras modificou as estruturas do capitalismo contemporâneo, no sentido em que os mais variados negociadores de ativos financeiros tendem a sobrepor os produtores de longo prazo (BRAGA, 1993, 1998, 2000; BELLUZZO, 1998; AGLIETTA, 2004; CHESNAIS, 1998; CHESNAIS et al., 2003, 2005; WOLF, 2007). A busca pela valorização da riqueza tão somente no interior do circuito financeiro, como se este não tivesse qualquer conexão com a economia real, é constantemente operacionalizada pela aquisição de títulos de dívida, ações, moedas conversíveis e produtos financeiros em geral, públicos ou privados, primários ou derivativos. Tudo isso é feito através de operações que ficaram cada vez mais facilitadas com as mudanças institucionais e tecnológicas que ainda estão em curso, que diminuíram bastante com os custos de tais operações.

Na tentativa de evidenciar uma aproximação para o fenômeno da financeirização da economia mundial em termos numéricos, Wolf (2007), citando os dados do McKinsey Global Institute, destaca que “a proporção de ativos financeiros mundiais em relação à produção anual disparou de 109%, em 1980, para 316%, em 2005. Em 2005, o estoque mundial de ativos financeiros principais totalizou US\$140 trilhões”. Em seguida, assumindo a natureza hierár-

quica da financeirização da riqueza mundial, esse autor calcula que “a soma dos ativos e passivos financeiros internacionais em poder de residentes em países de alta renda deu um salto de 50% do PIB agregado, em 1970, para 100%, em meados dos anos 1980, e para cerca de 330%, em 2004”.

CONCLUSÃO

Admitiu-se que as recentes transformações nas naturezas dos Estados Nacionais e no regime monetário-financeiro no plano internacional foram importantes para a emergência de uma nova configuração histórica do capitalismo, marcada pela financeirização. A ruptura do “consenso keynesiano” abriu caminho para a avalanche neoliberal, assim como o fim do regime de finanças regulamentadas fez insurgir o regime das finanças especulativas, considerando que essas transições não foram nem mecânicas e nem lineares. Tão logo, nesse novo arcabouço institucional, a alta finança e seus gestores ganharam enorme importância nas operações das economias domésticas e internacionais, inclusive subordinando as políticas econômicas aos interesses nacionais, fato que trouxe efeitos nocivos para o desempenho macroeconômico nos países de capitalismo central e, por via de consequência, para os países que compõem a periferia do sistema. A instabilidade macroeconômica e as crises financeiras, potencializadas pela liberalização financeira – que tornaram mais voláteis as taxas de câmbio e o preço dos ativos financeiros –, ficaram cada vez mais prováveis, isso num contexto marcado pela assimetria de informação e de poder, além da incerteza não-probabilística, elementos que se disseminam num sistema que tem capacidade limitada de autorregulação.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia financeira*. São Paulo: Loyola, 2004. v.1 e 2.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

_____. Prefácio. In: CHENAIS, François. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRAGA, José Carlos de Souza, *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas: Ed. do Instituto de Economia da Unicamp, 2000 (Coleção Teses).

_____. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 2, p. 25-57, ago.1993.

_____. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CAFFÉ, Antônio Ricardo. *Globalização financeira e ascensão das finanças especulativas: os derivativos como modalidade recente do capital fictício*. 1999. Dissertação (Mestrado)-CME,UFBA, 1999. Capítulo 2.

CAFFÉ, Antônio Ricardo; BRUNO, Miguel. Regime de acumulação à dominante financeira no Brasil: uma análise regulacionista do período de liberalização. In: MCDONOUGH, Terrence; REICH, Michael; KOTZ, David M.; GONZALEZ-PEREZ, Maria-Alejandra. (Orgs.). *Growth and crisis, social structure of accumulation theory and analysis*. Galway, Ireland: CISC, J.E. Cairnes Graduate School of Business & Public, 2006. p. 316-363. v. 24.

CANUTO, Otaviano; LAPLANE, Mariano Francisco. Especulação e instabilidade na globalização financeira, *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 31-60, dez. 1995.

CARDIM, Fernando de Carvalho et al. *Economia monetária e financeira: teoria e política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARCANHOLO, Reinaldo. Interpretações sobre o capitalismo atual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 13., 2008. João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, (PB), 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 1999. Niterói. *Anais...* Niterói: EduFF, 1999.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século, *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5. p. 1-30, dez. 1995.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Prefácio à edição brasileira; Introdução geral; Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica e Pós-fácio. In: CHENAIS, François. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. *Tobin or not Tobin?* São Paulo: UNESP; ATTAC, 1999.

_____. Teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-44, jan./jun. 2002.

- CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. Apresentação à edição brasileira; Introdução e o capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- CORAZZA, Gentil. A inserção do Brasil na globalização financeira: uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: <<http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2008.
- DATHEIN, Ricardo. Sistema monetário internacional e globalização financeira nos sessenta anos de Bretton Woods. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 51-73, jun. 2005.
- EPSTEIN, Gerald. Financialization, rentier interests and Central Bank Policy. PERI In: CONFERENCE ON “FINANCIALIZATION OF THE WORLD ECONOMY”, 2001.
- FARHI, Maryse. Derivativos financeiros: hedge, especulação e arbitragem. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, p. 93-114, dez. 1999.
- GARAGORRY, Jorge Alano. *Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980 – 2006)*. 2007. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade de Campinas(SP), 2007.
- KILSZTAJN, Samuel. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no Pós-Guerra. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 88-100, out./dez, 1989.
- KRIPPNER, Greta R. The financialization of the American economy, *Socio-Economic Review*, p. 173-208, 2005.
- OLIVEIRA, Giuliano Contento; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 195-219, 2008.
- PLIHON, Dominique. A ascensão das finanças especulativas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.5, p. 61-78, dez. 1995.
- SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, François. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.* São Paulo: Xamã, 1998.
- WOLF, Martin. O novo capitalismo financeiro provoca revolução global. *Valor Econômico*, 28.06.2007.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 1998.

Fundamentos teóricos da crise americana: uma interpretação baseada na literatura pós-keynesiana

Thiago Reis Góes^A
Urandi Roberto Paiva Freitas^B

Resumo

Este artigo tem como escopo entender a origem e os desdobramentos da crise americana instaurada no primeiro semestre de 2007, que começou no mercado imobiliário dos EUA e se propagou por todo o sistema financeiro até atingir profundamente o lado real da economia mundial. Para melhor entender a crise, faz-se necessário remeter a Minsky e sua Hipótese da Instabilidade Financeira, que relaciona o sistema financeiro com o lado real da economia. A conclusão a que se chega em termos globais é que a economia passará por um período prolongado de desaquecimento econômico, combinado com forte incerteza em relação ao funcionamento do sistema financeiro.

Palavras-chave: Crise americana. Inovações financeiras. Hipótese de Instabilidade Financeira (HIF).

Abstract

This paper has the scope to understand the origin and unfolding of the crisis in the U.S. introduced the first half of 2007, which began in the U.S. real state market and has spread throughout the financial system to reach the deep part of the real world economy. To better understand the crisis, it is necessary to refer to Minsky's financial instability hypothesis that relates the financial system with the real part of the economy. The conclusion we reach in a global perspective is that the economy will face a period of prolonged economic slowdown combined with high uncertainty about the functioning of the financial system.

Keywords: American crisis. Financial innovation. Financial Instability Hypothesis (HIF).

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como pano de fundo discutir a crise financeira americana desencadeada inicialmente no mercado imobiliário norte-americano, que, posteriormente, se propagou por todo o globo. Diferentemente de outras crises globais ocorridas recentemente, sobretudo as das décadas de 1990 e 2000, que se originaram na periferia capitalista, a crise atual apresenta uma certa peculiaridade, qual seja, a de ocorrer no centro de economias desenvolvidas.

Essa observação, por si só, aponta o tamanho de sua gravidade, amplificada pelo seu caráter sistêmico, afetando o lado financeiro e real da economia, e global, fruto do próprio processo de globalização econômica ocorrida nas últimas décadas. Ou seja, a crise iniciada no sistema financeiro americano se tornou global, provocando uma contração da economia mundial. É fato estilizado na literatura que aborda os impactos da crise que haverá uma diminuição no ritmo de crescimento da economia mundial. Sendo este crescimento puxado, sobretudo, pelos países emergentes, conforme aponta recente estudo do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Para um maior entendimento da crise financeira que acomete a economia mundial, torna-se neces-

^A Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Estudos Especiais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). thiagogoes@sei.ba.gov.br

^B Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). urandifreitas@sei.ba.gov.br

sário, inicialmente, compreender, de forma breve, a origem da crise e os seus desdobramentos, e, portanto, a engenharia do funcionamento do sistema financeiro e suas inovações. Não obstante, faz-se necessário também resgatar a Hipótese da Instabilidade Financeira proposta por Minsky (1992) e a teoria da firma bancária.

Assim, este artigo faz inicialmente uma revisão da literatura pós-keynesiana da teoria da firma bancária e do comportamento cíclico do capitalismo proposta por Minsky, fazendo um paralelo com a crise mundial eclodida nos EUA. Para tanto, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução: o capítulo 2 trata da hipótese da instabilidade financeira; o capítulo 3 discute a firma bancária; e o capítulo 4 trata sobre a origem da crise financeira e seus desdobramentos; por último, as considerações finais.

HIPÓTESE DA INSTABILIDADE FINANCEIRA DE MINSKY

Minsky (1992) formula sua teoria da hipótese de instabilidade financeira considerando a interação ou relação entre o sistema financeiro e o nível de investimento na economia. Dessa forma, em sua teoria os níveis de emprego e renda são explicados pelas relações financeiras. Minsky propôs fundamentar uma teoria dos ciclos monetários-creditícios, que são articulados aos ciclos de investimento e produção, buscando entender como a evolução das condições de financiamento das carteiras de ativos contribuiria para a instabilidade endógena da economia capitalista (BASTOS, 1996).

Ressalta-se que Minsky, sendo pós-keynesiano, portanto fortemente influenciado pela abordagem keynesiana, busca desenvolver, assim como Keynes, uma teoria sobre o comportamento de uma economia monetária de produção. Logo, compartilhando com a ideia de Keynes, Minsky identifica um comportamento cíclico da economia. Assim, na sua teoria, seguindo ao encontro dos clássicos, o autor enxerga a economia capitalista como sendo naturalmente instável (instabi-

lidade dinâmica da economia capitalista), alternando períodos estáveis com períodos instáveis.

Historical episodes are evidence supporting the view that the economy does not always conform to the classic precepts of Smith and Walras: they implied that the economy can best be understood by assuming that it is constantly an equilibrium seeking and sustaining system (MINSKY, 1992, p. 1).

A introdução dos aspectos financeiros na determinação do investimento (e crédito) e o caráter intrinsecamente instável e cíclico da economia capitalista são os alicerces básicos da Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF) de Minsky

Entretanto, Minsky estendeu a abordagem keynesiana sobre ciclos econômicos ao dar grande ênfase à relação entre os aspectos financeiros e o volume de investimento,

fundamental para a estabilidade capitalista.

A introdução dos aspectos financeiros na determinação do investimento (e crédito) e o caráter intrinsecamente instável e cíclico da economia capitalista são os alicerces básicos da Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF) de Minsky. De acordo como a HIF, o ciclo econômico é explicado por fatores endógenos resultantes da influência das variáveis financeiras sobre a economia. Assim, o modo como as firmas financiam suas posições de carteira, em particular a aquisição de ativos de capital, junto ao setor financeiro, é responsável pelo comportamento cíclico da economia.

Diante de um ambiente econômico favorável e de expectativas positivas quanto ao retorno do capital aplicado, os agentes financeiros buscam crédito junto ao sistema financeiro a fim de expandir seus investimentos ou consumo, tornando-se, assim, crescentemente endividados. Já as empresas financeiras reduzem suas margens de garantia. No processo de expansão, os agentes econômicos tendem a diminuir suas margens de segurança, elevando, dessa forma, a proporção de agentes especulativos e *Ponzi* na economia¹. Ou seja, a es-

¹ Minsky (1992) identifica, no que se refere à postura financeira, três relações distintas para as unidades econômicas, quais sejam: *hedge*, *speculative* e *ponzi*. De acordo com Minsky (1992, p. 7), "*Hedge financing units are those which can fulfill all of their contractual payment obligations by their cash flows. [...] Speculative finance units are units that can meet their payment commitments on "income account" on their liabilities, even as they cannot repay the principle out of income cash flows. [...] For Ponzi units, the cash flows from operations are not sufficient to fulfill either the repayment of principle or the interest due on outstanding debts by their cash flows from operations. Such units can sell assets or borrow. Borrowing to pay interest or selling assets to pay interest (and even dividends) on common stock lowers the equity of a unit, even as it increases liabilities and the prior commitment of future incomes. A unit that Ponzi finances lowers the margin of safety that it offers the holders of its debts.*"

trutura dos passivos dos agentes financeiros e não-financeiros torna-se frágil, de modo que a economia fica mais suscetível à crise. O sistema de crédito continua a financiar o setor produtivo, enquanto a confiança e a expectativa quanto ao cumprimento dos contratos forem positivas. Quando as convenções coletivas indicarem reversão das expectativas para novas decisões de investimento e, conseqüentemente, a redução dos gastos agregados, observar-se-á uma diminuição da geração de receitas necessárias para saldar as dívidas. A elevação dos juros e redução dos gastos com investimentos motivariam uma crise (deflação de débitos)². Portanto, a instabilidade seria característica presente ou mesmo inerente à economia capitalista.

Desta forma, as decisões de gastos na compra de ativos instrumentais são cíclicas e seus ciclos “entremeados” por crises financeiras, e tais crises restringem momentaneamente as possibilidades de expansão dos investimentos produtivos. Portanto, a economia capitalista só poderia expandir de uma forma instável e descontínua (BASTOS, 1996).

Ressalta-se que a HIF é pautada de acordo com a perspectiva pós-keynesiana, portanto a instabilidade e o desequilíbrio estão presentes na economia. Carvalho (1989) deixa isso evidente no axioma da economia monetária sobre a irreversibilidade do tempo e da incerteza. Segundo o autor, o que confere importância às expectativas na operação de uma economia monetária é a proposição de que o tempo é unidirecional. Esta unidirecionalidade está ausente na teoria ortodoxa, na qual a reversibilidade é característica. Na economia (pós) keynesiana, os agentes formam suas expectativas baseadas em conjecturas e não informações perfeitas. Assim, para cada agente tomar uma decisão é preciso considerar como parte do contexto os planos dos outros agentes, que por sua vez não são dados. É, portanto, nesse ambiente de incerteza, que caracteriza a economia na visão (pós) keynesiana, e de irreversibilidade em decisões dos agentes que está presente a possibilidade de desequilíbrio. Dessa forma, na abordagem da HIF de Minsky, assim

como na ótica pós-keynesiana, sobretudo na visão proposta por Carvalho (1989), o desequilíbrio apresenta-se como intrínseco à economia capitalista, onde a incerteza na formulação das expectativas é tratada como aspecto motivador da instabilidade.

A concepção de endogenidade econômica em Minsky se revela quando o mesmo afirma que o sistema econômico é intrinsecamente instável, cuja evolução do capitalismo é endógena e impulsionada pelo comportamento das variáveis financeiras. Ou seja, o sistema econômico é sujeito a ciclos advindos das próprias relações estabelecidas no sistema econômico (relação entre a esfera financeira e produtiva). Assim, segundo Minsky (1992), a economia não depende de choques externos para gerar ciclos. Tal fato é explicitamente argumentado por Minsky (1992, p. 8):

The financial instability hypothesis is a model of a capitalist economy which does not rely upon exogenous shocks to generate business cycles of varying severity. The hypothesis holds that business cycles of history are compounded out of (i) the internal dynamics of capitalist economies, and (ii) the system of interventions and regulations that are designed to keep the economy operating within reasonable bounds.

Nesse sentido, para um maior entendimento da engenharia financeira que está por trás do sistema econômico financeiro e como esta pode influenciar o funcionamento do sistema econômico no seu conjunto é de fundamental importância compreender o comportamento e o papel da firma bancária.

TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA

Na visão clássica de intermediação financeira, os bancos, ao criarem moeda, estão apenas intermediando a transferência de recursos das unidades superavitárias para as unidades deficitárias. Na síntese clássica, o comportamento dos bancos não afeta as condições de financiamento da economia. O papel dos mesmos, segundo tal corrente, é prover serviços de pagamentos. Tal visão é explicada devido ao fato do investimento depender de uma poupança prévia, sendo os bancos meros intermediadores.

² De acordo com Bastos (1996, p. 223), “[...] a instabilidade financeira deita raízes no fato de que a expansão dos gastos na compra de ativos costuma ser financiada por uma acumulação de débitos, nos passivos.

Conforme Studart (1999, p.153), “[...] a teoria dos fundos emprestáveis [da teoria clássica] também estabelece a visão convencional sobre o papel do sistema financeiro, qual seja, intermediação de poupanças”. De acordo com a concepção “clássica” de intermediação financeira, os bancos, ao criarem moeda, estão apenas intermediando a transferência de recursos (poupanças) entre os agentes econômicos. Desse modo, as firmas bancárias são meros intermediários neutros na transferência de recursos reais na economia.

A teoria ortodoxa da firma bancária considera que o problema decisório fundamental enfrentado pelo banco consiste na escolha entre o conjunto de ativos ilíquidos e rentáveis ou ativos líquidos e menos rentáveis, como os ativos defensivos. É nesse sentido que para os pós-keynesianos a teoria ortodoxa da firma bancária é um arcabouço teórico insatisfatório para a análise do comportamento dos bancos porque, por um lado, desconsidera o fato de que os diferentes ativos possuem diferentes graus de liquidez. Dessa forma, o problema decisório do banco não pode ser apresentado como simplesmente uma escolha entre ativos líquidos e ilíquidos, mas entre graus de liquidez associados aos diversos ativos que o banco pode manter em carteira (OREIRO, 2005, p.102 apud CARVALHO, 1989).

Contrapondo a visão clássica, para Keynes, os bancos agem de forma ativa, gerenciando seus ativos bancários, tentando conciliar a busca pelo lucro e sua preferência pela liquidez (por exercer sua atividade num ambiente de incerteza). Os bancos, ao tomarem suas decisões com relação à composição de seu *portfolio*, levam em consideração sua preferência pela liquidez justamente por suas atividades serem de caráter especulativo, necessitando, assim, um certo grau de proteção. Assim, Keynes, ao empregar o conceito de fundo rotativo para designar o finance, reconhece o poder de influência dos bancos no processo de controle de financiamento, dada a capacidade dos mesmos de controlar a oferta de moeda através do controle da liquidez via suas decisões referentes aos refinanciamentos ou *portfolio*. Keynes empregou

o termo fundo rotativo para designar a liquidez que, sem interrupção, as empresas despejam sobre o mercado de bens e serviços e recuperam no mercado de crédito. Deve-se advertir que mesmo se esses fundos rotativos parecerem funcionar de uma forma regular e automática, dependem sempre da vontade dos bancos em renovar os empréstimos (COSTA, 1999, p. 240).

Ao introduzir o motivo finanças na sua teoria sobre a demanda por moeda, Keynes confere aos bancos um poder de influência extremamente relevante, contrapondo-se

assim, à visão clássica da firma bancária, propondo, dessa forma, a teoria do circuito monetário. Conforme define Studart (1999, p. 152), “com base no circuito financiamento-investimento-poupança-*funding*, o papel do sistema financeiro é mais complexo e essencial do que o de simples intermediador entre investidores e poupadores”.

No que se refere às estratégias bancárias para escolha dos seus *portfolios*, os bancos buscam conciliar dois objetivos antagônicos; rentabilidade e liquidez. Segundo Paula (1999, p. 177), da tentativa de conciliar estes dois objetivos “resulta a expansão ou a contração da oferta de moeda, uma vez que esta é criada quando os bancos compram ativos financiados pela emissão de uma obrigação particular destas instituições – depósitos à vista”.

A percepção dos bancos quanto ao ambiente econômico influencia diretamente a oferta de crédito na economia. Fato explicado pela forma como tais agentes irão formar seu *portfolio* de ativos, seja preferindo a liquidez ou a rentabilidade. Quando as expectativas dos bancos são otimistas, os mesmos compõem seus ativos buscando uma maior rentabilidade (como os empréstimos de mais longo termo) em detrimento dos ativos mais líquidos, consequentemente, de menor risco. Entretanto, quando as expectativas dos bancos não são as mais favoráveis, eles buscam na composição de seus ativos uma maior segurança (como os títulos do governo), expressando sua preferência pela liquidez. Tal atitude faz diminuir a oferta de crédito na economia. Como destaca Studart (1999, p. 157):

A percepção dos bancos quanto ao ambiente econômico influencia diretamente a oferta de crédito na economia. Fato explicado pela forma como tais agentes irão formar seu *portfolio* de ativos, seja preferindo a liquidez ou a rentabilidade

A visão de Keynes sobre o papel do sistema de crédito (como agente central no financiamento do investimento) na Teoria Geral tem suas raízes no Tratado [...]. No Tratado, ele mostra como a evolução do sistema monetário transforma os bancos, de simples cofres privados e intermediários de poupança, em principais supridores de meios de pagamentos, capazes de criar crédito independente de depósitos prévios.

Na abordagem pós-keynesiana da firma bancária o enfoque será dado com base na teoria de Hyman Minsky. Segundo o mesmo, as firmas bancárias montam seus *portfolios* de modo a conciliar lucratividade com sua preferência pela liquidez (assim como a visão keynesiana). Ressalta-se que a partir da composição do *portfolio* cria-se o crédito e os depósitos bancários, afetando diretamente na oferta de crédito na economia. Nesse sentido, para Minsky (1986) os bancos são agentes ativos, administram os dois lados do balanço patrimonial (tanto os ativos quanto os passivos) buscando maximizar seus lucros. Dessa forma, o comportamento da firma bancária implica nas condições de financiamento da economia.

Minsky parte do ponto que antes do início dos anos 1960 os bancos procuravam aumentar a lucratividade gerenciando o *portfolio* de aplicações (ativo bancário) – por exemplo, substituindo empréstimos por aplicações em títulos de dívida pública, ou vice-versa. Depois de meados de 1960, eles passaram a almejar lucros buscando efetuar alterações na estrutura das obrigações (passivos) e aumentando a razão de alavancagem (PAULA, 1999).

Assim, os bancos não tomam seus passivos como dados, eles agem também do lado das obrigações. Essa capacidade de atuar ativamente no lado dos passivos implica que os fundos que financiam seus ativos sejam condicionados pelo seu próprio comportamento. Dessa forma, com vista a aumentar suas aplicações, os bancos passam a se utilizar ativamente de técnicas de administração do passivo, podendo, inclusive, aumentar o volume de recursos captados junto ao público e direcionar a composição de seus passivos, visando uma maior rentabilidade. Portanto, mais que receber de forma passiva os recursos de acordo com as escolhas realizadas pelo público, os bancos procuram inter-

ferir nessas escolhas das mais diferenciadas formas, promovendo alterações nas obrigações para que possam aproveitar-se de possíveis oportunidades de lucro (PAULA, 2001).

As formas como os bancos modernos agem a fim de administrar o perfil de suas obrigações são diversas; vão desde manipulação das taxas de juro de depósitos até a indução do direcionamento do público para o tipo de obrigação que deseja (via publicidade, oferecimento de prêmios, etc). Além disso, introduzem novas técnicas de captação de recursos, as chamadas inovações financeiras, a exemplo dos derivativos e da negociação com as *securities*.

Dado seu caráter ativo na administração de seus passivos e de promover inovações financeiras, os bancos exercem forte influência sobre o montante e o perfil dos recursos por eles captados, de modo que os mesmos possuem capacidade de atender uma expansão na demanda por crédito. Ou seja, a oferta de crédito bancário termina sendo uma resposta à demanda por financiamento. Aquela não é totalmente controlada e estabelecida pela autoridade monetária.

As técnicas de administração de passivos e a possibilidade de introdução de inovações financeiras – como, por exemplo, a criação de novas obrigações financeiras sob forma de quase-moedas – podem conferir ao sistema bancário a capacidade de contornar as restrições impostas pelas autoridades monetárias sobre a disponibilidade de reservas por força de uma política monetária restritiva, permitindo que os bancos tornem-se mais responsivos à demanda por crédito do público (PAULA, 1999, p. 180).

De fato, os bancos modernos são agentes econômicos ativos e inovadores, que inseridos na lógica capitalista visam lucros, focando tanto suas aplicações quanto a administração de suas obrigações para atender a este fim. As estratégias dos bancos, que possuem preferência pela liquidez, podem não responder à demanda dos outros agentes econômicos por crédito, justamente porque eles são capazes de direcionar suas aplicações para os ativos que lhes proporcionem maior retorno, aliado a sua preferência pela liquidez. Os bancos são capazes de racionar crédito, isto é, a disponibili-

dade de adiantamentos na economia está subordinada às estratégias adotadas por esses agentes financeiros.

Segundo Minsky (1986) em um cenário de crise os bancos amplificam a mesma, pois expressam mais profundamente sua preferência pela liquidez, ou seja, os bancos aumentam a relação ativos líquidos/ativos ilíquidos, ou seja, as instituições financeiras tendem a privilegiar títulos do governo a adiantamentos e empréstimos, tornando-se mais cautelosos na concessão de créditos.

Tendo como base a preferência pela liquidez de Keynes (1988), na qual os agentes econômicos, inclusive os bancos, possuem preferência pela liquidez, compondo seu *portfolio* de aplicações em termos do *trade-off* entre retornos e risco, mudanças nas expectativas dos bancos, que agem sob condições de incertezas não-probabilísticas, inerentes à própria característica da atividade bancária, afetam a estrutura das suas aplicações. Assim, as formas como os bancos projetam o ambiente econômico influenciam sua estrutura patrimonial, visto que os bancos, segundo o enfoque pós-keynesiano, agem de forma ativa dos dois lados do balanço, tomando suas decisões orientadas pela expectativa de maiores lucros.

Com a expectativa de um ambiente econômico favorável, os bancos tendem a privilegiar a rentabilidade à liquidez, adotando uma postura mais ousada, expondo-se mais ao risco da atividade bancária. Tendo uma perspectiva otimista, os bancos aumentam a participação dos adiantamentos e empréstimos; para tanto, agem de forma ativa no lado dos passivos via técnicas de administração de passivos, como a introdução de novos produtos e serviços financeiros (inovações financeiras) a fim de captarem mais recursos. Em suma, os agentes financeiros ao terem expectativas favoráveis com relação ao ambiente econômico tendem a diminuir a relação entre ativos líquidos/ativos ilíquidos (aumento a alavancagem do sistema financeiro), favorecendo, sobretudo, o aumento dos empréstimos.

Em síntese, a atividade bancária é um negócio dinâmico e inovativo de fazer lucro. Banqueiros procuram ativamente construir suas fortunas ajustando seus ativos e obrigações, o que significa, em suas linhas de negócio, tirar vantagem das oportunidades de lucro que lhes são oferecidas. Este ativismo do banqueiro afeta não somente o volume e a distribuição do financiamento, mas também o comportamento cíclico dos preços, da renda e do emprego na economia (MINSKY, 1986, apud PAULA, 1999, p.171).

Em síntese, a atividade bancária é um negócio dinâmico e inovativo de fazer lucro. Banqueiros procuram ativamente construir suas fortunas ajustando seus ativos e obrigações, o que significa, em suas linhas de negócio, tirar vantagem das oportunidades de lucro que lhes são oferecidas

Em suma, conforme destaca Lara Resende (2009) o

modelo bancário clássico, baseado no relacionamento com os clientes, foi substituído por um sistema despersonalizado, baseado em transações de mercado. O crédito transformou-se radicalmente. Deixou de ser um contrato direto entre credor e devedor e adquiriu uma nova e extraordinária flexibilidade. A securitização de todo tipo de recebíveis permitiu que as dívidas fossem fatiadas e recompostas das mais variadas formas e depois levadas ao mercado. Os contratos financeiros contingentes, chamados de forma genérica de derivativos, concebidos originalmente para limitar o impacto das incertezas, tiveram desenvolvimento semelhante. A securitização e os derivativos foram os pilares a partir dos quais as inovações tomaram tal velocidade que deram origem a um sistema financeiro paralelo, que, por não ter caráter institucional, não tinha nem transparência, nem limites nacionais. Não obstante, foi justamente dentro deste novo sistema financeiro que se engendrou a crise econômica atual.

ORIGEM E DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA

No início do século XXI, a economia mundial vivencia um período de crescimento econômico robusto, influenciado, sobretudo, pelo excesso de liquidez instaurado no sistema financeiro internacional, associado às baixas taxas de juros e crédito barato e abundante. Neste sentido, a conjunção

desses fatores provocou nos investidores internacionais uma crescente necessidade de diversificação dos ativos financeiros que buscavam rentabilidade, direcionando, assim, a inovação financeira pautada no mercado de derivativos de créditos para um novo nicho de mercado, qual seja, o mercado imobiliário norte-americano.

As medidas de política fiscal e monetária de cunho expansionista implementadas pela autoridade monetária americana contribuíram para que o mercado de trabalho ganhasse maior dinamismo e conseqüentemente, impulsionasse a renda, de modo que, gradativamente, muitas famílias norte-americanas fossem estimuladas a contratar crédito, que naquele momento era farto e barato, possibilitando a realização do sonho da casa própria ou até mesmo especular com a possibilidade da alta dos preços dos imóveis.

Nesse contexto, a ampliação da demanda por moradias passou a refletir nas cotações dos imóveis, cuja alta de preço retroalimentava o processo, tanto do ponto de vista dos emprestadores como dos tomadores desse crédito. Segundo Caramashi (2008), além disso, os preços ascendentes dos imóveis concebiam um estímulo adicional aos financiadores, uma vez que minorava o risco do *default* por parte dos tomadores.

Classicamente, o mercado de hipotecas residenciais nos Estados Unidos era dominado pelo segmento *prime*, que conta com regras rigorosas de avaliação de créditos e limite do montante a ser financiado. No entanto, existem ainda duas categorias de crédito: a *alt-a*, classificação anterior entre a *prime* primeira linha e *subprime*, comumente conhecida como terceira linha.

Essas classificações são fundamentadas na proporção do pagamento inicial e na qualidade de crédito, de modo que financiamentos considerados *prime* são aqueles cujo valor é reduzido quando comparado ao valor do imóvel, sendo concedidos a mutuários com um bom histórico de crédito e renda suficiente para quitar as prestações do financiamento. Os financiamentos *alt-a*, por sua vez, são compreendidos entre os financiamentos *prime* e *subprime* em termos de qualidade de crédito. Basicamente, três tipos de mutuários se encaixam nessa categoria: aqueles que não possuem um his-

tórico de crédito, seja ele bom ou ruim, mas que de outra forma seriam considerados *prime*; mutuários que tomam o financiamento para adquirir um imóvel residencial que não é destinado para uso próprio; aqueles que, por qualquer motivo, não fornecem os dados necessários, como por exemplo a renda líquida. Por fim, os mutuários *subprime* são aqueles cuja qualidade de crédito é reduzida para serem enquadrados nas hipotecas de primeira linha.

Sendo assim, no cenário com excesso de liquidez, e em troca de elevadas taxas de juros, as hipotecas *subprime* davam acesso ao crédito a mutuários com um histórico de crédito não tão bom, permitindo a aquisição de imóveis próprios e a possibilidade de financiar outros gastos ou liquidar empréstimos e financiamentos.

Em 2006 e 2007, de acordo com Wacker (2008), os bancos com uma classificação sólida de crédito conseguiam assumir dívidas a taxas de juros muito baixas e garantir um rendimento extra, por meio da captação de recursos com venda de títulos de curto prazo, conhecidos como *commercial papers*, e posteriormente em títulos *subprime*.

Com esse ambiente extremamente favorável, surgiu a chamada securitização, grande novidade responsável por gerar oportunidades de curto prazo e flexibilização aos bancos, para que pudessem fornecer níveis elevadíssimos de empréstimos de hipotecários de baixa qualidade.

Conforme Caramashi (2008), esse processo começa a partir do momento em que os bancos compram as hipotecas *subprime* das financeiras e agrupam em grandes carteiras com diversos títulos, que são divididos em fatias, cada uma com diferentes classificações de taxa de juros e de risco.

A securitização permitiu que os bancos juntassem vários créditos em um único pacote negociável. Essa inovação, que parece tão simplória à primeira vista, permitiu aos bancos venderem parte de seu risco de crédito para outros bancos e investidores. Destarte, à medida que o risco desse crédito era retirado de seus balanços patrimoniais, os bancos podiam conceder maior volume de empréstimos imobiliários com base em seu capital.

Neste sentido, segundo Caramashi (2008), em tese a securitização traz uma série de benefícios para todas as partes. Em especial, os bancos, que

se beneficiam ao criar um ativo que, a princípio, pode ser negociado com muito mais facilidade do que uma hipoteca individual. Com isso, a securitização estimulou os bancos a, cada vez mais, adotarem a estratégia de “originar e distribuir”, lucrando com as comissões e não precisando imobilizar seu capital na transação.

Com todos esses aparatos magníficos, em um mercado extremamente complexo e no ambiente de incerteza, um grave problema viria à tona para colocar em xeque toda essa engenharia financeira arquitetada pelos formuladores de política econômica, agências multilaterais e economistas afinados com o mainstream da Teoria Econômica. Neste momento, a crise já era uma realidade e colocava em questão a capacidade de reprodução e funcionamento do sistema capitalista.

No primeiro semestre de 2007, os preços dos imóveis começaram a declinar, enquanto as taxas de juros subiam, eliminando os lucros fáceis antes obtidos com refinanciamento dos empréstimos imobiliários. Para piorar a situação, a maior parte das hipotecas subprime possuía taxas de juros reajustáveis.

Isso significa que um contrato de financiamento contava com reduzida taxa de juros fixa nos primeiros dois anos, posteriormente era reajustada para os níveis de mercado considerados justos para o respectivo mutuário. As taxas reajustáveis, segundo Wacker (2008), são normalmente bem mais elevadas que as taxas de juros iniciais e situam-se além da capacidade de pagamento dos mutuários. Com isso, os atrasos e a inadimplência dos empréstimos imobiliários tornaram-se inevitáveis.

Com a queda nos preços e o aumento da inadimplência, todas essas estruturas começaram a desmoronar, comprometendo o sistema bancário americano, restringindo a liquidez e formando uma grande bolha especulativa, rebatendo firmemente no setor produtivo da economia, ou seja, o lado nominal da economia começava a contaminar o lado real. Em outras palavras a crise chegava a seu limiar.

Como reação a toda essa situação, os bancos centrais americano e europeu agiram rapidamente, fornecendo liquidez ao mercado para evitar um colapso imediato, e o banco central americano iniciou uma agressiva redução do compulsório e das ta-

xas de juros. Adicionalmente, o governo americano começou a atuar de forma ativa, inclusive “estabilizando” instituições financeiras, como a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*, bem como financiando um dos maiores grupos financeiros do mundo, a seguradora *American International Group (AIG)*, com forte alegação que os custos da crise seriam majorados caso o Estado não atuasse de forma pró-ativa (GOÉS; FREITAS; 2008).

Neste contexto de crise sistêmica, entende-se que a atitude imediata adotada pela autoridade norte-americana para salvar a economia de um colapso ainda maior no curto prazo foi a mais sensata do ponto de vista do conjunto da economia. Porém, como estratégias de médio e longo prazo, o plano maior para reativar o funcionamento do sistema financeiro e, conseqüentemente garantir a estabilidade macroeconômica da economia deve ser resultado de uma ação coordenada de política econômica de cunho internacional que contemple uma rígida reforma no sistema financeiro, que preze pela transparência combinada com forte regulamentação dos mercados financeiros. Caso contrário, o Estado será sempre avalista dos prejuízos impostos pelo mercado no momento de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistente crise de crédito em Wall Street, eclodida em 2007, a partir do estouro da bolha especulativa do mercado imobiliário, decorrente da liquidez verificada nos créditos hipotecários, vem provocando um efeito em cadeia, ensejando inimagináveis desvalorizações dos ativos financeiros e das commodities e a derrocada de importantes instituições financeiras, algumas que até pouco tempo figuravam como exemplo de solidez financeira.

Entretanto, cabe ressaltar que qualquer projeção e prognóstico sobre a crise, tais como as realizadas por agências de risco e organismos multilaterais são meras conjecturas baseadas em sofisticados modelos econométricos, que por não conseguirem captar a confiança dos agentes econômicos tornam-se inadequados para presumir os reais impactos da crise mundial. O presente estudo objetivou fazer uma leitura teórica da crise, o que necessariamente não significa o esgotamento da

temática, mas sim um exercício que visa contribuir com o debate a cerca do assunto.

Em suma, conforme a HIF de Minsky, o capitalismo é cíclico e sujeito a crises e sua recuperação só será possível caso o setor bancário mundial seja reestruturado, com a conseqüente restauração do fluxo de crédito. Assim, os aspectos fundamentais diante dessa crise seriam a forma de minimizar seus efeitos negativos na economia real e a necessidade de regulamentação e reforma do sistema financeiro mundial.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. P. Z. Readaptando a hipótese de instabilidade financeira (Minsky está morto?). *Leituras de Economia Política*, Campinas, n. 3, 1996.
- BUENO, N. P. Um critério de demarcação para a abordagem da economia política. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.
- CARAMASCHI, V. Cenário macroeconômico: entendendo a crise dos subprimes. São Paulo. Fator corretora 2007.
- CARVALHO, F. J. Cardim de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. (Org). *Ensaio sobre economia política moderna*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, p. 5-21, out./dez. 1986.
- COSTA, Fernando Nogueira da. (Im)propriedades da moeda. *Revista de Economia Política*, v.13 n.2, p.61-75, abr./jun.1993.
- _____. Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999.
- GERMER, C. M. "Economia monetária" ou "economia capitalista". *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, 1996. Número Especial.
- GÓES, T.; FREITAS, U. A crise americana e dúvidas sobre a validade metodológica do hardcore da teoria econômica. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador n. 161, out./dez, 2008.
- KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Os Economistas)
- LUCAS, R.; SARGENT, T. J. After keynesian macroeconomics. In: LUCAS, R.; SARGENT, T. J. (Orgs). *Rational Expectations and Economic Practice*. Londres, Allen & Unwin, 1981.
- MAGALHÃES, M. A. de. Explicando os ciclos de negócio. Disponível em: < www.cepe.ecn.br/matheus.pdf >. Acesso em: 16 ago. 2007.
- MINSKY, H. The financial instability hypothesis. The Jerome Levy Institute of Bard College. Work Paper n. 74, 1992. Disponível em: <http://www.levy.org/>. Acesso em: março de 2009.
- MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Teoria da firma bancária. In: LIMA, Gilberto Tadeu, PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de, SICSÚ, João (org). *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.171-189.
- PAULA, L. F de; JÚNIOR, A.J.Alves. Comportamento do bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskyano. *Análise Econômica*. Porto Alegre, n 39, mar. 2001.
- POSSAS, M. L. A cheia do mainstream.. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro: IE/UFRJ, n. 1, 1998.
- RESENDE, A. L. Sem lugar para festas. *Valor Econômico*, São Paulo, 09 fev. 2009.
- STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. In: LIMA, Gilberto Tadeu, PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de, SICSÚ, João (org). *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. P.149-170.
- VERCELLI, A. *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas*. New York, Cambridge University Press, 1991.
- WACKER, Thomas. *Entenda o subprime*. São Paulo: UBS Wealth Management Research, 2008.

Crise de 1929 e em 2009: 80 anos de (in)evoluções da economia mundial

João Teixeira dos Santos^A

Resumo

O ambiente econômico internacional é de elevada incerteza. Os agentes aguardam apreensivos a divulgação de novos indicadores e resultados da economia mundial. Com isso, permeia um clima de expectativa sobre as possíveis repercussões desses resultados nas diversas economias, sendo inevitável a comparação do atual cenário econômico com o da Grande Depressão vivida entre 1929 e 1933. Nesse sentido, o presente artigo visa elucidar algumas questões relativas a cada período, na tentativa de demonstrar os principais fatores desencadeadores, a evolução de cada cenário e analisar as ações tomadas pelos governos no sentido de recuperar o ritmo de evolução da economia. Com o objetivo de se demonstrar as (in)evoluções da economia mundial após 80 anos.

Palavras-chave: Crise de 1929. Grande Depressão. Crise financeira internacional. *Subprime*. Economia mundial.

Abstract

The international economic environment is of high uncertainty. The officials concern pending the release of new indicators and results of the global economy. With this, permeates a climate of expectation on the possible implications of these results in various economies, and the inevitable comparison with the current economic scenario of the Great Depression lived between 1929 and 1933. Accordingly, this article aims to clarify some issues relating to each period in an attempt to demonstrate the main factors triggering the evolution of each scenario and analyze the actions taken by governments to recover the pace of development of the economy in order to demonstrate the changes in the world economy after 80 years.

Keywords: *Crisis of 1929. Great Depression. The international financial crisis. Subprime. World economy.*

INTRODUÇÃO

O ambiente econômico internacional é de elevada incerteza. Os agentes aguardam apreensivos a divulgação de novos indicadores e resultados da economia mundial. Com isso, permeia um clima de expectativa sobre as possíveis repercussões desses resultados nas diversas economias, sendo inevitável a comparação do atual cenário econômico com o da Grande Depressão vivida entre 1929 e 1933.

Esse sentimento de comparação por si só já causa preocupação, pois a Grande Depressão é vista como o pior e mais longo período de recessão da economia mundial desde o início do século XX. Essa crise surgiu inicialmente no âmbito da produ-

ção, atingiu fortemente a economia real através de altas taxas de desemprego e quedas drásticas na produção e, conseqüentemente, no PIB dos países capitalistas.

Nesse sentido, o presente artigo visa elucidar algumas questões relativas a cada período, na tentativa de demonstrar os principais fatores desencadeadores, a evolução de cada cenário e analisar as ações tomadas pelos governos no sentido de recuperar o ritmo de evolução da economia.

Para tanto, será analisada a Grande Depressão iniciada em 1929, sua origem, desdobramentos e tratamento. Em seguida o foco é a atual crise financeira, sua origem, desdobramentos e as medidas tomadas para se estabilizar a economia. São confrontados os dois períodos, para então finalizar a análise com a descrições de algumas (in)evoluções na economia mundial, no recorte estudado.

^A Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joao-teixeira@sei.ba.gov.br

CRISE DE 1929-1933: A GRANDE DEPRESSÃO

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia norte-americana encontrava-se superaquecida, impulsionada principalmente pela demanda dos países europeus que estavam em guerra e necessitavam importar *commodities* e produtos industrializados. Ainda no pós-Guerra, a economia norte-americana estava impulsionada com as vendas para a reconstrução dos países afetados pelo conflito. Nessa situação, a indústria dos EUA produzia e exportava grandes quantidades, dinamizando a economia, gerando empregos e acumulando divisas.

O clima de otimismo se fez acompanhar de grandes investimentos na capacidade produtiva. Para tal, os empresários norte-americanos captavam recursos de duas maneiras: adquirindo empréstimos junto a instituições financeiras e captando recursos com a emissão e venda de ações em mercado aberto. Na primeira situação, eram apresentadas como garantia aos bancos muitas vezes ações das empresas, as propriedades fundiárias, equipamentos e instalações. Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA passaram de maior devedor a maior credor da economia mundial, financiando a reconstrução dos países europeus.

Entretanto, no final da década de 1920, com o avanço da reconstrução das nações europeias, esses países reduziram drasticamente suas importações, o que impactou diretamente nas exportações agrícolas e industriais dos EUA. Como o aumento dos salários não foi proporcional ao aumento da produtividade na indústria e na agricultura, o mercado interno norte-americano não foi suficiente para absorver toda a produção, e instalou-se uma crise de superprodução.

Como os americanos importavam muitos produtos e insumos para sua produção, a consequente redução dessas importações afetou também os países que exportavam para os EUA, alastrando a crise pelas economias capitalistas.

Nesse contexto, houve uma redução nos preços e no nível de emprego, o que aprofundou a crise

no sistema produtivo dos EUA. O aumento dos estoques elevou os custos de armazenamento das empresas e dos agricultores, que foram obrigados a reduzir ou parar a produção e demitir seus funcionários. A redução das receitas inviabilizou o pagamento dos empréstimos aos bancos, o que levou a crise para a esfera financeira, pois as garantias dos empréstimos não foram suficientes para suprir o rombo dos bancos.

O sistema bancário americano era diferente do europeu. Enquanto a Europa contava com grandes bancos estruturados e capitalizados

com a revolução industrial, o sistema bancário americano era composto por bancos pequenos e médios que não suportaram a carga de empréstimos oferecidos. Desse modo, a falta ou pouca regulação no sistema financeiro americano contribuíram para o agravamento da crise.

A turbulência ficou maior devido à especulação financeira. Apesar da crise na esfera real da economia, os investidores mantiveram suas especulações em ações. De modo que os papéis emitidos pelas empresas para captar recursos continuavam supervalorizados e não condiziam com sua real situação. Quando os preços das ações começaram a cair, os acionistas tentaram se desfazer dos papéis, mas não havia demanda interessada em investir no mercado financeiro. Essa situação resultou na queda dos preços das ações e provocou, em 24 de outubro de 1929, a “quinta-feira negra” com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que se alastrou para as bolsas de Londres, Berlim e Tóquio.

A crise repercutiu rapidamente pelo mundo, devido à interdependência do sistema capitalista. Os EUA eram, após a Primeira Guerra Mundial, o maior credor dos países europeus e latino-americanos, e passaram a exercer forte pressão no sentido de receberem seus pagamentos. Com a quebra industrial, o abastecimento do mercado latino-americano foi afetado, provocando a falta de produtos e a elevação de preços nesses países, as importações norte-americanas diminuía e mais uma vez os países latinos sentiam os efeitos da crise, pois

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia norte-americana encontrava-se superaquecida, impulsionada principalmente pela demanda dos países europeus que estavam em guerra e necessitavam importar *commodities* e produtos industrializados

viviam da exportação de gêneros primários ou mesmo supérfluos, como o café no Brasil.

Na medida em que a economia europeia se re-traía, as áreas coloniais na Ásia e na África eram afetadas, pois aumentava a exploração das potências imperialistas. O único país a não sentir os efeitos da crise foi a URSS, que naquele momento encerrava o primeiro Plano Quinquenal e preparava o segundo, ou seja, desenvolvia uma economia fechada, que não se utilizou de recursos externos, apesar das grandes dificuldades do país após a Revolução Russa e a Guerra Civil.

O TRATAMENTO DA CRISE DE 1929:

Curiosamente, o senso de catástrofe e desorientação causado pela Grande Depressão foi talvez maior entre os homens de negócio, economistas e políticos do que entre as massas. O desemprego em massa, o colapso dos preços agrícolas as atingiram com força, mas elas não tinham dúvida de que havia alguma solução política para essas injustiças inesperadas – na esquerda ou na direita – até o ponto em que os pobres podem esperar que suas modestas necessidades sejam satisfeitas. Foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas. (HOBBSAWN, 1995.)

No período entreguerras (1919-1939), a economia mundial procurou encontrar caminhos para sua recuperação a partir do liberalismo de Estado, ao mesmo tempo em que se consolidava o capitalismo monopolista. Nessa situação, as grandes empresas e os conglomerados financeiros possuíam liberdade para tomar suas decisões, voltadas essencialmente ao aumento de seus respectivos capitais. Houve uma espécie de fusão entre os capitais produtivos e financeiros, com a formação de grandes empresas que eram responsáveis pela produção em larga escala, reduzindo custos e assolando os produtores menores.

Com a eclosão da crise, a economia liberal foi posta em debate. E a partir de meados da década de 1930, a maioria das economias capitalistas tinha mudado seus representantes de Estado e suas políticas

É nesse contexto que se instala a crise de superprodução nas economias capitalistas. Inicialmente, com as perturbações no sistema monetário, o comércio mundial retrocedeu consideravelmente. Com isso, os países passaram a disputar ferrenhamente novos mercados, o que era cada vez mais difícil devido à industrialização dos países além-mar – EUA e Japão –, além da Rússia. O resultado foi um verdadeiro “salve-se quem puder”, num jogo de cada um contra todos. Esse jogo de conquista

de mercados com cada vez maiores barreiras à entrada (devido aos custos de transporte da época) resultou no abandono universal do livre-câmbio, na intensificação do protecionismo com políticas de defesa e isolamento contra mercadorias, homens e moedas de outras partes do mundo.

Entretanto, esse protecionismo exarcebado não teve como se manter, pois o sistema capitalista já se apresentava interdependente, com os países produtores de manufaturados dependendo dos países produtores de matérias-primas, e vice-versa. Assim, as economias nacionais se fecham umas às outras.

A Inglaterra encolhe-se em suas colônias e seus Domínios, a França em seu Império, a Alemanha e os Estados da Europa Oriental evoluem para a autarquia e o protecionismo; nos Estados Unidos, o *New Deal* é essencialmente orientado para o mercado interno. (MARQUES, 2003.)

A recuperação se dá a partir do mercado interno, apesar desse mercado, em alguns casos, como Inglaterra e França, se estender além das fronteiras de cada país. Também se observa mudanças no campo geopolítico.

Com a eclosão da crise, a economia liberal foi posta em debate. E a partir de meados da década de 1930, a maioria das economias capitalistas tinha mudado seus representantes de Estado e suas políticas. Nas palavras de Hobsbawn (1995):

A mudança nem sempre foi tão imediata quanto na América Latina, onde doze países mudaram de governo ou regime em 1930-31,

dez deles por golpe militar. [...] Na Europa e Japão, deu-se uma impressionante virada para a direita, com exceção da Escandinávia, onde a Suécia entrou em seu governo social-democrata de meio século em 1932, e na Espanha, onde a monarquia Bourbon deu lugar a uma infeliz e, como se viu, breve República em 1931. [...] quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares – Japão (1931) e Alemanha (1933) – constituiu a consequência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão.

Em relação aos países exportadores de matérias-primas ou produtos primários, a crise os afetou com a redução dos preços de seus produtos no mercado internacional. A política então foi na tentativa de industrializar a base produtiva internamente e restringir a importação de produtos manufaturados, num processo de substituição de importações. No Brasil, por exemplo, se observa a migração de capital do café e o início da industrialização concentrada no Estado de São Paulo.

Mas ainda persiste o grande problema do desemprego, devido à diminuição do ritmo da produção nos diversos setores e países. Aliado com as teorias de John Keynes, e indo contra a doutrina liberal, surge o Estado como principal investidor. Com investimentos voltados principalmente para infraestrutura, a partir de grandes obras públicas, no intuito de movimentar a economia e gerar empregos. Nos EUA esse processo denominou-se de *New Deal*, plano posto em prática pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, eleito em 1932. Além da criação de direitos e políticas de assistência à classe trabalhadora, como seguro desemprego.

Como se observa, essa crise deu espaço para novas doutrinas e concepções da realidade. Tais mudanças se deram nos campos da política, da economia e do contexto social. As teorias que apontavam que não seria possível sair da crise sem uma intervenção e regulação maior do Estado na economia, na política e no social foram se consolidando cada vez mais. Com o desenrolar da crise, nem os políticos, tampouco a população, acreditavam nos mecanismos automáticos de regulação da economia: os capitalistas.

CRISE DE 2009

Durante três décadas as empresas e organizações defenderam o livre mercado, com redução do papel do Estado na dinâmica da economia. Esse livre mercado foi defendido para assegurar o equilíbrio dos processos econômicos e a livre concorrência, acreditando no conceito da “mão invisível” do mercado defendido por Adam Smith e aprimorado pelos (neo)liberais como um mercado autorregulado.

Atualmente, a crise financeira que está instalada no epicentro da economia capitalista vem demandando ações dos Estados para suprir falhas de mercado que foram sendo acumuladas. Nas palavras de Ladislau Dowbor: “Com a fragilização do Estado e a falência da autorregulação, gerou-se simplesmente o caos.” E a crise se desencadeou da maneira que se narra a seguir.

Em junho de 2007, o banco norte-americano *Bear Stearns* anuncia a redução de cerca de 30% no lucro do segundo trimestre devido aos créditos imobiliários. No mês seguinte, a *Countrywide Financial*, maior empresa do ramo de crédito hipotecário dos Estados Unidos, divulga queda no lucro e reduz projeções para os meses seguintes. Inicia-se então um processo de crise no sistema financeiro dos Estados Unidos. Em 2008, os efeitos desta crise se tornam mais evidentes e contundentes. O ano de 2009 se inicia com perspectivas de decréscimo do comércio mundial, o primeiro desde 1982, com proporções tão catastróficas que surge a comparação com o período da Grande Depressão (1929-1933).

Observa-se que a manifestação da crise atual se deu a partir da esfera financeira, mas seus efeitos já estão sendo perceptíveis na esfera real da economia, com redução do ritmo nas indústrias e aumento do desemprego nas principais economias do globo, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Visto isso, analisaremos a origem da crise que surgiu a partir do colapso do mercado de hipotecas *subprime* no mercado de crédito e imobiliário dos EUA. Existem fatores macroeconômicos e microeconômicos que desencadearam a atual crise.

Entre os fatores macroeconômicos, destaca-se o longo período de baixas taxas de juros no mercado de crédito norte-americano – os juros atingiram a taxa de 1% ao ano em junho de 2003, permane-

cendo nesse nível até junho de 2004. Este período estimulou o mercado de crédito, impulsionando a demanda interna afetada pelos atentados de 11 de setembro. Esse aumento da procura por crédito fez com que os bancos aceitassem um nível maior de risco em suas transações, através de hipotecas *subprime*. Entretanto, seguindo a lei da oferta e da procura, esse estímulo no mercado de crédito intensificou a procura por imóveis, que passaram por um ciclo de alta nos seus preços: o *boom* do mercado imobiliário norte-americano.

Em relação aos fatores microeconômicos, destacam-se a falta de regulamentação dos mercados financeiros, o excesso de confiança nos mecanismos de transferência de riscos e a alta liquidez, que contribuíram para a criação de produtos sofisticados como os títulos lastreados, cujos riscos resultaram em apreçamentos inadequados dos ativos.

Assim, a crise do mercado de hipotecas *subprime* teve início, por sua vez, com o boom do mercado imobiliário. As operações *subprime* caracterizavam-se por: empréstimos de longo prazo, em geral de 30 anos, divididos em dois períodos distintos. Nos dois ou três primeiros anos, as taxas de juros eram fixas e relativamente baixas. Já no período seguinte, que seguia até o final do contrato, as taxas de juros eram mais elevadas e reajustadas pe-

riodicamente com base em taxas praticadas pelos bancos. (A CRISE ..., 2009.)

A partir de junho de 2004, as taxas de juros dos EUA começaram a aumentar e em 2005 o mercado imobiliário norte-americano ainda estava aquecido. Essa situação se mantinha sustentável, pois com os preços dos imóveis em alta os devedores conseguiam renegociar o contrato, apesar de as condições ficarem mais favoráveis aos bancos.

Entretanto, em 2006 o mercado imobiliário já apresentava saturação, com conseqüente queda na demanda por imóveis, que em conjunto com o aumento das taxas de juros, que chegaram a 5,25% ao ano em 2006, dificultavam o pagamento das prestações por partes dos títulos hipotecários *subprime*.

Nesse contexto, se instalou um clima de incerteza sobre o pagamento dessas hipotecas. A inadimplência das hipotecas *subprime* aumentou bruscamente, passando de 2,1% no primeiro trimestre de 2007 para 5,1% no terceiro trimestre de 2008. Esse clima se manifesta em toda a esfera financeira norte-americana, pois devido ao excesso de confiança nos mecanismos de transferência de riscos, esses títulos eram repassados entre as instituições financeiras como lastro nas operações de captação recurso, conforme a Figura 1.

COMO COMEÇOU A CRISE



Figura 1
Como começou a crise

Fonte: ENTENDA a evolução da crise que atingiu a economia dos EUA. Folhaonline. 3 fev. 2009.

Em suma, atualmente a dinâmica econômica financeira apresenta um clima de incerteza, onde as perdas contábeis de bancos e companhias de valores imobiliários estão estimadas em US\$ 955 bilhões, desde julho de 2007 (A CRISE ..., 2009). Os bancos envolvidos sinalizam reconhecer o não recebimento das hipotecas *subprime* e o que seria chamado de calote, aqui no Brasil, levou desconfiança para os agentes econômicos de todo o globo, gerando uma crise de liquidez. Essa situação já se reflete nos agregados econômicos reais, com redução do ritmo de produção, investimento e emprego.

No âmbito da produção, o Fundo Monetário Internacional (FMI), após analisar o grupo dos 20 países industrializados e economias de mercado emergentes (G-20), aponta uma contração da economia mundial, a primeira após 60 anos.

Tabela 1 Variação do Produto Interno Bruto Real dos países do G20			
	Variação anual em %		
Variação PIB Real	2007	2008 ¹	2009 ²
Mundo	5,2	3,2	- 1,0 a - 0,5
Economias avançadas	2,7	0,8	- 3,5 a - 3,0
EUA	2,0	1,1	- 2,6
Área do EURO	2,6	0,9	- 3,2
Japão	2,4	- 0,7	- 5,8
Economias emergentes	8,3	6,1	1,5 a 2,0

Fonte: Boletín Digital del FMI, Washinton, D.C., mar. 2009.

Notas: ¹ Estimativas

² Projeções

O TRATAMENTO DA CRISE ATUAL

O credo liberal e a panaceia dos mercados “eficientes” ou “autorregulados” foram sumariamente abandonados e o Estado assumiu, com maior (Inglaterra) ou menor (Estados Unidos) grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos, pela redução das taxas de juros básicas e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito. (MAZZUCHELLI, 2008)

Considerando a origem da atual crise – o sistema financeiro –, os governos têm agido, inicialmente, no sentido de minimizar as perdas envolvendo

as operações *subprime* e no sentido de garantir a liquidez ao mercado e, assim, restabelecer a confiança no mercado financeiro. Para tal, foram aprovados pacotes de ajuda financeira com a injeção de grandes quantias no mercado e ajuda direta às principais instituições envolvidas com as perdas nas operações *subprime*. Para garantir liquidez, foram ainda adotadas medidas em conjunto pelos principais Bancos Centrais do globo, alterando as alíquotas e regras de recolhimento compulsório e de redução das taxas de juros, reduzindo o custo de aquisição de capital.

Destaca-se a decisão de o governo americano disponibilizar US\$ 2,25 trilhões, sendo US\$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US\$ 500 bilhões para garantir os depósitos nos fundos mútuos e US\$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos. O Banco Central americano (Federal Reserve) aumentou ainda para US\$ 900 bilhões seus acordos de troca de moedas com dez bancos centrais (Austrália, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Nova Zelândia, Japão, Noruega, Suécia, Suíça e Banco Central Europeu) para ampliar a liquidez em dólares nos principais centros monetários. Os países da União Europeia (Alemanha, França, Holanda, Espanha, Áustria, Portugal, Reino Unido e Suécia) e a Noruega, por sua vez, disponibilizaram US\$ 2,75 trilhões para garantir as operações interbancárias. Além disso, a Itália anunciou disponibilizar “o quanto for necessário” e a Polônia sinalizou plano semelhante. (MAZZUCHELLI, 2008)

Numa perspectiva cada vez mais dramática, as previsões das principais instituições econômicas mundiais se atualizam apontando um decréscimo cada vez maior para a economia global, o primeiro após 60 anos.

Tomaram-se também medidas de caráter fiscal, com a redução de impostos sob a população e setores estratégicos para estimular o consumo na tentativa de dinamizar a economia e assegurar postos de trabalho, principalmente na indústria. Nos EUA foram reduzidos impostos sobre a classe média e oferecidos incentivos a empresários, enquanto no Brasil foi adotada a redução do Imposto sob Produtos Industrializados (IPI), que contribuiu para a recuperação da indústria automobilística. Ações desse tipo foram

tomadas em outras economias, mas não garantiram a permanência de todos os postos de trabalho.

Na reunião da cúpula do Grupo dos 20 (G20), formado pelas 20 principais economias do globo, acontecida no início de abril deste ano, destacaram-se algumas ações no intuito de reafirmar-se a necessidade dos países mais desenvolvidos subsidiarem a superação da crise financeira. Nesse sentido, foi firmado um compromisso de se fortalecer o FMI. Isso elevou de US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões os recursos disponíveis para empréstimos aos países. Além desse valor, mais US\$ 250 bilhões para aumentar as reservas internacionais dos países.

A cúpula também discutiu artifícios para regular as atividades financeiras e reprimir os paraísos fiscais. O G20 estabeleceu a criação de um Painel de Estabilidade Financeira para discutir maneiras de se regular os mercados e especulações financeiras.

No âmbito do comércio internacional, destinaram-se mais US\$ 250 bilhões, além do valor reservado ao FMI, para se restabelecer o crédito às exportações por meio de instituições internacionais, além de reforçar a intenção de combate ao protecionismo. Esse combate seria responsabilidade da Organização Mundial do Comércio (OMC), através do monitoramento daqueles que adotarem medidas protecionistas.

Os Banco Centrais abandonaram o discurso (neo) liberal e partiram para o socorro de instituições com ajudas diretas nunca vistas anteriormente, em ações caracterizadas como clássicas e, sobretudo, tipicamente keynesianas. Ficou clara a disposição para a intervenção estatal, sem o protecionismo exercido em 1929, e a adoção de políticas econômicas em conjunto pelas principais economias do globo como um elemento determinante na tentativa de recuperação da economia mundial.

CRISE DE 1929 X CRISE DE 2009

Seguramente, o peso da riqueza financeira em relação ao produto, a sofisticação (e

opacidade) das operações financeiras e a interligação entre os vários segmentos dos mercados em escala global são hoje infinitamente maiores do que no final da década de 1920. A dimensão recente alcançada pela riqueza financeira (US\$ 229,7 trilhões em dezembro de 2007, mais de quatro

vezes superior ao PIB mundial) e a escala real ou nacional das perdas incorridas sugerem que estamos diante de um processo monumental de desvalorização de ativos, muitas vezes superior ao que se assistiu há quase oitenta anos. De acordo com a Federação Mundial das Bolsas de Valores, a desvalorização da riqueza acionária global somou US\$ 29,5 trilhões entre outubro de 2007 e outubro de 2008. (MAZZUCHELLI, 2008)

vezes superior ao PIB mundial) e a escala real ou nacional das perdas incorridas sugerem que estamos diante de um processo monumental de desvalorização de ativos, muitas vezes superior ao que se assistiu há quase oitenta anos. De acordo com a Federação Mundial das Bolsas de Valores, a desvalorização da riqueza acionária global somou US\$ 29,5 trilhões entre outubro de 2007 e outubro de 2008. (MAZZUCHELLI, 2008)

A crise de 1929 surgiu na esfera real da economia e se alastrou pelo mercado financeiro, devido às especulações em torno do valor das ações de empresas nas bolsas de valores e da fragilidade da regulação nesse mercado. A crise atual fez o caminho inverso, instalou-se inicialmente no mercado de títulos *subprime* e já atingiu a economia real, com impactos negativos na produção, no comércio e no mercado de trabalho mundial.

Apesar das crises terem surgido em esferas diferentes, uma na economia real e outra no mercado financeiro, a crise de 1929 e a crise atual apresentam muitas semelhanças. As duas possuem como um dos fatores de origem a falta ou pouca regulamentação dos mercados e se deram num contexto de políticas (neo)liberais de mercados autorregulados. Apresentaram também um forte ponto de inflexão, pois passaram do *boom* da produção (crise 1929) e do *boom* imobiliário (crise 2009) para períodos de elevada incerteza e de recessão ou expectativa de recessão no comércio e produção mundial. Ou seja, apresentavam políticas e momentos econômicos similares.

As revoluções ocorridas nesses 80 anos – nos fluxos de informações, nos meios de comunicação e de transporte – diferenciam a velocidade e intensidade da propagação das crises de duas formas: em caráter positivo e negativo. Uma maior velocidade

de das informações contribui no sentido de se uniformizar as informações e de se integrar o combate à crise no atual momento da economia capitalista, algo que não aconteceu em 1929. Por outro lado, a modernização dos meios de transporte, no aumento dos fluxos de informações e a conseqüente redução nos custos de logística, facilitam a venda em outros mercados, aumentando a competitividade internacional entre as empresas, e dificultando as indústrias nacionais. Além desse maior fluxo e ritmo de informações permitir que a crise transborde pelas economias mais rapidamente e possibilitar que ela atinja maior número de países, com o aumento da interdependência entre os mercados.

Entretanto, o que pode ser dito até então é que a velocidade, intensidade e efetividade das ações tomadas pelos Governos são hoje muito maiores. Apesar do Governo norte-americano, ainda sob a presidência de George Bush, ter hesitado em combater a crise imediatamente, quando se efetivou a necessidade de ajuda as instituições financeiras foram tomadas providências por parte dos Governos. Desse modo, apesar da atual maior complexidade e integração da economia mundial, a crise deve ser mais amena que a verificada em 1929, denominada Grande Depressão.

Vamos analisar nesta seção como e porque chegar a essa conclusão. Primeiramente, a partir da eclosão da crise atual, os governos foram mais ágeis no abandono da doutrinas (neo)liberais em relação ao período da Grande Depressão, e partiram para o socorro das instituições envolvidas com títulos *subprime*. Algo que não aconteceu em 1929, quando as ações expansionistas eram vistas com suspeição por alimentar a inflação e precipitar, dessa forma, a desvalorização cambial (MAZZUCHELLI, 2008).

Outro fator importante é o ambiente geopolítico. A Grande Depressão iniciou-se após a Primeira Guerra Mundial, com alguns países voltados para dentro. Nesse ambiente, qualquer negociação de

cooperação entre os países se tornava mais complexa, e o que aconteceu foi reflexo disto, com os países tomando decisões isoladas, a fim de superar a crise a qualquer custo através de ações protecionistas. Atualmente, na geopolítica existem alguns conflitos pontuais, sobretudo no oriente. Mas existem órgãos e instituições internacionais para opinar e intervir nas decisões de conflito, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A democracia e a cooperação internacional estão em evidência.

Isso se verifica também no ambiente econômico. Os paí-

ses estão se reunindo e discutem soluções para a crise atual, adotam ações em conjunto e dialogam no sentido de superação da crise. Estas ações são tomadas em conjunto com o mesmo propósito pelos Bancos Centrais e pelas instituições financeiras internacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. O G20 apresentou, recentemente, diversas ações para garantir que as economias mais desenvolvidas subsidiem as economias menos desenvolvidas a superarem a crise, além de registrarem a intenção de repelir ações de caráter protecionistas, através da OMC.

As ações de regulação do mercado financeiro acontecem agora de maneira global, no sentido de se garantir a liquidez do mercado e minimizar os efeitos negativos da especulação, enquanto na crise de 1929 a regulação implicava a imposição de regras para garantir que se reduzissem as importações e a saída de recursos do país de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo a descrição da crise de 1929 e de 2009, e a análise dos tratamentos de cada cenário, pode-se chegar a algumas conclusões. Serão destacadas as (in)evoluções, no contexto apresentado, da economia mundial após o intervalo de 80 anos entre as duas crises.

Como involução, destaca-se a manutenção da frágil regulação dos mercados. O capitalismo é

As ações de regulação do mercado financeiro acontecem agora de maneira global, no sentido de se garantir a liquidez do mercado e minimizar os efeitos negativos da especulação, enquanto na crise de 1929 a regulação implicava a imposição de regras para garantir que se reduzissem as importações e a saída de recursos do país de origem

voltado para a geração, acúmulo e concentração de riqueza, a partir de atividades da esfera real ou financeira da economia. Nesse sentido, as duas crises mostram que a economia não pode ser regulada pelos capitalistas, pois o caráter especulativo e acumulativo se mostra muito eficiente nos períodos de crescimento, mas quando existem incertezas no mercado e o conseqüente risco, os agentes se voltam exclusivamente para a liquidez e acumulam suas riquezas em ambientes seguros.

Outra involução é o comportamento individualista dos capitalistas, pois nos períodos de crescimento econômico e aumento dos lucros as empresas batem recordes de lucro, mas não o distribuem proporcionalmente aos funcionários. Apesar de apresentarem uma maior demanda por funcionários – reduzindo o desemprego –, não existem efeitos multiplicadores consistentes para a sociedade. Entretanto, com a possibilidade de queda nas vendas e, conseqüentemente, nos lucros, os Governos se viram forçados a intervir de maneira a garantir recursos para as empresas. Ou seja, o dinheiro dos contribuintes, que deveria ser utilizado em melhorias para a sociedade, é destinado a empresas privadas.

Na evolução da economia mundial, no contexto apresentado, destaca-se o aprendizado no tratamento da atual crise. As ações foram tomadas em conjunto. Com rapidez se abandonou o discurso (neo)liberal. Os Bancos Centrais dialogaram e caminharam numa mesma direção. Ao invés de competirem, aliaram-se num mesmo objetivo: superar a crise. Esse objetivo ultrapassou a esfera econômica e se deu também na esfera geopolítica, com o compromisso de ser mantido o livre comércio.

Evolução também na velocidade e qualidade dos fluxos de informações e dos meios de transporte. Novos mecanismos de logística e *softwares* avançados são importantes ferramentas no entendimento e combate a incertezas na economia mundial. As grandes empresas disponibilizam periodicamente informações detalhadas sobre a situação financeira da instituição e contribuem para a transparência. Existe também uma maior preocupação com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Fatores que atualmente influenciam a decisão dos investidores no mercado financeiro e dos consumidores na economia real.

Desse modo, passaram 80 anos e a economia capitalista apresenta o mesmo calcanhar de Aquiles: os capitalistas. A crise atual demonstra mais uma vez a necessidade de se regular os mercados e de garantir limites na transferência de riscos e no comportamento de maximização dos agentes.

Entretanto, em suma, acredita-se numa superação da crise com menos sequelas que em 1929. Até porque, na ocasião anterior, a crise culminou na Segunda Guerra Mundial, algo que atualmente não possibilita a sobrevivência da espécie humana, devido ao poder bélico das nações e às conseqüências não serem suportadas pelo meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- AUMENTA o calote a cartões de crédito nos EUA. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/08/aumenta-calote-cartoes-de-credito-nos-eua-754753734.asp>>. Acesso em: 8 mar. 2009.
- BOLETÍN DIGITAL DEL FMI. Washington (DC), mar. de 2009.
- BRANCO, Estácio L. C. *A crise econômica de 1929*. Disponível em: <<http://eduquenet.net/criseeconomica29.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- A CRISE internacional e possíveis repercussões: primeiras análises. *Comunicado da Presidência-IPÊA*. São Paulo, n. 16, jan. 2009.
- CROUZET, Maurice. A grande depressão. In: *História geral das civilizações*. VII – A Época Contemporânea. São Paulo: Difel, 1977, p. 128-130.
- DOWBOR, Ladislau. *Crise abre espaço para repensar Estado e desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2009.
- ENTENDA a evolução da crise que atingiu a economia dos EUA. *Folhaonline*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498060.shtml>>. Acesso em: 3 fev. 2009.
- FIORI, José Luis. *Os economistas e a crise*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2009.
- GALBRAITH, J. K. Dias de boom e de desastre. In: ROBERTS, J.M. *História do século XX*. Lisboa: Presença, 2007. p. 1331-2.
- G20 aumenta poder de fogo do FMI para US\$ 1 trilhão. *Portal Exame*. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/economia/g20-aumenta-poder-fogo-fmi-us-1-trilhao-432640.html>>. Acesso em: 05 abr. 2009.
- HOBBSBANW, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LICHTENSZTEJN, Samuel. A crise financeira internacional: condições e implicações. *Revista de Economia Política*, Ciudad del México, v. 3, n. 2, p. 27-49, abr./jun. 1983.

MARQUES, Adhemar Martins. A Crise de 1929. In: *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 155-166.

MAZZUCHELLI, Frederico. *A crise em perspectiva: 1929 e 2008*. Disponível em: <<http://www.tecnologiasa.com.br/2008/10/31/a-crise-atual-em-uma-perspectiva-historica-1929-e-2008>>. Acesso em: 2 mar. 2009.

MERCADANTE, Aloísio. *Sombras de 1929*. Disponível em: <<http://www.mercadante.com.br/astigos>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crise financeira?* Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15900&boletim_id=544&componente_id=9429>. Acesso em: 1 abr. 2009.

SINGER, Paul. *As políticas Keynesianas à prova*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1903200908.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976, p. 296-97.

TROTSKI, Leon. *Os Estados Unidos após a crise de 1929*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

VAZQUEZ DE PRADA, Valentin. *História econômica mundial II*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1978, p. 372-73.

WILHEIM, Jorge. *Crise: o urgente e o básico*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200909.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

REFLEXÃO

O dinheiro e a crise de civilização

*Charles Eisenstein^A**

Suponha que você tenha me dado um milhão de dólares com as seguintes instruções: “Invista esse dinheiro, faça-o dar lucro e eu vou te pagar muito bem.” Suponha que eu sou alguém que sabe muito bem como fazer isso acontecer. E por que não? Então, eu encaro o desafio e saio na rua e entrego uma pilha de dinheiro às pessoas que estão passando por ali. Dou dez mil dólares para cada uma. Em troca, cada uma delas tem de assinar um título de crédito de vinte mil dólares a serem pagos em cinco anos. Eu volto até você e digo: “Olha aqui esses títulos! Eu estou te dando um retorno de 20% ao ano para seu dinheiro”. Você fica muito satisfeito com o que eu consegui e me paga uma maravilhosa comissão. Agora eu tenho uma pilha enorme de títulos e decido usar esses “ativos” como garantia para tomar mais dinheiro emprestado. Vou vender esse dinheiro para mais pessoas que, como eu, vão acabar fazendo o mesmo que eu acabei de fazer. E isso vai dando voltas e voltas, com cada novo empréstimo se transformando no ativo de alguém, de modo que ele ou ela possa tomar mais dinheiro emprestado. Vamos todos ganhando um montão de dinheiro. Vamos ganhando grandes comissões e bônus, como o valor total de todos os ativos que criamos com “um milhão de dólares” iniciais (que você me deu para investir no mercado financeiro) e que agora aumentou cinquenta vezes mais.

Então, um belo dia, vence o prazo daquele primeiro lote de títulos de crédito. E agora adivinhe o que vai acontecer? A pessoa que assinou aquele título não vai poder me pagar de volta nesse momento. Na verdade, muitos dos que tomaram o dinheiro emprestado não vão poder pagar. Eu tento esconder essa situação embaraçosa por algum tempo, mas logo você começa a suspeitar que as coisas não estão bem. Você vai querer o seu milhão de dólares de volta em dinheiro vivo. Eu tento vender os títulos e o os derivativos em minhas mãos, mas todo mundo já está desconfiado e ninguém mais quer comprá-los. A empresa de seguros tenta cobrir minhas perdas, mas só vai poder fazê-lo vendendo os títulos que eu dei para ela!

Até que, finalmente, o governo entra em cena para comprar os títulos (podres), pagar a fiança da empresa de seguro e de todo mundo que estava com os títulos vencidos e os derivativos encalhados. O valor total de tudo isso agora já ultrapassou, e muito, o valor de um milhão de dólares. Eu e meus companheiros no empreendimento nos retiramos da jogada com o nosso lucro. E todo mundo (que não tinha nada a ver com isso) vai pagar por isso. Esse é o primeiro nível do que aconteceu com a indústria financeira nos últimos dez anos. Isso significa uma tremenda transferência de valor para uma elite financeira, que está

^A Matemático e filósofo pela Universidade de Yale. Escritor do livro *The Ascent of Humanity*, que trata e expande o assunto abordado neste ensaio. charles@panentheia.com

* Agradeço a tradução de Sônia Café.

sendo financiada pelos cidadãos que pagaram impostos (EUA), pelas corporações no exterior, pelo governo e, em última instância, pelos trabalhadores no exterior que indiretamente subsidiaram o débito americano, através do baixo poder de compra de seus salários.

Contudo, considerar a atual crise como meramente o resultado de um grande abuso da boa fé das pessoas é

o mesmo que perder o seu verdadeiro significado. Creio que estamos todos percebendo que uma era está chegando ao fim. Num nível mais superficial, é o fim da era da manipulação financeira não regulamentada e no “estilo cassino”. Mas os esforços atuais das elites políticas para consertar a crise nesse nível só vão ajudar a revelar as suas dimensões mais profundas. De fato, a crise está indo “direto para o mais fundo poço”. Ela surge da própria natureza do dinheiro e da propriedade no mundo de hoje e persistirá, continuará a se intensificar até que o próprio dinheiro seja transformado. Um processo que levou séculos para se completar está nos últimos estágios de seu desenvolvimento.

O dinheiro, assim como o conhecemos hoje, contém a crise e o colapso embutidos no seu “design” básico. Isso é assim porque o dinheiro se nutre dos juros, sustenta o sistema dos juros, na verdade, nasce dos juros. Para ver como isso funciona, consideremos algumas noções básicas de finanças. O dinheiro é criado quando alguém pede dinheiro emprestado a um banco (ou mais recentemente, um empréstimo disfarçado, pedido a algum outro tipo de instituição financeira). O débito é a promessa de pagar com dinheiro, no futuro, por algo que se compra hoje; em outras palavras, tomar dinheiro emprestado é uma forma de comércio adiado para mais tarde. Eu recebo alguma coisa agora (comprado com o dinheiro emprestado) e concordo em dar algo no futuro (um bem ou um serviço que eu venderei para ter o dinheiro para pagar de volta o débito). Um banco ou qualquer outro agente que empreste dinheiro só irá concordar em emprestá-lo se houver uma razoável expectativa de que você irá produzir bens e serviços de valores equivalentes. Essa “expectativa razoável” pode ser garantida na forma de cauções ou garantias ou

pode já estar codificada na capacidade de crédito que se tem na praça.

Em qualquer situação em que você usa dinheiro, você está teórica e essencialmente assegurando o seguinte: “Eu prestei um serviço ou eu tenho um bem que é equivalente ao valor do que estou tomando emprestado.” Se o dinheiro de que você dispõe é de um empréstimo, você já está di-

zendo que irá providenciar um bem ou um serviço a ser entregue no futuro. E agora vem a questão dos juros. O que motiva um banco a lhe emprestar dinheiro, em primeiro lugar? Os juros. Eles impulsionam a criação do dinheiro nos dias de hoje. Cada vez que o dinheiro é criado através do débito, uma necessidade de criar ainda mais dinheiro para o futuro surge. O montante de dinheiro deve crescer com o tempo, o que significa que o volume de bens e serviços também deve crescer. Se o volume de dinheiro cresce mais rápido do que o de bens e serviços, o resultado é a inflação. Se crescer mais devagar – por exemplo, com a diminuição do empréstimo – o resultado é recessão, falências ou deflação. O governo pode aumentar ou diminuir a oferta de dinheiro de muitas maneiras. Primeiro, ele pode criar dinheiro tomando-o emprestado de um Banco Central ou, no caso dos EUA, ao Federal Reserve. Esse dinheiro vai acabar como depósitos bancários e isso vai dar aos próprios bancos uma maior reserva, que vai ajudar a aumentar os empréstimos. Pode-se ver que a capacidade de criar dinheiro dos bancos é limitada pelas exigências das margens de lucro.

Tipicamente, um banco precisa segurar o dinheiro (ou depósitos no banco central) que se iguale a aproximadamente 10% dos depósitos totais de seus clientes. Os outros 90% ele pode emprestar e assim vai criando dinheiro novo. Esse dinheiro novo acaba voltando como depósito bancário, permitindo que 81% disso (90% de 90%) sejam emprestados outra vez. O dinheiro que o governo gasta e que foi emprestado pelo banco central age como uma semente para a criação de mais dinheiro novo. Dessa maneira, cada dólar de um depósito inicial acaba valendo nove dólares como dinheiro novo. (É claro que isso vai depender da vontade de emprestar do

banco! Num congelamento de crédito como o que está acontecendo durante essa crise, os bancos protegem as reservas excedentes e as injeções de dinheiro do governo são pouco eficazes).

Outra maneira de aumentar a reserva de dinheiro é diminuir as exigências em relação às margens dessa reserva. Na prática, isso raramente é feito, pelo menos diretamente. Contudo, na última década, vários tipos de empréstimos não-bancários têm circulado em torno dessa exigência de margem de reserva, através da sopa de letrinhas dos vários instrumentos financeiros que são anunciados nos noticiários. O resultado é que cada dólar da participação original foi alavancado não mais para nove vezes o seu valor, mas 70 vezes ou mais. Isso permitiu retornos do investimento muito além dos 5% disponíveis nas transações bancárias tradicionais, juntamente com pacotes de “compensação” para muito além dos sonhos da avareza.

Cada novo dólar que é criado vem com um novo dólar de débito – mais que um dólar de débito por causa dos juros. O débito é eventualmente redimido seja com bens/mercadorias e serviços ou com mais dinheiro emprestado, o qual vai ser redimido com mais dinheiro emprestado e que, eventualmente, será usado para comprar bens/mercadorias e serviços. Os juros (lucro) têm que vir de algum lugar. Tomar mais dinheiro emprestado para fazer o pagamento dos juros de um empréstimo existente vai simplesmente adiando o dia do ajuste de contas e protelando a necessidade de criar novos bens/mercadorias e serviços.

Esse sistema de empréstimo de dinheiro funciona bem, desde que o volume de troca de bens e serviços por dinheiro continue crescendo. Em parte, a crise que nós estamos vendo hoje existe porque dinheiro novo foi criado muito mais rapidamente do que bens e serviços, e ainda muito mais rápido do que a possibilidade de ser historicamente sustentável. Só existem duas maneiras de se sair dessa situação: inflação e falências. As duas implicam a destruição do dinheiro. As atuais convulsões das elites financeiras e políticas basicamente surgem de uma tentativa fútil de evitar ou impedir ambas. A primeira preocupação dessas elites é evitar a evaporação de dinheiro através de falências massivas porque, afinal de contas, é o dinheiro delas que está em jogo.

Por outro lado, existe uma crise ainda mais profunda em andamento, uma crise na criação de bens e serviços e que está por trás do dinheiro, só para começar; e é essa crise que fez nascer a bolha imobiliária que todo mundo está culpando pela atual situação. Para compreender melhor tudo isso, vamos esclarecer o que significa um “bem” ou um “serviço”. Em economia, esses termos se referem a algo que deve ser trocado por dinheiro. Se eu me ofereço para cuidar de um bebê de graça, os economistas não consideram isso um serviço. Isso não pode ser usado para pagar um débito financeiro. Eu não posso ir a um supermercado e dizer: “Eu tomei conta do bebê do meu vizinho essa manhã, por favor, me dê comida.” Mas, se eu abrir uma creche e cobrar dinheiro para fazer isso, eu criei um “serviço”. O PNB cresce e, segundo os economistas, a sociedade fica mais rica por causa disso.

O mesmo é verdadeiro se eu ponho abaixo toda uma floresta e vendo a madeira. Enquanto a floresta estiver de pé e inacessível, ela não é um bem. Ela só se transforma num “bem” quando eu construir uma estrada para escoar as toras de madeira, contratar trabalhadores para cortá-la e transportá-la até um comprador. Eu converto uma floresta em madeira, um *commodity*, e o PNB sobe. Similarmente, se eu criar uma música nova e compartilhá-la de graça, o PNB não sobe e também não se considera que a sociedade esteja mais rica. Mas, se eu registrar o seu *copyright* e vendê-la, ela se transforma num bem. Ou eu posso também descobrir uma sociedade tribal que usa ervas e técnicas nativas para curar, destruir sua cultura e torná-los dependentes de produtos da medicina farmacêutica, que agora as pessoas dessa tradição nativa devem comprar; posso, também, retirá-las de suas terras, de modo que elas não possam cultivar e viver da terra e precisem comprar alimento; posso desmatar e terra e pôr no seu lugar uma plantação de banana e contratar essas pessoas – agindo assim, estou fazendo o mundo ser mais rico. Desse modo, eu consegui que várias funções, relacionamentos e recursos naturais se convertessem em dinheiro.

Essencialmente, para que a economia continue crescendo e sirva ao sistema monetário (baseado nos juros), de modo que ele continue viável assim com é, mais e mais do que é considerado da “na-

tureza” e dos relacionamentos humanos precisarão ser monetizados. Por exemplo, há trinta anos atrás a maioria das refeições era preparada em casa; hoje, algo por volta de dois terços são preparadas fora, em restaurantes, supermercados ou lanchonetes. Uma função que antes não era paga, preparar alimentos em casa, agora se transformou num “serviço”. E nós estamos mais ricos por causa disso, certo? Outra importante máquina do crescimento econômico durante as últimas três décadas, o cuidado infantil, também tem nos deixado mais ricos. Estamos aliviados do peso de cuidar de nossos filhos. Ao invés disso, pagamos aos expertos que podem fazer isso muito mais eficientemente.

Em tempos mais antigos, o entretenimento também era uma função participativa e gratuita. Todo mundo tocava um instrumento, cantava, participava de uma peça teatral. Até mesmo há 75 anos atrás, nos EUA, cada cidadezinha tinha a sua própria banda marcial e seu time de *baseball*. Agora nós pagamos por esses serviços. A economia cresceu. Viva!

A crise que estamos vivendo hoje surge do fato de que quase não há mais capital social, cultural, natural e espiritual para ser convertido em dinheiro. Séculos, milênios de criação contínua de dinheiro estão nos deixando tão destituídos que não temos mais nada para vender. (*Será que por isso começamos a vender o próprio dinheiro? Eu mesmo me pergunto...*). Nossas florestas estão danificadas, a ponto de parecer não ter mais reparo; nosso solo está enfraquecido e sendo lavado e depositado no mar; nossa pesca sendo totalmente fisgada e a capacidade de rejuvenescimento da terra e de reciclar o desperdício está saturada. Nosso tesouro cultural de canções e histórias, imagens e ícones tem sido violado e transformado em *copyright* privado. Qualquer frase inteligente que você pense hoje já se tornou um slogan registrado. Nossas próprias habilidades e capacidades humanas foram tiradas de nós e vendidas de volta, de modo que agora dependemos de estranhos e, portanto, do dinheiro, para coisas que poucos humanos pagavam até bem recentemente: comida, abrigo, vestiário, entretenimento, cuidar de crianças, preparar alimentos...

A própria vida se tornou um item de consumo. Hoje, nós vendemos os últimos vestígios de nossa herança sagrada: nossa saúde, a biosfera, o genoma e até mesmo as nossas mentes.

Esse é o processo que aponta para a culminância de nossa era. É algo quase completo, especialmente nos EUA e no mundo “desenvolvido”. No mundo em desenvolvimento, talvez ainda existam pessoas que vivem em culturas onde a ri-

queza natural e social ainda não esteja submetida à propriedade. A globalização é o processo de extrair esses ativos, de alimentar a necessidade existencial e insaciável de crescer da máquina do dinheiro. Contudo, essa “mineração” de outras terras está também se esgotando, seja porque já não há mais o que extrair, seja porque uma efetiva e crescente resistência a isso começa a surgir.

O resultado é que o suprimento de dinheiro – e o volume correspondente de débito – por várias décadas vem consumindo a produção de bens e mercadorias que tem prometido. Isso está profundamente relacionado ao problema clássico da superabundância (*oversupply*) nas economias capitalistas. A crise do capital pode ser adiada para o futuro, desde que novos e altamente produtivos mercados e indústrias possam ser desenvolvidos para compensar o ciclo vicioso de perda de lucro, desvalorização dos salários, consumo em depressão e a superprodução em indústrias maduras. A continuação do capitalismo, como o conhecemos, depende de um suprimento infinito dessas novas indústrias, as quais, por sua vez, devem converter novas e infinitas dimensões de capital social, natural e espiritual em dinheiro. O problema é que esses recursos são finitos, e quanto mais perto eles estão da exaustão, mais dolorosa se torna a sua extração.

Sendo assim, temos uma crise financeira e, simultaneamente, uma crise ecológica e uma de saúde. Elas estão intimamente interligadas. Não há muito mais da terra que podemos converter em dinheiro, nem de nossa saúde em dinheiro, antes que a base da própria vida esteja sendo ameaçada. Diante da exaustão do bem comum não monetizado a ser consumido, o capital financeiro tem ten-

tado adiar a inevitável canibalização de si mesmo. A bolha criada pelo “ponto com” do final dos anos 1990 mostrou que a economia produtiva não poderia mais se manter com o crescimento do dinheiro. Montes de excesso de dinheiro estavam circulando loucamente, querendo encontrar um lugar onde a promessa de bens e serviços protelados pudessem ser redimidos.

Assim, para adiar a queda inevitável, o governo federal retalhou as taxas de juros e afrouxou as políticas monetárias para permitir que velhos débitos fossem pagos com novos débitos – ao invés de serviços e bens e mercadorias reais. Os novos bens e serviços que surgiram eram embustes, artefatos de contabilidade enganosa, numa vasta e sistemática escala. Obviamente, a prática de tomar dinheiro novo emprestado para pagar o principal e os juros de débitos velhos não pode durar muito tempo; mas foi isso que a economia como um todo andou fazendo nos últimos dez anos. Infelizmente, o simples ato de parar com essa prática não vai resolver o problema em sua base. Um colapso está a caminho, inevitavelmente. O plano de governo de injetar dinheiro e pagar a fiança, na melhor das hipóteses adiará o colapso em um ano ou dois (quem sabe até 2012!), tempo suficiente para que os grandes jogadores possam levar seu dinheiro para refúgios mais seguros. Entretanto, eles irão descobrir que esse refúgio seguro não existe. À medida que o dólar americano vai perdendo o *status* de ser um refúgio seguro (o que seguramente acontecerá, quando o governo assumir os débitos podres de Wall Street), você pode estar certo de que o capital irá em busca de diversos *commodities*, numa erupção inflacionária, antes que a depressão deflacionária assumo o comando.

Se o congelamento do crédito for mais forte do que as medidas inflacionárias do governo, a depressão virá mais cedo. Na verdade, a crise atual é o estágio final daquilo que começou em 1930. Soluções sucessivas para o problema fundamental de se manter o ritmo do dinheiro que cresce juntamente com as taxas de juros já foram aplicadas e exauridas. A primeira solução efetiva foi a guerra, um estado que tem sido permanente desde 1940.

**Na verdade, a crise atual é o
estágio final daquilo que começou
em 1930**

Armas nucleares e uma mudança na consciência humana limitaram a solução das infundáveis intercessões militares. Outras soluções – globalização, desenvolvimento tecnológico de novos bens e serviços para substituir as funções humanas nunca antes transformadas em bens consumíveis e tecnologia – permitiram a exploração sem medidas dos recursos naturais e, finalmente, o autocanibalismo financeiro teve a oportunidade de seguir em curso. A menos que existam dimensões de riqueza que eu não tenha abordado ou uma nova profundidade de pobreza, miséria e alienação em que podemos mergulhar, o inevitável não poderá ser adiado por muito mais tempo.

Diante da atual crise, as pessoas geralmente perguntam o que elas podem fazer para se protegerem. “Comprar ouro? Armazenar alimentos? Comprar uma área protegida num lugar remoto? O que eu deveria fazer?” Eu gostaria de sugerir um tipo diferente de pergunta. Pergunte-se: “Qual é a coisa melhor que eu posso fazer?”

Veja bem como essa crise atual oferece uma tremenda oportunidade. Deflação, a destruição do dinheiro, é apenas um mal categórico se a criação do dinheiro for um bem categórico. Contudo, como você pode muito bem ver pelos exemplos que eu dei, a criação do dinheiro, de certo modo, empobreceu a todos nós. De modo inverso, o desaparecimento do dinheiro tem o potencial de enriquecer a todos nós. Esse desaparecimento pode oferecer a oportunidade de resgatar partes do bem comum e da riqueza perdidos no reino do dinheiro e da propriedade.

Na verdade, vemos isso acontecer toda vez que acontece uma recessão econômica. As pessoas não podem mais pagar pelos vários bens e serviços e, assim, contam com o apoio de amigos e vizinhos. Onde não há dinheiro para facilitar transações, economias de troca e doação reaparecem e novas formas de dinheiro são criadas. O que normalmente acontece, entretanto, é que as pessoas e as instituições lutam com unhas e dentes para evitar que algo assim aconteça. A primeira reação habitual à crise econômica é ganhar e guardar mais dinheiro – ou seja, acelerar a conversão em

dinheiro de qualquer coisa que seja possível. Num nível sistêmico, a onda do débito está gerando uma pressão enorme para acelerar a transformação do bem comum em bens de consumo. Podemos ver isso acontecendo com os apelos para que se perfure o solo do Alaska em busca de petróleo, para que se comece logo a perfuração no mar profundo e assim por diante. Talvez esteja chegando a hora de começar um processo ao reverso, ou seja, começar a retirar as coisas da dimensão de bens e serviços e devolvê-las à dimensão do que é doação, reciprocidade, autossuficiência e comunidade compartilhada. E note bem: isso vai acontecer de qualquer jeito na esteira de um colapso monetário, se as pessoas perderem seus empregos e trabalhos ou se ficarem muito pobres e impedidas de comprar o necessário. As pessoas tenderão a se ajudarem mutuamente e comunidades reais poderão ressurgir.

Por enquanto, qualquer coisa que façamos para proteger algum tipo de recurso social ou natural de ser convertido em dinheiro não só irá acelerar o colapso, como também abrandar a sua severidade. Qualquer floresta que você poupe de ser devastada pelo desenvolvimento, qualquer estrada de transporte de madeira que você interrompa, qualquer espaço para exercitar empreendimentos colaborativos; qualquer pessoa que você ensine a curar-se a si mesma, ou a construir sua própria casa, cozinhar sua própria comida, a fazer suas próprias roupas; qualquer riqueza que você crie ou adicione ao domínio público; qualquer coisa que você possa oferecer fora dos limites da máquina devoradora do mundo irá ajudar a diminuir o tempo de vida da própria máquina. Pense da seguinte maneira: se você já não depende de dinheiro para alguma porção das necessidades e prazeres da vida, então o colapso do dinheiro significará uma transição com um impacto menor para você. O mesmo se aplicará ao nível social. Qualquer rede, comunidade ou instituição social que não seja um veículo para a conversão da vida em dinheiro, sustentará e enriquecerá a vida após o fim do dinheiro.

Em ensaios anteriores, eu descrevi sistemas alternativos de dinheiro, baseados no crédito mútuo e em compensações que não levam à conversão de tudo que é bom, verdadeiro e belo em dinheiro. Isso dará força a uma identidade humana diferente e a um sentido de “Ser” (self) fundamentalmente diferente daquele que predomina hoje. O “eu” separado e discreto de Descartes e Adam Smith já cumpriu o seu papel e está se tornando obsoleto. Nós estamos todos percebendo a nossa inseparabilidade não só uns dos outros, mas também da totalidade de toda a Vida. Os juros negam essa união, pois eles buscam o crescimento do “eu” separado, à custa de algo externo, algo que não é ele mesmo.

Provavelmente, todas as pessoas ao lerem esse ensaio irão concordar com os princípios de interconexão, seja numa perspectiva budista, ecológica ou outras. Agora chegou a hora de “viver” isso. Chegou a hora de entrar no espírito da dádiva que incorpora essa compreensão da não-separação. E, também, está ficando abundantemente óbvio que o menos para você (em todas as dimensões), também significa o menos para mim. A ideologia do ganho perpétuo tem nos conduzido a um estado de pobreza tão desamparada que estamos quase sem fôlego. Essa ideologia – e a civilização foi construída sobre ela – é o que está entrando em colapso hoje.

Individual e coletivamente, qualquer coisa que façamos para resistir ou adiar o colapso somente vai fazer com que a coisa fique pior. Pare de resistir a essa revolução que está acontecendo na consciência humana. E se você quer sobreviver às múltiplas crises que estão em jogo nos dias atuais, não vá em busca de sobreviver a elas. Esse é o modelo mental da separatividade, isso é resistência e apego a um passado que está morrendo. Em vez disso, permita que a sua perspectiva de visão se volte na direção de um reencontro e funcione em termos do que você pode dar ou contribuir. Como você pode contribuir para adicionar beleza ao mundo? Essa é sua única responsabilidade e sua única segurança. As dádivas que você precisa para sobreviver e se deleitar virão facilmente, porque o que você estiver fazendo para o mundo, já estará fazendo para si mesmo.

Normas para publicação

Os artigos devem:

- ser enviados por e-mail ou, alternativamente, em CD-ROM, acompanhados de cópia impressa;
- ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- ser assinados por, NO MÁXIMO, três autores;
- incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência a atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail;
- ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 20;
- vir acompanhado de resumo e *abstract* com, no máximo, dez linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais;
- resultados e conclusões; abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto;
- apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é TÍTULO e SUBTÍTULO; o título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto; o subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo;
- contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.), numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e suas respectivas localizações assinaladas no texto;
- conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução; se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpis (CMYK), com cor real e salvas com a extensão TIFF; se forem em preto e branco, devem ser escaneadas em 300 dpis, em tons de cinza; se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item "Ilustrações" do Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu "Publicações";
- destacar citações diretas que ultrapassem três linhas, apresentado-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT);
- quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo;
- evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor;
- indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas;
- conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

Referências:

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou pelo título da obra, ano e página. Quando incluído na sentença, devem ser grafados em letras maiúsculas e minúsculas e quando estiverem entre parênteses, devem ter todas as letras maiúsculas. Exemplos:

- A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152);
- As técnicas de administração de passivos e a possibilidade de introdução de inovações financeiras (PAULA, 1999, p. 180).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT. Exemplos:

Para livros:

- BORGES, J.; LEMOS, G. *Comércio baiano*: depoimentos para sua história. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

Para artigos e/ou matéria de revista, boletim etc.:

- SOUZA, L.N. de. *Essência x aparência*: o fenômeno da globalização. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

Para partes de livros:

- MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: MATOS, R. (Org.). *Espacialidades em rede*: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada apenas à esquerda.

Originais apresentados:

- serão considerados definitivos e, caso sejam aprovados para publicação, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente;
- serão considerados como autorizados para publicação por sua simples remessa à Revista; não serão pagos direitos autorais.

A Coordenação Editorial, em caso de aceitação do texto, reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constantes no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu "Publicações". Compromete-se ainda a responder por escrito aos autores. Em caso de recusa, os resumos dos pareceres serão enviados aos autores. Os originais não serão devolvidos.

